

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**(DES) CONTINUIDADES E SIGNIFICADOS DO PROJETO  
EDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG: O PROCESSO DE  
ESCOLARIZAÇÃO EM ANÁLISE (1912-1956)**

Rosana Vidigal Santiago Cappelle

**DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO**  
(História da Educação)

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**(DES) CONTINUIDADES E SIGNIFICADOS DO PROJETO  
EDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE RIO POMBA/MG: O PROCESSO DE  
ESCOLARIZAÇÃO EM ANÁLISE (1912-1956)**

Rosana Vidigal Santiago Cappelle

**DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO**  
(História da Educação)

Tese orientada pelo Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães



*Aos meus filhos Nicole e Mateus, fontes de  
amor e motivação para prosseguir.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais essa oportunidade.

À minha família, pelos incentivos, pelas recepções calorosas e pela compreensão nos momentos ausentes. Em especial ao Edilson, que supriu minha falta, assumindo, zelosamente, a responsabilidade de cuidar de nossos filhos, quando de minhas estadas em Portugal.

Ao meu orientador, Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães, pelas incansáveis horas de orientação, pelas oportunidades acadêmicas concedidas e pela confiança em mim depositada.

Aos professores do Curso de Formação Avançada, pelo exemplo de dedicação e seriedade à causa da educação.

À Professora Dr<sup>a</sup> Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, minha querida Lola, pelo incentivo dado desde quando tudo era apenas uma pretensão, por ter se mostrado sempre ao meu lado durante mais essa caminhada acadêmica e, principalmente, por me fazer acreditar que posso ir além.

Aos servidores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em especial à Senhora Georgina Gomes Videira, por toda atenção e solicitude nos atendimentos.

À minha amada “família lisboeta”: Fabíola, Nadilson, Junior e Maurício, para sempre no “espaço *vip*” do meu coração.

Aos colegas do Curso de Doutorado que me receberam de braços abertos, agradeço pela acolhida e pelos bons momentos partilhados.

A todos que me receberam nas distintas Instituições Escolares, no Museu Histórico de Rio Pomba, na imprensa do jornal *O Imparcial*, no Arquivo Público Mineiro e nos demais locais da pesquisa, pela gentileza, pela atenção e pela empatia demonstrada

em relação a minha ansiedade por “descobrir” os documentos. Essa conquista é também de vocês!

Aos professores que compuseram o júri do “Exame de Qualificação do Projeto”: Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, Professor Doutor Joaquim Pintassilgo e Professor Doutor Wenceslau Gonçalves Neto, pelas proposições e sugestões apresentadas.

Ao Sr. Sylvio Caiafa Mendonça, exemplo de amor e dedicação à história de Rio Pomba, pela ajuda na localização dos documentos e pelos longos diálogos empreendidos que me possibilitaram “desvelar” um pouco do passado do município.

Aos amigos que deixo em Portugal, pela confiança, pelo carinho, pelos passeios, pelas hospedagens, pelos inesquecíveis “jantarinhos” com direito a bacalhau e vinho português, enfim, pelo acolhimento que me permitiu perceber que uma tese não se faz somente com estudo e pesquisa.

À Márcia, amiga de todas as horas. À Mariângela, Denise e Nathalye, amigas de academia e de vida, com quem divido desde os problemas pessoais até os (des)entendimentos dos textos científicos mais “duros”. Em especial, à Mariângela que, mais uma vez, foi solícita aos meus pedidos de revisão deste e dos demais trabalhos empreendidos durante o curso, mas principalmente, por tudo que ela representa na minha vida.

Por fim, o meu “muito obrigada” a todos aqueles que de uma forma ou de outra foram parceiros nessa “empreitada”.

*... a ênfase sobre a história local não se opõe a global. O recorte sobre a história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das particularidades que se queira determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido. A eleição do local não reduz, e muito menos simplifica os aspectos das relações sociais. No recorte local cada detalhe adquire um significado próprio, o que não se constata com as análises macroestruturais, conforme os primeiros estudos sobre a História da Educação brasileira.*

*Carlos Henrique de Carvalho, 2007, p.125*

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>a - O município de Rio Pomba/MG.....</b>   | <b>15</b> |
| <b>b - A pesquisadora e a pesquisa: “um ponto de vista é a vista de um ponto” .....</b> | <b>19</b> |
| <b>c - As unidades de análise: uma breve apresentação das escolas....</b>               | <b>23</b> |
| <b>d - A pesquisa: questões, objetivo e relevância.....</b>                             | <b>26</b> |

## CAPÍTULO I

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....</b>  | <b>30</b> |
| <b>1.1 Algumas reflexões teóricas.....</b>  | <b>30</b> |
| <b>1.2 Procedimentos Metodológicos.....</b>   | <b>41</b> |
| 1.2.1 O estudo-piloto: (re) conhecendo o terreno, planejando o plantio, aspirando à colheita.....                                 | 42        |
| 1.2.1.1 O jornal como fonte para a pesquisa histórica: algumas reflexões.....   | 46        |
| 1.2.1.2 O impresso e nossas impressões: a caracterização de <i>O Imparcial</i> .....  | 53        |
| 1.2.1.3 A Educação nas páginas de <i>O Imparcial</i> : os limites e as possibilidades do impresso como fonte para a pesquisa..... | 61        |
| 1.2.2 A segunda etapa do trabalho: outras fontes, novas informações, diferentes olhares.....                                      | 66        |

## CAPÍTULO II

|   |           |
|---|-----------|
| <b>2. A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR EM RIO POMBA: POR QUE A PALAVRA DE ORDEM É “REPUBLICANIZAR” O BRASIL.....</b>  | <b>72</b> |
| <b>2.1 Rio Pomba no entorno da instauração da República: a política, a economia, os valores, a cultura.....</b> | <b>73</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>2.2 A educação no município e a protuberante valorização da intelectualidade.....</b>  | <b>79</b>  |
| <b>2.3 Os Grupos Escolares: a proposta de implantação do ideário educacional republicano no Brasil.....</b>   | <b>86</b>  |
| <b>2.4 Minas Gerais e a implantação dos Grupos Escolares.....</b>   | <b>90</b>  |
| <b>2.5 Rio Pomba na proposta de instauração e difusão de um novo ensino primário, no início dos novecentos: a criação do <i>Grupo Escolar do Pomba</i>.....</b> | <b>94</b>  |
| 2.5.1 A materialidade jurídica da Instituição Escolar.....  | 94         |
| 2.5.2 As questões políticas envolvidas no enredo da criação da Escola..   | 95         |
| 2.5.3 O espaço escolar: expressão da monumentalidade da proposta educativa.....   | 97         |
| <b>2.6 A escola na cidade e a cidade na escola: a implantação do Grupo Escolar no município de Rio Pomba.....</b>   | <b>107</b> |
| 2.6.1 A recepção do <i>Grupo Escolar do Pomba</i> pela comunidade local: questionando a novidade educativa.....   | 107        |
| 2.6.2 Provas que comprovam: a escola como difusora dos ideários republicanos na sociedade.....  | 113        |
| 2.6.3 A caixa escolar: funções sociais e significados.....  | 117        |
| 2.6.4 Novas denominações: (re)significando a Escola e o novo modelo educativo.....  | 122        |

### **CAPÍTULO III**

|   |            |
|---|------------|
| <b>3. O “COLLEGIO REGINA COELI” EM RIO POMBA: A CONCRETIZAÇÃO DE UMA UTOPIA.....</b>  | <b>129</b> |
| <b>3.1 Os cenários e as cenas de Rio Pomba/MG na última década da Primeira República.....</b>   | <b>129</b> |
| <b>3.2 O panorama educacional do município.....</b>   | <b>135</b> |
| <b>3.3 As escolas normais: breve histórico.....</b>   | <b>146</b> |
| <b>3.4 A Criação do <i>Colégio Regina Coeli</i> em Rio Pomba: “progresso” para o município e “educação refinada” para as jovens da elite.....</b> | <b>148</b> |
| 3.4.1 “O pensamento tomou forma e materializou-se no visível”: a reestruturação, organização e os significados do espaço escolar.....             | 161        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3.5 O processo de integração do “Collegio Regina Coeli” em Rio Pomba: difundindo o trabalho, infundindo valores, afirmando a escola na comunidade local.....</b> | <b>168</b> |
| 3.5.1 Os primeiros sinais da Instituição no município.....  | 169        |
| 3.5.2 <i>Ecos da Escola Normal Regina Coeli: uma mensageira extra-muros escolares.....</i>  | <i>176</i> |
| 3.5.3 Os eventos escolares: expressão do trabalho educativo na comunidade local.....  | 183        |
| <b>3.6 Regina Coeli: um patrimônio cultural de Rio Pomba.....</b>   | <b>191</b> |
| 3.6.1 - A notícia do adeus ao Regina Coeli de Rio Pomba: “um tiro de canhão desfechado sobre uma população”.....  | 194        |

## **CAPÍTULO IV**

|  |            |
|--|------------|
| <b>4. UMA ESCOLA SECUNDÁRIA PARA RAPAZES: A CRIAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL POMBENSE.....</b>   | <b>199</b> |
| 4.1 O contexto municipal no entorno da criação da Instituição (década de 30 / século XX) .....   | 199        |
| 4.2 A Educação em Rio Pomba: escolas como representação do processo educativo no município.....  | 205        |
| 4.3 Um ginásio para os rapazes: o significado da Instituição na localidade e do ensino secundário no entorno da década de 30 (século XX) ..... | 217        |
| 4.3.1 O espaço escolar: delineando o percurso da instalação e o processo de reconhecimento legal do <i>Ginásio Municipal Pombense...</i>       | 229        |
| 4.3.2 A relação escola X comunidade.....   | 246        |

## **CAPÍTULO V**

|  |            |
|--|------------|
| <b>5. A CRIAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE RIO POMBA/MG: ENTRE PROJETOS NACIONAIS E PERSPECTIVAS LOCAIS.....</b>      | <b>258</b> |
| 5.1 O contexto municipal (1937 a 1956) .....   | 258        |
| 5.2 As escolas no município: “Rio Pomba, Parque de Educação” ...   | 261        |
| 5.3 A criação da <i>Escola Agrícola de Rio Pomba</i> : estratégia de recuperação do valor da vida campesina..... | 265        |

|  |     |
|--|-----|
| 5.3.1 A estrutura física da Escola Agrícola: esperanças de progresso na localidade.....  | 278 |
| 5.3.2 A <i>Escola Agrícola de Rio Pomba</i> e a comunidade local: as resistências e suas implicações nas relações externas e internas..... | 285 |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | 298 |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>   | 309 |
| <b>FONTES PRIMÁRIAS.....</b>   | 320 |
| <b>ANEXOS.....</b>   | 328 |



## RESUMO

Este estudo teve como finalidade resgatar a história do processo de escolarização do município de Rio Pomba, situado no estado de Minas Gerais / Brasil, por meio do estudo da história de quatro instituições escolares que foram sendo implantadas no município, no período de 1912 a 1956. Partimos do pressuposto de que, apesar de as escolas terem sido criadas em décadas diferentes, em contextos sócio-históricos particulares, terem partido de iniciativas distintas (pública e privada), voltarem-se para níveis e modalidades de ensino que também se diferem e, conseqüentemente, para públicos diversos, elas fizeram parte de uma proposta educativa de maior abrangência, um “projeto educativo” do município que fora se desenvolvendo ao longo desse período. Assim, nosso intento foi compreender esse processo de escolarização em uma dupla perspectiva, isto é, procuramos detectar os elos existentes entre a criação das escolas e também perceber os sentidos atribuídos pela comunidade às novas instituições que eram ali instaladas. Para o desenvolvimento desta investigação, a proposta consistiu em um trabalho de cunho qualitativo, com um viés cultural de análise, que se efetivou por meio de uma pesquisa em documentos escritos, referentes às distintas instituições e à realidade local em seu conjunto, à luz de um estudo da realidade mais abrangente em que essa história se insere. Entre os autores que nos guiaram nessa proposta de análise da relação escola/sociedade, por meio do estudo das instituições e em uma perspectiva local, destacamos: Carvalho (2007), Chartier (2002;1990), Faria Filho (2003; 2000); Gonçalves Neto (2008; 2002) e Magalhães (2004). O estudo possibilitou-nos perceber traços de continuidade existentes entre a criação de uma e outra instituição, mas apontou, também, os sinais de rupturas que participaram do “projeto educativo” do município de Rio Pomba. O resgate dessa história permitiu-nos, ainda, compreender algumas faces e certos significados próprios da dinâmica educativa local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituição Escolar. Escolarização. Município. Imaginário Social.

## **ABSTRACT**

This study is aimed at analysing the schooling process of the municipality of Rio Pomba, located in the state of Minas Gerais, in Brazil, by means of studying the historical background of four local schools from 1912 to 1956. Despite having been created in different decades within specific social historical contexts, under different initiatives (public and private ones) and being geared at different school levels and modalities, which also differ, and at different target populations, we assume that the schools were part of a more comprehensive educational proposal, a municipal “educational project” which was developed within this period of time. Thus, our aim was to understand this schooling process under a double perspective, that is to say, we attempted to detect the connection in the creation of schools and also to capture the meanings attributed by the community to the new institutions which were being built. In order to carry out this investigation, the proposal consisted of a qualitative analysis of the cultural aspects observed in the survey of written documents referring to the different institutions and to the local reality as a whole in the light of a broader view of this path. Among the authors referenced for the analysis of the relationship between school and society through institutional research and under a local perspective, we highlight: Carvalho (2007), Chartier (2002;1990), Faria Filho (2003; 2000); Gonçalves Neto (2008; 2002) e Magalhães (2004). The study made it possible for us to observe a continuous link among the institutions being created but also showed signs of a disruption interfering with the “educational project” of Rio Pomba. Analysing this historical background made it possible for us to understand some aspects and meanings specific to the local educational dynamics.

**KEY WORDS:** School institution. Schooling. Municipality. Social imaginary.

## INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa que aqui apresentamos teve como proposta investigar o processo de escolarização do município de Rio Pomba, situado no interior do estado de Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>, por meio do estudo da criação e da instalação de quatro instituições escolares nele criadas, no período de 1912 a 1956. São elas: *Grupo Escolar do Pomba*, atual *Escola Municipal São José* (1912); *Escola Normal Regina Coeli*, atual *Colégio Regina Coeli* (1928); *Ginásio Municipal Pombense*, atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes* (1937) e *Escola Agrícola de Rio Pomba*, atual *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais / Campus Rio Pomba* (1956).

No entanto, não estivemos limitados e engessados nos fatos restritos ao período proposto, visto que, para compreender e explicar o acontecimento em questão, vimo-nos forçados a ampliar o arco temporal. Estudar a gênese de um fenômeno histórico implica, por certo, buscar informações em épocas anteriores ao acontecimento para que possamos compreender suas origens, sua germinação e, assim, “tecer” com mais “fios” a história de tal fenômeno.

Da mesma forma, intentar perceber como se processou a instalação das instituições escolares no município, ou seja, procurar compreender como se deu a implantação das escolas em Rio Pomba/MG, implica analisar fatos que ocorreram em tempos posteriores à criação de cada uma delas.

Assim, o período demarcado, 1912 a 1956, representa o marco de criação dessas escolas. Porém, nosso trabalho abarca tanto fenômenos que ocorreram em tempos anteriores a 1912, como outros processados após o ano de 1956, mais precisamente até o final da década de 1960.

A escolha de tais instituições escolares, como unidades de análise da pesquisa, esteve relacionada ao fato de terem sido as primeiras escolas instaladas

---

<sup>1</sup>A localização do município, no mapa, consta do Anexo A.

(criadas e construídas) naquele local<sup>2</sup> e que ainda se fazem presentes no processo educativo do município de Rio Pomba/MG, associada ao fato de possibilitar um estudo sobre a implantação de diferentes níveis e modalidades educativas em Rio Pomba, considerando que se trata de instituições voltadas para “tipos” distintos de ensino (primário, normal, secundário e profissional).

O estudo dessas distintas instituições, focando a chegada, a recepção e a permanência das escolas no município, permitirá entender a relação “educação escolarizada x sociedade de Rio Pomba/MG”. Nesse sentido, a pesquisa foi orientada explorando a possibilidade de analisar esse processo de escolarização à luz de um contexto mais abrangente e, a um só tempo, poder focar algumas das especificidades que comportam cada uma das instituições.

São significativas as observações de Magalhães sobre essa propriedade de articulação das perspectivas macro e micro de análise, que permitem considerar os estudos sobre as instituições escolares como estando em uma dimensão “meso” de análise, referida pelo autor como “mesoabordagem”.<sup>3</sup>

A renovação historiográfica com base em um paradigma relacional, focalizado numa mesoabordagem, assinala a compreensão do processo de escolarização e da estruturação da escola como lugar de educação e possibilita uma análise e uma construção historiográficas dos modelos pedagógicos que a modelam como instituição. É de igual modo uma historiografia que permite uma reificação dos contextos, dos significados e dos produtos, produzindo por esta via uma história social e cultural (R. Chartier, A. Prost), como ainda uma história pedagógica e antropológica.<sup>4</sup>

Um segundo motivo relacionou-se ao fato da relativa simetria temporal que envolveu a proposta de pesquisa – considerando que as instituições foram criadas uma em cada década do período demarcado, tendo uma lacuna apenas na década de 40, século XX. Essa relativa simetria ditava a singularidade de um processo educativo, cuja história desafiava e instigava a realização de uma investigação. Emergia uma construção histórica que não era inócua e que merecia um estudo que

---

<sup>2</sup>No período que abarca a pesquisa aqui proposta, o município contava com escolas isoladas (primárias) de iniciativa privada e com escolas públicas rurais, também de ensino primário. Essas escolas, por certo, estarão envolvidas na pesquisa, considerando que fizeram (e algumas ainda fazem) parte da geografia escolar de Rio Pomba, porém não constituirão objetos centrais da investigação.

<sup>3</sup>MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p.68 e p. 123. (Estudos CDAPH. Série historiográfica).

<sup>4</sup>MAGALHÃES, 2004, p. 123 e 124.

nos permitisse desvendar e compreender os elementos que participaram da “cadência” desse processo.

Nosso intento ancorou-se no pressuposto de que, ao focar a história das escolas, procurando compreender suas origens, seu processo de implementação e sua permanência no meio social, poderíamos ter acesso a dados que nos permitiriam analisar as articulações e as relações estabelecidas entre a comunidade riopombense e as novas organizações educativas que então eram instituídas no município e, assim, compreender algumas faces e certos significados inerentes ao processo de escolarização de Rio Pomba/MG.

Ao investigar o processo de institucionalização dos saberes, nossas atenções voltaram-se para a atuação dos idealizadores e fundadores; para as questões sócio-político-econômicas da época; para os motivos que levaram à criação das instituições; para o “tipo” de ensino oferecido por cada escola; para os objetivos e diretrizes constantes de seus projetos e/ou regulamentos; para certas práticas escolares; para os discursos que veiculavam sobre a educação, em geral e sobre essas instituições, em particular.

Dessa forma, objetivando que esta parte inicial da pesquisa proporcione aos leitores uma melhor compreensão dos escritos constantes das páginas seguintes, que compõem os “capítulos” deste trabalho investigativo, consideramos relevante situar alguns elementos inerentes à pesquisa empreendida e, para tanto, permitimo-nos estruturar este texto com um formato um pouco distinto daqueles geralmente utilizados nos demais trabalhos congêneres. Assim sendo, subdividimos esta “Introdução” em quatro partes.

A primeira parte é composta por uma reflexão que tem como intento possibilitar perceber o lugar de onde falou a pesquisadora, ou seja, em que situação, com que olhar, propusemo-nos perceber a realidade a ser investigada, bem como explicitar algumas de nossas limitações e possibilidades de análise acerca do tema pesquisado.

Na segunda parte apresentamos o município de Rio Pomba, dando ênfase aos aspectos que, no nosso entender, aqui merecem destaque, quais sejam: históricos, políticos, econômicos e socioculturais.

Na parte seguinte, ou seja, na terceira parte, elaboramos um breve histórico das escolas selecionadas neste trabalho como sendo as unidades de análise da investigação.

Por fim, subdividimos o texto em uma quarta parte na qual estão expostas as questões que nortearam o trabalho de pesquisa, os objetivos propostos, a relevância do empreendimento deste trabalho, assim como os fatores que justificaram sua realização.

Ainda nesta última parte apresentamos a estruturação da pesquisa. Ressaltamos que a divisão do estudo em capítulos teve como propósito organizar os resultados procurando facilitar o entendimento do trabalho realizado e evidenciar as peculiaridades inerentes ao processo de criação de cada instituição escolar. Porém, gostaríamos de registrar que estamos cientes de que essa fragmentação, apesar de ter sido pertinente para a exposição dos resultados relativos a esta investigação, envolve, em outra perspectiva, certas fragilidades as quais procuramos constantemente estar atentos.

Nesse sentido, dispusemos as informações nos distintos capítulos cientes de que, em uma proposta de análise dos aspectos culturais da realidade sócio-educativa - em que não se pretende correr o risco de engessar as análises empreendidas sobre os dados encontrados ao longo de seu desenvolvimento -, deve-se procurar o equilíbrio entre as estratégias selecionadas e elencadas como sendo as mais eficazes para sua realização e a necessidade de relativizar, de ponderar, de flexibilizar a classificação (organização e qualificação) das informações.

#### **a - O município de Rio Pomba/MG**

Situado no interior do estado de Minas Gerais, na região sudeste do país, Rio Pomba caracteriza-se por ser um pequeno e antigo município mineiro, que tem suas origens na Era Colonial, fato que faz com que sua história tenha um significado especial para a comunidade local, o que, por sua vez, pode ser detectado não somente por meio da vivência em seu meio social, como também pelos inúmeros artigos do jornal local que exaltam sua trajetória de vida e pela importância que é atribuída, por parte da sociedade, aos fatos ou eventos que abarcam e/ou homenageiam a história de Rio Pomba.

A origem da povoação de São Manoel do Pomba e Peixe, hoje cidade de Rio Pomba, remonta à segunda década do século XVII, quando estava o Brasil em plena época de colonização. Habitavam aquelas paragens os índios Croatos, Cropós (ou Coropós) e Botocudos. Em 1718, D. João V, por carta régia de 16 de fevereiro, criava a Freguesia de São Manoel do Rio Pomba e Peixe, subordinada ao bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

Em meados do século XIX, Rio Pomba constituía-se como o primeiro município da “Zona da Mata”<sup>6</sup> e uma das seis únicas comarcas que existiam na província de Minas Gerais. Posteriormente, passou a ser a sede de 14 (quatorze) distritos. Assim, vários municípios vizinhos, que hoje têm independência administrativa, estavam ligados ao poder executivo de Rio Pomba.

No que tange aos aspectos econômicos, ganham destaque as atividades agrícolas e pecuárias. Na agricultura produzia-se o café, o fumo (tabaco), a cana-de-açúcar, como sendo as culturas de destaque. O milho, o arroz, o feijão, a batata e as frutas também participavam da vida econômica do município.<sup>7</sup>

Na pecuária destacou-se a criação de gado como uma de suas maiores fontes de capital. Além da bovinocultura, a suinocultura e a avicultura também ocupam lugar de destaque nas atividades econômicas.

Em 1916, a população da sede do município, ou seja, ao que hoje corresponde à zona rural e urbana de Rio Pomba, era de 6.500 habitantes, sendo 3.000 moradores da zona urbana.<sup>8</sup>

Por meio dos estudos acerca de sua trajetória histórica, foi oportuno perceber que Rio Pomba passou por fases consideradas “promissoras” e por outras nas quais era tido como estando em tempos de “inércia”.<sup>9</sup>

Essa alternância de situação mostra-se relacionada a fatores econômicos e políticos. Percebemos, de modo especial em nossas pesquisas nos jornais locais e no livro intitulado *História do Município de Rio Pomba*, do memorialista Sinval Batista

<sup>5</sup> **Enciclopédia dos Municípios** Brasileiros. Publicação comemorativa ao 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), 1959, vol. 27, p. 74. Documento pertencente ao acervo do *Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte / MG.

<sup>6</sup> Microrregião de Minas Gerais, situada ao sudeste do estado, onde está localizado o município de Rio Pomba/MG. Na atualidade a região é constituída por cento e quarenta e dois municípios (SEBRAE/MG. **Rio Pomba – Diagnóstico Municipal**. Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: 2001.)

<sup>7</sup> SEBRAE/MG. 2001.

<sup>8</sup> CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios**. São Paulo: Pocaí, 1916, p. 134.

<sup>9</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 30/08/1953, p.1.

Santiago<sup>10</sup>, que, Rio Pomba, em seus aproximadamente cem primeiros anos de existência, era uma influente cidade de Minas Gerais e que, no final no século XIX, teve sua primeira fase de estagnação, que corresponde ao período de decadência do café e de seus desmembramentos territoriais.

Nas seis primeiras décadas do século XX, encontramos nos exemplares do jornal local *O Imparcial* artigos que retratavam essas percepções da sociedade em relação às fases de prosperidade e de estagnação do município. Nesse ínterim, a figura e a atuação de dois políticos, em especial, destacam-se de maneira nítida, nas fases concebidas como sendo de dinamismo e desenvolvimento.

Um primeiro momento recua aos anos 20 (século XX), quando da atuação do político local, Odilon Duarte Braga, que tendo ocupado, entre outros, os cargos de Deputado Federal e Ministro da Agricultura, concentrou em Rio Pomba<sup>11</sup> e em seu entorno a destinação e aplicação das verbas públicas conquistadas por meio de sua atuação política. Em especial, um artigo do jornal local, *O Imparcial*, intitulado “Progresso” e anunciado pela epígrafe “Pomba, a velha cidade mineira, desperta da lethargia em que viveu”, ilustra essa situação, além de reportar-nos sobre o perfil do município naquela época.

A 433 metros acima do mar, num ângulo desta admirável terra mineira, ostenta-se senhoril e orgulhosa, a velha cidade do Pomba. Antiga entre as mais antigas da terra de Tiradentes, até pouco tempo quase que completamente isolada do resto do próprio Estado, servida por um ramal da estrada de ferro Leopoldina, e, aliás, pessimamente servida, dir-se-ia destinada a velha cidade, senão a desaparecer, ao menos a ficar para sempre em condição de absoluta inferioridade entre as irmãs. Predicados, entretanto, para brilhar e vencer não lhe faltavam. Dotada de salubérrimo clima, temperado e saudável, tendo excellente água potável, leve e sempre fresca, ostentava, por outro lado, os encantos de uma topographia admirável e os arrebatamentos de uma vegetação variada e sem par. Mas, a ella só vinham os que a isto eram obrigados por absoluta necessidade; só estes a conheciam “de visu”, não a procurando os “touristes” ou os apreciadores do bello. Falleciam-lhes os meios de comunicação, faltava-lhe o escoamento natural e bem aproveitado para as cidades vizinhas; della se não falava; della se não dizia o que era, o que tinha, o que merecia. **E assim dormia a velha cidade da beleza e do sonho, o sonho encantado das**

<sup>10</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

<sup>11</sup>Nessa época o município era denominado *Pomba*. Somente em 1948, o nome foi alterado para *Rio Pomba*. (Fonte: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Publicação comemorativa ao 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa / IBGE, 1959, vol. 27, p. 75. Documento pertencente ao acervo do *Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte / MG.)



histórias das “Mil e uma noites”. Agora, porém desperta ella risonha e feliz, do seu somno de muitos annos. Em seu seio cortaram-se estradas, criaram-se empresas, desenvolveu-se o commercio, a lavoura renasceu viçosa e forte e promoveram-se e diffundiram-se indústrias. A actual administração municipal, em boa hora entregue ao deputado Dr. Odilon Braga, de tudo cuida, a tudo attende, a todos os esforços beneficia, a todas as classes favorece.[...] Não é, portanto, já aquella cidade velha, triste e quasi abandonada de outros tempos. [...] Pode-se bem dizer que o Pomba é e será a terra da promissão.<sup>12</sup> (Grifo nosso)

Um segundo momento concebido pela comunidade como um período de prosperidade do município - que conseguimos identificar - corresponde à época de atuação de outro político local, Último de Carvalho, que teve uma considerável influência quando eleito para membro do Congresso Nacional nos anos de 1950.

É realmente confortador o balanço que mostra a grande diferença entre o passado de Rio Pomba e o seu presente verdadeiramente promissor. Parece que Rio Pomba despertou do longo e doentio sono em que esteve mergulhado. Dezenas de anos foram testemunho irrefutável da inércia que reinou, do desânimo que a todos envolveu e da descrença que se generalizara e fez ninho nos mais afastados rincões do município.<sup>13</sup>

Esse clima de otimismo e de esperanças em relação ao “desenvolvimento” do município, evidenciado nos escritos desse impresso, estava, frequentemente, relacionado à atuação de tal político.

Atualmente, a economia municipal e regional continua centrada no setor primário. A pecuária leiteira revela importância econômica decisiva. A segunda atividade de maior expressão econômica tem sido a agricultura. Entretanto, o comércio e as pequenas indústrias também exercem representatividade no que concerne a sua participação na renda municipal e regional.<sup>14</sup>

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, Rio Pomba possui uma população de 17.123 habitantes.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 08/08/1926, p. 01.

<sup>13</sup> *O Imparcial*, 30/08/1953, p.01.

<sup>14</sup> SEBRAE/MG. **Rio Pomba – Diagnóstico Municipal**. Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: 2001.

<sup>15</sup> Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 08/04/2011.

**b - A pesquisadora e a pesquisa: “um ponto de vista é a vista de um ponto”**

Este tópico tem o propósito de situar o leitor acerca de questões relacionadas à trajetória intelectual da investigadora e explicitar os motivos que a levaram a realizar tal investigação.

A relevância atribuída a essa “apresentação” – da pesquisadora e de sua opção pelo tema da pesquisa – ancora-se no pressuposto de que tais elementos textuais constituem estratégias que permitem atribuir maior significado às análises, às interpretações empreendidas e salientar as limitações, assim como também apontar as possibilidades que participaram desta investigação.

No que se referem às limitações, a subjetividade do historiador tem sido alvo de frequentes debates, principalmente quando se trata das novas perspectivas de análise, nas quais a hermenêutica ocupa lugar de destaque.

A História resulta de um diálogo no presente, impregnado de subjetividade, tendo que se admitir o caráter parcial de toda compreensão, a qual resulta, sempre, de uma fusão de horizontes, de uma articulação entre a macro e a micro estrutura.<sup>16</sup>

Outro ponto que há muito tem se constituído alvo de reflexões diz respeito à ausência de uma verdade única, completa e definitiva na ciência histórica que possibilite ao historiador uma resposta exata para as questões que investiga. Os resultados das pesquisas são sempre relativos e provisórios, uma determinada resposta traz consigo inúmeras novas interrogações.

Apesar da parcialidade – tanto no que tange à não neutralidade do historiador como no que concerne à característica lacunar dos produtos históricos – e das demais limitações existentes na ciência histórica – como a ausência de documentação, o grau de capacidade de análise do investigador ou sua impotência de adentrar nos pensamentos dos sujeitos históricos – acreditamos - e não estamos sozinhos nessa crença - em que “a história continua a ser capaz de elaborar um

---

<sup>16</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p.16.

conhecimento autêntico (apesar de parcial) do homem, na sua riqueza e complexidade”.<sup>17</sup>

Atentos para o fato de que a história não é neutra, vez que mantém articulações com os valores culturais, com as possibilidades e com as limitações de análise do historiador, é que faremos a seguir nossas apresentações, acreditando que estas possibilitarão uma melhor avaliação das inferências feitas ao longo do trabalho.

O investigador deverá estimar todas essas pressões fornecendo aos leitores um exposto detalhado do seu itinerário intelectual e produzindo um texto com dois níveis, ao mesmo tempo narrativo e explicativo.<sup>18</sup>

Ao associar a realidade de vida do historiador, sua formação, suas concepções, crenças e motivos que o levaram à pesquisa, esperamos que o leitor possa, de forma mais inteirada, “interpretar as interpretações” realizadas, fazendo ponderações, percebendo as limitações e construindo novos significados. É nessa possibilidade de análise da relação historiador/história associada à elaboração de um relato claro, documentado e fundamentado, que, no nosso entender, reside a cientificidade das pesquisas qualitativas de cunho histórico.

Para tanto, achamos pertinente utilizar na escrita, especificamente neste momento, ou seja, na parte final deste tópico, a primeira pessoa do singular, considerando que falaremos de alguém em particular.

No que diz respeito à área escolhida para a pesquisa, a “educação”, tenho a dizer que me sinto, relativamente confortável, pois, apesar de ciente da complexidade das questões que envolvem o campo educativo, trata-se da área de minha formação acadêmica e constitui a “arena” de toda minha experiência profissional nos últimos vinte anos, nos quais tive a oportunidade de ocupar cargos técnico-administrativos e de atuar como docente em diferentes níveis e modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e ensino superior), em instituições públicas e particulares.

Quanto à perspectiva histórica da pesquisa, devo relatar que tenho feito grande esforço para me inteirar das questões a ela pertinentes, considerando que

---

<sup>17</sup>BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990. Capítulos 8: *A história nova, herdeira dos Annales*, 1990, p.201.

<sup>18</sup>BOURDÉ e MARTIN, 1990, p. 201.

meu contato com as ferramentas teórico-metodológicas desse campo de conhecimento é recente, já que minha formação acadêmica não esteve voltada especificamente para a história.

Tratando-se do município de Rio Pomba, tenho clareza de que falo de um lugar instigador, mas, simultaneamente, arriscado. Rio Pomba é “o cenário e a cena” da minha história de vida. Local onde nasci, vivi minha infância, conheci a escola e experimentei seus significados. O município é ainda o lugar que comporta minha vida profissional e o lugar no qual resido.

Cidade em que as pessoas se conhecem (ou pelo menos se reconhecem), em função do pequeno número de habitantes; onde as relações pessoais e sociais parecem se estabelecer com uma maior frequência e proximidade.

Foi partindo dessa realidade que me propus tomar a distância necessária para compreender a história da educação engendrada pela sociedade de Rio Pomba no período de 1912 a 1956.

Nesse contexto, a proposta de pesquisa tornou-se instigadora na medida em que comportou uma multiplicidade de significados que estão relacionados a uma história vivida, a uma cultura experimentada e que possibilitou, portanto, no nosso entender, uma melhor percepção dos fenômenos históricos.

Em outra direção, essa minha proximidade com o objeto de pesquisa trouxe consigo também alguns riscos que julgo estarem relacionados a diferentes fatores, mas, em especial, à intenção de não (re)construir uma história apenas factual dos fenômenos sociais, mas de relativizar as informações constantes dos documentos, de procurar perceber as intenções de quem as produziu, de “ler” suas entrelinhas.

Instigante pelos significados que comportou e, ao mesmo tempo, arriscada pela forma com que me propus a perceber a realidade investigada, a intenção de olhar os fenômenos históricos com certo distanciamento, de interpretar os documentos, relativizando-os e considerando-os portadores de múltiplos significados, implicaram o surgimento de situações de tratamento delicado. Como exemplo dessas situações podemos citar a necessidade de tocar em assuntos que, no nosso perceber, tentaram ser encobertos e se fazerem esquecidos no decorrer do tempo.

Foi ciente desses riscos, mas também convencida da relevância do estudo, dos significados que a investigação comportava e das possibilidades de análises

que poderiam advir do fato de o pesquisador conhecer de perto a dinâmica de uma sociedade, que me senti instigada e propus o desenvolvimento deste trabalho.

De forma um pouco mais objetiva, a possibilidade de investigar o processo de escolarização do município de Rio Pomba/MG foi vislumbrada durante a realização de uma outra pesquisa, também voltada para os estudos sobre a história da educação, que realizei durante o Curso de Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, nos anos de 2004 a 2006.<sup>19</sup>

Tal pesquisa teve como proposta resgatar a história da criação e dos primeiros anos de atividades de uma Instituição Escolar (1956 – 1968): o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG, hoje *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba, criado como Escola Agrícola, na década de 50 (século XX).

Foi durante o trabalho de coleta de dados, de um modo especial aquele oriundo das fontes escritas, que pude perceber que alguns tipos de documentos - entre os quais destaco o jornal local *O Imparcial* - constituíam-se detentores de inúmeras informações não somente sobre a história da instituição que estava em evidência naquela pesquisa, como também sobre a história da educação municipal, de forma mais abrangente.

Tomada de certa forma por um misto de curiosidade e apreço pelo material, pus-me a visitar, sem maiores pretensões, os exemplares dos anos anteriores à periodização que estava em questão na pesquisa do mestrado (1956-1968). Esses exemplares traziam informações sobre a implantação das instituições criadas em épocas passadas, além de abordar questões mais abrangentes que possibilitavam a análise dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais dos distintos momentos, em uma perspectiva local e global.

Posso afirmar assim que, por meio do contato com essa fonte (o jornal local), associado às demais questões anteriormente expostas sobre o objeto de pesquisa e minha relação com o mesmo, surgiu o interesse pelo trabalho investigativo do qual aqui apresento o desenvolvimento e os resultados.

---

<sup>19</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras:** um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação / Universidade Federal de Juiz de Fora / Minas Gerais / Brasil, 2006.

### c - As unidades de análise: uma breve apresentação das escolas

Apresentamos, neste tópico, as quatro escolas que se constituíram as unidades centrais de análise da pesquisa. O texto que se segue foi elaborado a partir dos históricos constantes dos regulamentos das escolas, do jornal *O Imparcial*, de modo especial, de sua edição extraordinária, publicada no ano de 1958, bem como de documentos constantes nas secretarias dos estabelecimentos de ensino aqui referenciados.

A escola que se fez a primeira unidade de análise do trabalho, o **Grupo Escolar do Pomba**, atual *Escola Municipal São José*, foi criada em 1912 e inaugurada em 1915. Está situada na Av. Dr. José Neves, no centro da cidade.

Caracterizando-se, ao longo de sua trajetória histórica, desde sua fundação, como uma instituição pública de ensino primário, o estabelecimento, nos primeiros anos de suas atividades chegou a ser referenciado com o nome de *Grupo Escolar Francisco Peixoto*, em homenagem ao político que participou do processo de sua criação.

No entanto, em fins da década de 1920, a Instituição Escolar passou a ser tratada, na localidade, pelo nome de *Grupo Escolar São José* e assim permaneceu até o ano de 1997, quando deixou de pertencer à rede de escolas geridas pelo governo do estado de Minas Gerais e passou a ser de responsabilidade do governo municipal. A partir da autorização da “municipalização”, sua denominação passou a ser *Escola Municipal São José*.<sup>20</sup>

Atualmente, a Instituição Escolar ministra os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, para os alunos em idade dita regular, como também para aqueles que não o cursaram quando crianças, na modalidade de *Educação de Jovens e Adultos*.

A segunda escola em foco na pesquisa foi a **Escola Normal Regina Coeli**, atual *Colégio Regina Coeli*: instituição privada/católica, criada em 1928, mantida pela Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. Sua sede, em Rio Pomba, fica na Rua Madre Cabrini, também no centro da cidade.

Juntamente com o *Colégio Boni Consilii* e o *Colégio Madre Cabrini* na cidade de São Paulo, e com o *Colégio Regina Coeli*, no Rio de Janeiro, a Instituição de Rio

---

<sup>20</sup>Resolução nº 8237/97, de 29 de dezembro de 1997, da Secretaria de Estado e Educação, que autoriza a municipalização, publicada no jornal oficial do estado *Minas Gerais*, no dia 13/08/1998.

Pomba forma o que poderíamos chamar de “rede” de escolas mantidas pela congregação supracitada, no Brasil.

Firmou-se na localidade como uma instituição formadora de professores, embora tenha atuado também na educação profissional, quando da abertura de um curso de comércio no ano de 1940 e do curso Técnico em Contabilidade, no ano de 1972<sup>21</sup>.

Em fins do século XX o *Colégio Regina Coeli* de Rio Pomba ministrava as quatro últimas séries do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Seu curso “Normal” foi extinto e foram criadas as séries iniciais do Ensino Fundamental e, posteriormente, o pré-escolar (última etapa da Educação Infantil).

Atualmente, o *Colégio Regina Coeli* ministra cursos regulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Caracteriza-se, portanto, como uma instituição de Educação Básica.

O ***Ginásio Municipal Pombense***, atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, foi a terceira unidade de análise desta pesquisa.

A instituição foi criada no ano de 1937, iniciou suas atividades ministrando o curso preparatório para os exames de admissão ao Curso Ginásial, este com início no ano de 1938.

Em 1955, de acordo com a Lei Estadual nº 1.237 de 14 de fevereiro, seus bens móveis e imóveis foram doados ao estado de Minas Gerais, ficando a Escola sob a responsabilidade do governo estadual e passando a denominar-se *Ginásio Estadual de Rio Pomba*.

Em 1963, quando a instituição já ministrava o curso Ginásial e o Colegial, seu nome foi novamente alterado, pela Lei Estadual nº 2.970 de 16 de novembro, passando a chamar-se *Colégio Estadual Prof. José Borges de Moraes*, em homenagem ao seu primeiro gestor.

Atualmente, denominada *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, a Instituição, situada na Rua Felemon Torres, no centro de Rio Pomba, ministra do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, como

---

<sup>21</sup>Não temos dados que certifiquem o ano de extinção do Curso de Comércio. No entanto, os exemplares de *O Imparcial*, dos dias 11/12/1949 e 03/12/1950, leva-nos a supor que a Instituição formou sua última turma, neste curso, no ano de 1949. Já o Curso Técnico em Contabilidade formou sua última turma, de acordo com o livro de Atas de Resultados Finais, arquivado da Secretaria da Escola, no ano de 1989.

também as séries correspondentes a esses anos, tanto do Ensino Fundamental como do Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A **Escola Agrícola de Rio Pomba/MG**, atual *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba*, criada pela Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956 foi a quarta e última escola em foco na pesquisa. Inaugurada em 16 de agosto de 1962, esteve subordinada, inicialmente, ao Ministério da Agricultura<sup>22</sup>.

A Instituição teve em sua trajetória várias reestruturações e, em função destas, recebeu diferentes denominações. *Ginásio Agrícola de Rio Pomba*, pelo Decreto nº 53.558 de 13 de dezembro de 1964, época em que manteve o curso *Ginasial Agrícola*, já oferecido pela Escola desde o ano de 1963.

Em 1968, o Decreto nº 62.178 de 25 de janeiro autorizou a Instituição a funcionar como *Colégio Agrícola*, passando a oferecer o *Curso Técnico Agrícola*<sup>23</sup> e extinguindo gradativamente o curso *ginasial*.<sup>24</sup>

Sua denominação foi novamente alterada no ano de 1979, pelo Decreto nº 83.935 de 04 de setembro, passando a chamar-se *Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba/MG*.

No ano de 2002 foi transformada em *Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba* (CEFET-RP), (Decreto de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial da União de 14/11/2002), o que possibilitou uma expansão de cursos profissionais - no que tange a seus níveis e áreas - e à criação de cursos de graduação e pós-graduações.

Em 30 de dezembro de 2008 passou a se constituir como o *Campus Rio Pomba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais*. A instituição, instalada na zona rural do município de Rio Pomba, distante a, aproximadamente, 4km (quatro quilômetros) da cidade, oferece, regularmente, cursos técnicos profissionalizantes, bem como cursos de graduação e pós-graduação.

---

<sup>22</sup>Em 1967 foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura.

<sup>23</sup>O *Curso Técnico Agrícola* teve sua denominação alterada em 1976, passando a denominar-se *Curso Técnico em Agropecuária*.

<sup>24</sup>O *Curso Ginasial Agrícola* foi totalmente extinto em 1971.



#### **d - A pesquisa: questões, objetivo e relevância**

A investigação que ora apresentamos elegeu como seu objetivo principal compreender como ocorreu o processo de escolarização do município de Rio Pomba, que se fez, aproximadamente, nas seis primeiras décadas do século XX, considerando a cadência temporal existente na implantação dos diversos níveis e modalidades de ensino e concebendo os fenômenos educacionais como uma construção histórica advinda das maneiras - múltiplas e particulares - pelas quais os sujeitos históricos se relacionam com o contexto, ou seja, das formas como eles se apropriaram e representaram os diversos fenômenos histórico-sociais.

Assim, nosso intento foi resgatar essa história da educação no município, “considerando-a em relação ao contexto social, em que se insere, observando seu significado dentro de um determinado processo, na presença de fatores sociais, políticos e econômicos que se influenciam mutuamente”<sup>25</sup>.

Centramo-nos no pressuposto de que, a despeito da criação e da implantação de cada escola em Rio Pomba terem se constituído como projetos distintos, dotados de objetivos, características e significados específicos, eles fizeram parte de um planejamento educativo do município e mantiveram relações intrínsecas um com o outro.

Assim, a criação de cada escola poderia ser considerada como sendo componente de um projeto de maior abrangência que fora planejado e executado de forma paulatina e ao longo do tempo. Presumimos também que a efetivação de tal projeto, embora estivesse relacionado tanto às necessidades e anseios da comunidade local, quanto a questões sociais de maior abrangência, teve sua concretização diretamente vinculada a questões e atuações políticas.

De forma mais elucidativa, partimos da hipótese de que, a despeito de as escolas terem sido implantadas no município em momentos/contextos históricos distintos, constituírem-se frutos de distintas iniciativas (pública e privada); das diferentes esferas de governo brasileiro (municipal, estadual e federal) e se destinarem a públicos e funções diversas, as instituições, em seu conjunto, fizeram

---

<sup>25</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p.23.

parte de uma proposta educativa mais ampla que teve como “elementos propulsores” aspectos mais ligados aos anseios da comunidade local e como “elementos promotores” aspectos mais relacionados à política.

Nosso trabalho de pesquisa teve como questões norteadoras as seguintes perguntas:

- *Como era o contexto sócio-político-econômico-cultural em que foram criadas as instituições?*
- *Quais as razões que moveram a criação das escolas, ou seja, quais os elementos motivadores e propulsores da decisão em escolarizar os saberes dito primário, normal, secundário, profissional naquele tempo e lugar?*
- *Quais os “personagens” se destacaram no processo de criação e instalação das distintas escolas?*
- *Qual (ou quais) o papel reservado a cada escola implantada e quais eram os pensamentos educativos que circulavam?*
- *Como foi recebida pela sociedade local cada uma das instituições criadas?*
- *Quais os significados que comportavam os trabalhos desenvolvidos por cada escola e que, certamente, promoveram e justificaram sua permanência no seio social?*

Podemos considerar que este estudo que se voltou para a percepção dos significados e dos papéis reservados à educação escolarizada, ao longo de aproximadamente seis décadas do século XX, fez-se relevante por se constituir como um contributo para a história da educação brasileira e, de um modo especial, para a historiografia da educação mineira, tendo em conta que um estudo histórico, em uma perspectiva local, permite desvelar novas e diferentes experiências, particulares e específicas de uma dada realidade e, assim, possibilita acrescentar elementos para uma melhor compreensão do contexto global.

Para além dessa contribuição, a análise desse processo de escolarização (situada em uma dimensão *meso*), pode servir como um instrumento motivador e direcionador de novas investigações que se voltem à compreensão mais pormenorizada e aprofundada dos vários elementos inerentes a cada uma dessas escolas, considerando que, apesar de, neste trabalho, tocarmos em situações

cotidianas das instituições, sempre que percebíamos as contribuições destas para a investigação, o cotidiano das escolas não se constituiu, aqui, nosso objeto central de análise.

Outro ponto que concebemos como relevante e que se relaciona à realização do trabalho é o fato de percebermos que uma pesquisa histórica sobre a sociedade/educação de Rio Pomba comporta um significado especial para a comunidade municipal, vez que a “história do município” é considerada, na localidade, como um de seus maiores patrimônios.

Tendo em mente os elementos-chave que participam da pesquisa, estruturamos o texto do trabalho em cinco capítulos.

No primeiro, abordamos os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Nele, são apresentadas, num primeiro momento, as ideias e registros dos autores que fundamentam e dão suporte à investigação, ou seja, os diálogos empreendidos com os autores nos quais nos ancoramos e que nos ajudaram a alicerçar nossa proposta de trabalho. Em um segundo momento, relatamos o caminho metodológico percorrido durante o processo de proposição do tema e dos trabalhos de coleta, organização, análise e apresentação dos dados.

O segundo capítulo aborda a gênese e implantação do primeiro grupo escolar de Rio Pomba, criado em 1912. Procuramos perceber o significado de sua criação para uma sociedade que vivia a “Primeira República”, buscando estabelecer relações dessa necessidade de escolarizar o ensino primário com os demais aspectos que envolviam o contexto social no período.

O terceiro capítulo tratou do “surgimento” da *Escola Normal Regina Coeli*, ocorrido no ano de 1928, instituição escolar voltada para a formação de professoras (do sexo feminino), de iniciativa particular, dirigida pelas freiras da Congregação do Sagrado Coração de Jesus.

No quarto capítulo a ênfase voltar-se-á para a criação e instalação do *Ginásio Municipal Pombense* (1937), instituição que se ocupou com a “educação” secundária da sociedade, de um modo especial com a formação dos rapazes, e que comporta uma história fortemente marcada pelas questões locais.

A criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba*, que ocorreu no ano de 1956, foi o objeto central de estudo do quinto capítulo da pesquisa. Procuraremos perceber, de forma mais articulada com as instituições que a antecederam e com a sociedade

como um todo, como ocorrera a implantação da educação profissional agrícola no município.

Assim, nosso trabalho consistiu em estudar cada projeto de forma mais particularizada e, na parte destinada às “conclusões”, que se faz exposta sequentemente ao quinto capítulo, procuramos expor os “nexos” existentes entre um e outro projeto educativo que foi implantado no município de Rio Pomba. Esperamos, assim, compreender - e explicar - como se efetivou esse processo de escolarização do município, bem como discutir sobre os fenômenos que nos permitem identificar as continuidades e as rupturas nele existentes.

## **CAPÍTULO I**

### **1. QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

#### **1.1 Algumas reflexões teóricas**

A história é uma releitura do passado. No nosso entender, ela constitui uma (re)construção subjetivada dos fenômenos de outrora, já que está sujeita a interpretações, percepções e pontos de vista de quem se propôs a reconstituí-la. Tal (re)construção se processa a partir de uma visão da atualidade.

Partindo desse princípio é que entendemos que o primeiro desafio do historiador é compreender sua realidade, pois é desse lugar, do atual, do vivido, que se fará ouvir a sua voz.

Ao mesmo tempo em que precisa estar consciente do presente, deve ter em mente que o significado dos contextos históricos são distintos e que tentar compreender o passado por meio de um olhar crítico do seu tempo não pressupõe que essa releitura deva se dar por meio de uma comparação que classifica e atribui rótulos de progresso ou retrocesso aos fenômenos sociais.

É necessário mergulhar no fato passado a ser investigado, procurando incorporar os significados dos acontecimentos históricos processados naquela época. É essencial que o historiador sinta-se, de certa forma, personagem daquela história, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos históricos aos mais distintos fenômenos vividos.

No nosso entender, essa é a chave da primeira passagem que compõe o longo e sinuoso caminho a ser trilhado pelo historiador: compreender o tempo vivido

e ter consciência de que é a partir do seu olhar que ele vai interpretar o passado. Um olhar de quem vive o hoje, mas que foca o passado como presente em que um dia se fez. Presente e passado, história vivida e história narrada, distinguem-se no mesmo instante em que se articulam.

Tendo essa premissa como um dos princípios nos quais se fundamenta este trabalho, podemos considerar que, em relação às questões teóricas e metodológicas, nossa pesquisa escudou-se nas novas possibilidades de perspectivar a história da educação, advindas do processo de transformação pelo qual passou – e tem passado – a produção historiográfica das últimas décadas. Possibilidades estas que envolvem as questões abertas e lançadas pela “Nova História” - em especial pela perspectiva cultural de análise do social - que vem redesenhando os objetos de pesquisa e propondo novas formas de olhar, pensar e analisar os fenômenos históricos.

No âmbito da Nova História (um movimento renovador da historiografia europeia que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX), a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na educação como sistema, como instituição) para uma história problema aberta às relações da educação e das instituições educativas, na sua diversidade sociocultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e temas inovadores<sup>26</sup>.

Entretanto, essa nova forma de historiar a educação – que envolve a ampliação do conceito de documento histórico e a expansão dos temas e do arcabouço teórico-metodológico das investigações – ao mesmo tempo em que abre um leque de novas possibilidades de compreensão da realidade exige, por parte do pesquisador, maiores cuidados em relação às interpretações, aos procedimentos metodológicos e à ancoragem teórica, para que aufera o desejado equilíbrio entre o rigor científico e a liberdade de análise.

Essas são algumas das ideias que participaram do olhar com que nos propusemos a desenvolver este trabalho investigativo. São essas concepções que subjazem a nossa pesquisa, ou seja, ancorados em tais princípios é que nos

---

<sup>26</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p.91. (Estudos CDAPH. Série historiográfica)

sentimos comprometidos e procuramos compreender o processo de escolarização de Rio Pomba/MG.

Em se tratando dos elementos que atribuem a este trabalho o caráter acadêmico, ou seja, pensando nas componentes as quais consideramos como sendo os elementos de validação científica que participam desta pesquisa, percebemos que alguns pontos merecem ser ressaltados.

Este é um trabalho que se inscreve, preponderantemente, em uma situação “meso” de análise, seja no que se refere ao tempo, ao espaço, assim como ao próprio objeto de estudo. Como previne Bernard Lepetit (1998), “escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado”.<sup>27</sup>

Referimo-nos a um período de, aproximadamente, 50 (cinquenta) anos de história, portanto aborda um arco temporal relativamente médio, por contraste com a longa duração que anda em torno de períodos seculares e com a curta duração que é, em regra, factual ou geracional.

Em termos de territorialidade, faz-se um estudo local, que, no entanto, estabelece constantemente relação com espaços *micro* em relação a ele (seus espaços socioculturais, de um modo especial as escolas), como também busca, frequentemente, conexões com os espaços de maior abrangência, tendo o município como elemento de referência (a região, o estado e o país nos quais se insere). A dimensão meso permite conhecer, caracterizar os agentes históricos e adequa-se à fonte histórica mais utilizada neste estudo – a imprensa local.

Ainda sobre a questão da característica intermediária do trabalho, trata-se de uma pesquisa que elegeu como objeto de estudo “o processo de escolarização de um município”. Assim sendo, não centra suas atenções em situações cotidianas educacionais, as quais consideramos relações que necessitam de foco mais aproximado, que, em relação ao objeto, estaria em uma dimensão micro, como também não se propõe estudar os assuntos mais gerais da historiografia da educação, como, por exemplo, as relações entre educação e os aspectos políticos, religiosos, culturais e econômicos da nação. Situa-se, pois, - tendo como base esses referenciais - como também estando em uma perspectiva intermédia.

---

<sup>27</sup>LEPETIT, Bernard. **Sobre a escala na história**. IN: REVEL, Jacques. Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 90 e 91.

Essa característica *meso*, no nosso entender, contribuiu com a sistematicidade da pesquisa, considerando que comediou o esforço de abordar as diversas questões e fenômenos históricos que participaram da investigação, tendo em mente seu arcabouço teórico-instrumental, ou seja, contribuiu com o propósito de auferir os resultados objetivados de forma articulada com a proposta teórico-metodológica, o objeto e as problemáticas de investigação.

No empenho em dotar o trabalho de análises consistentes, ou seja, de explicar os fenômenos tentando aproximar a reconstrução histórica, dentro do possível, da realidade outrora vivida, fizemos uso de documentos validados, de certa forma, pela sociedade, ratificando nossas inferências com exposições de relatos, categorias e atitudes de uma época<sup>28</sup>.

Procuramos assegurar a consistência dos resultados de nosso estudo também por meio do cruzamento de fontes, sempre que oportuno e possível. Nesse quesito, mantivemos, ainda, ao longo dos nossos trabalhos investigativos, o cuidado de expor as referências de teorias análogas, por meio da promoção de paráfrases e do empreendimento de diálogos com outros estudiosos dos diversos assuntos aqui abordados.

O cruzamento de fontes e as referências teóricas utilizadas contribuíram também, no nosso entender, para comedir a subjetividade inerente à forma hermenêutica de análise aqui proposta.

A autenticidade da pesquisa está assegurada em dois principais aspectos: o primeiro refere-se à escolha do tema, merecedor de um estudo que ainda não se havia realizado; o segundo relaciona-se à forma como procedemos às análises aqui empreendidas, procurando interpretar os acontecimentos e entendê-los à luz dos sentidos atribuídos pelos sujeitos que os vivenciaram, ou seja, procuramos perceber a realidade fugindo à simples narração e repetição dos fatos, mas, sim, desconstruindo os fenômenos e buscando uma construção própria.

Nosso intento de empreender um trabalho coerente a seus propósitos passou pelo cuidado de dotá-lo de uma fundamentação teórica capaz de escudar nossas inferências, bem como de elaborar uma narrativa argumentativa estruturada de modo progressivo, tanto em relação à ordem cronológica dos acontecimentos,

---

<sup>28</sup>Por uma questão de fidelidade às fontes e visando possibilitar ao leitor maior aproximação com os elementos da época, mantivemos, nas transcrições dos textos, a grafia utilizada nos documentos originais.



quanto no que se refere à coerência processual do objeto de análise - o processo de escolarização do município. E, por fim, procuramos expor nossas conclusões tendo em mente os objetivos propostos e os acontecimentos analisados.

Assim, centrados no objetivo de compreender o processo de escolarização do município de Rio Pomba/MG e focados em perceber os sentidos atribuídos pela comunidade local – e regional - aos fenômenos inerentes à implantação das instituições escolares na localidade, percebemos a necessidade de expor nosso entendimento sobre termos que utilizamos ao longo do texto e que elegemos como sendo as “palavras-chave” deste trabalho investigativo, quais sejam: escola, escolarização e município.

A palavra *escola*, concebida como uma instituição educativa,<sup>29</sup> é, portanto, dotada de características inerentes às demais instituições sociais. Como nos é sugerido por Saviani (2005),

“[...] a palavra “Instituição” guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. [...] a instituição se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana. [...] Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por ele operados tendo em vista as finalidades por ela perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem.”<sup>30</sup>

Pensando a partir dessas ideias podemos inferir que a instituição é uma unidade de ação, constituída e organizada pelo homem para atender a determinados anseios e/ou necessidades sociais que carecem de uma forma sistemática (institucionalizada, organizada, formalizada) de funcionamento.

Focando, em particular, a instituição escolar, concebemo-la, pois, neste trabalho, como um conjunto de práticas, uma unidade de ação social, propriamente educativa, criada pelo homem com fins ao desenvolvimento de atividades

<sup>29</sup>Vale ressaltar que as *Instituições Educativas* não se restringem à escola (instituição escolar). Também entram nesse rol as instituições que desenvolvem trabalhos educativos informais (primários) ou formais (secundários), tais como: a família, os sindicatos, as associações em seus diferentes tipos, a Igreja, o Estado.

<sup>30</sup>SAVIANI, Dermeval; **Instituições Escolares**: conceito, história, historiografia e práticas. Cadernos de História da Educação, nº4, jan/dez 2005, UFU/MG, p. 28.

consideradas carecedoras de um processo dotado de intencionalidade, formalização e sistematicidade.

No nosso perceber, uma vez criadas as instituições escolares, implantadas em distintos espaços e tempos e atuando como propiciadoras de apropriações/desapropriações de saberes, crenças e atitudes, elas se tornaram produtoras de cultura, ao mesmo passo em que se fizeram produtos culturais, constituindo-se elementos portadores de identidade própria. Fazendo uso das palavras de Magalhães (2004),

Na sua ação concreta e do cotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e de identidade. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjuntura e circunstâncias históricas específicas, estas instituições, se bem que estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objetivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas.<sup>31</sup>

A ideia de análise da gênese de cada escola, constante desta investigação, perpassa, assim, pela compreensão de seu processo de condição instituinte, dos comportamentos, representações e projetos dos sujeitos envolvidos na história de sua criação, da realidade material e sociocultural do contexto que participa de cada fenômeno histórico em pauta.

Para a exposição de nosso entendimento do termo *escolarização*, apoiamos-nos na ideia que nos é dada por Faria Filho (2003). Assim, comungando da concepção do historiador, o termo “escolarização” se fez aqui entendido – e utilizado – como tendo um duplo sentido.

Em primeiro plano, ele designa o processo de criação e implantação das escolas e dos aparatos administrativos e legais que são instituídos em uma sociedade para que uma rede de sistematização dos conhecimentos seja implementada, ou seja, a escolarização foi percebida como **a materialização jurídica e física da escola**<sup>32</sup> – juntamente com os fenômenos sociais que estão

<sup>31</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p.69.

<sup>32</sup> Grifo nosso.

envolvidos nesse processo de criação e implantação das instituições em um dado local.

Em outra direção, ou melhor, em um sentido mais denso, o termo “escolarização” foi concebido como “o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados.”<sup>33</sup>

Nessa perspectiva, para além de analisarmos o processo de materialização jurídica e física das escolas, analisamos também os significados e as influências recíprocas entre elas e a comunidade, tendo em mente que o termo “escolarização” aqui também representa o processo de produção de referências tendo como eixos a escola e a comunidade; as relações estabelecidas entre elas, as influências da sociedade na vida escolar, bem como da escola na vida em sociedade.

Podemos afirmar que a segunda concepção do termo foi nossa guia de investigação sobre as implicações e repercussões na vida social advindas do processo de institucionalização dos saberes, como também dos reflexos no ambiente escolar causados pelas influências do social. Em síntese, a segunda concepção de “escolarização” contribuiu na nossa busca pela compreensão dos reflexos da escola para além de seus muros e das influências externas na vida escolar.

Nesse sentido, estivemos atentos para o fato de que

Toda a ação educativa é de natureza instituinte e reflexiva. A instituição afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente com o público-alvo, mas também é afectada pelas culturas, expectativas e influências do meio local.<sup>34</sup>

Dessa forma, buscamos investigar o processo de escolarização de Rio Pomba, considerando-o em seu duplo sentido e atentos para a relação de projeção e reflexividade existente entre a “escola” e a “sociedade”.

O município, termo também em foco no trabalho de pesquisa, faz-se aqui o “território” escolhido para este estudo e é entendido, partindo de seu sentido denotativo, como uma divisão territorial administrativa do estado. Assim, a

<sup>33</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes. **O processo de escolarização em Minas Gerais**: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, T. N. L.; VEIGA, C. G. (org). História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.78.

<sup>34</sup>MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p. 165. (Estudos CDAPH. Série historiográfica)

concepção de *município* envolve a ideia de delimitação e de relativa autonomia administrativa, o que implica pensá-lo como uma instância dotada de peculiaridades que lhe conferem uma identidade. Portanto, “dadas a sua singularidade, unicidade e elementaridade, remete para um espaço de contornos e localização definidas”.<sup>35</sup>

Sobre o termo *município*, o que se mostra de maior relevância é perceber que o local “é identitário e ponto de referência para as comunidades e para os indivíduos”<sup>36</sup> e que, em se tratando especificamente da *História da Educação Brasileira*, os municípios constituem-se importantes unidades de análise pela peculiaridade que envolve o processo educativo de cada uma dessas circunscrições territoriais.

Se pensarmos mais especificamente no estado de Minas Gerais, o apelo analítico de estudos sobre a educação nos municípios torna-se de especial significado, considerando que esse estado, desde os primórdios da República brasileira, procurou estender aos municípios a ele pertencentes a responsabilidade que lhe fora passada pelo governo central, no que se referia à educação primária.

Com relação à educação, a Constituição estadual oferecerá às câmaras municipais a “livre deliberação” sobre a instrução primária, responsabilizando-as juntamente com o estado pela implementação desse ensino. Isso pode ser visto no inciso IV do art. 75, que reserva aos municípios alguns direitos que, numa realidade marcada pela descentralização de responsabilidades, soam mais como deveres.<sup>37</sup>

Essa situação - somada, na época, à crença no poder regenerador da educação, no que se referia à criação de uma nova sociedade brasileira (organizada e civilizada) e tendo também em mente que a extensão da responsabilidade educativa aos municípios constituiu-se uma oportunidade de as elites dirigentes locais vislumbrarem a possibilidade de tirarem proveito da situação para a concretização de objetivos particulares, para a disseminação de ideologias, para a manutenção da ordem e delimitação de uma identidade municipal – implicou uma centralidade da educação nos seus projetos político-administrativos.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O local e a educação**: para a história do município pedagógico. IN: Revista de Administração Local. CEDREL / Lisboa – Portugal, nº 215, Setembro-Outubro de 2006, p. 608.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, 2006, p. 613.

<sup>37</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município pedagógico**: proposta de uma nova categoria para a compreensão da história da educação brasileira no final do século XIX. Anais da V Jornada do HISTEDBR [CD-ROM], Sorocaba/SP, 2005, p.9.

<sup>38</sup> GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005.

Essa dimensão “pedagógica” do município, ou seja, a centralidade que a educação passou a ocupar em seus projetos, associado à singularidade que participa de nossa concepção do termo *município*, faz-nos perceber o estabelecimento de uma relação entre a educação, o desenvolvimento socioeconômico e a legitimação do poder local, assim como também confirma as peculiaridades existentes no processo educativo de cada circunscrição.

As concepções aqui abarcadas tiveram como suporte as ideias de *apropriação/representação* propostas pelo historiador francês Roger Chartier (2002), tendo em mente que, como o próprio autor afirma, foram percebidas por meio de uma “outra produção” de seu texto, que envolveu nossa maneira de ler, ser, interpretar e estar no mundo.

Adotamos, portanto, a noção de *apropriação* entendida como um movimento de interiorização, por meio do qual os agentes sociais constroem maneiras próprias de consumir os produtos oferecidos ou impostos por um dado sistema social, isto é, nas palavras do autor, a capacidade de “instaurar uma coerência própria nos modelos que lhe são impostos, contra sua vontade ou não, pelos grupos ou modelos dominantes”.<sup>39</sup>

Quanto à ideia de *representação*, permitimo-nos concebê-la, à nossa maneira, associando-a a um complexo movimento de externalização das apropriações, ou seja, utilizaremos o termo *representação* para nos referir ao processo pelo qual o sujeito (individual ou coletivo) externaliza, por meio de mecanismos diversos, para seu próprio “eu” ou para o outro (individual ou coletivo), os sentidos, os significados atribuídos aos fenômenos sociais por meio dos processos de apropriação.

No entanto, entendemos que esse movimento de internalização e externalização não se processa em um sentido linear, mas que, ao contrário, é multifacetado, cíclico, constante e envolve complexas e diversas articulações e dispositivos mentais.

A utilização dessas concepções, na investigação, sugere, também, reflexões sobre algumas ideias que a elas se relacionam. Trata-se das ideias que envolvem “criação e consumo”, “produção e recepção”, e que nos ajudam a melhor compreender e empregar os conceitos de *apropriação/representação*.

---

<sup>39</sup>CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002, p. 53.

As análises empreendidas por Chartier (2002) levam-nos a perceber que o espaço existente entre “produção” e “consumo” comporta estratégias de interpretação pelas quais os consumidores constroem suas significações. Dessa maneira, aquele que, em dado momento se coloca na condição de receptor, aquele que consome um determinado produto cultural, foge à passividade que histórica e tradicionalmente lhe foi imputada.

Ler, olhar ou escutar são, de fato, atitudes intelectuais que longe de submeter o consumidor à onipotência da mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o modela, autorizam na verdade reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência. [...] Longe de terem a absoluta eficácia aculturante que lhes é atribuída com demasiada frequência, esses dispositivos de toda ordem (dos quais fazem parte grande número dos materiais que são objetos da história cultural) deixam necessariamente um lugar, no momento em que são recebidos, à variação, ao desvio, à reinterpretção.<sup>40</sup>

Essa ideia de que são as estratégias de interpretação do consumidor que constroem as significações, tomando o consumo como “outra produção” – ou seja, entendendo que, ao consumir um produto cultural, o receptor assume uma atitude inventiva, consciente e ativa, por meio da qual ele atribui significados e sentidos que se constituem em *representações* diferentes daquelas que o produtor tencionou em sua obra – derruba por terra, de certa forma, a ideia da onipotência das macro-estruturas sobre os indivíduos, idealizada pelas teorias que dividem a sociedade em grupos, a partir de uma análise que privilegia o econômico e, simultaneamente, corrobora a ideia de que o social é cultural e historicamente construído e que, nessa construção, estão articulados fatores dos mais diversos aspectos e naturezas.

Assim, é preciso suspeitar de uma concepção que advoga em favor de um raciocínio que leva a pensar que os fenômenos sociais são construídos e organizados inevitavelmente de acordo com uma estrutura socioeconômica previamente definida. É necessário considerar que a construção dos fenômenos sociais envolve outros princípios de organização e uma complexidade de relações e articulações que ultrapassam a questão econômica. Portanto, o que passa a ser essencial é compreender como o social é culturalmente construído, ou seja, como as diversas situações, como os diversos discursos, são apreendidos, manipulados e representados pelos sujeitos.

---

<sup>40</sup>CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002. p.53.

Entendemos que essas ideias aqui discutidas, e que estão sintonizadas com a perspectiva cultural de análise, constituíram uma possibilidade de melhor compreender e explicar a realidade social, mas que, ao mesmo tempo, exigiram um olhar mais apurado sobre as informações contidas nas fontes, considerando, pois, as significações que essas comportavam.

Jamais o texto, literário ou documental, pode anular-se como texto, isto é, como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura. O que leva a não tratar as ficções como meros documentos, supostos reflexos da realidade histórica, mas a estabelecer sua especificidade enquanto texto situado em relação a outros textos e cuja a organização e forma visam a produzir algo diferente de uma descrição. O que conduz, a seguir, a considerar que os “materiais-documentos” obedecem, eles também, a procedimentos de construção onde se investem os conceitos e as obsessões de seus produtores e onde se marcam regras de escritura particulares ao gênero de que fazem parte.<sup>41</sup>

Em síntese e no nosso entender, a grande contribuição trazida por esse aparato teórico que aqui apresentamos e discutimos foi a possibilidade de se perceber as relações estabelecidas entre os sujeitos (individual ou coletivo), a partir da reconstrução dos contextos nos quais os discursos foram produzidos, apropriados e representados. Representações estas que permitiram analisar uma dada realidade, conferindo a ela um determinado sentido.

Essa opção teórica pressupôs conceber as instituições escolares e a sociedade de Rio Pomba não somente como reprodutoras dos ideais e discursos proferidos por um determinado grupo social, mas, sim, pensar nessa relação como uma “via de mão dupla”, ou seja, como produtoras e reprodutoras de culturas. Permitiu-nos considerar que tal comunidade construiu e utilizou uma maneira própria de significar e acolher essas instituições no município, partindo do entendimento de que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos dão sentido a seu mundo”.<sup>42</sup>

Ao procurar perceber os significados do processo educativo instaurado em um município - questão que perpassa pela dimensão afetivo-social e que envolve

<sup>41</sup> CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002, p.56.

<sup>42</sup> CHARTIER, 2002, p. 66.

uma “criação mental” que atribui sentido às várias circunstâncias e fenômenos que constituem o cotidiano de um grupo -, fomos levados à utilização do termo *imaginário social*. Tal expressão é aqui entendida como uma produção cultural e coletiva, formada por um conjunto de relações imagéticas que atuam na memória da comunidade.

Assim, utilizaremos o termo *imaginário social* como sendo uma base ideológica, cultural e socialmente construída a partir de discursos e símbolos que se afirmaram no interior de uma lógica comunitária e que serve de parâmetro para que a comunidade atribua juízo de valor a um determinado fenômeno social, modele condutas e estilos de vida, delineie trajetos, atue na preservação da situação vigente ou no empreendimento de mudanças.

## 1.2 Procedimentos Metodológicos

A escolha dos procedimentos metodológicos foi efetivada tendo como fundamento algumas razões sobre as quais buscaremos discorrer a seguir.

Podemos eleger, como primeira, apesar de não acreditarmos na existência de uma ordem hierárquico-classificatória entre as mesmas, o fato de concebermos que eles serão pertinentes e consistentes quanto ao objeto, aos objetivos, ao recorte temporal e à perspectiva de análise proposta para essa investigação.

Para expor um segundo fator que nos moveu à definição desses procedimentos, fazemos uso das palavras da professora Bernadete Gatti (2002), que expõe: “Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo”.<sup>43</sup> Com essa afirmação, a autora reitera a ideia – da qual também comungamos - de que a opção metodológica deve estar sintonizada com a relação pesquisa-pesquisador, em uma perspectiva subjetiva e humana, a fim de que a investigação constitua um labor prazeroso, instigante e criativo.

---

<sup>43</sup>GATTI, Bernadete. **Algumas Considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais**. Educação em Foco, Juiz de Fora: volume 07, número 01, 2002.



Elegemos, também, os procedimentos a serem adotados concebendo o método não como uma sequência linear de passos e etapas ou como uma receita a ser seguida de forma ritualística e mecânica, mas como um conjunto de meios e estratégias que envolvem idas e vindas, avanços e retrocessos e que é adotado pelo pesquisador como forma de compreender um dado fenômeno histórico, coadunado com e à luz de um arcabouço teórico.

O caminho metodológico perseguido durante o desenvolvimento desta pesquisa, que envolveu um trabalho de investigação em fontes escritas, esteve estruturado em fases distintas.

Assim sendo, eles serão apresentados em dois momentos (ou partes). Na primeira parte relataremos os procedimentos metodológicos que denominamos “estudo-piloto” e, em um segundo momento, focalizaremos o percurso trilhado sequentemente a essa etapa exploratória.

### 1.2.1 O estudo-piloto: (re) conhecendo o terreno, planejando o plantio, aspirando à colheita

*Debulhar o trigo  
Recolher cada bago do trigo  
Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão  
Decepar a cana  
Recolher a garapa da cana  
Roubar da cana a doçura do mel  
Se lambuzar de mel  
Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, propícia estação de fecundar o chão.<sup>44</sup>*

Imbuídos do propósito de mapear uma das fontes que foram utilizadas em nosso trabalho e que pode ser considerada a fonte central desta pesquisa, decidimos por desenvolver, no mês de dezembro do ano de 2007 e em janeiro e

---

<sup>44</sup> Letra da música “Cio da Terra”, que tem como compositores Milton Nascimento e Chico Buarque de Hollanda.

fevereiro de 2008, um trabalho de coleta e análise de dados, nos arquivos do jornal local, denominado *O Imparcial*.

É relevante reiterar que o estudo-piloto foi realizado como uma experiência exploratória, sendo nosso objetivo primordial neste trabalho “reconhecer o terreno”, isto é, averiguar as possibilidades de análise que ele comportava, perceber os objetivos do jornal, os assuntos que ele abordava (e como abordava), as estratégias discursivas utilizadas, o público que ele atingiu e, de um modo especial, como eram tratadas as questões educacionais.

Para a compreensão de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? Com esses dados preliminares é possível delinear um perfil provisório do periódico eleito como objeto/fonte de estudo. O primeiro levantamento fornece pistas para definir os caminhos a serem investigados.<sup>45</sup>

A escolha desse impresso como fonte histórica nessa investigação se efetivou em função de inúmeros fatores, quais sejam: constitui-se o jornal que circulou – e ainda circula - no município por um vasto período; sua publicação recua ao ano de 1896, fator que lhe confere especial significado, considerando que os demais tiveram períodos curtos de existência; trata de assuntos relacionados aos mais diversos aspectos inerentes ao mundo social (econômicos, políticos, religiosos, educacionais), o que permite um olhar mais abrangente da experiência cidadina, assim como também oportuniza uma articulação desses diversos fatores que constituem os fenômenos históricos; os exemplares do jornal estão arquivados de forma organizada, catalogados e encadernados ano a ano, respeitando uma ordem cronológica de publicação e, por fim, um último aspecto que consideramos também relevante e que se relaciona à escolha dessa fonte é a liberdade dada ao pesquisador, pela direção/equipe do jornal, para manusear os arquivos, além do interesse que demonstraram ter no desenvolvimento de pesquisas que o utilizam como fonte.

Para além de todos os fatores acima citados, a escolha do impresso como sendo a fonte central do trabalho encontra fundamento no fato de esse jornal ter sido o único impresso publicado, na localidade, ao longo de todas as décadas aqui

---

<sup>45</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª edição, 1994, p.13 e 14.

abarcadas, fornecendo-nos, assim, informações cronologicamente organizadas e de forma ininterrupta a partir do ano de 1918.

Escolhido o documento a ser analisado e utilizado de modo sistemático como fonte de informação, demos o primeiro passo para a realização desse “estudo-piloto”: empreendemos uma revisão bibliográfica acerca da utilização dos impressos como fonte histórica. Essa revisão foi de grande valia na medida em que serviu de suporte para a análise do jornal em si e, conseqüentemente, para a análise das informações que ele comporta.

Ancorados nos legados de alguns historiadores, dirigimo-nos aos arquivos com a pretensão de pesquisar os exemplares dos anos nos quais foram criadas as instituições. Nesse movimento, sentimos a necessidade de também pesquisar o ano que antecederia à criação de cada uma dessas instituições, a fim de que pudéssemos perceber os discursos em voga às “vésperas” desses acontecimentos.

Planejamos começar pelos exemplares dos anos de 1911 e 1912, ou seja, pelo ano de criação do primeiro grupo escolar do município – *Grupo Escolar do Pomba* – e pelo ano que antecedeu esse evento. Mas, lamentavelmente, fomos informados de que o jornal, criado em 1896, havia passado por dois períodos de interrupção de suas atividades, ficando sem ser editado, portanto, entre os anos de 1898 a 1900 e entre 1906 a 1917.

Optamos, então, por analisar os exemplares dos dois primeiros anos de sua publicação, após a criação do Grupo Escolar. Assim, começamos nossas pesquisas pelos exemplares de 1918 e 1919, procurando perceber os objetivos do jornal que recomeçava suas atividades e as possibilidades de análise sobre a história da educação no município, de um modo geral, e do Grupo Escolar, criado em 1912, em particular.

Os exemplares publicados nos anos de 1927 e 1928 constituíram o segundo período pesquisado. Eles abarcavam a data de criação da *Escola Normal Regina Coeli* e o ano que precedeu à sua fundação. Nesses exemplares procuramos averiguar o que eles abordavam sobre esse acontecimento em si, sobre os demais aspectos educacionais de Rio Pomba e também buscamos perceber o que se passava em seu entorno, ou seja, compreender o contexto sócio-político-econômico dos finais da década de 20 do século passado.

O advento da criação do *Ginásio Municipal Pombense* levou-nos à investigação dos exemplares dos anos de 1936 e 1937, por meio dos quais

intentamos captar o “clima” que envolvia a sociedade riopombense, nos finais da década de 30 do século XX e averiguar se a educação era tratada pelo jornal de forma tal que possibilitasse considerá-lo uma fonte para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Os jornais dos anos de 1955 e 1956 foram os últimos exemplares analisados. O objetivo central aqui foi (re)visitar o período de criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba*, considerando que, como mencionado anteriormente, essa instituição constituiu objeto de pesquisa da investigação desenvolvida no curso de mestrado.

Na segunda fase do estudo-piloto, ou seja, no trabalho de coleta de dados nos arquivos da empresa jornalística, adotamos como procedimentos para a recolha das informações, a leitura, a seleção dos artigos de maior interesse para a pesquisa e a fotocópia dos mesmos.

Ancorados no estudo bibliográfico e nas experiências vivenciadas anteriormente (no que toca à utilização desse jornal como fonte de pesquisa<sup>46</sup>) e nos dados coletados durante este trabalho, passamos à efetivação da terceira e última etapa do estudo-piloto: a análise dos dados e sua descrição.

Para apresentar os resultados deste estudo, estruturamos o texto a seguir subdividindo-o em três tópicos: o primeiro traz o resultado da revisão bibliográfica, ou seja, põe em voga algumas reflexões sobre a utilização do jornal como fonte de pesquisa, no segundo tópico fazemos uma caracterização do jornal local *O Imparcial* e, no terceiro, apresentamos os resultados desse mapeamento empreendido, no qual procuramos analisar o grau de pertinência e de viabilidade da utilização dessa fonte no desenvolvimento da pesquisa então proposta.

---

<sup>46</sup>Como já mencionado na “Introdução” desse trabalho, durante a pesquisa desenvolvida, nos anos de 2004 a 2006, o jornal constituiu umas das fontes escritas que foram utilizadas em sua elaboração.

### 1.2.1.1 O jornal como fonte para a pesquisa histórica: algumas reflexões

*... é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor.*  
Roger Chartier<sup>47</sup>

Documento escrito, pertencente à classe dos impressos<sup>48</sup> e que se revela portador de inúmeras possibilidades de análises dos fenômenos sociais em seu conjunto e da história da educação, em particular, o jornal vem se afirmando, entre os pesquisadores da área, como uma fonte de memória de grande valia.

Certamente, esse reconhecimento e constante utilização dos jornais como fonte histórica encontra razão nas inúmeras contribuições e possibilidades que eles fornecem às investigações. Tentaremos discorrer sobre alguns desses contributos e permitir-nos-emos luzir aqueles que se relacionam mais especificamente às investigações histórico-educacionais.

O estudo nos jornais, de modo especial quando estes se encontram organizados em séries de publicação, possibilita ao investigador acompanhar o percurso de um determinado fenômeno social e fornece-lhe uma multiplicidade de informações reunidas e organizadas cronologicamente sobre os vários momentos e acontecimentos de que é constituído tal fenômeno.

Os jornais condensam toda uma informação, dispersa e esquecida, em milhares e milhares de páginas publicadas ao longo do período que escolhemos. Informação que, em muitos casos, não se encontra em outras fontes a que recorre o historiador. Justifica-se, pois, inteiramente a vantagem em dispor de um instrumento que facilite a pesquisa, tornando as fontes mais acessíveis numa ordem temática e cronológica.<sup>49</sup>

Em se tratando especificamente dos jornais de circulação periódica e frequente (diária, semanal, quinzenal, mensal), que abordam assuntos de interesses

<sup>47</sup>CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entra práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>48</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª edição, 1994.

<sup>49</sup>ADÃO, Áurea; MATOS, Sérgio Campos. **A Imprensa Periódica**: memória da educação. IN: TEODORO, António (org.). **Histórias (Re) Construídas**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p 61.

gerais de uma comunidade – como é o caso do jornal local que será analisado em nossa pesquisa – uma instigante contribuição está relacionada à possibilidade de visualizar o contexto social de uma determinada época, articulando os aspectos culturais, econômicos, políticos, religiosos e educacionais, considerando a diversidade dos assuntos que ele abarca.

Por trazer à baila assuntos distintos dos diversos aspectos que compõem o todo social e em suas múltiplas perspectivas (local, regional, estadual, nacional e internacional), esses jornais permitem, além de uma visão mais ampla das vivências de um determinado lugar, perceber as articulações existentes entre o local e o global. A essa possibilidade atribuímos significativa relevância, considerando que, desse modo,

Pesquisar a imprensa permite descortinar características singulares no campo educacional, mostrando as relações estabelecidas nos seres humanos numa determinada época, tanto no âmbito nacional como ainda no regional e local. Desse modo possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois por meio de iniciativas desse teor, busca-se preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macro-estruturais e, ainda, traz para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar seu saber e sua vivência.<sup>50</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, consideramos que a imprensa constitui lugar privilegiado para as investigações históricas, uma vez que possibilita um “mergulho” do historiador em uma determinada época passada. Sua capacidade peculiar de descrever os acontecimentos em um momento próximo àqueles em que eles ocorreram ou de discorrer sobre determinado assunto que se mostra patente em uma determinada época promove um jogo fascinante de viagem ao passado permitindo, assim, melhor compreender os significados e as implicações sociais daqueles eventos e discursos.

Não somente a multiplicidade de assuntos, como também a diversidade de redatores é outra peculiaridade dos jornais que julgamos ser de grande relevância para a análise histórica da educação. Por meio desse tipo de impresso, podemos escutar as vozes de diferentes agentes sociais: dos poetas, dos cientistas, dos religiosos, dos políticos, dos anônimos... Neles encontramos discussões das esferas

---

<sup>50</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p. 49.

pública e privada, projetos coletivos e individuais, maneiras diferentes de abordar um fato e ideias diferentes sobre um mesmo assunto.

A imprensa, de modo geral, é o espaço de projeção social do clamor, da polêmica, da resistência, dos conflitos, assim como também abriga as estratégias de imposição e persuasão. Fenômeno que, no nosso entender, permite perceber a natureza e a intensidade dos conflitos sociais e, em outro sentido, permite reconhecer os jornais como fonte possibilitadora de inúmeras problematizações do passado.

Nossa perspectiva de análise dos impressos, além de ser movida por todas as possibilidades aqui expostas, ancora-se ainda nas reclamações propostas pelas tendências historiográficas contemporâneas. Tendências estas que, como já mencionado, provieram do processo de renovação ocorrido durante todo o século XX que, além de denunciar a luta de uma comunidade intelectual num sentido de superar percepções e perspectivas de análises que, na concepção de seus membros, já se mostravam ineficientes para compreender a complexidade dos fenômenos sociais, trouxeram consigo uma expansão de perspectivas em relação aos problemas de pesquisa, aos objetos, às fontes e suas abordagens.

Assim sendo, entendemos essas discussões e reflexões em torno de um novo panorama para as abordagens históricas, que se mostram ainda presentes no interior da comunidade historiográfica contemporânea, como um procedimento que visa a avaliar e redirecionar as acepções e a maneira de conceber, de criar, de fabricar um produto histórico. Mudanças que envolvem relativização das informações recuperadas e uma análise interpretativa das mesmas.

Seja esse processo de renovação considerado ou como um conjunto de novas possibilidades de análise ou como a readaptação e redirecionamento de um modo de “fazer história” característico de períodos anteriores, ele contribui com a reflexão que aqui empreendemos, de forma mais incisiva, já que denuncia a necessidade de novas formas de abordar as fontes e, assim, obriga-nos – no bom sentido do termo – a um grande desafio, isto é, a lançar novos e multifacetados olhares sobre os exemplares do jornal.

Essa nossa posição em relação à fonte parte do pressuposto de que o “fazer história” deve advir de uma investigação arquivística que esteja acompanhada de uma reflexão sistemática sobre os fenômenos históricos em questão, de um filosofar

sobre os dados encontrados, de um procurar compreender como se processaram, quais os significados a eles atribuídos e os “mistérios” que comportam.

Entendemos que, ao tomar o jornal como fonte histórica, devemos situá-lo no contexto em que foi produzido, pensando-o como produto de uma gama de relações que envolvem acordos, conflitos, interesses, influências e forças que, por sua vez, podem implicar desvalorização, supressão ou evidenciação de certas questões. Como nos alerta Chartier (2002), “a tarefa parece menos simples quando cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade”<sup>51</sup>.

Para a compreensão de seu papel e de sua repercussão no meio social, torna-se mister ter o cuidado de não banalizar os complexos que circundam a produção dessa fonte – desde a seleção dos artigos até as estratégias de sua difusão na comunidade –, situando-a e considerando-a detentora de significados múltiplos, que ora se apresentam de forma mais explícita e que noutras vezes requerem estratégias mais elaboradas para serem desvelados, considerando que “o que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura”.<sup>52</sup>

A questão da objetividade/neutralidade/imparcialidade das informações constantes dos jornais parece-nos uma questão relativamente esclarecida no meio acadêmico/científico. O advérbio utilizado na afirmação anterior está relacionado à ideia de que, por um lado, no seio da comunidade intelectual, principalmente das ciências humanas, já se comunga da concepção de que todo documento, seja ele escrito, oral ou iconográfico, traz consigo a intenção, os ideais, os valores e os demais elementos que circunscrevem a realidade vivida por quem o produz. Portanto, nem os jornais nem os demais documentos são neutros, objetivos, imparciais. O que, entretanto, não justifica sua recusa como fonte de pesquisa, mas que, ao contrário, deve ser entendido como possibilidade de análises mais

---

<sup>51</sup>CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002. p.77.

<sup>52</sup>CHARTIER, 2002, p.56.



profundas, instigantes e propiciadoras de uma melhor compreensão das complexas relações que compõem os fenômenos sociais.

Em outra direção, essa análise exige uma forma particular de tratar as informações dos jornais que acreditamos ter como “chave” a forma como interrogamos o documento.

Assim, não nos importa procurar “porquês” numa perspectiva de busca linear de causas e efeitos. O que se faz relevante é procurar entender os processos, as articulações, as redes de contatos e perceber “como” eram representadas pelos sujeitos as diversas questões sociais, procurando compreender os significados dos assuntos debatidos, dos discursos proferidos, das informações prestadas, das estratégias discursivas constantes das notícias.

De forma mais pragmática, alguns elementos inerentes aos jornais são merecedores de uma análise mais enfática pelas descobertas que eles proporcionam quando analisados de forma articulada uns com os outros. Assim, destacaremos alguns desses elementos e empreenderemos algumas reflexões à sua volta.

Um primeiro elemento para o qual o historiador social deve atentar e procurar conhecer é o “espaço” que o jornal ocupa na sociedade, perceber como é sua projeção social, que raio de abrangência ele atinge. Para tanto, é necessário pesquisar aspectos como o número de exemplares impressos e postos em circulação; a quantidade de emissores e receptores; a forma como ele chega até os leitores – incluindo as questões financeiras para sua aquisição; quem é seu público-alvo; qual é sua periodicidade; quem são seus protagonistas; há quanto tempo ele circula na sociedade e se sua publicação e circulação são contínuas desde a fundação ou se passou por períodos de interrupção.

Acreditamos que a estrutura física do jornal (incluindo sua formatação) também é um fator relevante que merece uma análise mais cuidadosa por possibilitar compreender, de certa forma, seus objetivos e por permitir ao leitor criar uma imagem mental do feitiço do material. Para tanto, consideramos importante que o pesquisador descreva (e analise) o número de páginas; a disposição dos assuntos (políticos, econômicos, religiosos) e das ilustrações (meio eloquente para expressar ideias e enfatizar certos artigos); o tamanho de suas páginas; o tipo de instrumental e material utilizados para impressão; as estratégias utilizadas para realçar ou dificultar a visibilidade de determinados assuntos.

Em se tratando das estratégias utilizadas para realçar determinadas notícias, gostaríamos de chamar a atenção para a relevância que deve ser dada à análise da primeira página do jornal. Capelato (1994) contribui com essa ideia quando afirma que a primeira página é a apresentação do jornal, é o elemento que faz com que o público se interesse ou não pelo produto, “na primeira página concentram-se todos os recursos persuasivos de propaganda da mercadoria”.<sup>53</sup> Seguindo o raciocínio da autora, podemos inferir que essa parte do jornal é o local onde encontramos os artigos, temas, notícias de maiores interesses para seu público-alvo.

De um modo especial, um exame crítico do editorial também tem muito a contribuir, considerando que ele expressa o que “pensa” a empresa, a direção e/ou a equipe de redação. Como espaço de exposição de opiniões, sem um compromisso “oficial” com a imparcialidade, o editorial promove uma leitura mais instigante, podendo, às vezes, descortinar parte das entrelinhas dos demais assuntos expostos. Seu caráter mais opinativo do que informativo acaba por agir como um instrumento que desvela aspectos subjacentes às demais notícias propaladas.

O nome do jornal pode também constituir elemento importante nesse trabalho de reconhecimento da fonte de pesquisa. Um nome atribuído a um jornal traz subjacente o intento da empresa/direção, que permite perceber – através de uma análise articulada com outros elementos inerentes a ele – seu âmbito de interesse e as estratégias utilizadas para atingir os objetivos a que se propõe enquanto porta-voz de um determinado grupo. O nome, geralmente, também diz muito sobre a natureza dos assuntos que são abordados em determinado impresso (gerais, esportivos, religiosos, científicos), fator que possibilita perceber a existência de diferentes “tipos” de imprensa e que, conseqüentemente, leva-nos a refletir sobre a complexa rede dos fenômenos sociais que envolvem diferentes ações, organizações, interesses, visões de mundo.

A análise dos editoriais feita de maneira articulada com outros elementos que também constituem expressões opinativas ou estratégias discursivas da empresa jornalística permite analisar a linha, o quadro editorial do jornal, o que entendemos como a base político-filosófica do impresso, que é composta por um conjunto de princípios e valores que orientam a editoração, que permitem ou proíbem o uso de certos termos, certas palavras, que definem o grau de importância de cada matéria e

---

<sup>53</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na historia do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª edição, 1994, p. 17.

que, por isso, influenciam a construção da mensagem que é passada ao leitor por esse veículo de comunicação.

Aliás, sobre esse aspecto, isto é, sobre a disposição do noticioso, ao modo como cada jornal seleciona, designa, dispõe e hierarquiza seus conteúdos, gostaríamos de lançar um foco maior de luz, ainda que correndo o risco de uma certa redundância. A análise da disposição e apresentação das notícias nas páginas, articulada com a análise dos elementos textuais que compõem as distintas notícias, apresenta-se-nos como um grande contributo para melhor situar o jornal e analisar o(s) artigo(s) de interesse mais central para o pesquisador.

Assim, consideramos relevante “observar” o lugar que a matéria ocupa no jornal, os tipos e tamanhos de fonte utilizados para sua apresentação, os artifícios discursivos que ela comporta, os “tons” (de informação, de protesto, de apelo, de ordem) que em certos momentos se mostram patentes e que noutros se fazem menos visíveis.

Um último elemento que gostaríamos de destacar e que julgamos como relevante para o pesquisador e, de um modo especial, para os historiadores, é a questão da efeméride, ou seja, a forma como o jornal aborda os acontecimentos passados. Quais as estratégias utilizadas pelo impresso para (re)ativar a memória do leitor? Quais fatos são rememorados e, portanto, considerados significativos para o jornal e/ou para o coletivo?

Artigos ligados à forma de cultivar a memória, de resgatar a história, ou seja, evidenciar as efemérides, permitem ao leitor, a cada nova publicação sobre determinado fato passado, atribuir novos significados, apreendê-los numa nova dimensão, porque o farão a partir da articulação com o momento vivido.

Para o historiador, compreender como o jornal estrutura esse aspecto, como trata essas questões que possibilitam o leitor repensar o passado, deve ser visto, a um só tempo, como momento oportuno para avaliar a variação do grau de importância atribuído a determinado evento no decorrer do tempo, como também para evidenciar os fenômenos históricos de maior significação para uma comunidade de determinada época e lugar. Em outras palavras, permite perceber os fatos que permanecem em voga e que por isso continuam sendo celebrados por uma determinada comunidade e os fatos que vão deixando de ter importância para o coletivo e que, portanto, vão ficando esquecidos e desaparecendo das páginas dos jornais.

Assim, a análise da efeméride enfatiza a função de “mediação”, que é própria do jornal, considerando que esse impresso capta e transmite as ideias que estão em trânsito na sociedade. Ao abordar os eventos passados e evidenciá-los em suas páginas, o jornal “põe de pé” um pouco das memórias coletivas, isto é, aquilo que tem significado para uma comunidade em um determinado momento. Assim, entendemos que as efemérides abordadas nos jornais são elementos que ajudam a compreender a sociedade e a atribuir-lhe uma identidade.

Elencamos até aqui os pontos que consideramos importantes de serem analisados nos impressos. Entretanto, estamos cientes de que nem sempre é possível empreender uma análise de todos esses tópicos – como não o foi nesta pesquisa - tendo em vista que tal trabalho pressupõe a existência de dados, que, por vezes, não se encontram disponíveis ao pesquisador.

Como forma de pausar nossas reflexões sobre o jornal como fonte de pesquisa até aqui empreendidas e endossar nossa convicção de que os impressos comportam incomensuráveis possibilidades de análises sobre a história da educação, permitimo-nos utilizar as palavras de Carvalho (2007), nas quais ele observa que “a utilização da imprensa, como objeto de análise, em muito enriquece a observação histórica, principalmente no que concerne à educação”.<sup>54</sup>

#### 1.2.1.2 O impresso e nossas impressões: a caracterização de *O Imparcial*

Nossa intenção aqui foi analisar/caracterizar o próprio impresso local - fonte estrutural de nossa pesquisa - procurando situá-lo enquanto suporte de sentidos, por meio da reflexão sobre os diversos elementos que o constituem.

Para o empreendimento da análise dos exemplares de *O Imparcial*, dos períodos escolhidos no estudo-piloto, dois outros materiais foram, de maneira especial, de fundamental importância. Trata-se, o primeiro material, de uma edição

---

<sup>54</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p. 24.

extraordinária de *O Imparcial*, publicada em janeiro de 1958, organizada pela imprensa com o objetivo de registrar “algumas facetas da vida riopombense”.<sup>55</sup>

Nessa edição, em forma de revista (tamanho: 27,5cm x 18,5cm), contendo 116 páginas, são abordados os mais diversos componentes sociais do município, tanto em sua perspectiva histórica como referentes àquele momento presente. Entre os assuntos abordados destacamos: a história da imprensa local, os acontecimentos que marcam a história do município, a educação, a situação geográfica de Rio Pomba e sua organização administrativa, as questões religiosas, os intelectuais que se destacaram, a saúde e a economia municipal.

O segundo apoio foi o livro intitulado *Cem anos-luz!: O Imparcial, 1896-1996; um jornal, um jornalista, uma cidade*, de autoria de Roberto Nogueira Ferreira, publicado no ano de 1996, no qual o autor rende uma homenagem à memória de seu sogro, o jornalista José de Assis Vieira, filho do fundador de *O Imparcial* e que esteve à frente de suas atividades no período de 1933 a 1976, após o falecimento de seu pai. Nessa obra, composta por 390 páginas, Ferreira (1996) resgata a história do jornal e de seu noticioso, escolhendo algumas publicações constantes dos exemplares de cada ano do período que compreende seu trabalho, comentando e/ou transcrevendo alguns de seus trechos.

Apresentaremos, em linhas gerais, o que é (ou quem é) esse impresso, enfatizando seu protagonismo como agente social e os demais aspectos que permitem situá-lo em sua rede de relações, bem como perceber o que ele trazia sobre a educação, de um modo geral, e sobre as instituições escolares do município, em especial.

*O Imparcial* é um jornal, fundado em 1896, no município de Rio Pomba. Sua criação partiu de uma iniciativa privada de um cidadão riopombense, Francisco Vieira da Siqueira.

Financeiramente, o jornal era – e continua sendo – mantido pelos pagamentos das assinaturas, efetivados semestral ou anualmente por seus respectivos assinantes. Lamentavelmente não encontramos dados que nos informem sobre o número de assinantes no decorrer dos anos, bem como sobre a quantidade de exemplares editados/vendidos no período em estudo.

---

<sup>55</sup> Edição Extraordinária do jornal local *O Imparcial*, janeiro de 1958, p.9.

O jornal apresenta, ao longo de sua história, uma diversidade de tamanho de suas páginas, de técnicas e de meios de impressão. O texto que apresenta o exemplar mais antigo que se tem conservado de *O Imparcial*, na página 11, da edição extraordinária do jornal (1958), proporciona uma ideia a esse respeito.

... na longínqua época de sua fundação, no século passado, “*O Imparcial* tinha 37ctms de altura x 26ctms de largura e era impresso, página por página, num prelo primitivo que tirava apenas uma página de cada vez, demandando essa operação cerca de 7 minutos para cada impressão. Hoje, nossa máquina “Marinoni” imprime 1000 exemplares em 40 minutos.

Os exemplares dos anos escolhidos para o estudo-piloto apresentam um tamanho de 47cm x 32,5cm sendo, na grande maioria de seus números, compostos por 4 páginas. O perfil de cada uma delas foi relativamente mantido ao longo desses, aproximadamente, quarenta anos.

A primeira página era o espaço que podemos eleger como sendo o cerne do impresso. Era o lugar onde se concentravam as matérias que emitiam informações e opiniões sobre os mais diversos assuntos de interesse coletivo, entre os quais podemos destacar como elementos-chave os problemas e acontecimentos – regionais, nacionais e mundiais e, de maneira especial, aqueles de âmbito local – relacionados à política, à economia, à administração pública, à religião e à educação.

Essa característica opinativa da primeira página era marcante. Ela se fazia presente nos editoriais, expedientes, nas matérias escritas pelos colaboradores e naquelas que vinham sem a assinatura do autor, indicando, assim (julgamos nós), ser considerada, pela direção do impresso, assunto de interesse comunitário e/ou escrita pelo(s) próprio(s) proprietário(s) do jornal<sup>56</sup>.

A segunda página, em quase sua totalidade, era reservada para os chamados “eventos sociais”. Nela se encontravam registrados, por quase toda sua extensão, as notícias sobre os casamentos, aniversários, formaturas, nascimentos, falecimentos. Esse espaço, às vezes, era dividido com artigos característicos aos da primeira página, que informavam e/ou opinavam sobre algum assunto de interesse coletivo. Noutras vezes constavam da segunda página artigos de cunho religioso e/ou propagandas comerciais.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup>Ver anexo B.

<sup>57</sup>Ver anexo C.

A terceira página era um espaço de maior complexidade de caracterização, uma vez que apresentou, nesses exemplares, uma maior flexibilização em relação à sua função. De perfil eclético, parte da terceira página de *O Imparcial* foi um espaço utilizado pela igreja católica, por um longo período, para expor seus dogmas e suas crenças por meio de artigos escritos por eclesiásticos. Noutras vezes, era destinada à prestação de contas e outros registros de órgãos públicos e às propagandas de produtos comerciais e anúncios de serviços. De forma mais esparsa, a terceira página abrigava, também, alguns artigos congêneres àqueles divulgados na primeira página.<sup>58</sup>

Fosse como tema específico de um artigo ou em forma de matérias de temas diversos escritas por colaboradores que exerciam funções clericais no município, a presença dos princípios próprios da religião católica é marcante no jornal.

A quarta página de *O Imparcial* era composta basicamente por anúncios/propagandas dos estabelecimentos comerciais e dos trabalhadores autônomos do município<sup>59</sup>. Percebemos que esses anúncios/propagandas estiveram presentes em todas as páginas do jornal, embora ocorressem de forma acentuada e recorrente na última página e de forma esparsa e pouco frequente na primeira. Certamente, esses anúncios comerciais, juntamente com as possíveis matérias pagas, contribuíam, também, com a manutenção do impresso.

Como estratégias para se destacar alguma matéria, percebemos que o jornal utilizava-se de recursos diversos: certas vezes o artigo era colocado em primeiro lugar no jornal, ou seja, era o primeiro a ser apresentado e se encontrava na primeira página; outras vezes seu título vinha destacado em negrito e/ou com tamanho de fonte maior; noutras, vinha acompanhado por fotografia(s) e/ou envoltos por molduras ornamentadas.

Esse jornal circulou semanalmente (aos domingos) quase que por toda sua existência. Diferentemente da imprensa confessional, partidária, científica, *O Imparcial* apresentava-se de forma multifacetada, ou seja, abordava assuntos variados (políticos, econômicos, religiosos, educacionais, históricos). Tendo se constituído como um meio de comunicação, que, assim como os demais jornais com tais características, desempenhou a função de mediar e expressar a opinião pública,

---

<sup>58</sup>Ver anexo D.

<sup>59</sup>Ver anexo E.

de reportar e/ou opinar sobre os assuntos gerais de interesse para uma determinada comunidade.

Em se tratando especificamente de *O Imparcial*, alguns indícios levam-nos a concebê-lo como um meio de comunicação aceito e dotado de prestígio pela sociedade. Sinal dessa “acolhida” é seu longo período de existência, considerando que, apesar de ter passado por uma fase de interrupção de suas atividades, que perfazem um total de aproximadamente 17 anos, o jornal se faz presente na comunidade desde o ano de 1896. Na atualidade, é o único jornal, editado localmente, que circula no município. Tem-se o registro da criação e circulação de inúmeros outros jornais em Rio Pomba, em épocas passadas, que, no entanto, apresentaram curtos períodos de existência<sup>60</sup>.

Acreditamos que um jornal sobrevive, principalmente aqueles cujo acesso demanda custos para o leitor, quando os assuntos abordados são significativos para seu público-alvo, quando o impresso faz-se um meio de expressão da realidade e possibilita uma relação de identificação entre ele e seu público. Dentro desse contexto, podemos dizer que ele “é o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtores procuram equilibrar o que ela quer veicular para o leitor, atendendo, ao mesmo tempo, seus interesses e as expectativas do consumidor”<sup>61</sup>.

Consideramos, assim, que o jornal local utilizou-se de mecanismos que visavam a esse equilíbrio de que nos fala o autor supracitado, por meio dos quais despertou e atraiu o interesse de seu público-alvo de tal forma que promoveu e justificou sua permanência no seio social.

Esse impresso se declarava isento de partidarismos políticos e intencionado em lutar pelas causas públicas e pelo “progresso” do município, do estado e do país. As questões político-partidárias, de um modo especial, revelam-se um fator gerador de preocupação por parte dos responsáveis pelo jornal – e também por seus cronistas –, em especial, pelo seu fundador. As “paixões políticas” são consideradas por ele como fator de grande prejuízo para a imprensa. Essa ideia de repulsa ao

---

<sup>60</sup>Tal registro encontra-se na Edição Extraordinária de *O Imparcial*, do mês de janeiro de 1958, da página 10 a 16, nas quais o memorialista da imprensa riopombense, Oldemar Líbero, através de sua crônica intitulada “Vida e Glória da Imprensa Riopombense”, faz menção aos jornais que foram editados em Rio Pomba, desde o ano de 1882, quando da criação do primeiro jornal do município.

<sup>61</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães**, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p. 47.



partidarismo fica evidente não somente no nome dado ao impresso, *O Imparcial*, como também no editorial do primeiro exemplar da sua segunda fase, em 1918.

E sendo assim, *O Imparcial*, deixando de lado as paixões políticas, que nos conduzem sempre à borda de abysmos insondáveis e seguindo o programa traçado no primeiro número de sua primeira phase, trabalhará incessantemente em prol do engrandecimento do nosso Município, do nosso Estado e no nosso sempre adorado Brasil”.<sup>62</sup>

O bairrismo/patriotismo evidenciado no texto acima perpassa não somente esse editorial, como também os mais variados artigos constantes dos exemplares analisados. Isso traz à tona, de certa forma, os discursos político-ideológicos que circundavam na sociedade e imbuíam os anos finais do século XIX, quando da criação do jornal, e as décadas iniciais do século XX. Discursos esses que também se faziam presentes nas atividades escolares: pregavam a necessidade de amor incondicional pela Pátria, como forma de garantir uma unidade de pensamento e de promover atitudes de resignação diante das situações adversas da nação.

A segunda década do século XX representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no Brasil, que se multiplicarão nas direções mais variadas no decorrer da década de 1920. As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar, com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica. São obras que pretendem fornecer à criança e ao adolescente uma imagem do país adquirida por via sentimental.<sup>63</sup>

Outro elemento comum entre os escritores, salvaguardada a devida relatividade dessa afirmação, era a aparência de um espírito imbuído de outros valores que, assim como o patriotismo, eram próprios dos ideais difundidos pelos discursos republicanos, nos quais ganhava ímpeto a circulação de um conceito de “progresso da nação” assentado na ideia de desenvolvimento socioeconômico.

Sobre os escritores, como bem nos coloca Ferreira (1996), eram “colaboradores”, isto é, a participação dos mesmos na redação do jornal tinha um caráter voluntário, uma vez que não constituía trabalho remunerado.<sup>64</sup>

<sup>62</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 04/08/1918, p.01.

<sup>63</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 64.

<sup>64</sup> FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! O Imparcial: 1896 – 1996**. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996, p. 25.

Outra característica do quadro de “colaboradores” do jornal que atrai nossa atenção é o seu perfil.

Profissionais das mais variadas origens e profissões, travestidos de cronistas, fazem a história do jornal. Cada um com seu estilo próprio, mas todos sem exceção, com muita dignidade abriram seus corações, expuseram suas almas, seus lamentos, seus sonhos. Defenderam ideias, brigaram por elas.<sup>65</sup>

Essa descrição possibilita algumas reflexões. Ela reitera a percepção que tivemos, em relação aos cronistas, quando do contato com os exemplares analisados. Profissionalmente, esses escritores desempenhavam as mais diversas atividades. Encontramos nos jornais artigos escritos por médicos, políticos, religiosos, membros do exército brasileiro, fiscais, professores, entre outros.

A faixa etária dos escritores também divergia enfaticamente. Os exemplares permitiram constatar que participavam de sua redação pessoas jovens – entre vinte e trinta anos – e também pessoas de idade avançada.

Essa característica “ecclética” dos redatores parece, de certa forma, estar ainda relacionada ao caráter voluntário e amador do trabalho e à abertura, embora limitada, concedida pela direção do jornal no que se refere à publicação de artigos. O “expediente” do jornal, que abria a primeira página de grande parte dos exemplares dos anos de 1918 e 1919, informava: “Com muito prazer aceitamos a colaboração de qualquer de nossos assignantes, desde que se limite a escrever de acordo com o programa de nosso jornal”.<sup>66</sup> Essa citação possibilita perceber a concessão regulada no que toca à publicação dos escritos no jornal.

Parece-nos haver uma restrição, ou pelo menos uma preferência de que os artigos fossem escritos pelos assinantes, fator que por si só já implica certa limitação. Outro elemento que corrobora com essa análise é que a escrita deveria estar de acordo com o “programa” do jornal. Programa este que, supostamente, estava ligado à formatação física do texto, mas principalmente à coesão com a “filosofia” do impresso, ou seja, aos objetivos a que ele se propunha e às ideias que fundamentavam e orientavam sua existência.

Na passagem de uma crônica escrita por um colaborador de longa data de *O Imparcial*, Geraldo dos Santos Pires, em que o cronista, no livro *Cem Anos Luz*,

<sup>65</sup> FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! O Imparcial: 1896 – 1996**. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996, p.25.

<sup>66</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 09/02/1919, p.1.

presta uma homenagem pelo centésimo aniversário do jornal, encontra-se um registro que esclarece um pouco melhor o jogo entre liberdade e moderação presentes nas publicações.

Diz-nos o cronista, comentando sobre sua convivência com o diretor do jornal: “Do meu tempo, tive o privilégio de conviver com o JOSÉ DE ASSIS, grande mestre, que me ensinou comedimento, que segurou, muitas vezes, minha mão atrevida e inconseqüente de jovem, mas sem tirar-me a ousadia criativa”.<sup>67</sup>

Esse jogo entre a liberdade de escrita e as limitações a serem respeitadas contribuía para a existência de artigos sobre assuntos diversos que eram fundamentados em princípios e valores congêneres. Assim, percebemos que os artigos divergiam mais quanto às questões de conteúdo e de estilo, do que no que se referia à sua base político-filosófica.

Esse equilíbrio foi, ao nosso ver, um dos fatores que promoveram e garantiram a longevidade do jornal, considerando que era destinado a uma comunidade de pequeno porte, localizada no interior do estado, onde as relações entre seus membros são estabelecidas de forma bastante peculiar, com relativa proximidade e frequência, o que faz com que as articulações aconteçam de forma mais entrecruzada e mais complexa.

Outra análise que é possível empreender, utilizando como ilustração a citação de Ferreira (1996), constante da página 59 deste trabalho, diz respeito ao realce dado pelo autor a uma característica comum aos diferentes suportes (fontes de informação) das pesquisas históricas: a improvável possibilidade de neutralidade por parte do emissor. Como afirma o autor, os textos constantes dos jornais estavam impregnados de subjetividade, de formas próprias de conceber o mundo, de crenças, de emoções, de ideais, de estratégias de qualificar suas ideias.

Tendo em atenção o potencial de sistematicidade dos editoriais e de uma equipe diretiva comprometida com o progresso da comunidade e da localidade, mas tendo também em atenção, por outro lado, a diversidade de opiniões, fizemos uma utilização criteriosa e seletiva de *O Imparcial*. Assim, no emprego que fizemos do jornal como fonte de notícia e como fonte de opinião, tivemos sempre a preocupação

---

<sup>67</sup>PIRES, Geraldo Santos de. **A Vitoriosa Realidade do Sonho**. IN: FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! O Imparcial: 1896 – 1996**. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996. p.28.

de cruzar dados e de interpretar as opiniões à luz do contexto e das correntes de pensamento predominantes em cada período.

#### 1.2.1.3 A Educação nas páginas de *O Imparcial*: os limites e as possibilidades do impresso como fonte para a pesquisa

Comprometidos em analisar as possibilidades de *O Imparcial* como fonte central da pesquisa, estabelecemos, como prioridade, averiguar “se” e “como” foram abordadas pelo jornal a “criação das escolas” na sede do município, no período de 1912 a 1956. Foi também objetivo deste estudo lançar um olhar mais abrangente sobre o assunto, procurando identificar a presença dos demais temas relacionados direta e indiretamente à educação, considerando a frequência de publicação, o espaço ocupado e as questões enfatizadas.

Em relação aos exemplares dos anos de 1918 e 1919 – que correspondem a dezessete meses de circulação do jornal, considerando que, em 1918 sua publicação teve início no mês de agosto –, foi possível perceber uma certa ausência de artigos relacionados diretamente à educação. Essa lacuna foi ainda mais facilmente detectável quando se tratava de notícias relacionadas ao Grupo Escolar criado em 1912.

Os números editados em 1918 não apresentavam nenhum registro sobre essa instituição, como se ela inexistisse no município. Tal fato nos causou uma significativa inquietação e, conseqüentemente, promoveu sucessivas interrogações e suposições sobre quais seriam os motivos geradores desse “esquecimento”.

A primeira abordagem sobre os Grupos Escolares, que tem lugar no jornal somente em 1919, trata-os de uma forma genérica, sequer menciona a existência do Grupo Escolar do município. O artigo do qual os Grupos Escolares eram objeto central, intitulado “Pela Infância”, ocupava duas das cinco colunas que compunham a primeira página do exemplar.

O texto, sem assinatura do autor – pelo que deduzimos fazer parte das matérias escritas pelos responsáveis do jornal e não pelos colaboradores, e/ou tido por eles como sendo assunto de interesse coletivo –, constituía uma crítica ao

investimento feito com recursos públicos para a criação e manutenção dessas instituições escolares e às inovações pedagógicas que faziam parte do trabalho educativo por elas desenvolvido. Tais escritos discordavam dos conteúdos e métodos adotados e praticados pela escola e acenavam para a necessidade da criação de estabelecimentos particulares de ensino primário, considerando que, na opinião do(s) autor(es), a instrução pública primária não estava correspondendo aos anseios e necessidades da sociedade.

Cientes da importante questão investigativa que tal matéria apresentava, no que se refere à acolhida, ao recebimento da Instituição pela comunidade municipal, percebemos que se fazia necessária a utilização de outras fontes de informação, no decorrer desta pesquisa, para que pudéssemos melhor compreender essa “ausência” da instituição nas páginas do jornal, seguida de uma crítica a seu trabalho, mas que já revelava, de certa forma, uma resistência a um novo modelo educativo e institucionalizado que ora se instaurava.

Em se tratando de artigos concernentes especificamente a temas relacionados à educação, nos anos de 1918 e 1919, encontramos apenas três registros ao longo desses dezessete meses. Tais registros ocupavam a primeira página dos exemplares de fevereiro, junho e agosto de 1919 e tratavam, respectivamente, da relação entre instrução, educação e religião; da relação entre educação e ilustração e da educação dada pelas mães às crianças.

A ideia que nos passa esses exemplares, nos quais a educação aparece de forma tímida e pouco recorrente, é que havia outros aspectos sociais que mereciam uma atenção prioritária naquele momento e lugar. São exemplos dessa situação os problemas relacionados à abertura de estradas, ao abastecimento de energia elétrica e à agricultura.

Apesar de tratada de forma pouco significativa pelo jornal, se considerarmos o pequeno número de matérias e, conseqüentemente, o pequeno espaço dedicado à educação nesse período, é possível perceber, entretanto, que o tema perpassa muitos dos textos publicados pelo jornal. Nesse contexto, ganha consistência e visibilidade a relação entre educação, civilização e progresso.

Em síntese, a análise dos exemplares dos anos de 1918 e 1919 confirmou-nos a suposição de que, para a efetivação da pesquisa proposta, havia a necessidade de se recorrer a outras fontes, fosse para perceber outros olhares sobre as questões aqui abordadas, fosse para suprir as lacunas existentes em

função do período que o impresso esteve desativado e, também, pela relativa escassez de registros sobre as questões acerca da educação nesse período.

Em outra direção, o estudo desses exemplares levou-nos a reconhecer a importante contribuição que os mesmos tinham a dar à pesquisa, considerando a possibilidade por eles concedida de perceber as ideias que circulavam no município, região, país e até mesmo no mundo sobre os diversos acontecimentos sociais daquela época. Os exemplares possibilitavam uma visada do entorno social, permitindo compreender certas lógicas que participavam da dinâmica da vida em sociedade.

Acreditamos que em uma pesquisa histórico-cultural, que envolve sociedade e educação, tão importante quanto se ter habilidade para isolar um determinado fenômeno que se quer investigar é ter uma visão mais abrangente desse fenômeno. Compreender o contexto histórico em uma perspectiva mais ampla e focar mais de perto determinado objeto constitui estratégia que possibilita, a um só tempo, ver o “todo” de forma não abstrata e genérica, como também destacar a especificidade e a identidade de um fenômeno, a partir de um determinado contexto.

Os exemplares analisados a seguir foram aqueles publicados nos anos de criação das demais Instituições elencadas para estudo neste trabalho, bem como nos anos que antecederam à criação de cada uma delas<sup>68</sup>. Eles possibilitaram perceber uma paulatina mudança em relação ao espaço ocupado pela educação (de um modo especial, a escolarizada) nas páginas de *O Imparcial*.

As notícias sobre as escolas apresentavam-se de forma recorrente e o “esquecido” Grupo Escolar, dos anos de 1918 e 1919, mostrava-se ativo e atuante no município.

Além de nos passar uma ideia de presença e relativo dinamismo dessa escola, os exemplares passaram a permitir que acompanhássemos, de forma articulada com os demais elementos que participaram do todo social e em uma certa ordem cronológica, alguns dos acontecimentos e das concepções que estiveram presentes na história da criação das demais instituições.

Se lançarmos um olhar comparativo entre esses exemplares e aqueles que foram publicados no ano de 1918 e 1919, fica nitidamente detectável a nova relação estabelecida entre a sociedade e a educação. Através do noticioso sobre as mais

---

<sup>68</sup> São eles: exemplares dos anos de 1927, 1928, 1936, 1937, 1955 e 1956.

variadas questões educacionais presentes nos jornais, é possível perceber que a escola passa a ocupar um novo e significativo espaço na comunidade riopombense, passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, atribui à cidade um dinamismo e um movimento que antes não era possível detectar.

No nosso perceber, cada instituição escolar que ia sendo implantada contribuía para que a comunidade ansiasse por novos empreendimentos educativos, fosse a implantação de novos níveis e modalidades de ensino, fossem reformas, ampliações e inovações nas escolas já existentes.

Podemos considerar que o jornal se mostrou uma rica fonte de dados, inclusive apontando a existência de outros documentos que comportavam informações sobre a criação das instituições.

Por meio da análise dos exemplares desses distintos períodos, que se nos apresentaram como “flashes” de algumas das diversas cenas que compõem a história do município de Rio Pomba/MG em seus diversos aspectos, sua utilização na pesquisa, afigurou-se-nos como sendo de grande contribuição para a análise da questão investigativa. Como já nos alertava o autor do livro que discorre sobre esse impresso,

*O Imparcial* é uma fonte inesgotável. Dele é possível extrair coletâneas de poesias, e de crônicas maravilhosas. Dá um livro e tanto. Quem se habilitar a escrever a história política da cidade, ou de seus personagens mais atuantes, é só consultá-lo. As grandes conquistas coletivas como a construção do Hospital, da ponte, da Escola Agrícola, do Ginásio, a chegada e a permanência do Regina Coeli, o asfalto e tantos outros fatos, tem necessariamente que ler as coleções d' *O Imparcial*. Ele é a memória viva da cidade e nem todos sabem disso. Fica o desafio.<sup>69</sup>

Apesar de todas as contribuições advindas do impresso, consideramos de especial relevância a utilização de outras fontes, que complementassem as informações e que possibilitassem outros “pontos de vista”. Imbuídos dessa ideia, percebemos a necessidade de mais “fios” que nos permitissem empreender diferentes cruzamentos e descortinar os “nexos” dessa “meticulosa tecitura”<sup>70</sup>.

Em síntese, outras fontes de informação foram aqui utilizadas, no entanto, é perceptível a preponderância da utilização do jornal local *O Imparcial*, principalmente

<sup>69</sup> FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz!** O Imparcial: 1896 – 1996. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996, p. 39.

<sup>70</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série historiográfica), p. 169.

enquanto fonte de informação sobre o contexto sócio-político-econômico do município e sobre as campanhas para a implantação da *Escola Normal Regina Coeli* e do *Ginásio Municipal Pombense*, de modo especial.

No estudo do panorama municipal, o impresso local fez-se um dos poucos documentos encontrados e mostrou-se uma rica fonte de informações sobre os eventos locais e fenômenos sociais. Em certos momentos, fez-se a única fonte de dados sobre determinados fenômenos envolvidos na pesquisa. Já no processo de criação das duas instituições escolares anteriormente mencionadas foi ele, *O Imparcial*, o interlocutor dos sujeitos envolvidos, além de ter se constituído como objeto de fomentação e impulsão para concretização de tal intento por parte de seus idealizadores.

O impresso foi também o porta-voz da Câmara Municipal, publicando suas atas de reuniões, bem como de jornais que circulavam em outras localidades, transcrevendo noticiários e artigos deles constantes.

Nos momentos nos quais havia impossibilidade de usar outros documentos para confirmar ou contrapor os dados e os comentários do *O Imparcial*, isto é, nos períodos nos quais ele configurava-se como a única fonte de dados, procuramos estabelecer um relato organizado, analisando e interpretando os comentários que o próprio jornal incluía.

Em seu conjunto, verificamos que há uma coerência editorial e uma sistematicidade nas informações sobre os assuntos da educação e da instrução. Essas características fizeram desses documentos (os exemplares do jornal) fontes incontornáveis para conhecer e historiar a educação em Rio Pomba, no período em análise.

Face à importância dessa fonte pelo teor de seus artigos e pelo período em que foi publicada e, também, dado ser exclusiva, em certos momentos, para a generalidade dos assuntos da educação, é que nos sentimos autorizados em caracterizá-la como fonte central deste estudo.



### 1.2.2 A segunda etapa do trabalho: outras fontes, novas informações, diferentes olhares

Dando continuidade à pesquisa, prosseguimos nossa investigação procedendo à coleta de dados nos exemplares do jornal local *O Imparcial* que não tinham sido abarcados no estudo-piloto.

A análise desses exemplares, juntamente com aqueles que participaram do estudo-piloto, constituiu-se a “espinha dorsal” do trabalho, considerando que o estudo dos escritos constantes desses exemplares, feito concomitantemente com uma investigação sobre o contexto histórico de cada época (no que diz respeito aos fenômenos de maior abrangência), permitiu-nos uma visão ampla e sequenciada dos diversos acontecimentos, nos distintos anos que compõem o período escolhido para o estudo, além de possibilitar acompanhar a dinâmica local (no que se refere a seus aspectos mais gerais e, de modo especial, no que concerne às questões educativas).

Assim, o arquivo tipográfico de *O Imparcial* foi novamente nosso local de trabalho onde recolhemos as informações constantes dos exemplares dos períodos não abarcados no estudo exploratório anteriormente realizado.

Outro local que se fez laboratório para a pesquisa foi o *Museu Histórico de Rio Pomba*. Espaço inaugurado em 1992, o Museu possui um “acervo constituído por mais de dezenove mil peças”<sup>71</sup>, entre livros, jornais, artefatos, fotografias, que podem possibilitar àqueles que se interessam compreender, com riqueza de detalhes, a história do município.

Esse espaço, destinado à preservação da memória e do patrimônio cultural de Rio Pomba, instalado no centro da cidade e cujo acervo – em sua grande parte - foi constituído por meio de doações feitas por seus habitantes, sinaliza, de certa forma, a importância atribuída à história do município pela comunidade.

Nossas visitas a esse local, efetivadas com certa frequência desde os trabalhos desenvolvidos durante o curso de mestrado, colocou-nos em contato com documentos de significativa relevância para o trabalho investigativo.

---

<sup>71</sup>MOSQUEIRA, Roberto. **O Museu Histórico de Rio Pomba**. Disponível em: [http://pt.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil/photo749752.htm](http://pt.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/photo749752.htm) (acesso em 16/11/2010).

No *Museu Histórico de Rio Pomba* tivemos acesso a outros jornais locais, que foram publicados no período aqui abarcado, dos quais se conservam alguns dos exemplares, embora bastante esparsos no que se refere à série de publicações<sup>72</sup>. Procuraremos dispor os dados sobre “quem eram” esses outros impressos ao longo do trabalho, na medida em que os mesmos foram aqui utilizados como fonte de informações.

Tivemos acesso também à parte de um trabalho editado pela *Pocai Weiss e Companhia* (São Paulo), no ano de 1916, intitulado *Minas Gerais e seus municípios*, de autoria de Roberto Capri, que aborda os aspectos históricos, administrativos, políticos, geográficos, educacionais, religiosos e econômicos do município de Rio Pomba, no início do século XX. Manuseamos um documento que consideramos de suma importância para ajudar a compreender a história da *Escola Normal Regina Coeli*: uma coleção de revistas, composta por seis números, publicadas anualmente pela Instituição, no período de 1931 a 1936, intitulada *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, que traz, entre outros escritos, os discursos proferidos pelas freiras da congregação responsável por sua administração, pelas alunas, pelos políticos e demais pessoas que participavam mais diretamente da “vida” da Escola Normal.

Dando sequência a essa pesquisa, constou do nosso plano investigativo visitar as escolas e desenvolver em seu interior um trabalho de sondagem dos documentos constantes de seus arquivos.

A primeira instituição visitada, a *Escola Municipal São José*, antigo *Grupo Escolar do Pomba*, criado em 1912, conservava poucos registros, mas que, ainda assim, contribuíram com nosso trabalho. Entre eles destacamos um caderno de provas dissertativas de uma aluna, datado de 1915; um álbum de fotografias da escola referente à primeira metade do século XX; o *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971) e o *Livro de Atas de Auditório* (1936 - 1945).

Nossa visita ao *Colégio Regina Coeli*, antiga *Escola Normal Regina Coeli*, proporcionou-nos contato com algumas fontes, tais como: *Livro de Atas das sessões da Congregação* (1933-1952), cartas de ex-alunas que compuseram o corpo

---

<sup>72</sup>São estes os jornais da época, publicados no município, com os respectivos anos referentes aos exemplares que foram examinados: *O Pombense* (1884), *Correio do Pomba* (1893, 1894 e 1895), *A Lei* (1898), *O Pomba* (1901), *A Justiça* (1903), *Correio da Mata* (1910, 1913 e 1914), *Nova Senda* (1917), *Nova Era* (1920, 1921, 1923, 1927 e 1928), *Boa Nova* (1922), *Tiro de Guerra* (1930 e 1939), *Santuário do Coração de Jesus* (1931 e 1934), *A Tribuna* (1924, 1926, 1927 e 1934), *O Progressista* (1935, 1936 e 1937), *A Reforma* (1938), *O Labor* (1940), *Escrínio do Sagrado Coração de Jesus* (1953, 1954, 1955 e 1958).

discente no primeiro ano de funcionamento da Instituição (1928), cadernos de orações, poesias e biografias (1930).

Já a *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes* conserva, no espaço reservado para a preservação de seus arquivos inativos (arquivo morto), grande parte dos documentos relativos à Instituição desde a sua fundação, como, a ata de instalação da escola, plantas arquitetônicas dos prédios, regimento da escola quando de sua instalação, coletânea de documentos originais relativos à fundação do educandário. Dessa forma, podemos considerar que o resgate da história dessa Instituição foi privilegiada e facilitada pela existência desse rico material.

Sobre a Escola Agrícola, atual *Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba*, tivemos acesso às pastas individuais dos ex-alunos e aos seguintes livros de registros referentes ao período em estudo: *Livro de Atas de Exame de Admissão à 1ª Série Ginásial Agrícola (1962-1967)*, *Livro de Registro de Diplomas Expedidos pelo Ginásio Agrícola de Rio Pomba (1965-1971)*, *Livro de Termos de Classificação dos Candidatos a Exames de Admissão à 1ª Série Ginásial Agrícola (1964-2003)*, *Livro de Registro de Calendário Letivo (1963-1999)*, *Livro de Registro de Alunos do Curso Ginásial Agrícola (1963 - 1970)*, *Livro de Atas de Exame de Adaptação (1967-1901)* e *Livro de Atas da Associação de Desportos e Recreativa dos Funcionários da Escola Agrícola de Rio Pomba (1963 – 1968)*.

Na sala do Diretor Geral localizamos outra fonte escrita pertencente à Escola: um documento encadernado, intitulado *Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba/MG*, elaborado em maio de 1991, de autoria de uma comissão, constituída por docentes da Instituição, que fora designada para fins de sua elaboração.

Outro local que se afigurou como importante para esta pesquisa foi o *Arquivo Público Mineiro*, uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, criada em 1895, na cidade de Ouro Preto/MG, antiga capital do estado, com o objetivo de conservar os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história, à geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do estado. Hoje, está situado na atual capital mineira, na cidade de Belo Horizonte.

Nesse órgão, de modo especial, encontramos documentos relativos ao Grupo Escolar e à história do município de Rio Pomba. As possibilidades de pesquisa existentes neste local já nos eram alertadas por Faria Filho (2000).

É preciso salientar também que outro resultado interessante foi a descoberta do valor de uma imensa documentação, até então quase desconhecida, que se encontra no *Arquivo Público Mineiro*. Trata-se dos inúmeros relatórios dos diretores de grupos escolares e dos inspetores da instrução pública. Cumprindo determinações regulamentares, esses profissionais enviavam à Secretaria do Interior, em períodos determinados de tempo (anual no caso dos primeiros e variável, no caso dos segundos), relatórios bastante detalhados acerca da instrução pública no estado. Além disso, entremeando esses relatórios, encontramos, muitas vezes, outros documentos importantes como cartas, ofícios, circulares, despachos e outros, fundamentais para o entendimento da dinâmica do campo da educação escolar.<sup>73</sup>

O trabalho de pesquisa no *Arquivo Público Mineiro* foi oportuno considerando, principalmente, a lacuna existente no jornal local *O Imparcial*, inativo no período da criação do Grupo Escolar. Além disso, a pesquisa nesse local nos alertou para a existência de importantes documentos constantes dos arquivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (legislações educacionais) e da Imprensa Oficial do estado (*Jornal Minas Gerais*), locais nos quais também foram realizados trabalhos investigativos.

Outras informações e documentos foram auferidos no *Cartório de Registro Civil* do município e nos arquivos pessoais dos sujeitos que “viveram” a história que aqui procuramos (re)constituir.

Para este estudo, utilizamos fontes escritas, encontradas nos locais supra-explicitados, como também fizemos uso de algumas fotografias com o intuito de ilustrar e enriquecer nossas inferências, posto que a constatação da produção e da conservação dessas imagens indiciam o relevo que os fatos tiveram na sua época. Porém, não as elegemos como objetos de análise em si mesmas.

Apoiamo-nos em alguns textos que proporcionam uma visão panorâmica da história do Brasil, de modo geral, e da história da educação brasileira, em particular, como também lançamos mão daqueles que se atêm aos estudos historiográficos mais locais.

---

<sup>73</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.16.

Os capítulos II, III, IV e V, ou seja, aqueles que procuraram entender os processos de criação e instalação das instituições escolares, foram elaborados tendo como foco o que podemos denominar de “categorias comuns de análise”. Nessa perspectiva, em cada capítulo que tratou da gênese e implantação dos educandários em Rio Pomba, buscamos compreender:

1. O perfil sócio-político-econômico de Rio Pomba – articulando o local com estruturas mais abrangentes (região, estado e país) - no momento em que ocorria o processo de fundação de cada escola.
2. O perfil educacional/cultural do município nos anos que antecederam à criação da escola:
  - 2.1. escolas que existiam no município (níveis e modalidades de ensino)
  - 2.2. ideias que circulavam sobre educação;
  - 2.3. eventos promovidos pelas escolas e seus significados na sociedade;
  - 2.4. importância dada a cada uma das instituições escolares tendo como referência o “tipo” de ensino que ministrava.
3. O surgimento da escola:
  - 3.1. motivos que levaram à criação;
  - 3.2. materialidade jurídica (lei de criação) e física (espaço escolar);
  - 3.2. personagens envolvidos na história;
  - 3.3. objetivos e papéis a serem desempenhados pela escola naquele contexto “local” e análise da articulação com o “global”;
  - 3.4. políticas públicas educacionais em voga no momento da criação;
  - 3.5. “função” (papéis) e significados do “tipo” de ensino que seria ministrado pela escola.
4. A relação escola-comunidade:
  - 4.1. recepção da escola pela sociedade;
  - 4.2. influências recíprocas entre a escola e a cidade;
  - 4.3. relação estabelecida entre as instituições escolares e a comunidade local.

Sabedores das particularidades que envolvem nosso trabalho e, por essa razão, com o propósito de auferir - e proporcionar ao leitor - uma incursão mais

densa nas análises acerca das instituições escolares no município, iniciamos cada capítulo que trata da criação das escolas com a exposição dos resultados de um estudo que nos permitiu conhecer - e “adentrar” -, no território social investigado – o município de Rio Pomba – nas distintas épocas. Para tanto, enfatizamos os aspectos econômicos, culturais, políticos, religiosos, educacionais. Luzimos alguns fatos que possibilitaram desvelar os valores, os costumes e as ideias que marcaram cada época da história que propusemos (re)constituir.

A disposição do texto, no interior de cada capítulo, foi empreendida procurando interligar os fenômenos históricos mais gerais à criação das escolas, porém, aqueles que detinham informações relevantes para o entendimento do processo, mas que não apresentavam causalidade direta com a história da gênese da Instituição, foram dispostos em tópicos específicos.

Em síntese, nossa pesquisa teve como proposta metodológica a análise de fontes escritas, que se encontravam arquivadas no município de Rio Pomba (Instituições Escolares, Museu Histórico, Arquivos da imprensa de *O Imparcial* e Cartório de Registro Civil) e em Belo Horizonte (Arquivo Público Mineiro, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Imprensa Oficial desta unidade federativa brasileira). Os procedimentos metodológicos foram empreendidos em uma perspectiva histórica, à luz de um viés cultural de análise dos fenômenos sociais.

## CAPÍTULO II

### 2. A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR EM RIO POMBA: POR QUE A PALAVRA DE ORDEM É “REPUBLICANIZAR” O BRASIL

Esta parte do trabalho teve como propósito compreender como se processou a criação e a implantação de uma escola de educação primária em Rio Pomba/MG, na segunda década do século XX: a atual *Escola Municipal São José*, fundada em 1912. Assim sendo, nossos escritos, neste capítulo, luzirão os eventos acontecidos no entorno dessa data.

Julgamos oportuno esclarecer que foram utilizados documentos que fazem referência às décadas anteriores à criação da escola, com o propósito de perceber o contexto no qual nasceu a Instituição, como também fizemos uso de documentos datados de períodos posteriores, visto que os mesmos continham informações que nos auxiliaram na compreensão de fatos ocorridos no período que demarca o processo de surgimento da Instituição no município.

Podemos considerar que, devido à escassez de fontes primárias que abordassem mais especificamente a criação e a implantação da Instituição e a inexistência do jornal *O Imparcial* nos anos que circundam o surgimento da Escola no município, este capítulo foi particularmente portador de um grau maior de complexidade, em se tratando de sua elaboração.

Foi oportuno perceber, por meio deste trabalho, que a criação dessa Instituição Escolar no município de Rio Pomba representou a implantação de um novo modelo educativo, com características bem distintas daquele até então vigente na localidade, tendo sido essa “novidade” educativa recebida pela comunidade de maneira peculiar. Tais fatos revelam e reforçam a ideia de que

Portanto, se a tentativa de se compreender a História da Educação brasileira, por exemplo, por meio da legislação e das discussões

educacionais aí realizadas é pertinente, não se pode esquecer que boa parte do perfil educacional dos estados não se encontra apenas nessas determinações legais, mas também na própria forma de encaminhar a educação adotada em cada município. E, nesse sentido, para se compreender a História da Educação em Minas Gerais e no Brasil (e também em Portugal), um olhar atento aos processos de formulação das propostas instrucionais no interior dos municípios é fundamental, para que se possa aquilatar as proximidades e distanciamentos que ocorrem entre esses diferentes espaços.<sup>74</sup>

Assim sendo, foi a partir dessa contextualização e por meio de uma “meticulosa tecitura”<sup>75</sup> entre fatos globais e locais, que procuramos descortinar cenas, desvendar faces, cruzar informações e (re)constituir a história da criação da Instituição Escolar e as relações estabelecidas entre esta e a sociedade na qual ela está inserida.

## **2.1 Rio Pomba no entorno da instauração da República: a política, a economia, os valores, a cultura.**

Nossa história tem início nos anos finais do século XIX e início do XX – momento que antecede a criação do *Grupo Escolar do Pomba*. Sobre esse momento histórico, as fontes consultadas, tanto as que expõem os fatos globais como aquelas que abordam os eventos locais, retratam uma comunidade marcada por uma efervescência ideológica e uma inquietação social, principalmente no que concerne aos aspectos políticos.

Rio Pomba, inserido em um contexto nacional de transição do regime político – passagem do Império para a República –, mostrava-se participante ativa do processo, sendo que alguns segmentos da sociedade local apresentavam-se, de certa forma, como agentes reprodutores dos valores disseminados nacionalmente.

A situação política, de um modo especial, merece nossa atenção primeira, visto que a mesma influenciava fortemente os demais aspectos sociais do local,

<sup>74</sup>GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil**, 2008, (no prelo). p.21.

<sup>75</sup>MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p.169.



entre eles, o educacional. A rivalidade existente entre dois grupos políticos de Rio Pomba é apontada nas fontes como um grave problema social dos anos finais do século XIX e início do século XX. Situação considerada responsável até mesmo pelo estado de inércia vivido pelo município nesse período, no que se refere ao seu desenvolvimento socioeconômico.

Pelos escritos de um memorialista de Rio Pomba sobre o ano de 1884, é possível analisar a melindrosa realidade vivida pela sociedade riopombense.

A política no entanto (essa caprichosa navalha de dois gumes), já transformada no Pomba em política de campanário ou de revanchismo, coadjuvada pelo dinheiro, esse vil metal que não acompanha ninguém ao túmulo, levou de vencida a imprensa<sup>76</sup>, fazendo com que, uma vez mais, o interesse personalístico de alguns se sobrepusesse a vontade do povo<sup>77</sup>.

Essa situação política conturbada era fator que impedia a efetivação de projetos e obras públicas em Rio Pomba. A existência de dois grupos políticos, radicalmente adversários, denominados *Jagunços* e *Capivaras*, é mencionada nas fontes - jornais locais e Santiago (1991) - como sendo responsável pelo estado de imobilidade socioeconômica vivida pelo município em fins do século XIX e início do XX. Revelam-nos as fontes que, quando um grupo estava no poder, o outro tinha, como propósito maior, usar de suas forças para tentar “jogar por terra” os feitos conquistados e/ou projetos propostos pelo grupo opositor.

Uma passagem sobre os últimos acontecimentos do século XIX ilustra nossa análise,

Nesse sentido a Câmara Pombense por meio da Resolução nº. 112, de 23 de abril, chegou a criar o Livro de Progresso do Município de Rio Pomba, destinado aos registros dos nomes das pessoas que fundassem estabelecimentos industriais no município. [...] Tudo em vão, pois nem a Casa de Caridade e nem tão pouco Fábricas de Tecidos, chegaram sequer ao lançamento das respectivas pedras fundamentais. Ao contrário disso, essa navalha de dois gumes, que se denomina política, nada mais era em nossa terra do que “a arte de disfarçar em interesse geral o interesse particular”. Ora os Jagunços e ora os Capivaras, impediram de todos os modos o progresso do Pomba desde 1885 até o ano de 1912.<sup>78</sup>

<sup>76</sup>O autor referia-se ao jornal local denominado *O Pombense* que, pelo que foi possível perceber, era um impresso que procurava mostrar-se alheio aos partidarismos políticos do município.

<sup>77</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.162.

<sup>78</sup>SANTIAGO, 1991.

A rivalidade política constituía um fator gerador de transtornos para uma coletividade, fosse pelas perdas materiais ou fosse pelos desgastes psicológicos causados pelo clima hostil que ocasionava aos moradores e frequentadores daquela localidade. Até mesmo a integridade física dos riopombenses estava ameaçada, de um modo especial daqueles mais diretamente envolvidos com os grupos políticos.

Um artigo, publicado pelo jornal local “Nova Era”<sup>79</sup> em 1920, intitulado “O velho processo jagunço – O anonimato”, mostra-nos, porém, que essa situação não cessou em 1912, como exposto na citação supracitada. Ainda na segunda década do século XX, os *Jagunços e Capiravas* “agitavam” a vida da cidade.

O referido artigo traz na íntegra uma carta anônima, endereçada a um coronel de Rio Pomba, chefe do grupo dos *Jagunços*. De acordo com o artigo, essa correspondência teria chegado misteriosamente à redação do jornal. A carta solicitava e instigava o Cel. Alcebíades Mendes a assassinar o redator do jornal “Nova Era”, Geraldino de Barros que, por meio desse impresso, era o porta-voz do grupo opositor.

Dizia a correspondência anônima:

[...] Esse typo precisa morrer. Você está nas condições de remetê-lo para o inferno. Você tem PESSOAL de confiança e que sabe fazer o SERVIÇO LIMPO. [...] Para haver respeito é necessário BALA. Havendo pólvora verá o coronel como a coisa endireita, como a capivarada se mette nas canavieiras de beira rio. **Ninguém se atreverá de comentar ou reprovar**<sup>80</sup> a bendita bala que, em hora feliz atravessou os miolos ou o coração do burrinho periquito, tocado de Mercês.<sup>81</sup>

O conteúdo da carta deixa-nos perceber, além do grau de influência da dinâmica política sobre os demais elementos sociais, que esse aspecto constituía, no município, um grave problema social e acabava por disseminar na localidade uma banalização da violência que, por sua vez, era utilizada pelos grupos políticos como um instrumento de intimidação da população.

No que tange aos aspectos econômicos de Rio Pomba, sua caracterização constitui como sendo uma das tarefas mais complexas deste trabalho, não somente

<sup>79</sup>Esse impresso, que pelos dados encontrados nos permite caracterizá-lo como um meio de difusão dos ideais de um grupo político da cidade, tinha como diretor, em 1920, Dr. José Tostes de Alvarenga que, de acordo com Santiago (1991, p.358), “militou muitos anos na política, ao lado dos Srs. Francisco Soares Peixoto de Moura, José Gonçalves Neves e Odilon Duarte Braga”. Nomes estes que estarão diretamente envolvidos no processo de escolarização do município, como veremos posteriormente.

<sup>80</sup>Grifo nosso.

<sup>81</sup>Jornal local *Nova Era*, 19/09/1920. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

no que se refere a esta data, como também no que diz respeito às décadas posteriores envolvidas nesta pesquisa.

Em se tratando mais especificamente desse primeiro momento, não encontramos nos jornais dados que nos permitam atribuir a alguma atividade econômica específica o título de “base” da economia de Rio Pomba.

Assim, optamos por iniciar esta análise utilizando, como fonte de informações, as impressões tidas por um cientista alemão do século XIX, Hermann Burmeister,<sup>82</sup> quando de sua estada em Rio Pomba, por volta de 1850<sup>83</sup>, para realização de um de seus trabalhos investigativos. Relata o autor:

A população é formada por uma pequena parcela de brancos, em grande parte comerciantes e fazendeiros; de um maior número de mulatos artífices; e de pretos, que são empregados nos trabalhos mais rudes e mais humildes. Estes últimos possuem sua própria igreja, a de Nossa Senhora do Rosário, situada fora da Vila, numa colina. Alguns fazendeiros residentes nos arredores são considerados as colunas mestras do comércio local, que apenas abastece a população. Disseram-me que havia também dois médicos, um dos quais francês. A região, nos arredores, apresenta apenas pastagens e florestas, nenhuma cultura considerável me foi dado a ver e cada casa tem sua pequena horta, onde se cultivam os legumes indispensáveis. Não se presta ela para o plantio de cana ou café, devido a sua altitude ou ainda ao seu afastamento das vias de exportação. Os fazendeiros daí já não se podem concorrer com os que moram mais perto da costa, já pela enorme dificuldade de transportes, já pelo clima que não favorece aquelas culturas.<sup>84</sup>

O relato do autor nos induz a inferir que, em meados do século XIX, a economia do município girava em torno de múltiplas atividades, entre as quais talvez possamos atribuir um relativo destaque à pecuária e ao comércio local, já que, na visão do viajante, os fazendeiros eram as molas mestras do comércio e a paisagem tinha as pastagens como elemento que se destacava.

A ausência da atividade agrícola na descrição do autor causou-nos, num primeiro momento, certa estranheza, uma vez que, de modo geral, as fontes

---

<sup>82</sup>Hermann Burmeister, em sua obra intitulada *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, traz uma interessante e detalhada descrição das impressões por ele tidas, das diversas localidades por onde passou durante a realização de seu trabalho de pesquisa. Apesar de o trabalho se voltar para o estudo das ciências da natureza (flora e fauna), o autor opta por enfatizar, nessa obra, os aspectos antropológicos da viagem, oferecendo, por isso, um interessante material aos “estudiosos dos costumes dos povos”, como ele mesmo afirma no prefácio do livro.

<sup>83</sup>Optamos por retroceder no tempo para efetuar essa análise por julgarmos que essa regressão possibilitará maior compreensão da situação econômica do município.

<sup>84</sup>BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Martins, 1952, p.175. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

históricas do município elegem a agricultura, juntamente com a pecuária, como as atividades econômicas primordiais da localidade e as culturas de café e cana-de-açúcar como sendo as principais, ao lado da cultura de fumo e algodão.

Em outra direção e por meio de uma análise mais meticulosa e extensa da situação – tendo em mente que estamos nos referindo a meados do século XIX -, foi oportuno constatar que a descrição do autor é relativamente coerente com os fatos e descrições posteriores.

Além do fato de as culturas agrícolas se encontrarem, à época, em fase inicial, eram realizadas nos arredores da cidade, um pouco distante do local visitado e descrito pelo pesquisador. Outro fator que nos faz concordar com as descrições de Burmeister (1952) é que, apesar da cultura de café e cana-de-açúcar terem feito parte da economia de Rio Pomba por um considerável período da história e com relativa importância para sua vida econômica, as monoculturas não se apresentam como uma característica marcante da localidade.

Foi possível perceber, por meio de uma análise mais abrangente das fontes, que a policultura que, nesse caso, envolvia a produção de fumo, café, cana-de-açúcar, algodão e cereais (arroz, milho, feijão, batata) e a criação de gado eram as atividades-bases da economia do lugar. Essa realidade, certamente, estava atrelada ao fato de o município ser composto por pequenas e médias propriedades rurais.

Além da situação econômica, a citação anteriormente exposta nos permite perceber que a sociedade riopombense, em meados do XIX, estava estruturada em classes sociais definidas e que havia naquele meio algumas estratégias que visavam separá-las em determinados momentos. Se tomarmos como exemplo a descrição feita por Burmeister (1952, p.175), poderemos notar que os espaços eram estruturados estrategicamente para esse fim: para separar os diferentes grupos que professavam a mesma religião, utilizavam-se de espaços (templos) distintos.

Esse perfil de sociedade, como estando dividida em classes definidas e tendo as raças como elemento identificador de cada grupo, estava em sintonia com a realidade social da época: uma sociedade escravocrata (africana).

Por se constituir como um município antigo do estado de Minas Gerais e, assim, participar da história da Era Colonial Brasileira, Rio Pomba apresentou e conservou marcas dos legados dos povos que ali chegaram e fizeram parte da sua história desde sua fundação, ou seja, dos índios, colonizadores europeus e escravos africanos.

A impressão que nos foi causada por meio do estudo das fontes consultadas – jornais e livros que fazem referência a Rio Pomba – é de que houve sempre uma preocupação em valorizar as práticas de atividades intelectuais no município. Não somente a intelectualidade era valorizada pela comunidade local – mais especificamente por um grupo hegemônico do lugar - como também outras práticas e marcas que advieram do legado europeu no Brasil.

Assim, as maneiras de vestir, alimentar, repousar, o hábito da leitura e escrita, o modo de ser e estar, enfim a educação formal e informal, que valorizava os costumes e valores europeus, é um elemento que se fez presente por todo período estudado e se fez patente nas fontes como sendo o fator que diferenciava Rio Pomba dos demais municípios circunvizinhos. Desse modo, a utilização e manutenção de tais costumes e valores constituíam-se um símbolo de *status* social e um elemento identificador da localidade.

O primeiro indício dessa valorização nos foi proporcionado por outro trecho do livro de Burmeister (1952), ao descrever sua chegada em Rio Pomba, em meados do século XIX.

[...] Mas ao dobrar a estrada, que passava ao pé da colina, avistei uma grande cidade, com belas casas caiadas de branco e duas igrejas. Agradável surpresa! Aprumei-me na sela e, embora torturado pela fome, passei cheio de ânimo pela rua principal, em busca de um bom albergue. Atravessamos a praça principal e chegamos a uma rua muito estreita, onde encontramos uma casa baixa e comprida, com muitas portas, que era o primeiro e o melhor hotel da cidade. Receberam-nos amavelmente e prometeram-nos o melhor serviço possível. Nosso quarto não tinha nem forro nem assoalho, pois tudo era de barro e nem sequer caiado. Mesmo assim, havia nele **cama, mesa e cadeira** (grifo nosso).<sup>85</sup>

[...] Numa rua paralela à nossa, que saía da praça principal, vi uma farmácia e, na sala contígua, **uma pequena biblioteca, a primeira que encontrei no interior do país** (grifo nosso).<sup>86</sup>

Mais uma vez os espaços nos possibilitam desvendar um pouco dos costumes e valores cultivados naquele município. O cuidado com a estética dos ambientes externos, em destaque no relato do autor, demonstram uma preocupação com o aparente, uma intenção de proporcionar aos moradores e visitantes uma boa impressão do local. A prioridade dada aos móveis, de um modo especial à mesa e à

<sup>85</sup>BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Martins, 1952, p.174 Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

<sup>86</sup>BURMEISTER, 1952, p.175.

cadeira, em detrimento de uma melhor infra-estrutura interna do ambiente e a existência de uma biblioteca – espaço raro no interior do país, na percepção de Burmeister -, também é um indicativo da valorização de uma cultura letrada.

## 2.2 A educação no município e a protuberante valorização da intelectualidade

No último quartel do século XIX, as atividades relacionadas à escrita, leitura e às artes ganham ainda maior ímpeto. São criados, no município, espaços destinados especificamente a esse fim: os denominados “Clubes”.

Esses “Clubes”, que inicialmente voltaram-se para as artes musicais, em breve espaço de tempo, passaram a ser um local de múltiplas atividades educacionais.

Sobre esses espaços, informa-nos o memorialista do local, referindo-se a um clube criado em 1878, denominado *Clube Jerônimo de Sousa*, que era dirigido por um grupo social considerado a elite intelectual do lugar.

Com o correr do tempo o clube se expandiu de tal forma que transformou-se numa verdadeira academia, pois se sua atividade precípua era a arte musical, nele foram incluídas a arte teatral, o canto e até mesmo a literatura com a criação de um gabinete de leitura dotado de ampla biblioteca e que chegou a ser classificada como a terceira da Província, dado o elevado número de obras raras e clássicas em sua estante.<sup>87</sup>

Esse Clube, em especial, juntamente com o outro existente na sede do município<sup>88</sup>, passou a ser uma espécie de meio de representação da comunidade local. Ele emprestava a Rio Pomba o título de cidade intelectualmente e culturalmente evoluída, que estaria, por isso, à frente das demais.

Quando da visita do Imperador do Brasil a Rio Pomba, D. Pedro II, em 1886, – um acontecimento de grande importância para a sociedade local, pelo que pode ser percebido por meio das fontes que aludem essa passagem – o *Clube Jerônimo*

<sup>87</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *História do Município de Rio Pomba*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.141.

<sup>88</sup> *Clube Guarani*, situado à Rua Major Felizberto. (SANTIAGO, 1991, p. 141)

de Sousa foi um dos locais utilizados para a recepção daquela autoridade política, tendo sido motivo de orgulho para os moradores, visto que fora merecedor de elogios e palavras de incentivo por parte do visitante.

Esses “Clubes”, juntamente com a igreja católica e as escolas isoladas existentes na localidade<sup>89</sup>, constituíam-se como as principais instituições educativas do município. Eram os meios de difusão da cultura escrita e das artes naquele ambiente populacional.

O *Clube Jerônimo de Sousa* abrigava, em suas dependências, algumas das escolas de Rio Pomba que, tomando como base sua localização em ponto central da cidade, associado ao perfil socioeconômico das pessoas que compunham sua diretoria, bem como seu corpo discente, atendia à educação de uma elite econômica e política da localidade.

Por meio da apresentação de suas corporações musicais, em particular, bem como das outras atividades desenvolvidas pelos clubes, não somente em Rio Pomba, como também em outras localidades, essas associações, além de disseminarem, na comunidade local, a valorização de certos hábitos, costumes e valores, agiam também como instrumento de expressão e projeção do município na comunidade regional.

Eles se faziam elementos difusores de atividades culturais já concebidas, pela sociedade da época, como sendo nobres e raras nas comunidades circunvizinhas. Tais apresentações contribuíam para que Rio Pomba fosse vista e concebida nos arredores como uma cidade bem dotada intelectual e artisticamente e, dessa forma, como uma localidade enlaçada nos moldes exigidos pelo progresso.

A edição extraordinária de *O Imparcial*, ao referenciar sobre o “Nível Cultural de Rio Pomba”, possibilita-nos perceber o imaginário criado e mantido por longo período de tempo em torno desse aspecto.

---

<sup>89</sup>Sobre as escolas isoladas, temos as seguintes informações: até 1847 a então *Vila da Pomba* contava com uma escola primária regida por um padre, nesse ano foi criada uma escola secundária (uma cadeira de Latinidade e Poética) (SANTIAGO, 1991, p.112). Anteriormente à criação do *Grupo Escolar do Pomba*, em 1912, existira também em Rio Pomba o *Collegio Martins*, um internato que recebeu alunos de várias partes do estado e o *Gymnasio Pio X*, de iniciativa privada (católica), que esteve ativo por curto período de tempo, devido a pouca frequência. (PALMA, Anthero. *Reminiscências de minha Terra*, p.38). Já o jornal *Correio do Pomba*, do dia 04/02/1894, informa-nos sobre a criação de seis escolas de “instrução primária” no município, uma mista, que deveria funcionar em sua sede e as demais masculinas, sendo que destas, uma instalada também na sede e as demais em outras localidades que pertenciam a Rio Pomba. São elas: Silveirania, Guarani, Mercês e Bonfim.

A centenária, tradicional e gloriosa cidade de Rio Pomba, foi mui justa e merecidamente cognominada por um escritor de renome com um honroso título de ATENAS DA ZONA DA MATA, em face da cultura intelectual dos rio-pombenses. E de fato, em todos os ramos da atividade humana, em que o indivíduo necessita das luzes do saber para se impôr perante seus semelhantes, aí se nos depara um conterrâneo impondo-se pelo talento e pela cultura no ramo de sua especialidade. Foi assim antigamente e é assim na atualidade.<sup>90</sup>

O título recebido pelo município, *Atenas da Zona da Mata*, confirma os resultados de nossas inferências, no que se refere ao imaginário criado em relação ao potencial intelectual e cultural da localidade. Rio Pomba é comparada à Atenas, cidade grega dotada de poder, centro de cultura e intelectualidade na Antiguidade.

Foi oportuno perceber que, associada à valorização do aspecto intelectua/cultural, a supremacia da razão, da exaltação da cientificidade, era “bandeira defendida” por um determinado grupo social daquele lugar e o mesmo procurava disseminar ideais de racionalidade e cientificidade no seio da sociedade local.

Por meio de um artigo que denunciava os enganos que podem advir das crenças e superstições populares, apresentado pelo jornal local denominado *O Pombense*<sup>91</sup>, publicado em outubro de 1884, podemos perceber que a valorização das ciências, que desde o período Imperial participava do pensamento dos dirigentes de várias províncias brasileiras<sup>92</sup>, também se fazia viva e era propalada no seio da sociedade riopombense em finais do século XIX e início do XX.

Procurando infundir a ideia de que só a razão era capaz de revelar a verdade, o texto ilustra:

Não há de negar que pela ignorância da causa verdadeira, o hábito do erro, o sacrifício do bom senso e da razão podem produzir os mais horríveis resultados. As sciencias no seu constante progresso, ampliando sempre os seus limites, vão espargindo luz sobre as

<sup>90</sup> Jornal local *O Imparcial* – Edição Extraordinária. Janeiro de 1958, p.42. Arquivo da Imprensa de *O Imparcial*, Rio Pomba/MG.

<sup>91</sup> De acordo com os dados expostos pela edição extraordinária do jornal local *O Imparcial*, de janeiro de 1958, p. 10 e p. 13, *O Pombense* era um impresso de publicação bissemanal, fundado em 1884 por dois cidadãos residentes em Rio Pomba: Juvenal Coelho de Oliveira Pena e João Cândido Ferreira da Cunha. Ao longo de sua trajetória de “vida”, o jornal teve os seguintes proprietários: José Senra de Oliveira Junior (1889), Antônio de Abreu Sobrinho (1890), João Cândido Ferreira de Oliveira Junior e Antônio de Abreu Sobrinho (1891). *O Imparcial* refere-se também à Teodolindo de Assis como editor e proprietário do impresso, mas não informa a data desse fato histórico.

<sup>92</sup> VILLELA, Heloísa de O. S. **O Mestre-Escola e a Professora**. IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000, p.103.



immutaveis leis da natureza. A sabedoria que adquirimos, depõe os erros e as iluzões e nos livra dos prejuízos.<sup>93</sup>

Utilizando-se de discursos cuidadosamente elaborados, um grupo da comunidade local - que podemos considerar como sendo sua elite intelectual - seguia disseminando naquele micro espaço as ideias que circulavam em vários países naquele dado momento.

Nesse ínterim e nesse contexto inicial de valorização das ciências e da educação institucionalizada no Brasil, a escola foi constituindo-se, paulatinamente, um elemento social de significativa relevância.

Os exemplares dos jornais aos quais tivemos acesso, publicados no município, em fins do século XIX, permitem-nos constatar que a educação escolar aparecia de forma tímida em suas páginas, sendo um assunto tratado com pouca frequência.

Porém, entre um e outro artigo encontrado nesses impressos, que tratavam especificamente da educação escolar do município, é cabível afirmar que a escola já ocupava seu lugar naquele grupo social, consideradas as devidas limitações. Ocupava um lugar físico, visto que o município era dotado de escolas masculinas e uma feminina e também um lugar no imaginário, já que a instituição escolar era mencionada como sendo um elemento que garantiria uma sociedade moldada nos valores e ideais circundantes no período e que por isso deveria ser uma das responsabilidades dos poderes públicos.

Por meio de um exemplar de *O Pombense* que trazia a “Instrução Pública” como tema do artigo que encabeçava sua primeira página, torna-se possível ilustrar nossas inferências e processar outras análises acerca da concepção de escola na sociedade riopombense nos fins do século XIX.

A instrucção publica é um dos ramos do serviço publico, que de certo tempo a esta parte, tem mais se desenvolvido em nosso município, graças a boa vontade e dedicação, quer dos empregados municipais, quer das diversas parochias. [...]Esta cidade conta com duas escolas publicas do sexo masculino e uma do fiminino, funccionando todas regularmente e com avultada frequência. [...] Acham-se providos os lugares de membros dos conselhos parocheaes da freguezia d'esta cidade que já funcionou em duas sessões, e das do Guarany, Porto Santo Antonio, Mercês e Taboleiro. O inspector litterario conta instalar este anno os conselhos das de mais parochias. Poucos municípios da província

<sup>93</sup> Jornal local *O Pombense*, 5/10/1884, p.1. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

terão a machina administrativa da instrução publica tão bem montada como o nosso. Os bons efeitos de salutareas medidas tendentes a educação do povo se manifestam desde já. A infancia que é o futuro, adquire hoje bellos instrumentos de trabalho para a construcção do edificio da civilização dos tempos que la vem.<sup>94</sup>

Fica nítida, no artigo, a influência direta exercida pela igreja católica, na educação pública e escolarizada, nos anos que antecedem a transição do regime político brasileiro. Essa influência religiosa não era uma realidade exclusiva da localidade de Rio Pomba, tampouco da educação pública, constituía uma característica própria da educação no Brasil desde os seus primórdios.

Outra observação que o texto supracitado nos proporciona é a concepção de escola como mecanismo de obtenção de um progresso, de uma civilização que seria imprescindível para os novos moldes sociais que um futuro próximo anunciava. “Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade.”<sup>95</sup>

Essa capacidade, esse potencial visto na instituição escolar fazia com que ela fosse concebida como um elemento indispensável quando a questão era o “progresso”, palavra de ordem dos anos finais do século XIX. Notamos que, em função desse imaginário social projetado, em que a escola passa a se configurar como símbolo de *status*, os governos passam a almejar manter essa instituição que se consubstanciava como elemento confirmador e atestador da ventura e prosperidade de uma determinada localidade.

De certa forma, a instituição escolar era utilizada nos discursos como elemento que permitia uma comparação e classificação entre os municípios, no que tocava ao seu grau de desenvolvimento socioeconômico.

Quanto à estrutura e organização educacional do município, os exemplares do jornal supracitado, publicados em outubro 1884, mencionam a existência de três escolas masculinas, sendo uma privada e duas públicas e uma escola pública feminina, que, de acordo com o artigo, estava voltada para o ensino de “litteratura, música theorica e pratica e delicados trabalhos de agulha”.<sup>96</sup>

<sup>94</sup> Jornal local *O Pombense*, 5/10/1884. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

<sup>95</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 165.

<sup>96</sup> Jornal *O Pombense*, 05/10/1884, p.1.

A existência de uma escola feminina, no município de Rio Pomba, ilustra a realidade do universo educacional feminino na época. O acesso das mulheres à escola era restrito e mantinha uma estreita relação com as funções e papéis a elas destinados. Oliveira (2005) afirma que o universo da mulher da primeira metade do século XX era o da domesticidade. A estruturação familiar tinha como característica a função provedora do homem (pai) e o papel de esposa e mãe destinado à figura da mulher.

As barreiras sociais eram fortes fazendo com que ela não tivesse visibilidade fora do casamento e da família. A força da matriz patriarcal ainda era intensa. Isso se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas “prendas domésticas”.<sup>97</sup>

Além de especificar o número de escolas, a quem eram destinadas e por quem estavam supervisionadas e subsidiadas, o artigo publicado no jornal *O Pombense*, no dia 05/10/1884, fazia alusão à existência de uma preocupação com a formação do professor e de uma valorização daqueles que eram portadores de documentos (diplomas, certificados) que os habilitavam para o exercício do magistério.

Apesar dessa importância atribuída à educação escolarizada, há dados que nos permitem constatar que a escola era apenas mais um elemento social em meio a tantos outros e que a importância a ela atribuída contava com certo grau de limitação.

O exemplar do mesmo jornal, publicado sequentemente ao exemplar do dia 05 de outubro de 1884, ao trazer uma pequena nota complementar ao artigo que tratava da instrução pública municipal, anunciava que o tema seria abandonado temporariamente, visto que o jornal dispunha de pouco espaço. Deixa subentendido que havia outros assuntos de maior importância e interesse social que deveriam ter prioridade nas páginas do impresso.

Notamos uma maior atenção com a educação na década de 1890, primeiros dez anos de regime republicano. Há um aumento de artigos relacionados direta e indiretamente ao tema sendo o papel da educação na sociedade tratado de forma mais incisiva.

---

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **A provisão da família**: redefinição ou manutenção dos papéis? IN: SCALON, Clara Araújo Celi (org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.124.

Nessa década, além de terem sido criadas várias escolas em Rio Pomba, houve também iniciativas que visaram organizar o trabalho desenvolvido pelas mesmas por meio de atos legislativos da administração municipal.

Em 27 de janeiro de 1894<sup>98</sup> foram criadas mais seis escolas primárias no município (sede e distritos), sendo uma mista e cinco masculinas.

A câmara municipal, supostamente em fevereiro de 1894<sup>99</sup>, promulga um extenso Regimento Escolar, que procurava organizar e estruturar os trabalhos das instituições de ensino de Rio Pomba. Devido à extensão da regulamentação, o Regimento foi publicado por partes ao longo de vários exemplares do mês de março de 1894<sup>100</sup> do jornal *Correio do Pomba*.

A partir de então, a “instrução” passa a ser aludida como sendo “a melhor herança que os pais podem legar aos filhos” visto que, na visão do jornal, “Ella purifica o ar que respiramos, forma a atmosphaera moral que nos vivifica, prepara-nos para sermos úteis a nós mesmos e a sociedade”.<sup>101</sup>

Faz-se perceptível nesse texto que a escola, por meio de seus trabalhos, é o instrumento capaz de recriar a sociedade. Nessa visão, só teriam condições de contribuir com a sociedade e nela conviver harmonicamente aqueles a quem fossem lançados à “luz da instrução”. Os demais, aqueles que não passassem por esse processo educativo formalizado e institucionalizado, estariam exercendo uma influência negativa sobre a mesma.

Tão úteis são à sociedade aqueles que alimentaram o seu espírito nas castas lições na formação do character humano, como inúteis e nocivos os que não se compenetraram do dever a cumprir no sublime convívio social.<sup>102</sup>

A valorização da escola, em fins do século XIX, no município de Rio Pomba, fazia-se reflexo de um contexto de maior abrangência. Nesse momento, no qual o Brasil vivia seus primeiros anos de regime republicano, novos valores, crenças e ações vinham à tona e delineavam a nova estrutura proposta.

---

<sup>98</sup>Resolução da Câmara Municipal Nº. 54 de 27 de janeiro de 1894, publicada no jornal local *Correio do Pomba*, no dia 04/02/1894, p.3. Os únicos dados que encontramos sobre esse impresso é de que foi fundado no ano de 1893, por Martinho de Freitas e, posteriormente, passou a ser de propriedade de Avelino Diniz. (Edição Extraordinária de *O Imparcial*, janeiro de 1958, p. 13)

<sup>99</sup>O que nos leva a supor que o Regimento teria sido criado em fevereiro de 1894 é o fato de o exemplar do dia 04 de março deste ano trazer a continuação da regulamentação, abrigoando a parte final do Título I e o Título II.

<sup>100</sup>Os exemplares foram publicados nas seguintes datas: 04/03/1894, 11/03/1894 e 18/03/1894.

<sup>101</sup>Jornal local *Correio do Pomba*. Exemplar do dia 23/06/1895, p.1.

<sup>102</sup>*Correio do Pomba*, 23/06/1895, p.1.

## 2.3 Os Grupos Escolares: a proposta de implantação do ideário educacional republicano no Brasil

*O país necessita recrutar o seu povo para a educação e, ao mesmo tempo, estabelecer um sistema educacional público e completo, pois o seu fim não é apenas satisfazer a volúpia ou a fome de saber de cada um isoladamente, mas atender, pela educação, ao interesse maior da nação: a consolidação do regime republicano, calcado nos princípios de ordem e progresso.*<sup>103</sup>

O início do século XX brasileiro foi uma fase culturalmente marcada por um espírito voltado para a implantação de um “projeto” de maior abrangência que visava, em seu conjunto, à regeneração, à modernização da nação por meio da concretização dos ideais republicanos.

Nesse sentido, a República floresceu como uma esperança. [...] Intelectuais liberais, exército e fazendeiros do café formavam uma linha de frente; destaque para os dois últimos, no movimento que daria origem à proclamação da República. Havia euforia em torno da possibilidade de adequação do Brasil e, conseqüentemente, sua inserção no mundo moderno e civilizado.<sup>104</sup>

O regime republicano brasileiro, instaurado em 1889, esteve ancorado - e inspirado - nos princípios liberais e positivistas. Tais princípios estiveram em voga, de forma patente no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, que se constituíam como símbolos de “mundo moderno e civilizado”. Assim, a implantação da República era entendida como possibilitadora “da edificação de uma sociedade que estivesse calcada nos princípios da ordem e do progresso, elementos fundamentais para se alcançar o desenvolvimento material e social”.<sup>105</sup>

Coadunado com os ideais pretendidos pela República, ganha destaque o propósito de superação do atraso do país por meio de sua reorganização. Os anos do Império eram concebidos como algo que representava a estagnação, o retrocesso e que, portanto, precisava ser vencido. Para se empreender de tal intento, era necessário lançar mão das mais variadas estratégias, entre as quais a educação, considerada protagonista do processo de civilização da população.

<sup>103</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p.41.

<sup>104</sup>CARVALHO, 2007, p.125.

<sup>105</sup>CARVALHO, 2007, p.15.

Éramos um país de analfabetos, incultos e de negros recém saídos da escravidão. Era possível formar-se um Estado respeitável do ponto de vista político e econômico com essa massa populacional? A conclusão era quase sempre negativa, o que levava à proposta recorrente de se dar maior amplitude à educação nacional.<sup>106</sup>

A educação surge, assim, nesse contexto nacional, como uma das vias de formação do cidadão para a República, ou seja, como um dos caminhos mais profícuos para “republicanizar” a população, para moldar a sociedade aos ideais republicanos, na medida em que ela era concebida como instrumento capaz de disseminar e materializar “os fundamentos de uma sociedade voltada para os princípios de civilidade, modernidade, ordem e progresso”.<sup>107</sup>

Ainda bebendo das ideias desenvolvidas pelo autor supracitado, a educação - e sua democratização - tornava-se necessária naquele contexto social, vez que, com a urbanização e a modernização crescente, aumentava também a necessidade de pessoas alfabetizadas para desempenharem as novas funções que o novo quadro social do imaginário republicano reclamava. Para Carvalho<sup>108</sup>, “as técnicas fundamentais de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao desenvolvimento de determinadas atividades fundamentais na modernidade.”

No entanto, podemos perceber que esse apogeu que marcou o lugar da educação na Primeira República ocorreu com intensidades distintas ao longo dos anos que compreendem esse período. Nagle<sup>109</sup> o analisa como tendo fases diversas no que tange à circulação e à crença nas ideias republicanas. Para o autor, uma primeira fase, que abarca os últimos momentos do Império e os primeiros anos de República, é marcada por um “fervor ideológico” que logo sofre um arrefecimento, por uma possível decepção em relação ao novo regime e que caracteriza, então, o início de uma segunda fase.

<sup>106</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da história da educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro**. Cadernos de História da Educação - v. 1. – nº 1 - jan./dez. 2002, p.134.

<sup>107</sup> CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev.** – Uberlândia: Edufu, 2007, p.15.

<sup>108</sup> CARVALHO, 2007, p. 33.

<sup>109</sup> NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. In Fausto Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1899 – 1930). Ed Bertran S/A. 1990.

A educação escolarizada, considerada elemento propulsor da almejada transformação social, tida naquele momento como norteadora da redenção da sociedade brasileira, acompanhou, portanto, os altos e baixos que participaram do espírito republicano no período de 1889 a 1930.

Na visão de Nagle (1990)<sup>110</sup>, o “fervor ideológico” que havia no final do Império, em relação aos assuntos educacionais, propondo reestruturações e tomadas de posição, objetivando a superação das deficiências que caracterizavam a educação naquele período, sofre um inicial esfriamento no início do século XX, momento em que outras questões voltadas para a estruturação política e administrativa do Brasil mostravam-se mais urgentes.

Somente a partir de 1915, época em que a sociedade já se encontrava descrente e decepcionada com a República, é que surge o “entusiasmo pela educação”, movimento que se fundamentou na crença de que a educação seria a solução para todos os problemas da Nação, sendo instrumento capaz de recompor a unidade de pensamento, de resgatar o patriotismo e combater a abstenção eleitoral, uma vez que analfabetos não tinham direito ao voto.

Entretanto, a criação dos Grupos Escolares é, no nosso entender, um sinal de que esse arrefecimento a que se refere o autor não foi empecilho para que um ambicioso projeto de escolarização da educação primária, de iniciativa estatal, começasse a ser implantado em vários estados brasileiros nesse período.

Souza (2004)<sup>111</sup> informa-nos que a criação dos Grupos Escolares teve início no estado de São Paulo, em 1893, quando da reunião de escolas isoladas que foram agrupadas pela proximidade e que passaram a ter uma nova forma de organização e estruturação. Essa nova maneira de organizar a escola e estruturar seu trabalho tinha como espelho um modelo escolar que se configurara em vários países europeus e nos Estados Unidos no final do século XIX e que visava à difusão da educação popular.

Foi a partir da implantação dessa nova estrutura escolar em São Paulo que teve início o processo de reorganização da instrução pública em diferentes estados brasileiros e no Distrito Federal. Para tanto, foram contratados educadores paulistas

---

<sup>110</sup> NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. In Fausto Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1899 – 1930). Ed Bertran S/A. 1990.

<sup>111</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

para participarem do processo de difusão, assim como também foram subsidiadas, pelos distintos governos, visitas comissionadas ao estado de São Paulo. “A Escola-Modelo<sup>112</sup> foi a morada, o centro irradiador dos novos processos de ensino, e a inovação colocou o estado de São Paulo na vanguarda dos projetos de modernização da instrução pública no país”.<sup>113</sup>

Nos anos finais do século XIX e nos quinze primeiros anos do século XX, foi institucionalizada a educação primária, pensada nesses novos moldes, nos seguintes estados: Pará, a partir de 1899; Paraná, a partir de 1903; Minas Gerais, a partir de 1906; Rio Grande do Norte e no Espírito Santo, a partir de 1908; No Mato Grosso, a partir de 1910; Santa Catarina e Sergipe, a partir de 1911. No Rio de Janeiro, então capital federal, os Grupos Escolares foram implantados a partir de 1897.<sup>114</sup>

É importante ressaltar que esse processo não se efetivou da mesma forma em todos os estados, visto que envolviam questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Consideramos também relevante registrar que, na visão de Souza (2004)<sup>115</sup>, tal processo se efetivou de forma lenta e morosa. No entanto, entendemos que, a despeito do fato de a difusão do ensino primário não ter se dado com a força e a “velocidade” esperada, sua implantação no período supracitado, envolveu criação de leis, construção de escolas, reestruturação do ensino, refletindo-se, até mesmo, nas questões concernentes à formação dos professores para atuarem nesse nível. Tais fatos se constituem indicativos dos significados que comportava a educação, de um modo especial o ensino primário, no que se refere à sua relação com a concretização dos ideais defendidos pelos republicanos.

No nosso entender, um projeto de tal porte em execução é sinal de que, naquele momento e nos respectivos lugares onde foram implantadas essas escolas,

---

<sup>112</sup>SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.171, esclarece que a Escola-Modelo, anexa a Escola Normal de São Paulo era composta por duas classes (uma masculina e outra feminina) e constituía-se em um órgão de demonstração de métodos condizentes às propostas pedagógicas da “nova” educação primária que se intentava infundir.

<sup>113</sup>SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea), p.139.

<sup>114</sup>SCHUELER, Alessandra Frota M. de, **"Escolas de verdade" para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal**. Anais do XIII Encontro de História / ANPUH – Rio de Janeiro, 2008.

<sup>115</sup>SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 119. (Coleção Educação Contemporânea).



as esperanças e os propósitos reservados à educação escolarizada estavam em evidência e de maneira acentuada.

## 2.4 Minas Gerais e a implantação dos Grupos Escolares

Minas Gerais, que durante o Império era a “província mais populosa” e “que como todo o país no início do século XX tinha um enorme contingente de analfabetos”, já buscava, em períodos que antecedem à proclamação da república, “novos caminhos para resolver a questão educacional”.<sup>116</sup>

Assim sendo, Minas Gerais, estado que já se mostrava preocupado com as questões educacionais, (de um modo especial com o ensino primário, instrumento de inserção do homem na vida social e com o ensino normal, instrumento de capacitação dos profissionais que atuavam diretamente no ensino primário), buscou adequar-se aos novos tempos, promovendo reformas educacionais e instituindo a implantação dos Grupos Escolares com a criação da Lei nº 439 de 28/09/1906.

Essa legislação, denominada por Mourão<sup>117</sup> como “Reforma do Ensino João Pinheiro”,<sup>118</sup> e as transformações educacionais por ela trazidas, é considerada pelo autor como

uma modificação substancial no ensino, algo que, então constituía uma conquista dos países mais civilizados do mundo. [...] Até então, os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manter em atividades todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões.<sup>119</sup>

<sup>116</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007, p.132.

<sup>117</sup>MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

<sup>118</sup> João Pinheiro da Silva (1860-1908) foi um mineiro, político advogado e industrial, que empreendeu uma ampla reforma no ensino, quando ocupante do cargo de Presidente do estado de Minas Gerais, no período de 1906 a 1908.

<sup>119</sup>MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa, 1962, p. 93.

A lei que instituiu os Grupos Escolares em Minas Gerais definia o ensino primário como gratuito e obrigatório (artigo 3º) e categorizava as instituições responsáveis por esse ensino em Escolas Isoladas, Grupos Escolares e Escolas Modelos, estas, anexas às escolas normais. A lei nº 439 de 28/09/1906, em seu artigo 10º, previa a possibilidade de suprimir as escolas isoladas nos locais onde fossem implementados os Grupos Escolares. O ato legal destacava, ainda, a preocupação com a formação integral do aluno “intellectual, moral e physica” (artigo 1º), com o emprego de métodos de ensino “simples, práticos e intuitivo” (artigo 6º, inciso II) e com os espaços (edifícios) e materiais didáticos apropriados ao trabalho escolar.

Apesar de o surgimento dos Grupos Escolares ter sido concebido pela legislação de ensino, tida como um considerável avanço no setor educacional pelas transformações geradas com a efetivação de seus ditos, tal legislação não se constituiu como o primeiro ato legal mineiro, nos tempos do novo regime, a ater-se às questões educacionais. Outras normas legais, promulgadas em períodos que antecedem o ano de 1906, já faziam referências, instituíam diretrizes e procuravam organizar o ensino escolar no estado.

Minas Gerais não escapa desta efervescência. Já em 1892, comungando dos mesmos ideais redentores da educação, o agora Estado promove uma reforma na instrução pública, através da Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, também chamada de reforma Afonso Pena, complementada pelo Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893, que regulamenta a dita reforma. Em seguida, no governo Bias Fortes, são promovidas modificações na reforma Afonso Pena, através da Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897. Logo após (1899-1900), Silviano Brandão, acossado por problemas graves nas contas públicas, promoverá uma série de mudanças na regulamentação do ensino, inclusive determinando o número de escolas primárias para o Estado.<sup>120</sup>

Apesar dessa efervescência – que, segundo Nagle (1990),<sup>121</sup> teve seus altos e baixos -, e das inúmeras legislações educacionais promulgadas em vários estados brasileiros na Primeira República, “o Brasil não organizou o seu próprio sistema nacional de ensino, a partir do final do século XIX, quando o acesso à escola (devido

<sup>120</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da história da educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro**. Cadernos de História da Educação - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002 p.134

<sup>121</sup> NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. In Fausto Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1899 – 1930). Ed Bertran S/A. 1990.

o contexto das sociedades modernas que então exigia o ingresso da população numa cultura letrada) passava a ser considerado dever do Estado e direito de todo o cidadão”<sup>122</sup>.

Essa ausência de uma unidade nacional no que diz respeito à estruturação e organização do ensino estava, em parte, ancorada na primeira Constituição promulgada na república brasileira, no ano de 1891, que fez perpetuar a descentralização do ensino já disposta nas legislações do início do Império.

Assim, a implantação dos Grupos Escolares no Brasil se processou de forma distinta nos diversos locais onde foram criadas essas escolas e ficaram à mercê das possibilidades e interesses de cada unidade federativa. Todavia, para além dessas dificuldades, a criação dos Grupos Escolares foi uma realidade das primeiras décadas de república em vários estados brasileiros e concorreu para difundir no país novos padrões sociais.

Analisando os trabalhos científicos e os dados contidos nas fontes primárias, é oportuno perceber que a proposta de trabalho nos Grupos Escolares mostrava-se composta por características bem distintas daquelas que marcavam o ensino primário até então em voga, ministrado preponderantemente pelas escolas isoladas (alvo central das críticas dirigidas ao “sistema” público de ensino do estado de Minas Gerais, durante a Primeira República).

Essas escolas que “funcionavam nas casas dos professores ou em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade”<sup>123</sup> constituíam preocupação por parte do governo considerando que a falta de infra-estrutura configurava um “sistema” de instrução pública falho, “um obstáculo quase intransponível à realização da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária”<sup>124</sup>.

Os diagnósticos produzidos eram unânimes: o sistema de instrução pública estava desorganizado; os professores eram considerados, em sua grande maioria, incompetentes, desleais para com o governo – pois fraudavam os livros de registro (matrícula e frequência de alunos) para manter a cadeira funcionando – e pouco assíduos ao trabalho. Corroborava para que este estado de coisas

<sup>122</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Impasses e desafios da educação na Primeira República**: liberais e católicos no triângulo mineiro, MG, Brasil (1892-1926). Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação: Uberlândia, 2006, p.3.330.

<sup>123</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.30.

<sup>124</sup>FARIA FILHO, 2000, p.30.

não mudasse, segundo os inspetores e autoridades de ensino - principalmente os secretários do Interior – a inexistência de um sistema de inspeção e fiscalização contínua sobre o professorado e as péssimas condições em que trabalhavam: locais e materiais inadequados, baixos salários, dentre muitos outros.<sup>125</sup>

Ainda comungando das ideias de Faria Filho (2000), a concretização do novo ensino público primário, que se efetivaria com a criação e implantação dos Grupos Escolares, era concebida como uma forma de “reinvenção” da escola e, nesse contexto, “reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos, formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade.”<sup>126</sup>

Uma das mudanças que o novo modelo educacional trazia era a graduação dos alunos feita através da sua divisão em classes distintas. Tratava-se, assim, de uma classificação que tinha como critério o nível de conhecimento, possibilitando a constituição de grupos de alunos supostamente homogêneos que, por sua vez, facilitaria o desenvolvimento das atividades escolares próprias daquele modelo.

Esse novo molde educativo, no qual os professores estariam sob a supervisão de um diretor,

pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores.<sup>127</sup>

A preocupação com os espaços que abrigariam esse novo modelo e permitiria reunir as escolas isoladas também esteve presente nesse processo de implantação do ensino público primário na Primeira República. Fossem construídos ou adaptados para tal fim, eles deveriam estar adequados às mais variadas atividades que passariam a compor o ensino elementar e aos significados que eles deveriam sustentar.

<sup>125</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.28.

<sup>126</sup>FARIA FILHO, 2000, p.31.

<sup>127</sup>SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea), 2004, p. 114.

Para atender aos preceitos dessa proposta pedagógica, que evidenciava a importância da educação primária abranger e se apoiar no aspecto físico, intelectual e moral, os programas de ensino foram acrescidos da ginástica, de evoluções militares, de canto, de trabalhos manuais, enfim, de uma série de inovações que promoviam uma distinção e uma espécie de ruptura com o “antigo” ensino, ministrado pelas escolas isoladas.

## **2.5 Rio Pomba na proposta de instauração e difusão de um novo ensino primário, no início dos novecentos: a criação do *Grupo Escolar do Pomba***

### **2.5.1 A materialidade jurídica da Instituição Escolar**

Rio Pomba participou diretamente dos propósitos constantes do projeto de renovação da educação pública/primária de Minas Gerais, no início do século XX. A criação do primeiro grupo escolar no município data de 1912. O ano de 1915 marca a inauguração da instituição e início de suas atividades.

Assinada pelo presidente do estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão e por Delfim Moreira da Costa Ribeiro, seu sucessor, a lei nº 3.598, de 04 de junho de 1912, que criava “um grupo escolar na cidade do Pomba”, remetia a outra legislação. Tal fato, que já anunciava que a Instituição recém criada fazia parte de um projeto de maior abrangência.

Assim rezava o decreto, no breve texto que compunha tal legislação: “O presidente do Estado de Minas Geraes, em conformidade com o artigo 3º,6, do regulamento a que se refere o Decreto 3.191, de 09 de junho de 1911<sup>128</sup>, resolve criar um grupo escolar na cidade do Pomba”. Esta legislação do ano de 1911, à qual fazia referência a lei de criação do *Grupo Escolar do Pomba*, constituía-se o Regulamento Geral de Instrução do estado de Minas Gerais.

<sup>128</sup> O Regulamento a que se refere o documento constituía-se como o Regulamento da Instrução, promulgado no governo de Bueno Brandão, enquanto presidente do estado de Minas Gerais, no período de 1910 a 1914. (Documento constante do arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Belo Horizonte).

### 2.5.2 As questões políticas envoltas no enredo da criação da Escola

Além de fazer parte de um projeto de abrangência nacional, a implantação da Instituição no município aparece relacionada também a questões políticas. Santiago (1991) traz em sua obra o seguinte relato:

Logo no início de sua gestão administrativa eis o Dr. Neves em Belo Horizonte em suas contínuas conferências com o Presidente Júlio Bueno Brandão, Dr. Delfim Moreira e Dr. Francisco Peixoto, a fim de conseguir as verbas indispensáveis para os melhoramentos que idealizara e prometera ao povo pombense, durante a campanha eleitoral [...] Sabedor da grande verdade de que “a escola é o foco de onde a luz radia” regressa o Dr. Neves de Belo Horizonte trazendo em mãos um exemplar de Minas Gerais<sup>129</sup>, contendo o Decreto no. 3.598, de 4 de junho de 1912, que criou o “Grupo Escolar Francisco Peixoto” (atual São José).<sup>130</sup>

José Gonçalves Neves (Dr. Neves) era advogado e atuou como agente executivo do município no período de 01/06/1912 a 01/01/1916. Pelas fontes consultadas (Edição Extraordinária de *O Imparcial*, publicada em 1958 e livro sobre a História do Município, de Sinval Santiago, publicado em 1991), Dr. Neves surge na cena política da cidade em 1911 como um novo personagem, desvinculado de grupos tradicionais que já participavam de pleitos eleitorais na localidade.

Podemos perceber que a entrada do político como autoridade máxima do poder executivo do município, em 1912, criou um imaginário social vinculado à “renovação”, significou uma ruptura com um passado que, pelo que foi possível perceber, estava ligada à ideia de “provincianismo político”, isto é, a uma política envolvida por ideias retrógradas e voltada para interesses pessoais.

Em 1912, o Pomba ainda se achava agitado com a política de campanário reinante no município, fato que estava a exigir uma transformação radical nos velhos métodos políticos em benefício do sossego, bem-estar e progresso da terra. Ao Dr. José Gonçalves Neves, com inteligência e raro tino administrativo, coube a glória de romper as amarras de tal situação, cumprindo as suas promessas

<sup>129</sup>Trata-se do exemplar do *Minas Gerais*, jornal oficial do governo do estado, publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

<sup>130</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 219 e 220.

de candidato e fazendo a cidade entrar realmente na senda do progresso.<sup>131</sup>

Foi oportuno perceber que a criação do Grupo Escolar fez parte de uma promessa de campanha eleitoral local e que, assim como a vitória e atuação do novo chefe executivo, estava vinculada à ideia de conquista, melhoramento e inovação.

Ao mesmo tempo em que essa renovação administrativa foi entendida como uma possibilidade de arrefecimento do clima de desconforto que as rixas políticas causavam na população e que impregnava todo o município, a mudança de personagens na arena política de Rio Pomba e a intrínseca disputa pelo poder, inerente a tal processo, fez com que as rivalidades permanecessem em voga na localidade.

Outra questão merecedora de análise é a rede de contatos políticos que fez parte da história da educação do município e que também é evidenciada na obra de Santiago (1991), ou seja, a articulação existente entre o representante do poder executivo do estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, e o agente executivo do município, Dr. José Gonçalves Neves, acrescida de outro personagem, Francisco Soares Peixoto de Moura, que, pelo exposto nas fontes, fora o mediador da relação entre os representantes dos poderes municipal e estadual no processo de criação do Grupo Escolar em Rio Pomba. Diz-nos o autor,

O Pomba, por seu turno, achava-se ali representado pelo saudoso Dr. Francisco Peixoto de Moura,<sup>132</sup> no elevado cargo de Diretor do *Arquivo Público Mineiro*, tornando-se assim o liame ou traço de união entre o município e o governo de Estado.<sup>133</sup>

A influência política e sua relação com a criação da instituição constitui fator de acentuado relevo nesse acontecimento, considerando a existência de uma

<sup>131</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.219.

<sup>132</sup>Francisco Peixoto Moura nasceu na vizinha cidade de Ubá. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no estado de São Paulo. De volta à Minas Gerais, depois de formado, foi promotor público em Ubá e Juiz Municipal em Rio Pomba e em outro município mineiro, Muriaé. No cenário político do município de Rio Pomba, atuou como vereador e chefe executivo, em fins do século XIX. Exerceu o cargo de deputado provincial no período de 1888-1889 e de deputado federal de 1889-1902. Foi nomeado diretor do Arquivo Público Mineiro em 27 de setembro de 1910, tendo se mantido à frente dessa Instituição até outubro de 1920. Elegeram-se deputado Federal da 11ª a 14ª legislaturas (1912 – 1932), tendo feito parte da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de 1930. Manteve colaboração nos seguintes jornais: *O Farol*, *O Correio da Mata*, *O Pombense*, *Nova Era*, *A Mata* e *O Puritano*. (Dados retirados do Dossiê do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2001, p. 18)

<sup>133</sup>SANTIAGO, 1991, p. 219.

disputa entre os municípios mineiros para a criação dessas instituições e para obtenção de recursos financeiros visando à sua implantação e manutenção. Faria Filho, ao analisar o processo de criação e implantação dos Grupos Escolares na capital mineira, evidencia essa situação quando revela que,

Nesse processo, ao que tudo indica, outras cidades eram preteridas em suas reivindicações por Grupos Escolares, pois conforme afirmava Nelson de Senna em 1911, num texto que, sem dúvida, é um momento de afirmação/produção da importância e centralidade dos Grupos Escolares nas cidades mineiras, havia uma disputa entre essas pela construção daqueles.<sup>134</sup>

A atuação e a influência de Francisco Peixoto de Moura na criação dessa escola rendeu-lhe uma homenagem: a instituição foi denominada *Grupo Escolar Francisco Peixoto*. O nome do então diretor do *Arquivo Público Mineiro*, representante de Rio Pomba no cenário político estadual, dado à instituição educativa, pode ser entendido como forma de evidenciar o exercício de sua influência nesse feito histórico, funcionando como um dispositivo que promoveu a visibilidade da atuação do político no processo de criação da escola.

### 2.5.3 O espaço escolar: expressão da monumentalidade da proposta educativa

Assim como nas demais localidades nas quais foi implantado o novo modelo escolar, a preocupação com o espaço também esteve presente na história do ensino primário de Rio Pomba. Para a instalação dessa escola, denominada, inicialmente, *Grupo Escolar do Pomba*, foi construído, na avenida principal, localizada no centro da cidade, um luxuoso e monumental edifício, composto por dois pavimentos.

Essa preocupação com os espaços escolares já era considerado assunto plausível de ser questionado no município, mesmo em tempos que antecedem à criação do Grupos Escolares em Minas Gerais.

Encontramos, no exemplar do impresso local denominado *Correio do Pomba*, publicado no dia 28 de janeiro de 1894, um artigo intitulado “Edificações” que

<sup>134</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 46.



denunciava a falta de construções civis que pudessem atribuir à cidade um perfil de progresso, de modernidade. Ao mencionar o contraste existente entre a beleza natural do local e sua precariedade quando se tratava da falta de estrutura física do centro da cidade, o prédio escolar é eleito, juntamente com as praças públicas e as casas voltadas para as atividades culturais (teatro e sede da corporação musical), como um dos locais merecedores de um adequado projeto arquitetônico.

O artigo compara a cidade, que na concepção do autor era digna de grandes melhoramentos pela importância e beleza que emprestava ao estado de Minas Gerais, como um “velho aldeamento de índios”, onde se erguiam “modestíssimas habitações”. O texto reivindicava que projetos arquitetônicos fizessem parte dos propósitos de Rio Pomba, alegando que suas edificações eram imprescindíveis para os novos tempos que ora se iniciavam.

Nessa atmosfera de novos valores e concepções, na qual as atividades voltadas para a educação e a cultura se faziam sobressaltantes, é que passa a não ser mais admissível a situação de precariedade dos edifícios escolares.

Nas palavras do jornal,

Nada temos aqui que possa ser visto, nem um jardim e nem uma fonte publica. O nosso theatro ainda não existe, e as escolas publicas, que em todos os paizes adiantados são prédios scientificamente construídos, entre nós como geralmente em quase todo o Brazil, são velhas casas de aluguel, quentes e pesadas e só difficilmente supportadas.<sup>135</sup>

O texto do jornal, ao criticar as edificações das escolas isoladas de Rio Pomba, denuncia: “destas, apenas as que funcionam no Club Jeronymo de Souza acham-se melhormente collocadas”.<sup>136</sup> Notamos, por meio desse texto, que existia, em nível local, uma preocupação e discussão em torno dos espaços educativos formais, assim como acontecia também em nível nacional.

Na década de 1870, o diagnóstico dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se

<sup>135</sup> Jornal local *Correio do Pomba*. Exemplar do dia 28/01/1894, p.1. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

<sup>136</sup> *Correio do Pomba*, 28/01/1894, p.1.

construírem espaços específicos para a realização da educação primária.<sup>137</sup>

A intenção em dotar as escolas de edificações próprias e adequadas envolviam diversas questões e significados. Vidal e Faria Filho (2005)<sup>138</sup> nos escudam na reflexão sobre esse aspecto “espacial” da escolarização.

Um primeiro fator que exigia espaços adequados para a efetivação da educação escolarizada e que já era tema em voga no Brasil ao longo do século XIX estava relacionado à necessidade de aplicação de um método pedagógico, já adotado em diversos países europeus, que possibilitava maior difusão da educação com economia de tempo.

Dizem-nos os autores, tratando do processo de instituição da escola primária no Brasil,

A questão do espaço para abrigar a escola pública primária começou a aparecer especialmente a partir da segunda década do século XIX, em algumas cidades da então Colônia, e, posteriormente à independência, em várias províncias do Império, quando intelectuais e políticos puseram em circulação o debate em torno da necessidade de se adotar um novo método de ensino nas escolas brasileiras: o método mútuo. Afirmavam que pela maneira pela qual estava organizada a escola, com o professor ensinando cada aluno individualmente, mesmo quando sua classe era formada por vários alunos (método individual), impedia que a instrução pudesse ser generalizada para um grande número de indivíduos, tornando a escola dispendiosa e pouco *eficiente*. Uma escola: mais rápida, mais barata e com professor mais bem formado era o que clamava nossos políticos e intelectuais. O método preconizado, utilizado largamente na Europa, possibilitava segundo seus defensores que um único professor desse aula para até mil alunos. **Bastava, para isso, que ele contasse com espaço e materiais adequados** (grifo nosso), e sobretudo com a ajuda de alunos-monitores.<sup>139</sup>

Além das questões pedagógicas, os espaços eram alvo central de críticas devido às questões relacionadas à higiene e saúde. Os médicos-higienistas do final do século XIX e início do XX defendiam a construção de prédios específicos para a educação escolarizada, alegando que a falta de espaços e materiais higienicamente organizados era nociva à saúde e prejudicial à aprendizagem das crianças.

<sup>137</sup>VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo, Campinas, 2005, p. 49.

<sup>138</sup>VIDAL e FARIA FILHO, 2005.

<sup>139</sup>VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 46 e 47.

Essa preocupação é de fácil visibilidade, até mesmo em nível local. As fontes que abordam o prédio do Grupo Escolar de Rio Pomba, nos momentos que circundam sua criação, são unânimes na intenção de ressaltar as condições de higiene que eram proporcionadas pelo novo espaço escolar edificado em Rio Pomba.

Um memorialista local, reportando sobre a “Instrução” do município, ao referir-se sobre a Instituição Escolar, enfatiza:

[...] o Pomba não tem retrogrado em matéria de instrução, bastando dizer que mantém actualmente um grupo escolar modelo, dirigido por pessoal competente e com uma frequência numerosa, funcionando em prédio próprio, **recentemente construído com todas as regras de hygiene e esthetica** (grifo nosso).<sup>140</sup>

Nas análises de Gondra (2000)<sup>141</sup>, das quais comungamos e utilizamos para enfatizar nossas inferências, a preocupação com a higiene esteve presente nos projetos escolares brasileiros, especialmente em fins do século XIX e início do XX, e um espaço escolar construído dentro dos moldes e de acordo com os preceitos de higiene legados da Europa e dos Estados Unidos, significava um dos meios de se produzir uma “escola e sociedade higienizada”. Enfim, uma sociedade civilizada, na medida em que acreditavam vigorosamente, na escola como “oficina da nacionalidade” já que nela se forjaria “a tempera dos povos que conduzem à civilização...”

A falta de espaços específicos e apropriados para as escolas era concebida ainda como um problema administrativo, considerando que, situadas distantes umas das outras, as escolas isoladas acabavam sendo pouco fiscalizadas, comprometendo, assim, a confiabilidade do processo educativo, já que os professores não eram controlados. Além da falta de fiscalização, o pagamento dos aluguéis das casas onde funcionavam as escolas consumiam parte significativa das verbas destinadas à educação.

Por fim, a ausência de prédios escolares era entendida como um fator que saqueava da educação institucionalizada a importância que essa deveria conter naquele momento e lugar. Assim sendo, o esforço para que um projeto arquitetônico fosse implementado no momento de criação dos Grupos Escolares comportava

<sup>140</sup>PALMA, Anthero. **Reminiscências de minha terra**. Petrópolis, 1918.

<sup>141</sup>GONDRA, José G. **Medicina, Higiene e Educação Escolar**. IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L.; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000.

também um significado de valorização da educação escolar e da atuação do governo em relação a essa questão.

Essa preocupação e propósito em relação à instalação de prédios grandiosos e em lugares centrais da cidade, ou seja, “a importância atribuída aos Grupos Escolares na composição urbanística da cidade” é entendida, por Faria Filho (2000) como sendo

[...] um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres.<sup>142</sup>

Souza (2004)<sup>143</sup> ajuda-nos também a compreender os significados que comportavam os espaços destinados aos Grupos Escolares, quando afirma que a monumentalidade dos prédios construídos evidencia que a linguagem arquitetônica foi utilizada como instrumento de visibilidade da atuação do poder público nas questões inerentes à educação popular e, conseqüentemente, sua participação no processo de modernização da sociedade, no qual a “civilização” da população era elemento base.

A importância atribuída ao prédio construído para abrigar o *Grupo Escolar do Pomba* pode ser percebida por meio de uma das raras fontes históricas sobre o município, nas duas primeiras décadas do século XX, anteriormente explicitada. Trata-se do texto que apresenta Rio Pomba – na época denominado *Pomba* – constante da obra de Capri (1916)<sup>144</sup> e que é ilustrado por nove fotografias. Três delas aludem a fachadas de prédios que se destacavam no município, sendo uma delas a do recém-inaugurado Grupo Escolar.

A figura 1 mostra o prédio do Fórum - que até os dias atuais é um elemento arquitetônico que se destaca na cidade -, construído nos finais do século XIX, inaugurado em 1894, com o objetivo de “dotar a cidade de um prédio suntuoso e belo”, de “um majestoso edifício para a celebração dos atos públicos”.<sup>145</sup>

<sup>142</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.42.

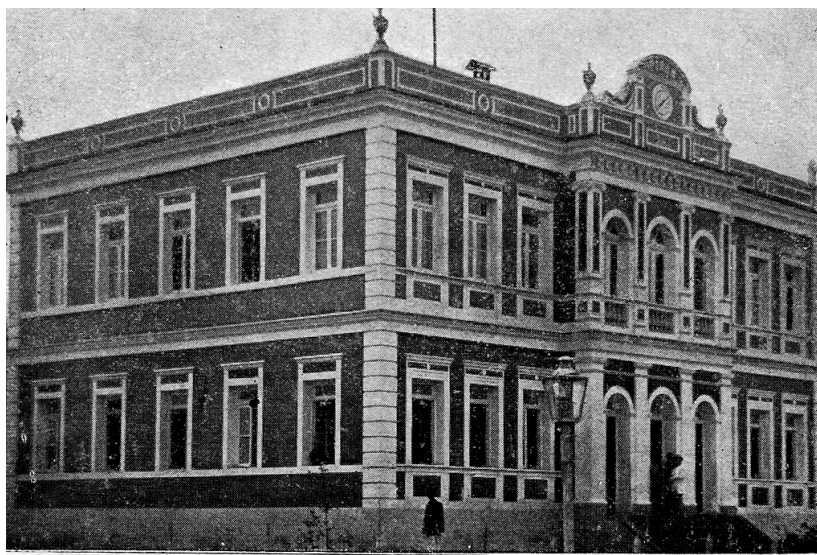
<sup>143</sup>SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

<sup>144</sup>CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios**. São Paulo: Pocai, 1916.

<sup>145</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.201)

O local que hoje serve de espaço para as atividades exercidas pelo poder judiciário abrigava também, naquela época, o poder executivo da localidade sendo, assim, denominado “Foro e Casa da Câmara”.

Figura 1  
Fachada do prédio do *Fórum*



Edifício do Forum e Camara Municipal

Fonte: *Museu Histórico de Rio Pomba* - CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios, 1916, p.130.

Outro prédio que ganhou destaque na apresentação do município, também localizado no centro da cidade, foi a cadeia (Figura 2). Edifício que estava em construção em 1839 e que em 1859 passou por uma reforma “a fim de que ela ficasse a altura de atender à sua dupla finalidade de cadeia e casa da Câmara”<sup>146</sup>. Portanto, em momento que antecede sua transferência para o prédio do Fórum, esse espaço foi também utilizado pelo poder executivo do município.

<sup>146</sup> SANTIAGO, 1991, p.123.

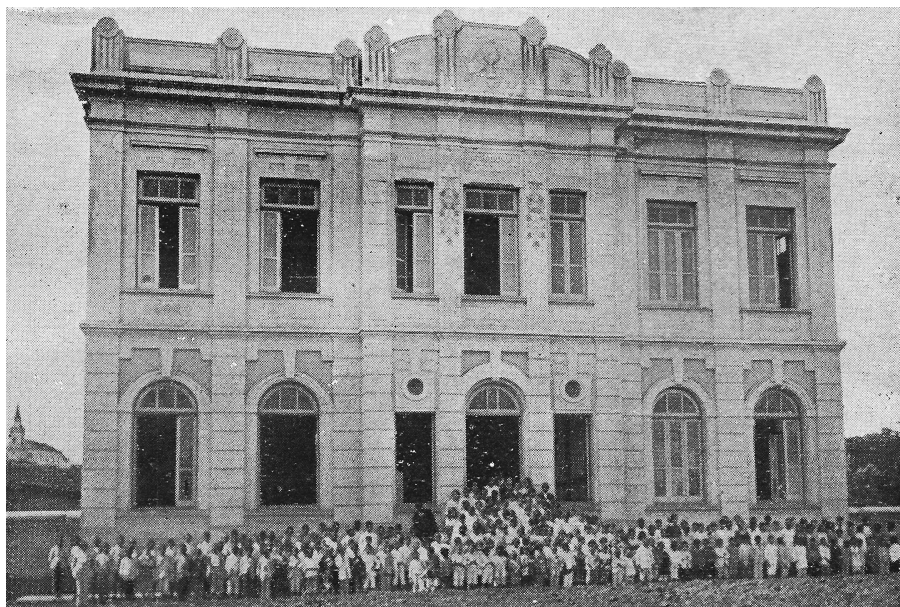
Figura 2  
Fachada do prédio da *Cadeia Municipal*



Fonte: *Museu Histórico de Rio Pomba* - CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios (1916, p.132).

O prédio do Grupo Escolar, inaugurado no ano de 1915, foi o terceiro edifício escolhido para representar os espaços públicos do município.

Figura 3  
Fachada do Grupo Escolar



Fonte: *Museu Histórico de Rio Pomba* - CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios (1916, p.133).

Em seu conjunto os prédios expressavam o lema republicano, que ainda hoje está estampado na bandeira do país. A ideia de “ordem”, fornecida pelas imagens do prédio do Fórum e da Cadeia, estava associada à ideia de “progresso” obtida por meio da educação, ora representada pela imagem da Instituição Educativa. Subjacente à ideia de “ordem e progresso” estava a atuação sistemática do Estado na vida social, já que se tratava de órgãos mantidos pelos poderes públicos. Assim, as fotografias contribuíram para apresentar o município de Rio Pomba como estando entre aqueles que detinham as “ferramentas” necessárias para conquistar e acompanhar a modernidade que se queria imprimir no país.

Esse fato nos permite perceber que o prédio construído para o funcionamento do Grupo Escolar passou a compor os espaços da cidade que comportavam uma representação coletiva, que estavam impregnados de significados para um todo social. Podemos inferir ainda que aquele espaço, que merecera destaque no documento que apresentava o município para a comunidade mineira, veiculava uma mensagem positiva de Rio Pomba em relação ao acompanhamento dos “avanços” educativos do ensino primário, traduzindo uma ideia de que o município estava sintonizado com a modernidade reclamada pela República.

Faria Filho (2000) nos auxilia na percepção do local como expressão do global, quando nos informa de que

Em Minas Gerais, mais especificamente em Belo Horizonte, a atuação republicana não foi diferente. A escola, o prédio escolar, utilizando-se da linguagem arquitetônica, deveria inscrever-se no espaço da cidade, materializando-se e dando a ver as projeções político-culturais republicanas que se queria imprimir à/na nova capital mineira”.<sup>147</sup>

A localização central da nova escola na cidade e a grandiosidade de sua edificação reafirmam, também em nível local, a função da arquitetura, sua relação com a educação pública e a proposta de modernização do país pretendida naquele momento.

Um lugar é sempre definido, ou constituído, em referência a outro lugar, estabelecendo-se sempre uma relação de lugares identificados singularmente. Nesse sentido podemos dizer que o lugar da educação escolar no centro da cidade – lugar dos palácios – não é o mesmo que nos subúrbios – lugar dos pardieiros. Assim,

---

<sup>147</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.39.

os *typos* para a construção dos Grupos Escolares ressaltavam a singularidade do local onde deveriam ser construídos, estabelecendo a preferência pelas regiões centrais, bem ventiladas, higiênicas e de fácil acesso.<sup>148</sup>

Esse fenômeno remete-nos à ideia apresentada por Escolano: “a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas”.<sup>149</sup>

Além da expressão de modernidade e de atuação do poder público mineiro na educação do povo, a linguagem arquitetônica utilizada na implantação dos Grupos Escolares simbolizava a especificidade, o requinte que aquele novo modo de institucionalização dos saberes requeria.

Na mesma fonte que utiliza a fotografia do prédio do Grupo Escolar para ilustrar a apresentação de Rio Pomba como sendo um dos municípios mineiros, ao comentar sobre a “instrução pública” do mesmo, o autor deixa patente os significados que comportavam a arquitetura daquela escola no que diz respeito à atuação governamental na senda da modernização da educação e, de forma subjacente, do progresso da nação.

Na cidade funciona um grupo Escolar de bella e sólida construção, inaugurado há pouco mais de um ano. A sua instalação moldada pelas mais severas exigências da escola moderna, custou ao Estado e ao Município, em partes iguaes, a somma de 80:000\$000.<sup>150</sup>

O cuidado em evidenciar a grande quantia gasta na construção do prédio - considerando que a mesma fonte, na página 138, informava que o orçamento municipal do ano de 1916 era de 54:000\$000, portanto, a escola havia custado mais que todas as despesas municipais programadas para aquele ano – e a origem do recurso (Estado e Município), revela que a linguagem arquitetônica não somente fora utilizada como expressão da significativa atuação do poder público, como também exprimia a grandiosidade do projeto educativo que ora era implantado.

<sup>148</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p.39.

<sup>149</sup>ESCOLANO, Augustin. **Arquitetura como programa**. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. & ESCOLANO, Augustin. Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p.47.

<sup>150</sup>CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios**. São Paulo: Pocaí, 1916, p.136.



O trecho supracitado traduz ainda a parcela de responsabilidade pela educação estendida ao município. Essa delegação de responsabilidade e poder já se fazia prescrita na legislação estadual desde o ano de 1892, quando da criação da Lei nº. 41, de 3 de agosto, que objetivava organizar a instrução pública do estado de Minas Gerais. Sobre essa questão, informam-nos os historiadores:

Com relação aos custos para implementação da instrução primária no estado, esta lei, em consonância com o princípio de transferir a responsabilidade ou, no mínimo, de dividi-la, estabelece, no parágrafo segundo do Art. 331, a participação do município no provimento dos prédios escolares e no mobiliário necessários a esse nível educacional.<sup>151</sup>

A arquitetura era também considerada um marco que futuramente serviria de instrumento de perpetuação da memória de um passado glorioso e dos nomes dos “grandes” homens que fizeram parte dessa história, já que, como explicitado por Santiago<sup>152</sup>, “a inauguração do Grupo Escolar por si só seria bastante para consagrar a memória do Dr. José Gonçalves Neves para os riopombenses”.

O mesmo documento que nos permite vislumbrar a importância do prédio escolar na composição do cenário municipal leva-nos a perceber que a educação primária de Rio Pomba também era tida como um dos seus valores centrais. Das nove fotografias que ilustram as dez páginas escritas sobre o município de Rio Pomba, quatro delas fazem alusão à educação primária.

Símbolo de “progresso”, de “modernidade”, de “civilização”, de um projeto republicano de instrução pública primária, o Grupo Escolar, apresentado pelo texto e pelas imagens na obra de Capri<sup>153</sup>, acenava para a ideia de que aquela Instituição estava incorporada na vida cidadina, sendo não somente aceita, como também motivo de orgulho para a sociedade local.

<sup>151</sup>GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil**. 2008, p.19 (no prelo).

<sup>152</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.220.

<sup>153</sup>CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios**. São Paulo: Pocaí, 1916.

## 2.6 A escola na cidade e a cidade na escola: a implantação do Grupo Escolar no município de Rio Pomba

### 2.6.1 A recepção do *Grupo Escolar do Pomba* pela comunidade local: questionando a novidade educativa

Apesar de as fontes utilizadas apontarem para a valorização das atividades intelectuais e da cultura letrada pela comunidade local, se considerarmos como fonte de dados os exemplares do jornal local *O Imparcial*, dos anos de 1918 e 1919, o que percebemos é que existiu uma certa resistência em aceitar e acreditar na eficiência desse novo modelo educativo que ora era implantado no município. O montante gasto para a implantação e a manutenção desse novo modelo escolar foi concebido, pelo menos sob a ótica de *O Imparcial*, como um desperdício do dinheiro público.

O que nos leva a essa inferência são, preponderantemente, dois motivos. O primeiro está relacionado ao silêncio existente nas páginas dos exemplares desses anos, em relação à existência de tal instituição na cidade. Os primeiros seis meses de publicação, ou seja, os exemplares publicados entre agosto de 1918 (quando o jornal volta a ser editado) e janeiro de 1919 não fazem qualquer menção à presença do Grupo Escolar na cidade. Era como se essa instituição não existisse ou como se fosse um elemento de tão pouca significância para a sociedade que não merecesse participar das notícias de interesse coletivo por eles veiculadas.

Um segundo fator que traz à baila a resistência em relação à “chegada” desse novo modelo escolar em Rio Pomba é o primeiro artigo publicado pelo jornal local sobre os Grupos Escolares. Constan, desse artigo, inúmeras críticas a tais instituições tanto em relação às atividades por elas exercidas, como no que se refere aos custos financeiros para sua implantação e manutenção. Diz-nos o jornal:

[...] e é mesmo por isso que mais se nos afiguram os Grupos Escolares casas de diversão fácil, onde se ensinam piruetas, cantos estrídulos, dansas galantes, enfim, uma turba de banalidades que as pobres crianças repetem nas ruas públicas, expostas a censuras que por ellas passam e que vão attingir os mestres, a essas horas entregues, por sua vez, não ao estudo de seus múltiplos deveres,

não à leitura instructiva onde bebam sábias lições que devam transmitir aos discípulos.<sup>154</sup>

O texto exposto revela, de certa forma, a introdução de novas práticas no ensino primário com a implantação dos Grupos Escolares. Ao se referir a esses estabelecimentos de ensino como “casas de diversão fácil” e descrever suas atividades destacando o canto, as danças, as piruetas, o autor remete-nos aos novos elementos educativos que foram incluídos no cotidiano escolar. Souza (1998) confirma-nos essa realidade, quando expressa

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria [...] <sup>155</sup>

O ensino primário, que até a chegada dos grupos, tinha um perfil calcado em uma educação mais “tradicional”, ou seja, baseava-se na transmissão mecânica dos conteúdos e limitava-se ao espaço da sala de aula, ganhava, então, uma nova roupagem, já que nele foram inseridos os elementos propostos pelo projeto republicano de educação pública primária (a ginástica, o canto, o teatro).

O trecho permite também analisar as implicações na vida social advindas da escola, ou seja, sua influência na vida cidadina. O autor, ao afirmar que as “pobres crianças” representavam nos espaços públicos as apropriações das práticas escolares, e que, por esse motivo eram vítimas de recriminações advindas da sociedade, dá-nos a ideia da relação ação/reação, de projeção/reflexo da escola com a sociedade. Certamente essa recriminação sofrida pelas crianças no meio social iria repercutir em seus trabalhos escolares.

A atitude dos alunos, vista pelo texto do jornal como atos repudiáveis pela sociedade, refletia ainda na própria imagem dos agentes escolares, de modo especial, na imagem do professor que, como relatado no trecho de *O Imparcial*, estaria desviando sua atenção dos elementos educativos que, até então, faziam parte do cotidiano escolar e que eram considerados importantes pela comunidade, para se dedicar a uma “turba de banalidades”.

<sup>154</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 12/10/1919, p.1.

<sup>155</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.241.

A insatisfação com tais elementos educativos é explicitada com tal intensidade que o jornal chega a reivindicar a criação de estabelecimentos particulares de ensino no município, alegando o caos instaurado pelo novo modelo escolar e seu conseqüente prejuízo para as gerações por ele “atingidas”. O mesmo artigo deixa patente a opinião do impresso de que o trabalho desenvolvido pelo grupo é, no seu entender, um esbanjamento do dinheiro do povo, ou seja, de que as atividades por eles desenvolvidas não estariam à altura do investimento financeiro que envolvia sua criação e manutenção.

Não escapa à observação dos que encaram a educação da infância como o melhor dote que se lhe deva, a urgência com que se impõe, nas pequenas cidades, a criação de estabelecimentos de ensino, sob o domínio da iniciativa privada. A criação luxuosa dos Grupos Escolares não deu o resultado proclamado pelo optimismo ingênuo dos que se illudiram com os benefícios prometidos por essa faustosa instituição, sorvedoiro de fabulosas quantias que o povo, exausto na peleja da vida, tão difícil e abandonada dos poderes públicos, de ouvidos surdos aos lancinantes clamores, de olhos fechados à luta constante em que inutilmente se consome as energias, leva aos cofres públicos, e que servem de incentivo às grandes e estéreis festas, para os banquetes, onde menor é a porção que se devora do que a que se esvai, atirada ao depósito do lixo, bastando a cada um as honras da presença ao festim pomposo.<sup>156</sup>

Durante o primeiro contato com o artigo, pensamos na hipótese de ser a opinião de uma só pessoa, de não representar a voz de uma coletividade. No entanto, essa ideia se torna menos crível, de certa forma, por se tratar de um jornal por meio do qual as ideias republicanas eram defendidas e disseminadas e também por não haver nem um outro artigo que pudesse vir posteriormente a ser publicado em *O Imparcial*, defendendo a implantação dos Grupos Escolares e o trabalho desenvolvido por essas instituições<sup>157</sup>.

<sup>156</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar de 12/10/1919.

<sup>157</sup> Na década dos anos de 1910, encontramos referência à Instituição apenas no exemplar do jornal local *Nova Senda*, do dia 29 de julho de 1917. O impresso informava sobre a normalização da frequência dos alunos na escola que, por motivo de uma epidemia de sarampo, estivera sensivelmente reduzida. De acordo com o texto sobre a vida da imprensa riopombense, escrito por Oldemar Líbero, jornalista local, constante da edição extraordinária de *O Imparcial*, de janeiro de 1958, a criação desse impresso (*Nova Senda*) data de 1916 e estava sob a orientação de Nelson Hungria, quando de sua atuação como chefe político de um partido em Rio Pomba, portanto era um jornal comprometido com os ideais políticos de um determinado grupo. (Nelson Hungria atuou como promotor público no município e posteriormente perseguiu a carreira na área de Direito como delegado, juiz e desembargador, chegando ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1951.)

O silêncio posterior, nesse jornal, em relação a um artigo que severamente criticava o novo modelo educativo recém-implantado no município faz-nos acreditar na possibilidade de ser uma opinião coletiva em relação à implantação dos Grupos. No entanto, temos que pensar na possibilidade dessa “resposta” ao artigo ter sido dada por meio dos outros jornais que circulavam no município.

É importante ressaltar que, nos exemplares dos demais jornais locais constantes do acervo do *Museu Histórico de Rio Pomba*, aos quais tivemos acesso, não encontramos nenhuma menção ao Grupo Escolar que constituísse indício dessa possível resposta ao artigo de *O Imparcial*.

No entanto, somos sabedores de que o Museu do município conserva apenas parte dos exemplares de alguns dos impressos locais da época, considerando que, de acordo com a edição extraordinária do jornal local *O Imparcial* (1958), no período de 1882 a 1916, foram criados, no município, os seguintes jornais: *O Bocaiú*(1882), *A Providência*(1883), *O Pombense*(1884), *A Verdade*(1889), *Correio do Pomba*(1893), *O Fana*(1895), *A Lei*(1898), *A Tarde*(1889), *A Ordem*(1900), *A Estrela*(1900), *O Pomba*(1900), *Cidade do Pomba*(1900), *A Justiça*(1902), *O Puritano*(1902), *Correio da Mata*(1908), *O Industrial* (entre 1908 a 1915), *Correio da Semana*(1915), *Nova Senda*(1916).

Essa resistência ao novo traz consigo um certo ar de surpresa, considerando que “por toda parte onde foi implantado, esse novo modelo de escola primária foi instituído como símbolo de modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico”.<sup>158</sup>

Podemos perceber, assim, ancorados nas ideias de Chartier (2002), que tal resistência é também um indício de que os produtos que são culturalmente oferecidos ou impostos por um grupo a outros não são recebidos da mesma forma por todos, estando essa singularidade existente na maneira de “consumir” um produto, atrelada aos valores culturais de uma coletividade, a uma visão de mundo de um determinado grupo.

A resistência em relação à implantação do novo modelo educativo em Rio Pomba estava também coadunada ao fato de o município ter seus valores culturais

---

<sup>158</sup>SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea) 2004, p.115.

voltados para a preservação de sua memória, ligada à manutenção das tradições, à conservação de um passado.

Pensando assim, a manifestação feita no jornal, em relação à implantação dos Grupos Escolares, passa a não se constituir em fator de tamanho estranhamento, considerando que eles faziam parte de um projeto que exigia, de certa forma, um rompimento com o tradicional, com um passado composto por hábitos e práticas experimentadas e culturalmente arraigadas.

Acreditamos, ainda, que a resistência e as manifestações de protesto em relação à instituição estejam diretamente imbricadas com o fator político local. Apesar de o político, apontado nas fontes como o criador da Escola, representar uma inovação no cenário de Rio Pomba, já que, quando da sua entrada na vida política do município foi tido como um novo personagem, desvinculado dos grupos existentes até então, ele, Dr. José Neves, é considerado, anos depois, como sendo integrante de um grupo já existente, do qual também participava o político Francisco Peixoto, os chamados “Capivaras”, que, como mencionado anteriormente, era radicalmente rival do grupo opositor, os “Jagunços”.

Encontramos no *Arquivo Público Mineiro* dois documentos que nos levam a acreditar nas hipóteses de que *O Imparcial* não era o único meio de comunicação local a tecer críticas ao Grupo e de que o fator político constituía-se elemento fomentador da resistência em relação à Escola e suas atividades.

O primeiro documento trata-se de uma correspondência escrita, emitida pela “Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais”, órgão do governo responsável pela educação naquele momento, prestando informações fornecidas pelo diretor do Grupo Escolar sobre uma crítica que fora publicada em um jornal local<sup>159</sup> e que fora encaminhada ao órgão do governo mineiro supracitado. A crítica acusava a conduta de um dos professores do Grupo Escolar, João Francisco de Araújo. “Dizia-se que o professor, além de desidioso, costumava deixar os deveres do cargo para cuidar de outros interesses.” O documento, em resposta à crítica, explicava que o gestor da Escola defendia o professor, afirmando que era “assíduo e exacto nos cumprimentos de deveres”.<sup>160</sup>

<sup>159</sup> Não temos dados que nos permitam identificar qual era o jornal. Descarta-se a ideia de que era *O Imparcial*, visto que analisamos todos os exemplares publicados no período.

<sup>160</sup> Documento emitido pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, datado de 04/10/1918. (Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte / Correspondências do Fundo da Secretaria do Interior / Código: SI - 3748).

O segundo documento constitui-se como uma carta, também constante do acervo de documentos da Secretaria do Interior de Minas Gerais, supostamente assinada por um cidadão riopombense (José Freire), datada de 12 de julho de 1918, por meio da qual o remetente denuncia a postura do mesmo professor e também a do diretor, associando suas falhas às questões políticas. Diz a carta dirigida ao então Secretário do Interior do estado de Minas Gerais, “Dr. José Vieira Marques”:

[...] Sr. Professor João Francisco de Araújo tomou 30 dias de licença para trabalhar na qualificação de eleitoris [...] Tivemos 15 dias de férias e agora os meninos vão e ficam sem tomar lição e nem o menos si que lhes ensinão nada [...] perdise o tempo em mandar as crianças no Grupo, além diso o professor João so da aula os filhos de seus amigos políticos e os outros entram e saem de um mez para o outro sem uma simples explicação [...] o Grupo aqui vai chega o ponto de cermos privado do mesmo diretor não si falla nelle porque e incompetenti nesta matéria de ensino primário so cuida in política e nada mais pensa.<sup>161</sup>

Entretanto, podemos perceber que, mesmo encontrando esses sinais de resistência e fatores de divergências, o Grupo Escolar prosseguia, paulatinamente, infundindo na população local os propósitos aos quais fora reservado.

O mesmo artigo, publicado pelo *O Imparcial* em 12/10/1919, que denunciava o comportamento das crianças, alunos do novo estabelecimento educativo, nas ruas da cidade, informa-nos, também, que a Instituição já exercia influência na vida das mesmas e, conseqüentemente, na vida social local. A Escola promovia uma nova forma particular de socialização. Por meio de seus alunos, ela disseminava os valores, hábitos, atitudes e ideais que envolviam o objetivo de sua criação.

---

<sup>161</sup> Carta endereçada ao Secretário do Interior, datada de 12/07/1918. (Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte / Correspondências do Fundo da Secretaria do Interior / Código: SI - 3748).

## 2.6.2 Provas que comprovam: a escola como difusora dos ideários republicanos na sociedade

Por meio das raras fontes encontradas referentes ao Grupo Escolar, foi oportuno perceber algumas estratégias de incorporação desses novos valores e ideários republicanos, na e pela sociedade riopombense, que se utilizavam do trabalho escolar.

Um caderno de provas escritas da aluna Clotilde Engracia Pereira, datado de 1915, primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar de Rio Pomba, permite-nos desvelar alguns elementos/conteúdos que se faziam primordiais na concepção da escola e por isso eram por ela difundidos.

A valorização dos componentes pátrios, ou seja, a preocupação em enaltecer os acontecimentos, os personagens, enfim, as particularidades relacionadas com o Brasil, fica patente nesse documento.

Nessa questão de valorização de elementos nacionais, a língua portuguesa, ou seja, a língua pátria, também foi merecedora de especial atenção por parte do Grupo Escolar, assim como pelas demais escolas de “instrução primária” da Primeira República.

A partir da década de 1910 e por toda a década de 1920, o nacionalismo foi um componente importante do clima social do país. Estrutura-se sob a forma de uma corrente de ideias e, logo depois, sistematiza-se em amplo movimento político-social, que congrega homens e instituições de diversas naturezas e de diferentes posições ideológicas. [...] desde seu aparecimento o nacionalismo esteve associado a uma intensa preocupação com a educação, em primeiro lugar, e com a escolarização, em segundo lugar que se transformam em instrumento para dar solidez as bases da nacionalidade. [...] É nesse segundo caso que se propõe mais especificamente, o problema da formação do caráter nacional ou a tarefa de abrigar o brasileiro, quando se ressalta a importância do ensino da língua vernácula, da geografia e da história pátrias, e da instrução moral e cívica ou da educação social.<sup>162</sup>

Pelo caderno de provas da aluna, podemos perceber que as diversas disciplinas constantes do currículo escolar tinham em comum esse propósito de valorizar os elementos nacionais, fosse a língua, por meio da disciplina *Língua*

---

<sup>162</sup>NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 299.



*Pátria*; a sociedade em si, por meio da disciplina *Instrução Moral*; seus aspectos físicos, através da *Geografia* e, por fim, a valorização de seus fatos e vultos, utilizando-se, para tanto, a disciplina *Historia do Brasil*.

O ideário nacionalista pregava a necessidade de se conhecer o país – seus costumes, sua língua, suas riquezas, como meio que levaria ao seu reconhecimento enquanto pátria, enquanto nação. Significava fazer um trabalho educativo que levasse à saturação, a impregnação, a unificação dos espíritos, das aspirações, das esperanças, das potencialidades do Brasil dentro do próprio país. Constituíra, portanto, uma estratégia do ousado projeto de reorganização nacional.

O esforço para essa nacionalização se traduziu tanto pelo trabalho de pregação de ideologias quanto pelas medidas concretas que foram tomadas como a decisão do governo federal de fechar escolas estrangeiras que funcionavam em diversos estados do sul do país, em 1917.<sup>163</sup>

Outro elemento que ganha destaque nos textos escritos pela aluna Clotilde Engracia Pereira são os valores morais. Nessa questão foi interessante perceber que a instrução é concebida como sendo um pré-requisito para que esses valores pudessem ser percebidos e vivenciados pelos homens.

Em uma das provas da disciplina *Instrução Moral* a aluna descreve,

O primeiro dever relativo`a inteligência é adquirir a instrução, fonte de innumeras vantagens: Ella emancipa o espírito e dilata a liberdade de cada cidadão, moralisa e fortifica a razão e consciência. [...] O homem dotado de um espírito cultivado compreende melhor os seus deveres e direitos, e contempla com mais interesse a família, a sociedade e a pátria.<sup>164</sup>

Nessa concepção, o Grupo Escolar de Rio Pomba seria um local propício para a difusão de conhecimentos necessários à formação moral da comunidade. O texto permite, ainda, perceber que estava contida uma ideia de extensão do trabalho escolar por toda a nação, visto que o homem instruído estava capacitado para perceber a importância e as necessidades da “família, da “sociedade” e da “pátria”.

Nos termos de Vidal, “Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado

<sup>163</sup>NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.301.

<sup>164</sup>Caderno de provas da aluna Clotilde Engracia Pereira, 1915. Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (educacionais)”<sup>165</sup>.

Outra função da instrução e, conseqüentemente, da Escola, apresentada pela aluna por meio dos escritos de sua avaliação de *Instrução Moral*, era a capacidade de promover a visão da “verdade” científica, da razão, salvando os “instruídos” de um olhar distorcido da realidade.

Essa disciplina era, de modo especial, difusora dos valores que se queria imprimir naquele momento no país dito republicano. Para tanto, a disciplina *Instrução Moral* difundia valores que possivelmente levariam a atitudes desejadas e coerentes com os propósitos republicanos da época.

Em outra prova dessa mesma disciplina fica nítida essa intenção. Como estratégia para canalizar o pensamento e também dirigir as forças da população brasileira para ações que desencadeariam a efetivação dos propósitos de reconstrução da nação, alguns elementos eram enfatizados como sendo imprescindíveis ao novo cidadão que a República requeria.

Acima de tudo devemos collocar o sentimento do dever e ahi está a consciencia, testemunha de todos os nossos actos, indicando-nos o melhor caminho a seguir. O dever em acção, é o exercício constante da virtude que luta dia a dia pelo seu triumpho e glorificação: é a honra, combatendo o ócio e os vícios, affrontando e desafiando mesmo quaisquer obstáculos.<sup>166</sup>

Tratava-se, assim, de uma educação que visava infundir o valor da obediência, do cumprimento do dever, da dedicação e submissão ao trabalho, de perseverança e força para enfrentar as dificuldades. Tal formação se mostrava condizente com os propósitos dos governos das primeiras décadas do século XX que necessitavam promover em seus governados atitudes de resignação e obediência nas situações adversas da nação. Era a escola da “ordem” para o “progresso”.

Entretanto, foi interessante perceber que, ao lado dessa passividade requerida frente às determinações governamentais, era preciso trabalhar e incutir

<sup>165</sup>VIDAL, Diana Gonçalves. **Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os Grupos Escolares**. In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. Grupos Escolares cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006 p.9.

<sup>166</sup>Caderno de provas da aluna Clotilde Engracia Pereira, 1915. Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

nas pessoas a importância da bravura, da valentia, também necessária na defesa dos ideais republicanos.

O dever em ação é a coragem de Sócrates, por exemplo, perseguido pelos odios e furores da multidão, que não compreendia as suas doutrinas e em face dos juizes que o condenaram a beber cicuta. A despeito de tudo, o sábio mestre persistia fiel as suas crenças, collocando-as acima de todas as considerações pessoais, preferindo o sacrifício da vida à retração da verdade.<sup>167</sup>

Assim, como consta do texto da aluna, o “dever” era associado a outro valor: a “coragem”. Esses valores estavam ainda atrelados à existência de uma verdade – republicana - que deveria estar acima dos desejos e crenças pessoais. Em defesa dos ideais, concebidos como verdades, era válido até mesmo o sacrifício da vida humana, advogada sutilmente, no nosso entender, no conteúdo do texto.

Nagle (2001)<sup>168</sup> em seu estudo sobre os movimentos político-sociais e sobre as correntes de ideias que marcaram a Primeira República brasileira, informa-nos que “a segunda década do século XX representa um período de fértil desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no Brasil”. Ideais estes que vão se disseminar no decorrer da década de 1920 e que se utilizarão das escolas para sua multiplicação e manifestação de forma sistemática. Para tanto, segundo o autor, são adotados materiais didáticos de conteúdo moral e cívico de acentuado teor patriótico.

O autor refere-se a esse processo como “doutrinação” que, de acordo com seu trabalho, teve a educação escolar como a maior propagadora na época. Além de grande repercussão social dos valores defendidos pelos republicanos, a escola possibilitou também a continuidade dessa propagação.

<sup>167</sup> Caderno de provas, 1915. Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

<sup>168</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 64.

### 2.6.3 A caixa escolar: funções sociais e significados

Percebemos, durante o trabalho de coleta e análise dos dados, que algumas estratégias eram adotadas visando assegurar a entrada e permanência, na escola primária, de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais, em se tratando da realidade socioeconômica.

Uma delas que consideramos merecer nossa atenção de forma mais minuciosa diz respeito à criação e manutenção de uma associação “anexa ao Grupo Escolar”.<sup>169</sup>

As atas das reuniões dessa associação, constantes do *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971), trazem, de forma explícita, o objetivo proposto pela Caixa Escolar anexa ao *Grupo Escolar do Pomba*: prestar assistência social aos alunos economicamente carentes, visando à sua entrada e permanência na escola.

Os documentos constantes do acervo arquivístico da escola utilizam-se das seguintes expressões para expor as finalidades da associação: “facilitar a frequência escolar aos menores indigentes”; “desejo de servir a causa da instrução popular, em geral, e aos pequenos desherdados da fortuna, em particular”.<sup>170</sup>

A criação da associação, anexa ao Grupo Escolar de Rio Pomba, no ano de 1915, não foi uma particularidade dessa escola. Os demais Grupos Escolares, criados no período, também estavam assistidos por suas distintas Caixas Escolares, já que “sua existência constituía uma determinação do *Regulamento Geral da Instrução*”.<sup>171</sup>

Mourão, comentando sobre essa legislação mineira de 1911, reitera e complementa nossas análises:

O regulamento tratava também das caixas escolares destinadas a “fomentar e impulsionar a frequência nas escolas”. As caixas escolares teriam sócios-fundadores, beneméritos e contribuintes. Além das jóias e subvenções pagas pelos sócios, haveria outras fontes de receita previstas para as caixas. A jóia seria de 5\$000,

<sup>169</sup> Expressão utilizada na Ata do dia 07/04/1915. *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971). Acervo da *Escola Municipal São José* - Rio Pomba/MG.

<sup>170</sup> Estatuto da Caixa Escolar, publicado no *Jornal Minas Gerais* do dia 15/11/1933; Registro do Estatuto da Associação em cartório, datado de 05/04/1934; Ata da Reunião do dia 11/09/1932. (Esses documentos estão afixados no *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971). Acervo da *Escola Municipal São José* - Rio Pomba/MG.)

<sup>171</sup> Ata do dia 07/04/1915. *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971). Acervo da *Escola Municipal São José*. Rio Pomba/MG.

sendo de 1\$000 a mensalidade de cada sócio. Os benefícios das caixas escolares aos alunos necessitados seriam feitos em forma de fornecimento de alimentos, vestuário, calçado, livros e outros materiais escolares, além de assistência médica. Também custeariam prêmios destinados aos alunos mais assíduos<sup>172</sup>.

Pelo que foi possível perceber, a Caixa Escolar, anexa ao Grupo Escolar criado no município de Rio Pomba, teve suas diretorias compostas por membros da sociedade civil, que participavam da elite econômica, política e/ou intelectual da localidade. Pessoas estas que, no imaginário social, eram dotadas de prestígio e honra e, por isso, imprimiam um tom de seriedade e comprometimento ao trabalho realizado pela associação e, conseqüentemente, à educação promovida pela Instituição, pelo governo do estado de Minas Gerais e pelo poder público, de modo geral.

Encontramos expressões, tais como: “pessoas gradas da sociedade, sócios protetores da instituição”<sup>173</sup>; “pessoas edôneas e de alta representação social”<sup>174</sup>, para se referirem aos membros das diretorias.

Uma descrição dos membros, que consta no *Livro de Atas da Caixa Escolar* (1915 – 1971), proporciona-nos uma melhor visualização mental do perfil dos grupos dirigentes da associação.

Ficou determinado, por unanimidade, a posse dos membros anteriores assim constituídos: Para presidente Sr. Paulo de Tarso Furtado, atual **prefeito municipal da cidade**; Sr. José de Assis Vieira, dinâmico diretor **do jornal “ O Imparcial” e atuante jornalista**; tesoureira: **profª primária deste estabelecimento**, Sra. Laís Saraiva Faria; Secretária: Diná Moreira Santiago, **diretora** e membro efetivo de acordo com as leis organizadoras. Constituíram membros efetivos: Dr. José Marinho Saraiva, **médico local e professor eficiente do Colégio Agrícola de Rio Pomba**; Dr. Antônio Dias da Costa, **cirurgião dentista e diretor do Sesi em nossa cidade**; Sr. Antônio Canônico Filho, **do alto comércio, dentro e fora do município**. Suplentes: Dr. José de Matos, **conceituado dentista local e funcionário do Colégio Agrícola de Rio Pomba**. Sr. Francisco dos Reis Coutinho, **Secretário da Prefeitura Municipal desta cidade**. Sr. Francisco de Paula Pereira, **fazendeiro e alto comerciante de fumo do estado de Minas**

<sup>172</sup> MOURÃO, Paulo Gröger Corrêa. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)**. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Belo Horizonte, 1962, p.202 e 203.

<sup>173</sup> Ata do dia 01 /06/1957. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José*. Rio Pomba/MG.

<sup>174</sup> Ata do dia 25/10/1969. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José*. Rio Pomba/MG.

**Gerais;** Sr Antonio Cabral Lamas, **do alto comércio local** (grifos nossos).<sup>175</sup>

Inferimos, portanto, que a criação dessa associação, a composição de sua diretoria, os objetivos para os quais ela foi pensada e a dinâmica arquitetada para sua atuação são portadores de diversas intenções e significados sociais/educacionais que estiveram, direta ou indiretamente, ligados aos propósitos constantes do projeto republicano de remodelação do país.

Ao se preocupar com a manutenção da frequência dos alunos economicamente carentes na escola, fica perceptível o objetivo de fazer com que os ensinamentos escolares primários, transmitidos pelos Grupos, abrangessem um público maior, que o acesso ao mesmo extrapolasse as pessoas pertencentes aos grupos minoritários da sociedade, dos quais a educação escolarizada fora privilégio até então.

Para se “recriar” a sociedade brasileira, tirar seu povo do considerado atraso, a “nova educação” primária republicana carecia se fazer presente nas distintas classes socioeconômicas do país, precisava se estender a uma grande parcela da população.

O fato de a diretoria da Caixa Escolar ser composta por pessoas “gradadas” da sociedade fazia com que a educação ministrada pela Instituição fosse também dotada de maior respaldo perante a sociedade local. Em outra direção, a participação em tal associação enaltecia a figura de seus membros perante a comunidade escolar, visto que eram concebidas na localidade como “protetores da instituição”.<sup>176</sup>

Para além dessa questão, a existência dessa associação, a assistência social por ela prestada aos alunos economicamente carentes e a assunção de certas despesas escolares que envolviam o trabalho por ela desenvolvido, associado ao perfil socioeconômico dos membros integrantes do grupo que a gestava, possibilitava ao governo uma divisão de responsabilidades financeiras, ao mesmo passo em que promovia um maior envolvimento da comunidade nas atividades e questões escolares.

---

<sup>175</sup>Ata do dia 25/10/1969. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José*. Rio Pomba/ MG.

<sup>176</sup>Ata do dia 01/06/1957. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José* - Rio Pomba/ MG.

A descrição de parte de um evento escolar, a posse da nova diretoria da Associação, realizado em uma das salas de aula da Instituição, “com a presença de professoras e grande número de protetores da Caixa Escolar”,<sup>177</sup> ilustra nossas análises:

A nova presidente agradeceu a sua escolha para o cargo em que acabara de se empossar, prometendo empregar o melhor de seus esforços, a fim de que a instituição possa eficientemente atender os **seus assistidos**. Usaram também da palavra os Exmos Srs. Dr. Manoel Bonfim Freire, D.D. Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Tostes de Alvarenga, Dr. José Sebastião Paixão e Murilo Carvalho Saraiva, os quais fizeram alusão aos inúmeros benefícios que a instituição tem prestado aos **escolares pobres** de nossa localidade, sugerindo que se **faça campanha entre as famílias** a fim de que sejam aumentadas as contribuições dos sócios. [...] A presidente declarou encerrada a sessão, recebendo por esta ocasião a homenagem de uma das crianças protegidas pela instituição, que em ligeiras palavras agradeceu a nova presidente a grande assistência que há anos vem prestando às **crianças pobres** do estabelecimento (grifos nossos).<sup>178</sup>

O trecho retirado da ata, além de elucidar o caráter assistencial que os trabalhos realizados pela Caixa Escolar emprestou à educação pública primária ao longo do século XX, traz consigo uma passagem do cotidiano da escola que nos permite perceber dois movimentos relacionados à existência e à dinâmica da Caixa Escolar do Grupo de Rio Pomba. Fica perceptível que a Associação, ao envolver membros da localidade em seu trabalho e procurar expandir a participação a outras esferas da sociedade local – no exemplo citado, as famílias riopombenses – promovia uma maior interação entre a escola e a comunidade municipal, permitindo, assim, uma interação entre as pessoas que residiam no município e a instituição escolar de ensino primário ali existente.

Em outra direção, foi oportuno perceber que a dinâmica de funcionamento da Caixa Escolar acabava por evidenciar a existência de dois grupos distintos dentro da escola: os alunos assistidos pela Associação e os alunos que não necessitavam de assistência. Assim, ao mesmo tempo em que se constituía elemento de inclusão, ratificava a desigualdade socioeconômica ali existente, classificando os alunos em dois grupos distintos.

<sup>177</sup> Ata do dia 28/06/1957. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José* - Rio Pomba/MG.

<sup>178</sup> Ata do dia 28/06/1957. *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

Para além desse movimento de relações recíprocas entre escola e sociedade, ao analisarmos a situação mostrada pela citação, na qual uma aluna “pobre”, representando os demais alunos “assistidos” pela Caixa Escolar, põe-se à presença dos sócios e dos professores, para agradecer pela assistência social por eles prestada, acaba, de certa forma, funcionando como mecanismo de promoção da aceitação da desigualdade social, incutindo nas pessoas a ideia de que era necessário compreender e aceitar as condições e os papéis sociais reservados a cada um, de acordo com o grupo (classe social) ao qual pertencia.

No entanto, o trabalho promovido pela Caixa Escolar e a distinção de grupos que o mesmo gerava não divergiam dos propósitos educacionais pensados para o país. A remodelação do Brasil exigia um povo civilizado, mas a educação deveria ser dada em diferentes graus e diversos tipos, considerando o papel social reservado a cada classe.

A intenção de se estender o ensino primário ao povo não significava uma tentativa de homogeneizar intelectual e socioeconomicamente a sociedade brasileira, era, antes, uma estratégia de preparar a massa populacional para as novas funções e papéis que um país moderno exigia.

A participação da população nos processos eleitorais, propiciada pelo trabalho de alfabetização que fazia parte da instrução primária, era um fator que colaborava para a ênfase atribuída a esse nível de ensino. “O que interessa é a disseminação da escola primária, nível essencial do sistema escolar que proporciona a aquisição dos direitos políticos”<sup>179</sup>.

O incipiente processo de mudança do modelo econômico vivido pelo país – de agro-exportador para urbano-industrial – que já se fazia notar nas primeiras décadas do século XX, exigia do povo, para sua efetivação, alguns conhecimentos básicos específicos, que também poderiam ser proporcionados por meio da educação primária. “[...] o acesso à escola (devido o contexto das sociedades modernas que então exigiam o ingresso da população numa cultura letrada) passava a ser considerado dever do Estado e direito de todo cidadão.”<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup>NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.137.

<sup>180</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Impasses e Desafios da Educação na Primeira República: Liberais e Católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil**. Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG/Brasil, 2006, p. 3331.



Porém, à massa populacional, que atuaria na execução dos trabalhos e não na sua direção ou no seu planejamento - tarefas reservadas a um grupo considerado a elite brasileira –, a educação escolar deveria ser limitada, configurando-se o ensino primário como o formador daqueles que executariam as novas funções e o ensino secundário como formador da elite, que se constituía o grupo dirigente.

À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuem para que este ensino seja seletivo e, sobretudo, preparatório<sup>181</sup>.[...] Mas, especialmente pelos padrões pedagógicos, o secundário se mostra destinado a selecionar e preparar a elite do país, longe de ser um ensino para adolescentes.<sup>182</sup>

#### 2.6.4 Novas denominações: (re)significando a Escola e o novo modelo educativo

*...no processo de produção de um dado modelo escolar, devem ser questionados os usos que os diretores e professores fizeram de modelos e normas que lhes foram impostos, e de que forma estes foram ressignificados na trama cotidiana.*

*Damázio<sup>183</sup>.*

A Caixa Escolar do Grupo de Rio Pomba, cujo livro de atas nos revela que a associação esteve ativa e atuante durante todo o século XX, mostrando, assim, a sintonia entre o trabalho por ela desenvolvido e os propósitos estipulados para a educação pública primária, foi inicialmente denominada *Caixa Escolar Assis das Chagas*, em homenagem ao Diretor da Secretaria do Interior<sup>184</sup>, conforme dita a *Ata*

<sup>181</sup>NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. - 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.191.

<sup>182</sup>NAGLE, 2001, p.192.

<sup>183</sup>DAMÁZIO, Márcia da Silva. **A produção dos grupos escolares e as práticas culturais no processo de escolarização em Minas Gerais**. Educação em Revista: UFMG, Belo Horizonte, dezembro de 2007, p.388.

<sup>184</sup>A Secretaria do Interior foi criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. Além disso, cuidava das relações do Estado de Minas Gerais com os governos dos outros estados e com o Governo Federal. O Instituto Vacínico, a Diretoria de Higiene, o Arquivo Público Mineiro e a Brigada Policial eram repartições da administração estadual subordinadas à Secretaria do Interior. (ARQUIVO PUBLICO MINEIRO – texto disponível em [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=35](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35) acesso em 26/08/2009)

de *Reunião* do dia 07/04/1915<sup>185</sup>. Posteriormente, de acordo com a publicação no impresso oficial do governo do estado, *Jornal Minas Gerais*, no dia 15 de novembro de 1933, essa associação passou a ser denominada *Caixa Escolar Prof. José Noronha*, nome do primeiro gestor da Escola.

O mesmo ocorreu com o Grupo Escolar de Rio Pomba. A Escola criada em 1912 que, de acordo com a legislação que a criou<sup>186</sup> não recebeu uma denominação específica,<sup>187</sup> inicialmente foi chamado *Grupo Escolar Francisco Peixoto*<sup>188</sup>. Posteriormente, por volta da década de 30 (século XX), foi denominado *Grupo Escolar São José*.

Essas alterações nas denominações, tanto da associação como da própria Instituição, são portadoras de significados dos quais julgamos merecer uma análise. Os nomes dados à Associação e à Instituição não são neutros, eles ditam uma realidade de um determinado período e contexto e contribuem para a compreensão da construção da identidade dessa Escola.

Quanto à mudança de nome da Caixa Escolar, podemos perceber que inicialmente, houve a intenção de evidenciar o nome de um político republicano que participava do governo do estado de Minas Gerais no momento de sua criação. A evidenciação do político, de um lado, projetava-o socialmente, visto que seu nome ficaria atrelado a um trabalho social, relacionado à educação e à assistência aos menores carentes, ou seja, a valores relacionados ao bem coletivo, à solidariedade e ao trabalho em prol de uma determinada comunidade. Por outro lado, atribuir à associação o nome de alguém que exercia certa influência junto ao presidente do estado era uma forma de estreitar as relações políticas entre o município e os governos estadual e federal.

A mudança de denominação, em 1933, quando o nome do político republicano foi substituído pelo nome do primeiro diretor da Instituição revela a força do cotidiano escolar, no que tange às suas significações para as pessoas que dele participam. A intenção de luzir os nomes dos “criadores” da República, de perpetuar

<sup>185</sup> *Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971)*. Acervo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

<sup>186</sup> Decreto nº. 3.598 de 4 de junho de 1912 / Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

<sup>187</sup> O decreto nº 3.598/1912, constante dos arquivos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o exemplar do *Jornal Minas Gerais* do dia 05/06/1912 que traz a publicação da legislação que cria o grupo escolar, aos quais tivemos acesso, não menciona a denominação da escola, apenas dita a criação de um grupo escolar na cidade do Pomba.

<sup>188</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *História do Município de Rio Pomba*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 220.

os nomes que estiveram à frente do governo no momento de implantação do projeto de “recriação” na nação brasileira foi relativamente desmontada pela força do cotidiano, do fazer e conviver diário dentro da escola.

Se tal alteração no nome da Associação, por um lado, revela a força da convivência, da forma como os sujeitos estabelecem as relações no fazer diário da Escola, confirma, por outro, a existência de uma hierarquia de cargos, associada a uma ordem de valores, considerando que o merecedor da homenagem foi o ocupante do cargo de autoridade máxima dentro do Grupo Escolar.

Quanto à alteração do nome da Instituição, assim relata o histórico da escola que abria seu Regimento Interno no ano de 1974:

A Escola Estadual “São José” – 1º grau, integrante da rede estadual de ensino, está localizada à Avenida Dr. José Neves, n.º 158, Bairro Centro, Rio Pomba, foi criada pela Lei n.º 3598 de 4 de junho de 1912, publicada no Minas Gerais de 05/06/1912. Denominou-se *Grupo Escolar do Pomba*, de acordo com a publicação do Minas Gerais da mesma data. Posteriormente denominou-se *Grupo Escolar São José*, em razão da devoção do 2.º diretor deste estabelecimento, Prof. José Marcelino Ribeiro<sup>189</sup>, ao santo de seu nome, “São José”. Essa denominação, sem publicação no *Minas Gerais*, prevaleceu com muita simpatia até a presente data. Em homenagem ao grande santo a escola possui à sua entrada a imagem de São José, que é venerada e respeitada pelos corpos docentes e discentes desta casa de ensino, em razão da Secretaria da Educação também aprovar o mesmo nome.<sup>190</sup>

Em um primeiro momento, é interessante perceber a divergência de nomes dados à escola entre este documento (Regimento da Escola de 1974), o livro de Santiago (1991) que narra “[...] regressa o Dr. Neves de Belo Horizonte trazendo em mãos um exemplar de *Minas Gerais*, contendo o Decreto no. 3.598, de 4 de junho de 1912, que criou o *Grupo Escolar Francisco Peixoto* (atual São José)”<sup>191</sup> e o jornal referenciado por esses dois documentos, o exemplar do *Minas Gerais* que publicou o ato de criação da instituição, no qual não se especifica a denominação da escola.

Para além dessa questão, é possível constatar que, de forma semelhante ao que sucedeu com a Associação, foi conferida à Escola, em um momento inicial, o

<sup>189</sup> José Marcellino do Nascimento Ribeiro foi nomeado e empossado diretor do Grupo Escolar no ano de 1926, como consta no termo de nomeação, da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais (Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba-MG)

<sup>190</sup> O Regimento Escolar faz parte do acervo arquivístico da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

<sup>191</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 220.

nome de um político republicano atuante na segunda década do século XX e que esteve diretamente envolvido no processo de sua criação, como já mencionado anteriormente neste trabalho.

A substituição do nome do representante da República pelo nome de um santo da igreja católica, como ocorreu na Instituição Escolar de Rio Pomba, corrobora, porém, com a ideia de que, “a história da Instituição é marcada não por uma lógica unívoca, uma única direção. Pelo contrário, os diversos sujeitos envolvidos em sua história subvertem os desígnios definidos pelos seus fundadores e mesmo pela Direção”.<sup>192</sup>

Ao longo do tempo, as atividades escolares, seu cotidiano, os sujeitos envolvidos diretamente no dia-a-dia escolar, foram ressignificando as práticas escolares, apropriando-se de modo particular da Instituição Escolar e, assim, conferindo-lhe um novo sentido.

É nessa forma específica de relacionar com o contexto que os sujeitos atribuem à instituição uma identidade, o que faz com que a escola exista de forma única, particular. Como dita o historiador,

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica. Deste modo, ainda que segmentadas e especializadas, articuladas ou não de forma sistêmica, as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação com o contexto.<sup>193</sup>

A mudança de nome da escola é uma situação histórica que nos leva à reflexão sobre como as questões relacionadas às tradições socioculturais influenciam nas formas educativas (im)postas pelo grupo dirigente das distintas épocas.

<sup>192</sup>FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, Trabalho e Educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro – 1909/1934. Dissertação de Mestrado / Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1991, p.205.

<sup>193</sup>MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, Estudos CDAPH. Série historiográfica, 2004, p. 68.

Considerando o propósito de modernização da nação, desde os primórdios da República, houve a tentativa de separação entre Igreja e Estado. Desse modo, a instrução pública deveria ser laica.

Se a ideia era configurar uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão, a influência da religião deveria ser combatida, pois ligava-se ao tradicional, ao que se estava querendo suprimir. Justificava-se a superação do “velho” (concepções e dogmas propugnados e perpetuados pela Igreja Católica), com as perspectivas otimistas que o “novo” prometia (uma nova realidade social, cuja âncora seria uma educação de bases científicas e filosóficas)<sup>194</sup>.

A implantação da educação pública laica, proposta e imposta pela primeira Constituição Republicana de 1891 e que legalmente manteve-se assim até a Constituição de 1934, sofreu, porém, resistências por parte de uma sociedade que vivia em uma secular tradição católica.

Encontramos, nos exemplares de *O Imparcial* dos anos de 1919 e 1920, artigos que confirmam a resistência da comunidade local em relação à educação laica, propugnada e instituída pela República.

A educação tem por objecto corrigir os vícios, reformar as relações, civilisar os costumes: Ella tem o dom de reagir contra as más inclinações do homem, para o levar a perfeição. É da moral religiosa que ela tira os seus mais poderosos auxiliares. O uso, o exemplo, os costumes públicos, mesmo as leis exercem tal ou qual influencia na educação; mas sem o princípio religioso, a sua efficacia é quase negativa.<sup>195</sup>

No ano subsequente à publicação do artigo cujo trecho citamos acima, o impresso local é marcado por uma série de publicações, de autorias distintas, que desvelam a insatisfação social com educação das crianças, de modo geral e com a laicidade do ensino público, em particular.

Na terceira página do jornal, que frequentemente abrigava a “Secção Religiosa” – espaço reservado aos artigos encaminhados por representantes da igreja católica - o texto intitulado “Educação Moderna”, que utilizava a expressão “Uma filha de Maria” para registrar sua autoria, protestava:

<sup>194</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Impasses e Desafios da Educação na Primeira República**: Liberais e Católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil. Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006, p.3331.

<sup>195</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 09/02/1919, p.1.

Atualmente há um modo de educar diferente do passado. Ensina-se tudo às crianças, tanto o que é proveitoso, como o que é nocivo. [...] O que será dessas crianças? Serão bons filhos, bons paes, bons catholicos e cidadãos úteis? Certamente – não. As meninas educadas também em escolas congêneres, não serão mães verdadeiras!<sup>196</sup>

O primeiro exemplar do mês de fevereiro do ano de 1920 dava continuidade ao trabalho de protesto contra a excessiva liberdade proporcionada pela educação “moderna” e contra a supressão do catolicismo das escolas públicas.

Os professores públicos fazem o que podem, seguindo sempre as ordens dos superiores e embora illuminem a inteligência da meninice e procurem educa-la moralmente, não a encaminham na senda que a levará ao goso eterno, pois não lhes é permitido ensinar o cathecismo.<sup>197</sup>

Os trechos supracitados e a substituição do nome do republicano “Francisco Peixoto” pelo nome do santo da igreja católica “São José”, somado ao fato de terem colocado na entrada da Escola a imagem desse santo, que era “venerada e respeitada pelos corpos docentes e discentes”, são indícios da força da tradição, dos valores e crenças de uma determinada sociedade. São fatores que revelam, ainda, a intensidade com a qual o cotidiano, a vivência diária e o modo como são estabelecidas as relações entre e pelos sujeitos escolares exercem influência e podem alterar o caminho anteriormente traçado para a instituição.

Por outro lado, são reveladores de que o estabelecimento da laicidade nas escolas públicas não representou um golpe definitivo para a Igreja Católica, já que o ensino se manteve segundo as concepções e objetivos da religião confessada pela sociedade brasileira, em sua maioria<sup>198</sup>.

Relembrando as reflexões postas por Chartier (2002), esses eventos nos levam a inferir que o espaço existente entre “produção” e “consumo” de um “produto” comporta estratégias de interpretação por meio das quais os consumidores constroem suas significações.

Longe de terem a absoluta eficácia aculturante que lhes é atribuída com demasiada frequência, esses dispositivos de toda ordem (dos quais fazem parte grande número dos materiais que são objetos da

<sup>196</sup> *Jornal local O Imparcial*. Exemplar do dia 18/01/1920, p.3.

<sup>197</sup> *O Imparcial*, 01/02/1920, p.1.

<sup>198</sup> WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo, Ática, 1997.

história cultural) deixam necessariamente um lugar, no momento em que são recebidos, à variação, ao desvio, à reinterpretção.<sup>199</sup>

Esses fatos são também reveladores de que a instituição, inserida em uma sociedade religiosa, católica, sofreu influência da mesma e essa força cultural – repleta de significados e representações para os sujeitos escolares - fez com que a Escola “desviasse” do “caminho” a ela designado por seus idealizadores.

Tais acontecimentos históricos permitem reconhecer que o Grupo Escolar de Rio Pomba, criado em 1912, assim como as demais instituições escolares existem de forma própria e que, no seu cotidiano, “engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem fatores de diferenciação e de identidade”<sup>200</sup>

Em síntese, as análises aqui expostas nos permitem afirmar que este estudo levou-nos a compreender que a Instituição de ensino primário, criada em Rio Pomba, em 1912, surge em um contexto com características próprias daquele período, porém apresentou uma forma particular de se relacionar com ele.

---

<sup>199</sup>CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002, p.53.

<sup>200</sup>MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco (Estudos CDAPH. Série historiográfica), 2004, p. 69.

### CAPÍTULO III

#### 3. O “COLLEGIO REGINA COELI” EM RIO POMBA: A CONCRETIZAÇÃO DE UMA UTOPIA

Este capítulo procurou perceber o processo de criação e instalação de uma instituição de ensino, confessional/católica, voltada para a formação de professores, que teve sua fundação no ano de 1928, em Rio Pomba/MG - década seguinte à criação do Grupo Escolar no município.

Adentremo-nos, pois, nessa história, que narra a criação de uma instituição implantada na última década da “República Velha” e que, na atualidade, continua participando como uma das protagonistas da educação escolar em Rio Pomba/MG.

##### 3.1 Os cenários e as cenas de Rio Pomba/MG na última década da Primeira República

Nos anos de 1920, década de criação do *Collegio Regina Coeli*<sup>201</sup> em Rio Pomba, o município estava administrativamente formado pela sede e por mais três distritos a ele pertencentes. Assim informava o texto publicado pelo *O Imparcial*, transcrito de *A Tarde*, jornal diário da vizinha cidade de Juiz de Fora: “Hoje o

---

<sup>201</sup> A instituição passou a chamar-se *Escola Normal Regina Coeli* em dezembro de 1929, quando de sua equiparação à escola normal de 1º grau. Atualmente é denominada *Colégio Regina Coeli* de Rio Pomba/MG.



município do Pomba abrange 4 districtos: Pomba, (sede da cidade), Taboleiro (Bom Jesus da Canna Verde), Santo Antonio dos Silveiras e Piraúba.”<sup>202</sup>

No âmbito da política local, na década de 1920, o município de Rio Pomba parece entrar em uma fase marcada por certo arrefecimento de ânimos, no que tange à rivalidade entre os grupos (partidos políticos) que, como dito no capítulo anterior, refletia negativamente nos vários aspectos sociais.

O exemplar de *O Imparcial*, do dia 07 de março de 1920, com seu editorial intitulado *Árvore do Bem*, reporta a seguinte notícia:

Reuniram-se, nesta cidade, sob a direção do Sr. Dr. Oscar Veloso, encarregado do Sr. Arthur Bernardes<sup>203</sup>, os políticos dirigentes dos dois partidos, e, prasa aos céos que o tenham feito sem trepidação na consciência e temor no pulso, deliberaram e escreveram, unificando-se trabalhar para o engrandecimento do município, lançando ao esquecimento, como si jamais houvesse existido as divergências de opiniões partidárias, tão prejudiciaes, que têm sido, a toda nossa existência, cheia de tantas e amargas attribuições.<sup>204</sup>

Apesar dos propósitos de mudança do cenário político local, Rio Pomba vivia um momento em que tentativas de apaziguamento mesclavam-se, ainda, com situações de divergências entre os grupos.

A política local continuava agitada por ocasião das comemorações do Centenário da Independência (1922). A oficina tipográfica de um semanário dirigido por um parente do Coronel Alcebiades<sup>205</sup> foi assaltada alta madrugada e os tipos e impressora lançados no leito do rio Pomba, ficando o caso, apesar das providências policiais, no mais completo mistério até os dias da atualidade.<sup>206</sup>

No entanto, o estado de pacificação política que, apesar das conturbações, pôde ser percebido nas fontes referentes ao início da década de 1920, é entendido como resultado advindo de um acontecimento isolado que, por sua vez, é concebido como sendo o marco divisório do cenário político em Rio Pomba. A entrada de um “novo personagem” no governo municipal, Odilon Duarte Braga<sup>207</sup>, é posta como o

<sup>202</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/11/1920, p. 1.

<sup>203</sup> Artur da Silva Bernardes, político mineiro, da vizinha cidade de Viçosa, atuou como presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e, como presidente do Brasil, entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926.

<sup>204</sup> *O Imparcial*. Exemplar de 07/03/1920, p.1.

<sup>205</sup> Agente executivo do município, no referido ano.

<sup>206</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 228.

<sup>207</sup> Odilon Braga foi vereador e agente executivo do município no período de 1923 a 1927. Foi advogado e político de renome nacional, sendo atuante como Deputado Estadual, Secretário de

fato que promoveu o término definitivo das divergências políticas, que tumultuavam a vida cidadina.

Nesse ínterim surge no cenário político do Pomba, o Dr. Odilon Duarte Braga, trazendo uma carta de apresentação do Dr. Raul Soares, endereçada ao Coronel José Mendonça dos Reis, no sentido de orientar e apoiar o seu apresentado perante a sociedade pombense como elemento capaz de apaziguar o meio político local. E de fato, tudo saiu de acordo com o figurino, sendo Dr. Odilon Duarte Braga eleito e empossado a 1º de janeiro de 1923, no cargo de Agente Executivo em substituição ao Coronel Alcebiades Mendes Ferreira.<sup>208</sup>

As fontes revelam que Odilon Braga visava, em primeiro plano, à extinção da intensa rivalidade política existente em Rio Pomba. Assim sendo, o político passou a ser um símbolo de neutralidade partidária e sua entrada no governo local, a representação da pacificação do município.

Os jornais locais *O Imparcial* e *A Tribuna*,<sup>209</sup> ao informarem que Odilon Braga teria sido encaminhado a Rio Pomba, no ano de 1923, cumprindo orientação do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares de Moura, confirmavam sua missão pacificadora. Comentando o discurso proferido pelo político (Odilon Braga), quando de sua chegada a *Rio Pomba* em 16/09/1923, *A Tribuna* explicita:

Disse ter vindo para o Pomba a mandado do seu particular amigo, o grande brasileiro que hoje rege a política nacional, o estadista notável Dr. Raul Soares de Moura, para conciliar os partidos políticos do município, há muito em velhas lutas. E para isto, tive – falou bem alto o nobre deputado – o seu franco apoio e fui orientado pelo nosso chefe e amigo Dr. Francisco Peixoto.<sup>210</sup>

Concebendo o progresso ou a estagnação do município como consequências das situações de convergências ou divergências entre os grupos políticos existentes na localidade, a década de 1920, marcada por um “cessar fogo” entre os grupos,

---

Estado e Segurança Pública e Deputado Federal em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Foi ministro da Agricultura de 1934 a 1937, no Governo Getúlio Vargas. (SANTIAGO, Sinval Batista. *História do Município de Rio Pomba*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.32)

<sup>208</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 228.

<sup>209</sup> Jornal publicado em Piraúba, distrito do município de Rio Pomba na década de 20, do século XX. O exemplar do jornal “A Tribuna”, do dia 23/09/1923, consta do número 6, do primeiro ano de edição do impresso. Tem como editor o proprietário do Jornal *O Imparcial*, A. de Assis Vieira e como diretor o Padre Belchior Homem da Costa. Um de seus redatores carrega o mesmo sobrenome do político Odilon Duarte Braga. São eles: R. Oswaldo Carvalhido e André Duarte Braga.

<sup>210</sup> Jornal *A Tribuna*. Exemplar do dia 23/09/1923. Arcevo do Museu Histórico de Rio Pomba.

estava envolta por um clima de esperanças e otimismo em relação ao desenvolvimento social (político, econômico, cultural) de Rio Pomba.

Os “discursos” procuravam associar as conquistas locais à pacificação política. O trecho de um relatório anual, apresentado à Câmara Municipal por Odilon Braga, enquanto chefe executivo do município, em 15 de janeiro de 1924 e publicado no jornal local *O Imparcial* no dia 27 de janeiro do mesmo ano, permite-nos melhor perceber essa intenção.

Força é convir, porém que trabalhamos e que conseguimos algo a maior do que vinham conseguindo as anteriores administrações. [...] Com effeito, sem a pacificação política do Pomba, levada a termo auspiciosamente em fins do ano atrasado, a actividade por mim desenvolvida resultaria mais ou menos esteril, quer dentro quer fora das raias municipaes. [...] Realmente nunca será de mais accentuar que constitui motivo de particular satisfação para os altos poderes do Estado, a pacificação do município, alcançada mercê da boa vontade e do patriotismo esclarecido de todos seus influentes filhos. [...] Ora, continuasse o município scindido em dois partidos, cada qual mais bellicoso, e certamente não teria recebido tantos benefícios<sup>211</sup> e nem se acharia tão elevadamente collocado no concerto municipal de Minas.<sup>212</sup>

Nas questões relacionadas à economia do município, os dados encontrados sinalizavam uma fase marcada por uma inicial crise no setor agrícola e por uma tentativa de implantação de atividades industriais na cidade.

Exemplares do jornal *O Imparcial*, do ano de 1920, abrigam uma série de reportagens intituladas *A Lavoura*.<sup>213</sup> Pelos textos publicados, nessa série, foi possível perceber uma preocupação em prestar informações técnicas aos produtores rurais, como também alertá-los para a necessidade de modernização de suas práticas. Alguns artigos apareciam alertando para a falta de assistência ao homem do campo e sua consequente saída para as zonas urbanas. Outros faziam referência ao alto custo dos gêneros alimentícios devido à escassez de produção.

Apesar de não se constituir um grande produtor de café, Rio Pomba, por meio de pequenos produtores, participava da economia cafeeira do país, fato esse

<sup>211</sup> Como sendo importantes benefícios o texto aponta: o convite recebido pelo município, do governo estadual, para, ao lado de Juiz de Fora e São João del-Rei, atuarem na organização e na execução de um importante evento estadual: o “Congresso das Municipalidades”; a construção de pontes e estradas; a intensificação de destacamentos policiais nos distritos a ele pertencentes e a reanexação de um outro distrito – o de Bomfim – que havia sido desmembrado do em 1911.

<sup>212</sup> Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo chefe executivo, no dia 15/01/1924, publicado em suplemento pelo *O Imparcial* no dia 27/01/1924, p.1 (do suplemento).

<sup>213</sup> A série tratava de temas relacionados à agricultura, como também à pecuária.

percebido quando da crise que assolou o setor nas primeiras décadas do século XX e que refletiu também nessa localidade. Textos que mostravam preocupação com a falta de mercado para o café produzido em Rio Pomba fazem-se presentes nas páginas de *O Imparcial*, no início da década de 1920.

Já em 1925 *O Imparcial*, ao transcrever um artigo de *O Jornal*, impresso publicado diariamente no Rio de Janeiro, informa-nos: “De facto, no Pomba, nada nega a terra ao lavrador. A preferência, porém, deste, é dada ao plantio do café, cana e fumo”<sup>214</sup>.

O setor comercial também se mostrou ativo nesse período. Inúmeros são os anúncios, nos impressos locais, de produtos e estabelecimentos comerciais do local. Ganha ímpeto, nesse período a instalação de duas agências de automóvel na cidade: Agência Ford de Automóveis, em 1924 e Agência Chevrolet – Oakland, em 1926.

Ao lado da agricultura e do comércio, encontramos, nos exemplares do ano de 1920, publicações que informavam a comunidade sobre a aquisição de maquinários e aberturas de pequenas indústrias no município.<sup>215</sup> Deparamo-nos, também, com escritos que colocavam a industrialização como sinônimo de progresso e o elementar nível do processo de implantação de fábricas no município como sendo o responsável pela saída de seus habitantes para os centros urbanos maiores e em estágio mais avançado.

Quão intenso mostrava-se o anseio da comunidade municipal pela instauração do processo de industrialização em Rio Pomba que o jornal local chegou a publicar uma série de artigos denominada “Interesse local” no ano de 1920. A série procurava aludir aos benefícios que as indústrias trariam para a localidade e aos prejuízos que sua falta ocasionava.

Em um desses artigos, a ausência de indústrias de grande porte foi apontada, inclusive, como a causa do fracasso de algumas instituições escolares instaladas no município. Pronunciava o texto publicado:

Vai-se à escola, depois do almoço. Assim também é o progresso material e o progresso moral; não podem existir, não podem desenvolver anachronicos. É preciso, é indispensável que um vá adiante do outro. Por isso, isto é, porque sempre aqui fizeram o

<sup>214</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 31/10/1926, p.1.

<sup>215</sup> As atividades industriais estavam ligadas ao beneficiamento de milho, café, leite, cana-de-açúcar e fumo.

contrário, procederam com critério às avessas é que os diversos collegios que aqui por vezes se tem fundado, teem todos cahido. Se tivessem fundado uma fabrica, em vez de collegio, Ella estaria em prosperidade e estaria fornecendo alumnos para um collegio que se estabelecesse posterior a ela.<sup>216</sup>

Foi oportuno perceber que, na visão do impresso, o trabalho fabril – gerador de capital e da necessidade de novos saberes – deveria ser atividade primeira, necessitaria anteceder à educação escolar, tanto pela possibilidade de os recursos por ele gerados serem empregados na manutenção da escola, quanto pela motivação emanada da necessidade de conhecimentos especializados, advindos das novas atividades laborais. Trabalho e educação deveriam estar relacionados e eram postos como atividades primordiais para o progresso da sociedade.

No que se refere à valorização das atividades intelectuais e culturais, o município seguia com o mesmo perfil das décadas anteriores. Instituições sociais que promovessem tais atividades eram concebidas como anseio e necessidade local. A iniciativa de fundação de um clube recreativo na cidade, em 1924, foi assim comentada:

A existência de um club aqui como o que pretendem organizar é uma necessidade que há muito se faz sentir. Será o lugar onde a família pombense terá o conforto de uma palestra literária, de um theatrinho, de um divertimento, de um passatempo qualquer. O Club terá bibliotheca, jogos inoffensivos, salões de dança e tudo, enfim, que possa instruir e evitar a mocidade das más companhias e dos vícios nas horas de lazer.<sup>217</sup>

A instalação de duas casas de projeção cinematográfica em Rio Pomba, marca a vida cultural do município nessa década. O *Cine Colombo* e o *Cinema Mineiro* são referenciados no *O Imparcial* como estando entre as diversões preferidas pela comunidade local. Foi possível entrever que esses espaços, para além do divertimento proporcionado, eram símbolos de modernidade e progresso e, pelos significados que comportavam e pela forma com que foram acolhidos pela comunidade local, acabaram por constituir locais que atuavam no papel de infundir na população novas formas de “ser” e “estar”, consideradas condizentes com o que esses estabelecimentos representavam: a modernidade, a civilização, o progresso.

---

<sup>216</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 19/09/1920, p.1.

<sup>217</sup> *O Imparcial*, 26/10/1924, p.1.

Encontramos uma reportagem que, ao criticar e questionar certos comportamentos que vinham ocorrendo nos recintos dos cinemas da cidade, denunciava o inaceitável “caiporismo” de alguns de seus frequentadores. Sobre essa questão, diz-nos o artigo:

A popular diversão da película photographica animada com imagens que andão, correm, saltam, riem e só não fallam é o divertimento escolhido não só pela sociedade de nossa terra, como o de todo o Brasil. Aqui temos dois, bem montados com as casas sempre cheias a cunha. O que é difficil de se supportar e, (com pezar dizemos), faz má impressão é quando, por caiporismo, tem-se por visinho de cadeira, um typo entusiasmado, que berra, grita e bate palmas, com risadas de ribombar e muitas vezes sem bem comprehender o enrêdo da fita. Lê as descrições da tela em voz muito alta, para ser ouvido pelos espectadores, mostrando sua alta importância de sapiência, aliás, com erros de pronúncia que é até uma vergonha. O Pomba é uma cidade civilizada e não deve supportar estas cousas.<sup>218</sup>

Por meio desses escritos, percebemos que novas regras sociais eram postas à população e concebidas como sendo próprias da nova sociedade, do Brasil remodelado, proposto pela República. Fica visível, também, o lugar dado à cultura letrada naquele momento: ter o domínio da leitura significava uma “alta importância de sapiência”.

### 3.2 O panorama educacional do município

Os anos de 1920 mostram-se um momento fecundado por valores e ideários republicanos que foram, paulatinamente, sendo incutidos na sociedade local. Um clima de efervescência em relação às questões educacionais também pôde ser percebido nessa década. Em nível nacional a situação não era divergente. No Brasil, de modo abrangente, os anos 20, do século XX, foram palco de movimentos e

---

<sup>218</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 25 de abril de 1920, p.1.

reformas educacionais, que se efetivaram de forma estanque, em vários estados brasileiros.<sup>219</sup>

A Reforma Sampaio Dória abriu o ciclo de reformas estaduais que marcou a década de 1920. Esse processo alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista.<sup>220</sup>

A educação, vista como um forte instrumento de difusão dos ideais republicanos e, conseqüentemente, um elemento indispensável na execução do projeto de modernização do país, deveria estar cada vez mais sistematizada e organizada.

Um trecho do texto intitulado “Educação das Crianças”, que abria o exemplar de *O Imparcial* no dia 22 de junho de 1919, já acenava para necessidade de preparar aqueles que seriam responsáveis até mesmo pela educação informal da criança desde seu nascimento, de um modo especial, as mães. O texto defendia uma educação calcada no respeito às limitações das crianças e na promoção de atitudes de compreensão diante dos erros por elas cometidos.

São muitas vezes as próprias mães que levianamente, cuidando contribuir para que seus filhos sejam um conjunto de preciosidades moraes, lhes dão a primeira ideia do mal, assacando-lhes defeitos que os innocentes nem siquer sonham ainda. Deplorável ilusão esta! Quem poderá observar sem mágoa, a mãe, de dedo erguido a significar ameaça diante da frágil criancinha, a quem deu a existência seis anos antes, dizer com energia e força de quem traduz em palavras uma convicção arraigada: A menina mentiu; fez isso por maldade; é uma teimosa; não tem vergonha nenhuma, etc. Quantos defeitos já tem a pobre criança: - Impostura, ruindade, desavergonhamento. [...] Repetir, por hábito, às visitas, que a menina da casa é preguiçosa, obrigando-a escutar impassível e a pé quedo a pungente censura, não é sinão afrouxar-lhe o brio. [...] Injuriada quase desde o berço, a criança aprende a desprezar-se. D’aqui à perda total do brio, medeia pouco espaço.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> Segundo Saviani (2008), p. 177, as reformas empreendidas na década de 1920 foram as seguintes: reforma paulista em 1920; reforma cearense, em 1922; no Paraná a reforma Lysimaco Ferreira da Costa e prieto Martinez, em 1923; a reforma de José Augusto iniciada em 1924 no Rio Grande do Norte; a reforma baiana dirigida por Anísio Teixeira, em 1925; a reforma mineira de 1927, realizada por Francisco Campos e Mário Casasanta; a reforma no Distrito Federal, liderada por Fernando Azevedo em 1928; e a reforma pernambucana, em 1929, de iniciativa de Carneiro Leão.

<sup>220</sup> SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.175 e p. 176.

<sup>221</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 22/06/1919, p.1.

O artigo, ao criticar o despreparo das genitoras na educação dos filhos pequenos e ao atribuir ao texto um tom de protesto em relação aos procedimentos repressores adotados pelas educadoras para corrigirem as falhas das crianças, revela a entrada e circulação, em Rio Pomba, das ideias educacionais tidas como “inovadoras” que, naquele momento, também circulavam no país.

A educação recebida pela criança, no ambiente doméstico, participava das questões tratadas pelo movimento educacional renovador que, de forma mais viva, passava a adentrar nas escolas e, conseqüentemente, na sociedade brasileira em 1920.

Encontramos na obra de Lourenço Filho, um dos intelectuais que participaram ativamente desse movimento no Brasil, intitulada *Introdução à Escola Nova*, trechos que revelam essa realidade.

O autor afirma a influência da teoria do filósofo suíço, Jean-Jacques Rousseau, nas “novas” concepções de educação, na qual se defende a ideia da “pureza original das crianças e nas deformações que lhes pudessem produzir as circunstancia da vida social”<sup>222</sup>.

A preocupação com a preparação dos responsáveis pela educação na criança no lar, associada à figura materna, fica também visível quando o autor transcreve: “A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um “círculo de mães”, que as prepare convenientemente.”<sup>223</sup>

A preocupação com a educação informal e seu inevitável reflexo na educação escolar, em particular, e na vida em sociedade, de um modo geral, também fica explícita no artigo do jornal.

Quantas crianças não perdem o amor ao estudo à força de ouvir dizer que são descuidadas nas suas lições e de o ouvir diante seja de quem for? [...] A mãe que fomenta o desenvolvimento do bem na alma juvenil dos filhos, não promove somente a felicidade d’elles, vae mais longe. É a sociedade quem há de receber os maiores juroz daquele capital.<sup>224</sup>

<sup>222</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1974., p.146.

<sup>223</sup> LOURENÇO FILHO, 1974, p.177. (O texto refere-se à transcrição de parte da comunicação apresentada na Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, no ano de 1927, por Armanda Álvaro Alberto, criadora e diretora da Escola Regional de Meriti/RJ, que, nas palavras do autor, “parece ter sido no Brasil a mais completa experiência de educação renovada pela sua intenção socializadora, os procedimentos didáticos e a compreensão da cooperação da família na obra da escola.”

<sup>224</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 22/06/1919, p.1.



As questões abarcadas pelo texto mostram-nos que, em nível local, já circulavam ideias que ficaram em voga, também no cenário nacional, nos anos que circundam a década de 1920: a necessidade de atribuir à educação um caráter cada vez mais sistematizado, mais técnico, mais científico. E, para tanto, a indispensável preparação daqueles que seriam responsáveis pela tarefa de educar os pequenos – no lar e na escola.

Nessa década, o jornal procurou ainda introduzir, na sociedade riopombense, novas concepções sobre a educação da infância. Acontecimentos ocorridos na capital mineira – projetada para servir de símbolo de progresso e modernidade republicana no estado – eram evidenciados visando infundir, na comunidade local, as novas formas de pensamento que ora brotavam e que se harmonizavam com o desenvolvimento pretendido.

Uma das ideias que ganham destaque nas publicações – e que, de certa forma, demonstra que o jornal refletia a sensibilidade local ao mesmo tempo em que exercia uma pressão social em relação à mudança de mentalidade e a tomadas de atitude - diz respeito à nova dinâmica educacional das crianças menores de 7 anos, pertencentes às classes economicamente carentes. Artigos procuravam infundir a ideia dos benefícios inerentes à educação recebida pelos menores, nas escolas maternas, já que a nova estrutura familiar, advinda das mudanças socioeconômicas – de um modo especial a urbanização e expansão industrial-, obrigava a mulher (mãe) a desempenhar outras funções que não somente as relacionadas ao lar.

A criação de uma escola maternal<sup>225</sup> na capital mineira, no ano de 1925, foi noticiada nas primeiras páginas de dois exemplares de *O Imparcial*<sup>226</sup>. Os artigos procuravam esclarecer sobre a necessária e benéfica atuação dessas escolas na educação das crianças de famílias pobres, de pais operários. Atentava para o símbolo de progresso no qual essas escolas se constituíam em uma sociedade moderna, industrializada, informando sobre a existência e o sucesso dessas instituições não somente na capital mineira, como também em cidades europeias como Paris, Lisboa e Porto.

---

<sup>225</sup>A instituição a que se refere o artigo é a *Escola Maternal Mello Vianna*, criada em 22 de março de 1925, na cidade de Belo Horizonte.

<sup>226</sup>Exemplares dos dias 12/04/1925 e 26/04/1925.

Assim, a ideia de Escola Maternal como instituição de caráter assistencial e destinada à classe pobre, infundida nos estados brasileiros dotados de instituições congêneres<sup>227</sup>, propalava-se também naquela localidade.

A necessidade e importância de uma educação moral e cívica da população (dirigentes e dirigidos) faz-se outra ideia que circulava no município. Ela era concebida como sendo imprescindível para que o regime republicano pudesse, de fato, efetivar-se. O civismo formaria a massa que, pega de surpresa pelo novo regime, não estaria preparada para se adequar aos novos moldes sociais requeridos e também conscientizaria os representantes do povo sobre suas “verdadeiras” responsabilidades e deveres em um regime dito democrático.

Um artigo do Jornal *Nova Era*<sup>228</sup>, do dia 14/11/1920, denunciando a falta de festividades no município, em comemoração ao aniversário da Proclamação da República, naquele ano, protestava:

É contristador, realmente, esse indiferentismo publico pelas datas nacionaes, mas esse facto, symptomatico da nossa degeneração social, deve ser levado mais a conta dos poderes publicos, aos quaes se impõe o dever de promover a educação civica do Povo.<sup>229</sup>

No que tange à educação escolarizada de Rio Pomba, percebemos que, no início da década de 1920, o Grupo Escolar, em atividade no município desde o ano de 1915, obtinha tímida expressão nas publicações dos jornais locais<sup>230</sup>. A primeira referência encontrada sobre a instituição de ensino primário de Rio Pomba, data de 14/11/1920 e tratava-se de um texto que fora transcrito do jornal *A Tarde* da cidade de Juiz de Fora. A publicação apenas informava sobre a existência do Grupo Escolar e mencionava o nome de seu dirigente, o professor José Noronha.

<sup>227</sup>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República**. São Paulo, Cadernos de Pesquisa, nº 64, 1988, p. 57-60.

<sup>228</sup>Jornal local, que se declarava, em 1928, como o órgão do Partido Republicano Mineiro do município e que, em 1920, era defensor das ideias do grupo político local denominado *Capivaras*. Em seus exemplares os nomes dos políticos Francisco Peixoto e Odilon Braga ganham especial destaque.

<sup>229</sup>Jornal *Nova Era*. Exemplar do dia 14/11/ 1920, p.1. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

<sup>230</sup>Julgamos oportuno lembrar que, do jornal *O Imparcial* tivemos acesso a série completa das publicações a partir de 1918. Entretanto, dos demais jornais, encontramos apenas alguns exemplares publicados em datas esparsas.

No exemplar do Jornal *Boa Nova*<sup>231</sup>, do dia 01 de outubro de 1922, a escola pública primária se faz presente em uma reportagem sobre a comemoração do “Centenário da Independência do Brasil”. Percebemos, por meio desses escritos, que o Grupo Escolar, representado por seu corpo discente e docente, estava presente nos eventos cívicos municipais, nos quais os ideários de patriotismo, civismo, nacionalismo eram elementos em evidência.

Um artigo, publicado em abril de 1923, que narra a criação de um educandário no município, reforça nossas inferências sobre a falta de visibilidade em relação ao Grupo Escolar da cidade: “O Pomba possui dois excelentes estabelecimentos de educação” e fazia referência a um asilo para menores e à nova escola que ora era criada em Rio Pomba. Julgamos que esse persistente esquecimento da instituição é um indício de que havia uma certa resistência em relação ao acolhimento e aceitação daquela escola pública, de ensino primário, na localidade. A ausência do nome da Instituição, no artigo, leva-nos a inferir que ou o jornalista se esquece, quiçá propositalmente, do Grupo Escolar ou não o considerava uma instituição educativa merecedora do qualitativo “excelente”.

Entretanto, apesar desse “esquecimento”, percebemos que a educação ganhava progressivo ímpeto no seio social. A educação escolar estava concebida como a formação intelectual, moral e cívica da juventude brasileira e, por isso, como uma das maiores preocupações dos dirigentes do Brasil<sup>232</sup>.

A instrução primária e, de um modo especial, a aprendizagem do ler e do escrever que esse nível de ensino visava proporcionar, estava entendida nessa década, pelas elites intelectuais no país, como sendo de fundamental importância para seu desenvolvimento e, por isso, deveria estar estendida às distintas camadas sociais. O analfabetismo continuava a ser um mal que deveria ser combatido, uma “praga” considerada como “empecilho do desenvolvimento colectivo”<sup>233</sup>.

Entretanto, essa concepção não parecia fazer parte do imaginário social de toda a população; não se apresentava como uma unanimidade de pensamento naquela localidade. As inovações sócio-educacionais e as novas formas de

---

<sup>231</sup> O Jornal *Boa Nova* era também um jornal local. Consta do exemplar do dia 01/10/1922 as seguintes informações sobre o impresso: circulação quinzenal, distribuição gratuita, primeiro ano de publicação, 13º número, tiragem de 5000 exemplares. A edição extraordinária do *O Imparcial* (janeiro de 1958, p. 15) nos informa que o jornal circulou de 1922 a 1924, era de propriedade do farmacêutico Ottilio de Abreu Malfitano e destinava-se à divulgação de seus produtos.

<sup>232</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/05/1920, p. 1.

<sup>233</sup> *O Imparcial*, 15/02/1925, p.1.

comportamento delas advindas eram consideradas, por outro lado, como uma ameaça aos valores e concepções em voga.

Um artigo intitulado “O analfabetismo”, publicado no jornal local *O Imparcial*, no dia 16 de novembro de 1924, alertava a população para a importância da educação, colocando-a como a “base fundamental do progresso de uma nação” e protestava contra a atitude de pais que viam a escola como algo nocivo à vida social, principalmente no que se referia à educação das meninas. Relata o artigo:

Em época de matrícula, chova ou faça sol, é costume no interior de Minas, saírem as professoras a solicitar dos paes, a matrícula de seus filhos, às escolas mantidas pelo governo. Rude tarefa! A notícia que se está procedendo à matrícula já circulou em todos os bairros. Ficam as pobres mães preocupadas e mal avistam as professoras, correm afflictas, estonteadas, a ocultarem seus filhos, para que se ignore que ali existem crianças em idade escolar. E quando para infelicidade d’ellas, não há tempo de levar a effeito o seu intento, põem-se de pé à porta de entrada, de sobrolho carregado, como se fosse receber o peor dos credores. Logo que a professora lhe diz o que a leva alli, responde com palavras ásperas; “Não ponho minha filha no grupo; o que vocês ensinam às meninas é escrever aos namorados”. A professora ainda insiste com palavras delicadas, mas após a supplica recebe a despedida: “-Moça, arrume outro officio; esse de ensinar a escrever não presta”.<sup>234</sup>

Esse fato demonstra que o momento ainda se caracterizava como sendo de adaptação, ou seja, um momento marcado por adesões e resistências da sociedade às propostas educativas republicanas e aos novos modos de vida que advinham dessas inovações.

Se, em uma direção, o analfabetismo era visto como uma moléstia que assolava o país e impedia o desenvolvimento de seu povo, sob um outro ponto de vista, era entendido como um instrumento que promoveria formas de comportamento incompatíveis com aquelas consideradas adequadas aos tradicionais padrões culturais.

Essa situação constitui mais um indício de como as inovações trazidas pelo Grupo Escolar da cidade podem ser consideradas como sendo um dos elementos responsáveis pela resistência em relação ao acolhimento da Instituição.

Em razão do papel atribuído ao ensino primário no contexto da proposta republicana e, por certo, visando à maior adesão da população à educação

---

<sup>234</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 16/11/1924, p.1.

escolarizada, foi decretado, em 1924, um novo Regulamento do Ensino Primário, que estabelecia a obrigatoriedade para esse nível de educação.<sup>235</sup>

Em relação à obrigatoriedade do ensino primário, a legislação mineira estabelecia, em seu artigo 22, que esse nível educacional seria obrigatório em todo o Estado de Minas Gerais, nas localidades onde houvesse escolas públicas ou particulares subvencionadas e que dispusessem de vagas suficientes para alunos de ambos os sexos de 7 a 14 anos de idade.

O Regulamento determinava que a responsabilidade pela matrícula e frequência escolar seria dos pais ou tutores e dos proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas que empregassem menores de idade (Art. 29).

A mesma legislação informava ainda que as crianças em idade escolar que fossem encontradas “a vagar pelas ruas e estradas durante as horas de escola” seriam “detidas” pela polícia e “conduzidas à presença da autoridade escolar (Art.30).

A pena para o responsável que não fizesse cumprir a lei seria a “admoestação” e a reincidência da infração implicaria o pagamento de uma multa, que teria seu valor dobrado em caso de nova reincidência da falta.

As determinações legais permitem-nos perceber que a expansão do ensino primário, na década de 1920, era uma meta a ser alcançada, fosse pelos objetivos pretendidos pela República como um todo, fosse por todos os significados dos quais a erradicação do analfabetismo era portadora naquele momento.

O jornal local, *O Imparcial*, comentava em tom de esperança a promulgação de tal legislação e orgulhava-se de sua participação na campanha promovida pelas demais imprensas nacionais para o combate ao analfabetismo.

E julgamos bem empregados os pequeninos esforços que empenhamos em prol da civilização, cujos esforços, por serem pequeninos, também não deixaram de colaborar para a Victoria da causa bemdita que a boa imprensa abraçou; e, talvez por influência dessa campanha perseverante, eis que agora as sementes que ajudamos a plantar principiam a produzir fructos: o ensino tornou-se obrigatório. E os Paes que até aqui não se importavam com a educação de seus filhos, d’oravante pagarão uma multa, pela despreocupação criminosa com que vem encarando o magno problema do combate ao analphabetismo. [...] Eis, portanto o início

<sup>235</sup>Decreto nº. 6.655 de 19 de agosto de 1924. (Aprova o Regulamento do Ensino Primário). IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1924), p. 212 / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

de uma nova phase para o paiz, phase de desenvolvimento e de progresso, que em breve o tornará grande e forte, poderoso e respeitado.<sup>236</sup>

O exemplar do mesmo jornal local, publicado na semana posterior, trazia em forma de aviso, assinado pelo inspetor municipal, José Furtado Filho, e pelo diretor do Grupo Escolar do município, José Noronha, a transcrição dos artigos da nova legislação que tratavam da obrigatoriedade do ensino primário.

Assim, o intuito de expandir e intensificar a instrução primária no país fez-se notar também em nível local. Ao lado da preocupação e da declarada intenção de se fazer cumprir, em Rio Pomba, a lei estadual recém criada, as páginas de *O Imparcial* traziam notícias de criação de escolas primárias na zona rural e nos distritos pertencentes ao município.

Para o distrito de *Taboleiro*, situado a, aproximadamente, 14km (quatorze quilômetros) da sede, estava reservada, no ano de 1925, uma verba suplementar àquela destinada à instrução pública em Rio Pomba, que deveria ser utilizada para o aluguel de um imóvel, com vistas a agrupar naquele local as escolas isoladas ali existentes<sup>237</sup>. Era a continuidade do projeto de implantação dos Grupos Escolares que se mostrava em movimento e expansão na última década da Primeira República.

O papel reservado à instrução primária, nos anos de 1920 e, conseqüentemente, o lugar que essa deveria ocupar na localidade, fez-se notar ainda pela subvenção pública municipal, de escolas privadas, em outro distrito pertencente a *Rio Pomba* no ano de 1925. O chefe executivo do município, Odilon Braga, autorizava, por meio da Resolução nº. 903/1925, a subvenção de escolas particulares existentes na zona rural do distrito de Piraúba, situado a, aproximadamente, 18km (dezoito quilômetros) da sede.<sup>238</sup>

A partir do ano de 1926 a escola pública primária da cidade, o *Grupo Escolar do Pomba*, fez-se mais presente nas páginas de *O Imparcial*. Até então era assunto parcamente tratado pelo periódico, mencionado apenas nas reportagens sobre as datas cívicas comemoradas na localidade e nos anúncios da Caixa Escolar.

<sup>236</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/02/1925, p.1.

<sup>237</sup> Resolução da Câmara Municipal, nº 901/1925, publicada no jornal *O Imparcial* no dia 03/05/1925, p.1.

<sup>238</sup> Resolução nº 903/1925, *O Imparcial*, 03/05/1925, p.1.

Um acontecimento datado de abril desse ano pode ser entendido como um dos fatores que promoveram maior interação e, conseqüentemente, maior acolhimento do Grupo Escolar por parte da comunidade riopombense: a escolha do segundo dirigente da Instituição.

O exemplar de *O Imparcial* do dia 11 de abril de 1926 trazia, em sua primeira página, um artigo intitulado “Grupo Escolar: uma representação do povo pombense”, no qual, o jornal lamentava o falecimento do Professor José Noronha que, até então, fora o diretor da escola e evidenciava um pedido, que já teria sido encaminhado ao chefe executivo do município, por meio de um documento contendo a assinatura de “centenas de nomes de chefes de família desta cidade”, para que fosse indicado, como diretor da Instituição Escolar, o Professor José Marcelino do Nascimento Ribeiro, símbolo de competência e exemplo de dedicação à causa da instrução local.

Mestre inteligente e esforçado, elle tem sido um dos maiores coadjutores do nosso progresso moral e intellectual. E uma prova de sua dedicação ao ensino está no facto de elle nunca querer se aposentar, já tendo tido occasião para isso. Era justo, portanto, que tão dedicado amigo da nossa terra e de nossos filhos os quaes elle tem preparado e vem preparando para a luta da vida percebesse o affecto que todos nós também lhe votamos.<sup>239</sup>

A reivindicação popular obteve êxito em seus propósitos e José Marcelino do Nascimento Ribeiro foi empossado diretor do Grupo Escolar no ano de 1926. No nosso entender, a participação direta da comunidade na escolha do novo diretor, ou seja, a solicitação popular atendida, fez com que a instituição passasse a comportar novos significados na comunidade riopombense, fosse concebida como um patrimônio de propriedade coletiva, dotado de características próprias e peculiares à localidade, adquirindo, assim, maior sentido para os que dele participavam e fazendo com que a Escola fosse pouco a pouco se entranhando na cultura local.

Em se tratando da questão Estado/Igreja/Educação nesse período, artigos publicados nos jornais locais apontam para a existência, continuidade e intensificação de um movimento de protesto da igreja católica contra a escola laica proposta e instituída pelos republicanos em finais do século XIX.

A “Secção Religiosa”, que ocupava metade da página 3, da grande maioria dos exemplares de *O Imparcial*, trazia, no dia 16 de maio de 1920, escritos que

<sup>239</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 11/04/1926, p.1.

procuravam infundir na população a ideia de nocividade da educação laica na formação da infância e da juventude e propunham a educação ministrada por representantes da igreja católica e a criação de escolas nas paróquias como solução para dissipar os males sociais, que, na concepção dos representantes dessa religião, haviam sido disseminados pela laicidade.

E quem há de pôr dique às inundações das doutrinas delecterías dos nossos tempos; quem há de fornecer a seiva moral a esses germens, já influenciados do leigo e satânico ensino, senão a Igreja, a quem Jesus Christo confiou a missão divina de ensinar a todas as nações, até o findar dos séculos.<sup>240</sup>

O artigo conclamava todos os católicos para participarem da luta contra o modelo educacional instituído

Nós católicos, e especialmente Sacerdote do Altíssimo, devemos envidar todos os esforços contra, contra e contra o methodo moderno de educação leiga; é o meio mais facil de irmos de encontro a esse absurdo systema. [...] Nas circunstancias em que se acha a Igreja, diante do ensino leigo, é de necessidade inadiavel que em todas as Parochias haja escolas primárias catholicas, as que se chamam Parochiaes, onde a mocidade nascente encontre o pastor espiritual da doutrina christan e de outros conhecimentos úteis para a vida prática.<sup>241</sup>

O texto, assinado por um eclesiástico (Padre Bicalho), era um trecho do artigo publicado em *A Palestra* que, segundo o jornal, tratava-se de uma revista publicada no Rio de Janeiro. Os exemplares dos dias 30/05 e 06/06/1920 traziam as outras duas partes restantes do artigo.

Os parágrafos finais apresentavam um tom ainda mais incisivo no que se referia ao protesto contra as escolas estatais e à conclamação da sociedade para sua participação na luta a favor de uma educação ancorada nos dogmas católicos e ministrada por seus representantes.

A escola leiga é uma verdadeira trahição à confiança dos Paes, é um laço à fé das crianças, é poderosa arma de guerra contra a Religião. Custe o que custar devemos meter mãos à obra, se desejamos o bem estar de nossas parochias – objecto de nosso affecto. [...] concitemos a todos os chefes de familia para cumprir tão gravissimo dever – o de confiar seus filhos a esforçados campeões do progresso espiritual.<sup>242</sup>

<sup>240</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/05/1920, p.3

<sup>241</sup> *O Imparcial*, 15/05/1920, p.3.

<sup>242</sup> *O Imparcial*, 06/06/1920, p.3.



Os trechos escritos e divulgados por representantes da Igreja Católica confirmam o que Saviani<sup>243</sup> denomina de “resistência ativa” contra a educação pública, laica, instituída no novo regime.

A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão do seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em jornais e , em especial de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais. [...] Mas foi a partir da década de 1920 que a estratégia da resistência ativa foi acionada de forma mais efetiva.<sup>244</sup>

No que se refere à educação brasileira como um todo, esses acontecimentos nos permitem também entrever que os anos de 1920 foram marcados por um efusivo movimento em prol da educação escolarizada, com ênfase no ensino primário, na preparação dos professores e na intensificação do teor cívico e moral das atividades educativas.

A reação da igreja católica contra a educação laica torna-se mais intensa e visível tanto no macro quanto nos micros espaços. E, especificamente em nível local, o período fica sinalizado pelo incipiente processo de acolhimento do Grupo Escolar pela comunidade municipal.

### 3.3 As escolas normais: breve histórico

Tendo em vista a necessidade de formação de professores, é proposto, na França, no ano de 1794, o estabelecimento de escolas normais que surgem, portanto, com o objetivo de “ensinar a arte de ensinar”, fundamentada em uma perspectiva iluminista/humanista de sociedade. A proposição dessas escolas, na França, fazia parte de um vasto plano de instrução pública, no qual o entendimento da humanidade deveria estar vinculado à democracia. Nesse contexto, o professor

---

<sup>243</sup>SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.179.

<sup>244</sup>SAVIANI, 2008, p.179 e p.180.

deveria ser não apenas homem instruído nas ciências, mas alguém capaz de também instruir seus alunos<sup>245</sup>.

Assim, foi no bojo desse norteamento que se concebeu a Escola Normal como modelo de instituição escolar que teria a função de normalizar e regularizar as demais escolas. Teria a tarefa de instruir o professor, associando os conteúdos aos métodos de ensino, ligando “o que se ensina ao como se ensina”.

No Brasil a primeira Escola Normal foi criada em Niterói, na Província do Rio de Janeiro, em 1835, durante o regime monárquico. Nesse período imperial brasileiro a formação de professores, de forma sistematizada e institucionalizada, é marcada por um movimento de idas e vindas, de avanços e retrocessos, que indicam o incipiente processo de institucionalização da profissão docente que ora era instaurado no país.

As dificuldades encontradas estão também relacionadas à política educativa implantada no Brasil com o Ato Adicional de 1834. Tal legislação descentralizava o ensino, atribuindo às províncias brasileiras a responsabilidade pelos níveis primário e secundário. No interior dessa orientação legal, a implantação das escolas normais no Brasil constituiu-se não como parte de um projeto nacional de educação, sólido e unitário, mas sim como iniciativas isoladas das diferentes províncias. “Assim, as escolas normais brasileiras, nesse período histórico, fizeram parte dos sistemas provinciais e nem sempre funcionaram regularmente, muitas vezes sendo fechadas e reinstaladas novamente”.<sup>246</sup>

Em Minas Gerais, como relata Araújo (2008), a primeira Escola Normal, criada em Ouro Preto, data de 1840. Segundo o autor, ao final do período imperial havia oito escolas normais na província mineira.<sup>247</sup> A existência dessas escolas - apesar das críticas a elas dirigidas, pelos insatisfatórios resultados estatísticos da educação mineira - estava vinculada à necessidade de elevação do nível de

---

<sup>245</sup>ARAÚJO, José Carlos Souza. **A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926.** IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.321.

<sup>246</sup>DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. **O curso normal em Santa Catarina.** O processo de construção de um projeto de formação de professores coadunado com os ideais de nacionalização e “cientificação” do ensino. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.250.

<sup>247</sup>Em Ouro Preto, criada no ano de 1840; em Diamantina, datada do final dos anos de 1870; em Paracatu, Montes Claros, Sabará, Uberaba, Campanha e São João Del Rei com criação no início dos anos de 1880.(ARAÚJO, 2008, p. 323).

qualidade da instrução primária que carecia de professores eficientemente preparados para o desempenho da função.

Já nas primeiras décadas do período republicano, a questão da formação do professor foi objeto de reformas legislativas no campo da educação de Minas Gerais, porém permaneceu um cenário congênere ao do Império, no que se refere à eficácia do ensino normal.<sup>248</sup>

### **3.4 A Criação do *Collegio Regina Coeli* em Rio Pomba: “progresso” para o município e “educação refinada” para as jovens da elite**

Uma escola para as moças, dirigida por freiras, aparece na imprensa local como sendo um anseio de uma parcela da comunidade riopombense já nos anos de 1922. Um interessante artigo publicado no jornal local, *O Imparcial*, traz à tona uma proposição que classifica esse intento como sendo projeto prioritário a ser executado na localidade.

Estes filhos do Pomba, que querem ver sua terra caminhando com as cidades cultas prestariam um grande serviço revogando suas idéas ao em vez de construírem o hospital já lembrado entendessem-se com uma congregação de Irmãs de Caridade como as que dirigem os collegios de Ubá, Friburgo, Petrópolis, Ponte Nova e outros, oferecendo-lhes uma casa para aqui ser instalado um estabelecimento aonde sejam ministrados o ensino intellectual e formem ás nossas queridas patricias um coração alimentado pelo balsamo indispensável as futuras mães de família.<sup>249</sup>

O texto evidencia que a educação feminina deveria proporcionar uma formação voltada para a intelectualidade e também para a domesticidade. Além de culta, a mulher deveria estar apta para o desempenho de suas funções na família e ter como base dessa formação um aparato religioso, católico.

Esse mesmo artigo é enfático em afirmar que o município, dotado de elementos que propiciavam boa saúde aos seus moradores, encontrava-se mais necessitado de escolas do que de hospitais e referia-se ao analfabetismo como a moléstia que assolava a nação. Reafirmava, assim, a importância e o papel atribuído

<sup>248</sup> ARAÚJO, 2008, p. 324.

<sup>249</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 05/02/1922, p.1.

à educação escolar naquele momento, ao mesmo passo em que sinalizava o interesse do município por uma escola religiosa, voltada para a formação das moças.

O interesse na criação da instituição era justificado pela falta de uma escola com esse perfil na cidade, fato este que gerava a desconfortante situação de os pais terem que encaminhar seus filhos – e em especial as filhas - para outras localidades, a fim de que pudessem cursar o ensino pós-primário.

Daqui sahem todos os annos muitos meninos e mocinhas que vão para collegios fora e às vezes distante dessa cidade e ficando longe das vistas de seus paes ou tutores, nem sempre vão muito contentes, sendo isto, já um motivo de aborrecimentos para os que velam pela educação dos seus.<sup>250</sup>

Em 1923 foi fundado um colégio, nesses moldes, denominado *Colégio São José*, anexo ao asilo existente na cidade (*Asylo Santa Inez*), instituição esta destinada à assistência social de menores carentes e mantida pela sociedade civil, que havia sido criada em dezembro de 1922, por iniciativa de um grupo de mulheres da comunidade local.

O Colégio São José, dirigido por uma religiosa da *Congregação Servas de Maria*<sup>251</sup>, tinha como intuito educar as “meninas, preparando-as e instruindo-as intelectualmente para se matricularem nas Escolas Superiores”.<sup>252</sup>

A criação da escola já sinalizava o interesse do município por um colégio religioso, voltado para a educação das moças. O desejo por uma instituição escolar feminina pode ser notado também por meio dos artigos que reivindicavam a criação de um estabelecimento nesses moldes e pelo fato de ele, o *Colégio São José*, ter sido merecedor de subsídios do governo municipal, para sua manutenção.<sup>253</sup>

Apesar de a criação do *Colégio São José* ter sido entendida como um anseio de um determinado grupo da comunidade e, por esse motivo, ser merecedor do acolhimento por parte da sociedade civil como também da subvenção pública municipal, os artigos publicados posteriormente à implantação dessa instituição, no jornal local *O Imparcial*, mostram que a escola, voltada para a instrução elementar

<sup>250</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 12/02/1922, p.1.

<sup>251</sup> Irmã Maria Cecília de São José.

<sup>252</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 22/04/1923, p.1.

<sup>253</sup> O *Colégio São José* foi extinto no ano de 1926. Segundo as notícias divulgadas pelo *O Imparcial*, o motivo de seu fechamento foi a saída das dirigentes da cidade, as irmãs Elisabeth e Therezinha, que haviam recebido melhores propostas para gestarem uma instituição escolar em Jaraguá, no estado de Goiás.

das moças, na qual os trabalhos manuais ganhavam destaque, não satisfaz por completo às expectativas locais relacionadas à educação escolarizada.

Assim, uma sistemática campanha em prol da criação de instituições educativas, que oferecessem o “ensino superior”<sup>254</sup> em Rio Pomba, fez-se notar por meio da imprensa. Em março de 1925 tem início uma série de publicações, no jornal *O Imparcial*, que procuravam impulsionar a concretização de tal feito. Pelo que foi possível entrever, podemos eleger esse impresso como o elemento propulsor e o principal veículo de interlocução entre os idealizadores do projeto da Escola Normal e a comunidade municipal.

O artigo que iniciava a campanha trazia, esperançoso, a notícia de que já se encontrava em poder do chefe executivo do município, Odilon Braga, a planta do prédio, “com todos os requisitos necessários à hygiene e asseio do estabelecimento”<sup>255</sup>, que seria construído na avenida Dr. Luciano Rangel<sup>256</sup>.

O mesmo texto que afirmava a fundação de instituições de “ensino superior” no município como sendo uma aspiração da “alta sociedade”, evidenciando a função desse nível de ensino como formador das elites, deixava também patente a intrínseca relação entre educação escolarizada e progresso (local e nacional) - ideário que participava do imaginário social brasileiro com distinta intensidade naquele momento.

A base do progresso de um povo, está apoiada no desenvolvimento absoluto de sua instrução; eis a synthese do incalculável beneficio que essa instituição produzirá em qualquer centro como o nosso, onde a actividade é reclamada a favor dos interesses collectivos de todas as suas classes. A razão dessas palavras, encontramos-la no exemplo que as cidades cultas nos mostram, onde os collegios contribuem eloquentemente para o seu progresso material e intellectual.<sup>257</sup>

Na visão do jornal, a “instrução superior”, implantada em uma comunidade, mesmo sendo destinada a um grupo dirigente - portanto de acesso restrito a um segmento da comunidade - traria benefícios à localidade como um todo, estando, assim, posta a serviço da coletividade.

<sup>254</sup>Vale ressaltar que por “ensino superior” eram tratados os diferentes níveis de ensino subsequentes ao primário.

<sup>255</sup>*O Imparcial*, 08/03/1925, p.1.

<sup>256</sup>A avenida a que se refere o artigo é a atual Av. Dr. José Neves, localizada no centro da cidade. (SANTIAGO, Sinval Batista. História do Município de Rio Pomba. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.312.)

<sup>257</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar de 08/03/1925, p.1.

As reuniões organizadas em prol da fundação do estabelecimento e que aconteciam no *Salão das Sessões da Câmara* vinham noticiadas frequentemente pelo impresso. Já em 15 de março de 1925, o jornal informava que o pretendido colégio, em processo de criação, seria destinado exclusivamente às moças.

Fazendo-nos entender que tal propósito configurava-se como um intento de um grupo específico de Rio Pomba, formado por membros que pertenciam à sua elite econômica, política e/ou intelectual, e, ao mesmo tempo afirmando a característica endógena desse processo, visto que a criação de tal escola partia da iniciativa de um grupo daquela localidade, os artigos publicados a esse respeito convocavam a comunidade, de modo mais objetivo os pais que já confiavam suas filhas a colégios localizados em outros municípios, para aderirem à ideia e auxiliarem na implantação da escola.

A participação em tal empreendimento era concebida também como um ato de patriotismo, já que o progresso do Brasil estava alicerçado na educação de seu povo. Ao mesmo tempo era símbolo de *status* na comunidade local, visto que eram conclamados a participar aqueles que dispusessem de capital para investir na instalação da escola. Os investidores seriam considerados membros do grupo formado pelos “mais representativos elementos pessoas do município”.<sup>258</sup>

A instalação da escola seria subsidiada pela sociedade civil, por meio da venda de ações que, posteriormente - após o início das atividades do Colégio e do suposto lucro advindo de seus trabalhos-, poderiam ser resgatadas pelos acionistas. Assim, os propositores alertavam os possíveis investidores para a oportunidade de bem empregarem o capital e, ao mesmo tempo, participarem diretamente de um projeto de causa nobre, de bem coletivo.

O propósito era a fundação de “um grande collegio para meninas” que em 1925 já vinha “grangeando victoriosamente o apoio da população”. Segundo o *O Imparcial*, até a presente data (26/04/1925) já se havia angariado a quase totalidade do capital necessário à “efetividade do arrojado empreendimento”.

A adesão financeira e o apoio moral ao projeto eram fatores que causavam certa surpresa aos seus idealizadores.

Aos menos incrédulos não se afigurava o projecto assim viável e capaz de attrahir tão rapidamente a adhesão moral, quasi sempre platônica e contemplativa, mas o decidido e efficiente concurso

<sup>258</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 26/04/1925, p.1.

material dos mais representativos elementos pessoas do município. Nessa época de crescente retratamento numérico, é realmente para admirar o franco sucesso de uma idéia que não se inspira somente no intuito de interesses financeiros, senão principalmente no desejo de um progresso de ordem moral, de um generalizado benefício às nossas jovens conterrâneas, a quem está reservado, de futuro, como mães de família, papel de mais subido relevo social, notadamente no que respeita à difusão do amor às letras.<sup>259</sup>

O artigo faz-nos perceber o papel reservado à escola, na concepção dos idealizadores e, conseqüentemente, à educação da elite feminina, naquele tempo e lugar. Às jovens alunas estaria destinada a função precípua de educar os filhos, no ambiente doméstico.

A cultura mental de um povo depende primacialmente da formação intelectual das mães de família, dada a influencia destas sobre os filhos até a segunda infância, em virtude de sua ininterrupta presença e affectiva vigilância no lar. Uma mulher de espírito culto há de naturalmente orientar seus filhos no apego ao livro, na curiosidade das sciencias, e mesmo quando venha faltar ao marido recursos pecuniários para prover a educação da prole, será Ella que com seu carinho e peculiar abnegação encontrará sempre, no meio dos affazeres domésticos uma hora vaga para transmitir aos filhos o seu saber literário.<sup>260</sup>

O universo feminino era a domesticidade. A formação escolarizada da mulher representava a oportunidade de ela, como mãe, formar intelectualmente e moralmente os filhos, ou seja, instruir os novos elementos sociais, difundindo assim, com sua sapiência, a importância da educação/instrução e, com suas atitudes, os valores morais que sintonizavam com a cultura local naquele momento.

Fica perceptível que os fins a que serviria a escola a ser criada em Rio Pomba, no imaginário dos idealizadores/fundadores, tinha como prioridade formar a mulher que desempenharia funções domésticas. Sua saída para o mercado de trabalho, que se faria somente em casos excepcionais, estava, portanto, em segundo plano.

A escola não teria como intento modificar a estrutura das famílias que seriam por ela atendidas. O homem, pai, chefe de família, deveria permanecer sendo o provedor da casa; a mulher, esposa, mãe, administradora do lar, auxiliaria na função do provimento financeiro somente em caso de dificuldades e necessidades familiares.

<sup>259</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 26/04/1925, p.1.

<sup>260</sup> *O Imparcial*, 26/04/1925, p.1.

Compreendemos, assim, que se, por um lado, as escolas normais promoveram a entrada de um maior número de mulheres na educação escolarizada, da qual a maioria esteve à margem até o século XIX, em outra direção ela preocupou-se em manter a ideia da figura feminina associada às funções domésticas.

Foi possível entrever que ainda no início do século XX - momento em que o perfil dos alunos dessas escolas distinguia-se daquele existente nas escolas normais da primeira metade do XIX, quanto à questão de gênero<sup>261</sup> - a tônica atribuída à educação feminina ainda se assemelhava à do século anterior: a domesticidade se constituía elemento-chave da educação da mulher, inclusive nas Escolas Normais.

Villela, ao tratar da criação da primeira escola normal do Brasil, no ano de 1835, complementa nossa análise,

As mulheres não eram formalmente proibidas de freqüentar as escolas primárias da Província, mas a sua exclusão funcionava através da redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. Deveriam aprender apenas a ler, a escrever e as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, eram interditados às meninas. Em contrapartida estas precisavam saber coser, bordar, e os demais “mistérios próprios da educação doméstica”. A primeira Escola Normal do Brasil, na sua fase inicial, não recebeu uma só aluna. Entretanto, na época já funcionavam oito escolas femininas públicas na Província, o que nos leva a concluir que para a escola das meninas exigia-se da professora pouco mais do que o domínio das prendas domésticas e dos ensinamentos religiosos.<sup>262</sup>

Ao lado dessa questão do caráter doméstico que envolvia a educação escolar feminina ainda no início do século XX, foi interessante perceber, também, que as notícias divulgadas pelo *O Imparcial*, principal fonte de dados sobre o processo de criação da *Escola Normal Regina Coeli*, deixavam de mencionar o curso que seria oferecido pelo Colégio, isto é, não evidenciavam o caráter profissionalizante da

<sup>261</sup>As primeiras escolas normais do Brasil, da primeira metade do século XIX, eram constituídas por um corpo discente formado, em sua maioria, por alunos do sexo masculino. Já no final deste século e início do XX esse perfil muda, tornando-se as mulheres a maioria no quadro de alunos dessas instituições. Ver: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

<sup>262</sup>VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX**. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.33.



instituição a ser implantada. Assim, a possível ligação entre a criação dessa Escola e a educação primária do município não se fez elemento presente nos discursos tangentes ao processo de criação da Instituição.

Tivemos a impressão de que o propósito da fundação de uma escola secundária, feminina, na cidade estava relacionado com os significados que comportavam a existência de uma instituição escolar, naqueles moldes, em uma determinada localidade. A escola secundária, feminina e católica era entendida como um elemento que contribuiria para incluir Rio Pomba no rol das cidades consideradas modernas, civilizadas e intelectualmente desenvolvidas.

O “esquecimento” do caráter profissionalizante da Instituição é também revelador de que a Escola Normal, que seria implantada no município, diferia de várias outras escolas normais, criadas no país, ao longo do século XIX e no início do XX, no que se refere aos objetivos de sua criação e às funções e papéis a elas reservados pelos seus idealizadores, tendo em vista que, segundo Miguel, a formação do professor nas diversas províncias brasileiras surge vinculada ao ensino primário.<sup>263</sup> As considerações de Lopes sobre a criação da “Escola Normal Oficial”, no Piauí, em 1910, ilustram e exemplificam nossas inferências:

Concebida vinculada ao projeto de modernização das escolas primárias, a formação que se ministrava revelava o ideal de escola primária a ser implantado. O objetivo da Escola Normal era formar docentes competentes para a implantação de um novo modelo educacional público e o estabelecimento de uma nova competência profissional: tratava-se do **grupo escolar**<sup>264</sup> (escola primária por excelência) e da docente com escolaridade específica para esse fim.<sup>265</sup>

Portanto, o motivo posto como central e que esteve envolvido na criação da escola do Piauí, expresso como sendo comum às escolas normais criadas no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, isto é, “o desejo de superação daquele que, na concepção de seus mentores, era o maior empecilho para a ação eficaz da

<sup>263</sup> MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Escola Normal no Paraná**: instituição formadora de professores e educadora do povo. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.147.

<sup>264</sup> Grifo do autor.

<sup>265</sup> LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Um viveiro muito especial**: Escola Normal e profissão docente no Piauí. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.117.

educação: o professorado”<sup>266</sup>, não constituiu razão merecedora de destaque no processo de criação da Escola Normal em Rio Pomba.

As implicações recíprocas entre o ensino das primeiras letras e a criação das escolas normais no Brasil que, de acordo com os estudos de Simões, Schwartz e Franco (2008)<sup>267</sup> deram-se devido às dificuldades encontradas pelas políticas governamentais dirigidas à escolarização que, por sua vez, esbarravam com a falta de professores com qualificação específica, ficam olvidadas entre os fatores elencados como fins da criação do *Collegio Regina Coeli* em Rio Pomba.

Entre os motivos que levaram à sua criação, constantes dos textos que compuseram a campanha para a criação do Colégio, realizada pela imprensa local, podemos destacar:

- o papel da educação escolarizada, de uma forma abrangente, entendida como “a base do progresso de um povo”;<sup>268</sup>

- o desejo de intensificar no município - que mostrava seu apreço pela cultura letrada e que a considerava como uma alavanca impulsionadora do desenvolvimento local - a educação escolarizada. “Um centro como o nosso – onde a actividade e a educação do espírito são reclamadas em favor dos interesses collectivos de todas as classes, só principia quando a progredir moral e intellectualmente quando sua instrução é intensa e está collocada no primeiro plano em todas as suas realizações”,<sup>269</sup>

- a intenção de mudar a dispendiosa e desconfortável situação de ter que encaminhar as moças riopombenses para outras localidades a fim de que cursassem o ensino normal;<sup>270</sup>

- a importância dada à instrução da elite feminina, visando ao seu eficaz desempenho na formação dos filhos e no papel de esposa;

- o propósito de incluir Rio Pomba na relação dos municípios mineiros considerados modernos e prósperos por serem dotados de escolas congêneres. “A razão dessas palavras, encontramos-la no exemplo que as cidades cultas nos

<sup>266</sup> LOPES, 2008, p.107.

<sup>267</sup> SIMOES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo**. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.177.

<sup>268</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 20/05/1927, p.1.

<sup>269</sup> *O Imparcial*, 20/05/1927, p.1.

<sup>270</sup> *O Imparcial*, 20/03/1927, p.1.

mostram, onde os collegios contribuem eloquentemente para seu progresso material e intellectual”.<sup>271</sup>

A questão da formação do professor, ausente nos discursos dos idealizadores, confirma a situação anteriormente exposta, ou seja, ratifica a concepção, presente no imaginário social daquela localidade, no que diz respeito ao papel reservado à mulher quando da instauração do processo de criação do Colégio.

A mulher deveria cultivar-se para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social e ela representaria um risco se lhe fosse dado liberar-se economicamente do marido ou dos pais e tornar-se igual no intelecto. A princípio, ela precisaria regenerar a sociedade, e para isso precisaria ser instruída, mas instruída de uma forma que o lar e o bem estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si mesma, mas era direcionada para o bem estar masculino. A instrução da mulher deveria reverter-se em benefício da família e, através desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo.<sup>272</sup>

Em dezembro de 1925, o projeto proposto no início do mesmo ano encontrava dificuldades para ser posto em execução. A escola feminina ainda não havia sido criada, mas o movimento para a concretização de tal intento mostrava-se dinâmico nas páginas do jornal local *O Imparcial*. O impresso convidava a população a apoiar o “projeto” e, de modo específico, conclamava a elite econômica de Rio Pomba para dar continuidade ao processo de implantação da escola.

O artigo esclarecia que o valor do capital necessário seria dividido em 200 (duzentas) ações, que poderiam ser adquiridas pelos cidadãos riopombenses “verdadeiramente patriotas”.<sup>273</sup>

Percebemos que os escritos do jornal procuravam reforçar a ideia de que, além de ser um investimento financeiro seguro e rentável, a participação em tal empreendimento era um ato de patriotismo e esclarecimento intelectual, portanto, digno dos “aplausos” de toda a população.

Um arrefecimento da campanha pôde ser percebido no ano de 1926. Notamos que o propósito da criação do Colégio - tratado sempre pelo jornal como

<sup>271</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/03/1925, p.1.

<sup>272</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na educação**: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP, 2 ed: Autores Associados, 2006, p.78.

<sup>273</sup> *O Imparcial*, 15/03/1925, p.1.

uma escola superior para moças – era visto por um grupo de pessoas, do qual muitos de seus membros eram investidores em potencial, como um projeto excessivamente ousado e, portanto, arriscado.

Mas já no ano seguinte estava fundada uma associação, denominada “Sociedade Municipal de Educação e Ensino”, formada por elementos da sociedade civil do local, que tinha como fim comum dinamizar o processo de criação de um colégio de ensino secundário, feminino e religioso (católico).<sup>274</sup>

Em dezembro de 1927 o jornal *O Imparcial* já noticiava que a escola se trataria “da filial do Collegio Regina Coeli, modelar estabelecimento de ensino do bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, dirigido pela Congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus.”<sup>275</sup>

Tal Congregação fora criada em Codogno, na Itália, em 1880, com a fundação do Instituto das “Salesianas Missionárias do Sagrado Coração de Jesus”.<sup>276</sup> Dirigida por sua fundadora, Irmã Francisca Xavier Cabrini (Madre Cabrini)<sup>277</sup>, a Congregação, de caráter missionário, expandiu seu trabalho por várias localidades italianas<sup>278</sup> e, posteriormente, pela América do Norte, Europa, América Central e do Sul, fundando hospitais, asilos, escolas e orfanatos.<sup>279</sup>

No Brasil, a primeira “casa de missão” da Congregação foi um colégio para meninas, fundado em São Paulo, no ano de 1903. Em 1927, ano do acordo firmado entre as religiosas e os responsáveis pela fundação da filial do *Collegio Regina Coeli* em Rio Pomba, existiam em todo Brasil, apenas três instituições educativas

<sup>274</sup>Entre as pessoas que aparecem ligadas ao processo de fundação da escola, permitimo-nos destacar os nomes de Antônio Anastácio, José Jacyntho Pereira Brandão, Deolinda da Silveira e Odilon Braga.

<sup>275</sup>*O Imparcial*, 04/12/1927, p.1.

<sup>276</sup>Revista *Francisca Cabrini: Memória e Caminho (1850-2000)*. Itália/Roma: Éditions Du Signe, 2000. Acervo da biblioteca do Colégio Regina Coeli / Rio Pomba – MG, p. 8.

<sup>277</sup>Nasceu no ano de 1850, na Itália. Filha de agricultores, foi professora e religiosa. Como religiosa e fundadora da Congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, foi designada pela autoridade papal para uma missão de assistência aos emigrantes italianos que saíam em grande número para outros países. Madre Cabrini desenvolveu um abrangente trabalho na Europa e nas Américas, fundando hospitais, orfanatos, escolas e asilos. No Brasil, a cidade de São Paulo, que continha a maior concentração de imigrantes italianos no início do século XX, foi o local escolhido pela Congregação para implantação de seus trabalhos. Faleceu em 22 de dezembro de 1917. Foi beatificada em 13 de novembro de 1938 e canonizada em 7 de julho de 1950. A figura de Madre Cabrini, seus pensamentos, suas ações são concebidos como sendo o eixo direcionador do trabalho das instituições dirigidas pela Congregação por ela criada.

<sup>278</sup>Codogno, Grumello, Milão, Roma.

<sup>279</sup>Atualmente a Congregação desenvolve trabalhos na Itália, Suíça, Espanha, França, Inglaterra, Portugal, Nicarágua, Guatemala, Argentina Filipinas, Austrália, Sibéria, Suazilândia, Etiópia, Paraguai, Estados Unidos e Brasil. Dados retirados da Revista *Missão Cabriniana*. São Paulo (Editores: Irmãs e Leigos da Província do Brasil), 2003, p.6.

pertencentes à Congregação: *Colégio Boni Consilii* e *Colégio Madre Cabrini*, em São Paulo e o *Colégio Regina Coeli*, no Rio de Janeiro.

É pertinente afirmar que a escolha do município de Rio Pomba para a instalação da escola, esteve diretamente ligada à política local, reafirmando a ideia de que

A instituição implica um ato de estabelecer, de fundar, de criar. Uma vez realizado tal ato, ela se encontra instituída, mas é o movimento histórico de uma dada instituição que revela o seu processo instituinte, seja nas dimensões organizativa, administrativa e espacial-física, seja nas dimensões curricular, docente e discente. **Mas, para além de tais aspectos intra-institucionais, estão também presentes os norteamientos de ordem política, reveladores das aspirações e dos projetos, bem como de suas efetivações.**<sup>280</sup>(grifo nosso)

A Revista *Missão Cabriniana*, editada em 2003, pela Congregação, relata que “em 1927, Dr. Odilon Braga, Deputado Federal, cuja irmã era aluna no *Colégio Regina Coeli* no Rio de Janeiro, solicitou às MSC (Missionárias do Sagrado Coração), a fundação de um educandário no Rio Pomba, sua cidade natal.”

As relações entre o então representante da Assembleia Legislativa Mineira e chefe executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, e as dirigentes do *Colégio Regina Coeli*, do Rio de Janeiro, mostravam-se estreitas no momento.

A influência e participação do político no processo de criação do Colégio, no município, são motivos que o colocaram no papel de criador da escola. No discurso por ele proferido, como orador oficial da festa de encerramento do ano letivo de 1927, na Instituição Escolar do Rio de Janeiro, o próprio político aborda a fundação do estabelecimento de ensino em Rio Pomba como sendo uma de suas ambições pessoais.

Era este um momento ansiosamente esperado por mim – o de attestar de publico à Madre Rosário Marchesi, meu vivo e duradouro reconhecimento. Devo-lhe a realização de uma das minhas mais enérgicas ambições: a da abertura de um collegio na pequena e pittoresca sede do município de Minas, cujos destinos tenho a fortuna de orientar, onde assentam mais fundos os alicerces de minha carreira de homem público. E meu contentamento sobe de ponto de instante a instante, que de instante a instante uma nova descoberta me vae induzindo a crer que consegui, para a minha

<sup>280</sup> ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008, p.26.

risonha cidade mineira, não apenas um collegio e sim uma instituição verdadeiramente modelar<sup>281</sup>.

Um outro indício que acena para a direta participação do político na fundação da escola no município é seu envolvimento no processo de negociação e acordos com as responsáveis pela Congregação Religiosa. Ao se referir à Madre Rosário Marchesi em seu discurso, Odilon Braga afirma:

Madre Rosário Marchesi tem maneiras distintas e affaveis. Dá gosto entreter com ela uma conversação. O luzir de sua intelligencia, a mobilidade de sua phisionomia expressiva, transparente, pela qual sua alma está sempre a nos sorrir, logo nos attrahem e conquistam. Mas ninguém suponha que é apenas uma desfolhadora de amabilidades não: é também uma prudente e arguta gestora de interesses materiaes. Sabe calcular, prever e agir, com segurança.<sup>282</sup>

É oportuno luzir que o feito empreendido em Rio Pomba e tido como sendo obra de Odilon Braga era entendido e exposto pelo próprio estadista como um acontecimento que o promoveria enquanto homem público, que solidificaria sua carreira política. Tal concepção deixa aparente os significados que uma escola, nesses moldes, comportava no contexto da década de 1920, no país como um todo e no município, em particular.

O trecho do discurso esclarece também que a implantação de uma “filial” do *Colégio Regina Coeli*, em Rio Pomba – instituição de abrangência internacional e que, no Brasil, fazia-se presente apenas em São Paulo (a metrópole nacional da Primeira República) e no Rio de Janeiro (capital do país) - era entendida como um ambicioso projeto, como um acontecimento que estaria acima do que era esperado para uma “pequena” cidade do interior de Minas Gerais.

Desse pugilo de abnegadas do bem; dessa brilhante congregação de batalhadoras intrépidas; desse contacto de vontades fortes foi que surgiram os diversos Colegios espalhados pelo Rio de Janeiro, S. Paulo, America do Norte, Italia, França, Inglaterra, China, Bélgica e agora, também, no Pomba. Se volvermos as folhas de nossa história de há dois annos passados, defrontaremos aquelle pessimismo contrastador e lamentável: Escola Normal no Pomba? Utopia...<sup>283</sup>

<sup>281</sup>Trecho do discurso proferido pelo chefe executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1927, no Colégio Regina Coeli do Rio de Janeiro. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

<sup>282</sup>Discurso de Odilon Braga. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

<sup>283</sup>Jornal *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/12/1929, p. 1. Acervo da Imprensa local.

Entretanto, a desesperança acima mencionada pode ser considerada um reflexo de uma situação anterior. De acordo com documentos pesquisados,<sup>284</sup> por volta dos anos de 1912 o propósito de criação de um educandário em Rio Pomba, dirigido pelas freiras, havia fracassado.

Há 15 anos passados, o Presidente da Câmara, que era então o Dr. Neves, havia tido o mesmo desejo, mas a cidadezinha, visitada pelas irmãs Missionárias, deixou-as desiludidas quanto ao progresso, deixando muito a desejar quanto aos meios necessários para a manutenção de um Colégio, como sejam: água, luz, mantimentos, etc. Em vista disso, as irmãs voltaram e não mais cogitaram do assunto. Quinze anos mais tarde, quando Dr. Odilon Braga desejou a fundação, as irmãs voltaram a Rio Pomba, a seu pedido, e já a cidade era outra, tendo havido um relativo progresso, o que permitiu o início do trabalho com esperanças num futuro promissor.<sup>285</sup>

O acontecimento é confirmado pelo discurso proferido por Odilon Braga, como paraninfo da primeira turma de formandas da então *Escola Normal Regina Coeli* de Rio Pomba, em 1931. Relatando sobre os contatos empreendidos com a Congregação, visando à fundação do estabelecimento no município, o político revela:

Tudo, porém, parecia tão distante, tão inçado de impecilhos, que sem milagre não teria vingado aquele débil e tremeluzente ideal. E eis que vingou... Quiz de certo Madre Cabrini, para que vingasse, que eu fizesse a tentativa ao parecer fadada a fracassar: falei a Madre Rosário Marchesi, de quem tudo dependia; por mais falar, sem a mínima esperança... Imaginai agora a minha surpresa e o ímpeto do meu júbilo, ao saber que Madre Provincial já conhecia esta pitoresca e tranqüila cidade, com a qual havia simpatizado e que até já lhe havia ocorrido, noutros tempos, o pensamento de aqui fundar uma de suas casas.<sup>286</sup>

Nesse panorama, a instalação do educandário em Rio Pomba foi considerado o feito da década, a realização de um sonho que dificilmente se concretizaria. A implantação do *Collegio Regina Coeli* em Rio Pomba o colocava em situação de destaque a região e se fazia símbolo do poder político local.

<sup>284</sup> O primeiro documento refere-se a um histórico do Colégio Regina Coeli, manuscrito, arquivado na Secretaria da escola, porém não datado, nem assinado. O outro, que confirma os dados constantes do primeiro, constitui-se um exemplar Jornal local denominado *Opinião*, publicado em agosto de 1998, p.8.

<sup>285</sup> Trecho do *Histórico Institucional (manuscrito)* arquivado na Secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG, p.2, 3 e 4.

<sup>286</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, No. 1. Dezembro de 1931. Discurso proferido pelo político Odilon Braga, paraninfo da turma diplomada. (Arquivo da Escola)

### 3.4.1 “O pensamento tomou forma e materializou-se no visível”: a reestruturação, organização e os significados do espaço escolar

*Na risonha cidade do Pomba, entre o verdor de aprazível colina ergue-se magestoso como a dominar as outras casas da cidade, o edifício da Escola Normal Regina Coeli.*

*Madre Superiora*<sup>287</sup>

Para abrigar um colégio símbolo de progresso e que formaria as jovens riopombenses e das cidades circunvizinhas, foi escolhido, pela associação instituída para a implantação da escola, um imóvel que se apresentava dotado das características consideradas essenciais para o almejado educandário.

Uma instituição escolar para a elite feminina, dirigida por freiras e que funcionaria também em regime de internato, carecia estar instalada em um local que, a um só tempo, traduzisse a importância de sua existência naquela localidade e promovesse um certo distanciamento do movimento citadino, a fim de que possibilitasse um contato comedido entre a escola e a comunidade municipal, tornasse possível um maior controle das alunas e fosse propício aos momentos de oração, de retiro espiritual, que exigia recolhimento, serenidade e silêncio.

Assim, foi realizada a compra de um prédio, situado no alto de uma colina, na parte central da cidade. Coadunando das inferências e ideias defendidas por Escolano (2001), a centralidade da escola projetaria seu exemplo e influência sobre toda a sociedade.<sup>288</sup>

<sup>287</sup>Trecho do artigo escrito pela Madre Superiora, intitulado “Fundação do Colégio”, publicado na Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Número I. Dezembro de 1931.

<sup>288</sup>ESCOLANO, Augustin. **Arquitetura como programa**. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. & ESCOLANO, Augustin. Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.



Figura 4

Prédio do *Collegio Regina Coeli*, no alto da colina, visto da Avenida Dr. José Neves (antiga Avenida Dr. Luciano Rangel)



Fonte: Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano IV, Nº4, p.85

A altura do espaço escolhido - pensado também como elemento de separação entre a escola e a dinâmica cotidiana da cidade - juntamente com sua localização central, emprestava ao prédio a imponência requerida pelos idealizadores do Colégio. Assim, “O edifício collocado ao centro da Cidade, ao mesmo tempo isolado, não poderia oferecer maiores vantagens.”<sup>289</sup>

Fundado em 1928, pela Revda. Madre Rosario Marchesi, o “Regina Coeli”, goza de uma situação vantajosa, no alto da Boa Vista, em Rio Pomba, **dominando toda a cidade** (grifo nosso). Bastante alto, para ter a necessária tranquilidade, com o afastamento do ruído da cidade, bastante central todavia, para se tornar acessível a todos os habitantes da gentil cidadezinha.<sup>290</sup>

O espaço destinado ao Colégio, já de posse dos fundadores em julho de 1927, constituía um antigo casarão, de dois pavimentos, cuja reforma teve início no mesmo ano. As reestruturações e adaptações ditavam, de certa forma, a dinâmica

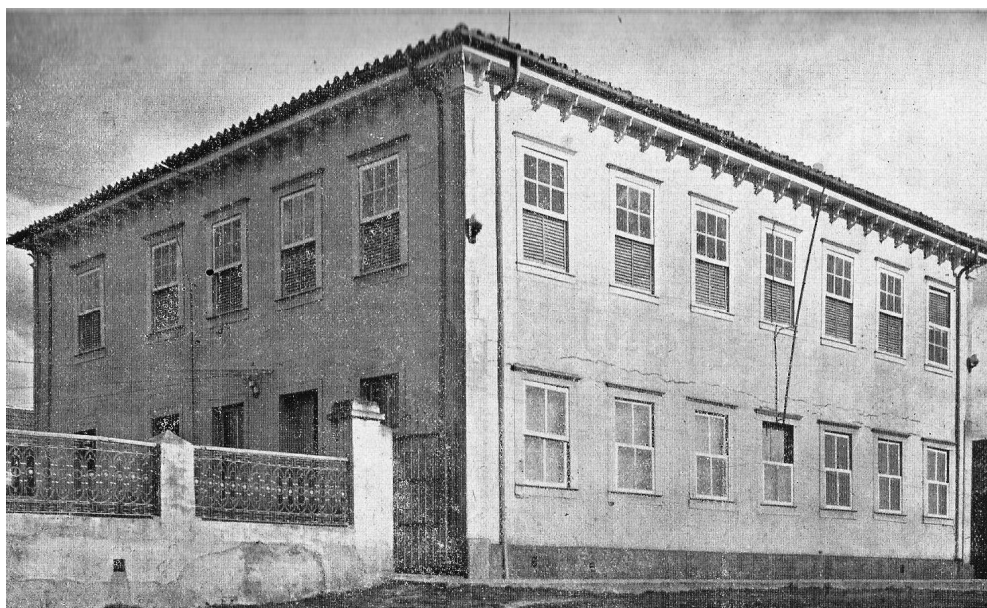
<sup>289</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 29/01/1928, p.1.

<sup>290</sup> Trecho do *Histórico Institucional (manuscrito)* arquivado na Secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG, p.3 e 4.

educativa proposta pela escola, pronunciando as prioridades do trabalho a ser desenvolvido pela Instituição.

Figura 5

Fachada e lateral do prédio do *Collegio Regina Coeli*



Fonte: Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano I, Nº1, 1931.

Assim, demonstrando a preocupação com a segurança, a organização e a necessidade de comedir o contato entre a escola e a comunidade, foi reservado no pavimento térreo, à entrada do Colégio, “uma saleta de espera” para recepcionar os visitantes. Ainda no mesmo pavimento ficou destinado o espaço para quatro salas de aula, refeitório, cozinha e pátio. O dormitório foi instalado no andar superior do prédio, o que também possibilitaria um maior isolamento e controle das alunas internas.

A preocupação com a ventilação dos cômodos e com revestimentos que facilitassem os procedimentos de limpeza se fizeram presentes na organização e reestruturação do espaço. As instalações sanitárias também foram merecedoras de especial atenção.

A questão da higiene, associada à saúde, esteve mencionada nas diversas fontes que abordavam a questão do espaço físico do Colégio<sup>291</sup>. No primeiro número da revista publicada pela Instituição, *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, o texto escrito por uma aluna, intitulado “Progressos do Regina Coeli: impressões de uma testemunha ocular”, enfatizava a preocupação e o cuidado reservados com as questões que envolviam organização, higiene e saúde.

De acordo com a publicação da discente, o local (a colina) foi considerado propício para “proporcionar às alunas boa saúde”. O dormitório era “amplo”, “arejado” e composto por “camas bem arranjadas cobertas todas com colchas brancas”. No lavatório “muito ordenado” cada aluna tinha sua própria pia de água corrente. No refeitório era possível perceber “a mais completa ordem, asseio e bom gosto”, as mesas estavam “simetricamente colocadas, cobertas por longas toalhas brancas” e as “janelas sempre abertas”.<sup>292</sup>

Um espaço pensado segundo os preceitos higiênicos estava em sintonia com “um elemento que ocupou lugar central no ideário pedagógico brasileiro no Segundo Império e ao longo da Primeira República: o higienismo”<sup>293</sup>.

A questão higiênica do espaço estava concebido, inclusive, como estratégia que visava tirar da escola o estigma de local insalubre, para que, assim, pudesse atrair maior número de alunas para a Instituição Escolar e, conseqüentemente, expandir a educação de cunho religioso por ela ministrada.

Com effeito, si a Igreja tem interesse em preservar as novas gerações femininas dos riscos que lhes possam advir de uma educação leiga, manifesto se torna que deseja attrahir ao regaço de suas casas de ensino, o maior número possível de educandas. E que fazer para isso: **aperfeiçoar sempre e sempre mais o intimo viver de seus internatos, pondo-os em dia com os avanços da hygiene e do conforto, do mesmo lance augmentando a efficacia dos processos educativos.**(grifo nosso) O Regina Coeli realiza esse duplo objectivo. Infunde-nos desde logo a certeza de que foi edificado para conter gente affeita à vida moderna; bem entendido: a vida moderna acceita e consagrada pela Igreja.<sup>294</sup>

<sup>291</sup>No que se refere à questão da higiene/saúde x espaço físico, ganham destaque os seguintes documentos: Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli* e Jornal local *O Imparcial*.

<sup>292</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano I, Número I, Dezembro de 1931. Texto escrito pela aluna Edite Moreira.

<sup>293</sup>SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.136.

<sup>294</sup>Trecho do discurso proferido pelo chefe executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1927, no Colégio Regina Coeli do Rio de Janeiro. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

Espaço escolar e higiene foram pensados em conjunto, visto que, “como foco de epidemia, a escola revelava de forma crua a interdependência social, na medida em que a doença poderia atingir qualquer um, independente da sua condição de classe.”<sup>295</sup> Além disso, falar em higiene significava estar em sintonia com a modernidade.

Para atrair adeptos à educação promovida pela congregação religiosa, em um momento de intenso embate entre aqueles que defendiam uma educação de base católica e os que advogavam por uma educação leiga, fazia-se necessário unir o ideário de modernidade à educação de caráter religioso, cuidando, por certo, para que a modernidade requerida não ferisse os preceitos educativos católicos. Buscavam-se, assim, estratégias de unir modernidade e tradição católica. No entorno desses objetivos, o “conforto” e a “higiene” dos espaços eram utilizados como elementos que visavam imprimir um tom de modernidade a uma educação considerada tradicional.

Em outra perspectiva, o trecho do discurso transcrito nos permite deparar, mais uma vez, com a educação leiga vista como um risco no processo de formação das gerações femininas. A resistência ao quesito laicidade, constante do projeto educativo republicano, é indicador de que uma educação ancorada na religião professada pela maioria da população, continha significados culturais que a promoviam enquanto modelo ideal de formação.

Em sintonia com essa concepção de educação, a capela, um espaço considerado de fundamental importância em uma instituição educativa de cunho religioso, foi instalada próxima ao dormitório das alunas. A localização do lugar reservado às orações, à formação do espírito, facilitaria sua utilização nas horas iniciais e finais da jornada diária.

A cultura do espírito, a prática da religião, tendo como alicerce os dogmas da igreja católica, fazia-se uma das funções primordiais a ser desempenhada pela escola que ora era instalada em Rio Pomba.

Espaço para recreação e ginástica, janelas amplas, rouparia, prédio situado ao centro da cidade, sala de pianos... A preocupação conferida a esses espaços era indicativo de que o Colégio procurava estar adequado ao público a que atenderia. As

---

<sup>295</sup>NUNES, Clarice. **(Des)encantos da Modernidade Pedagógica**. IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000, p.388.

alunas, filhas de famílias abastadas, deveriam receber uma educação refinada e encontrar no espaço escolar o mesmo conforto que o lar proporcionava.

Enquanto a escolha do local esteve atrelada à intenção de assegurar a magnificência da escola que ali seria instalada, o interior do prédio deveria estar à altura das alunas que o frequentariam, da Congregação que dirigiria os trabalhos educativos e também condizente com os propósitos reservados à Instituição.

Para além dessas questões, o espaço destinado ao Colégio deveria fazer jus ao nome que levava. Assim como acontecia em sua matriz, o *Colégio Regina Coeli* do Rio de Janeiro, o edifício que abrigaria a filial em Rio Pomba deveria conservar o “soberbo conforto de todas as suas instalações, dos recreios aos dormitórios”, o que contribuía para que ele fosse concebido como uma “instituição verdadeiramente modelar”.<sup>296</sup>

Era aquele o espaço que acolheria e promoveria o desenvolvimento de três tarefas básicas da escola: educar as moças para a vida em sociedade, desenvolver nas mesmas um espírito voltado para a religiosidade e instruí-las nos saberes científicos. Em síntese, a função destinada à Instituição seria urdir uma trama com os fios da “ilustração, educação e religião”.<sup>297</sup>

Debaixo daquele tecto será cultivada em todas as suas modalidades a verdade que purifica, transforma e eleva as almas sequiosas de luz. Luz para o corpo, luz para o espírito. É ali naquele templo onde as almas em formação irão beber as luzes do saber; é ali onde se formarão as mães do futuro, que transmitirão aos brasileiros vindouros os louros colhidos que engrandecerão nossa pátria.<sup>298</sup>

O edifício, reformado e situado em um local que facilitava sua visibilidade de vários pontos da cidade, significava a materialização de um sonho, a concretização de um projeto dotado de características endógenas, empreendido pela cidade e voltado para a cidade.

Apesar de ser iniciativa de um grupo específico do local, a edificação representava uma vitória coletiva, visto que a implantação da escola significava a

<sup>296</sup> Trechos do discurso proferido pelo Chefe Executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1927, no Colégio Regina Coeli do Rio de Janeiro. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

<sup>297</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 29/01/1928, p. 1.

<sup>298</sup> *O Imparcial*, 29/01/1928, p.1.

instauração de um elemento que promoveria a “visita do progresso”<sup>299</sup> no município, com a qual, pressupunham-se, todos se beneficiariam.

O espaço já reestruturado e pronto para o início das atividades era utilizado também como resposta àqueles que não haviam acreditado na possibilidade da concretização do intento.

Aquella casa, que surgiu do esforço de uma pleiada de abnegados e beneméritos, é a prova provada do quanto pode o pensamento bem orientado, o espírito patriótico de quantos mourejam no afan de sempre melhorarem nossa terra. O pensamento tomou uma forma e materializou-se no visível, na obra que hoje admiramos. Esforços e sacrifícios foram empregados para debellar os espíritos antagônicos; porém, imantados dynamisados por uma fé inabalável, os seus fundadores e incorporadores venceram os óbices e o ideal triumphou, o Collegio se fez, espancando as trevas do indeciso, do pessimismo tão affeito em nosso meio.<sup>300</sup>

Enfim, o espaço comportava um significado de dever cumprido com o município, em particular, e com a nação, de forma mais abrangente. Era a obra social materializada, era a retratação do esforço, do trabalho e da coragem dos homens considerados verdadeiramente patriotas, dos “benfeitores”<sup>301</sup> de Rio Pomba.

No entanto, quando comparado com os colégios congêneres, considerados referências educacionais no estado de Minas Gerais, admitia-se que a estrutura física estava aquém do desejado e, nessa situação, o espaço escolar era concebido como elemento que dificultava a inclusão da *Escola Normal Regina Coeli* no conjunto das instituições educativas mais conceituadas do estado. O questionamento presente no discurso do político Odilon Braga ressaltava: “Que falta, então, a não ser um espaçoso e moderno edifício, para que se inscreva entre os primeiros colégios de Minas, o nosso querido Regina Coeli?”<sup>302</sup>

Percebemos, assim, que, na dimensão micro (o município de Rio Pomba), o espaço físico comportava um significado que diferia daquele a ele atribuído quando no contexto de maior abrangência (o estado de Minas Gerais). Fato este que nos remete à ideia de que os diferentes contextos, ou seja, os micros e macros espaços podem comportar representações distintas sobre um mesmo fenômeno social. Isso

<sup>299</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 29/01/1928, p.1.

<sup>300</sup> *O Imparcial*, 29/01/1928, p.1.

<sup>301</sup> *O Imparcial*, 29/01/1928, p.1.

<sup>302</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1, Dezembro de 1931. (Discurso do político, enquanto paraninfo da turma diplomada)

nos permite compreender que, “variare a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.”<sup>303</sup>

### **3.5 O processo de integração do “Collegio Regina Coeli” em Rio Pomba: difundindo o trabalho, infundindo valores, afirmando a escola na comunidade local**

Objetivando estabelecer elos entre a instituição e a comunidade, ou seja, entre o interno e o externo, o *Collegio Regina Coeli* lançou mão de algumas estratégias que traziam incutidas ações para esse fim. Entre elas, a divulgação de documentos, a publicação de uma revista e a realização de eventos escolares sobressaem como elementos que facilitaram e possibilitaram uma maior ligação entre a escola e a localidade onde ela estava inserida.

Percebemos que os elementos escolhidos para a promoção da interação entre a escola e a comunidade cumpriam uma dupla missão: além de estreitarem as relações entre ambas, possibilitavam que o comedimento mediasse o processo. Nos eventos escolares o público era selecionado por meio de convites, portanto, a participação era restrita a certo grupo da comunidade cujo acesso, ao interior da escola, limitava-se às datas, horários e locais estabelecidos.

Já os documentos e a revista comportavam informações organizadas pela própria escola e permitiam a divulgação das informações sem que houvesse a necessidade de contato direto com a comunidade. Para além, a distribuição da revista e as notícias constantes dos impressos podiam se fazer selecionadas de acordo com o interesse da Instituição.

A cautela e o comedimento caracterizados nas formas eleitas pela escola para a divulgação do seu trabalho e, conseqüentemente, para a fomentação de uma maior interação com a comunidade municipal e regional, retratam, de certa forma, a

---

<sup>303</sup> REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.20.

intenção de promover um equilíbrio entre a aproximação e o distanciamento da comunidade na Escola.

### 3.5.1 Os primeiros sinais da Instituição no município

Antes mesmo da chegada dos membros gestores da escola, as freiras Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, foi divulgado na cidade, juntamente com uma carta circular, o “boletim do Extrato dos Estatutos e do Regimento Interno do Collegio Regina Coeli”.

*O Imparcial*, ao publicar o acontecimento e esclarecer o objetivo da divulgação do estatuto escolar difundia, na comunidade, a ideia de que “o estabelecimento foi organizado de molde a assegurar às suas alumnas o melhor methodo de instrução e educação”<sup>304</sup>.

Tivemos a impressão de que a divulgação da legislação interna do Colégio, realizada como atitude primeira da escola no município, além de se constituir uma estratégia de certificação do bom empreendimento realizado na cidade, intentava alertar a população de que se trataria de uma escola com normas, com regras definidas que ocupavam um lugar tal no trabalho da instituição, que careciam estar científicas pela comunidade antes mesmo do início de suas atividades.

A ideia de disciplina, embutida na difusão das normas internas da escola, constituía um dos valores presentes na educação ministrada pela Congregação. Assim já ditava o discurso do político local, referindo-se ao trabalho realizado na matriz do Colégio, situado no Rio de Janeiro:

Pois bem, Madre Serena Ré tem consigo o segredo de crear ordem dentro da alegria, o condão de mandar e ser logo obedecida, antes por milagre da afeição que comunica do que por império da autoridade que reveste. [...] Se para impor **ordem** à juventude, ou por outra – **repouso** ao que é movimento, **silencio** ao que é garrulice, **compostura** ao que é exhuberancia, Madre Superiora é sempre bem obedecida com prazer.<sup>305</sup> (grifos nossos)

<sup>304</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 05/02/1928, p.1.

<sup>305</sup> Trechos do discurso proferido pelo Chefe Executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1927, no Colégio Regina Coeli do Rio de Janeiro. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.



O “segredo” de Madre Serena, mencionado por Odilon Braga, é, de certa forma, desvelado no mesmo discurso, quando o político prossegue:

A organização do seu systema de estímulos parece-me de insuperável conveniência. A distribuição mensal de fitas e de medalhas de distinção; os engenhosos quadros ideados para manter sempre alerta as virtudes que se querem enraizadas; a consagração final e solemne das alunas que, com afínco, se singularizam por seus merecimentos, tudo, em summa, conduz ao mesmo fim – de coadjuvar e dirigir os bons impulsos expontaneos, que as pregações diárias vão provocando.<sup>306</sup>

A Escola demonstra, dessa forma, que uma dinâmica disciplinar arquitetada cuidadosamente participava de suas práticas. A utilização das premiações visando à obtenção da disciplina demonstra a estruturação de um mecanismo meticuloso e complexo de obtenção da ordem e afirma a importância desse quesito, na concepção das freiras, para o bom desenvolvimento do trabalho escolar.

As normas e os discursos difundidos no município agiam, então, como mensageiros da Congregação, informavam a população sobre a dinâmica e a filosofia de trabalho da Escola, sobre os valores e os conceitos constantes da educação que seria por ela ministrada em Rio Pomba, destacando, sutilmente, o lugar da disciplina e da ordem na dinâmica escolar.

O propósito de formação profissional das alunas, que se fez esquecido nos discursos dos idealizadores, esteve, desde o início do processo de instalação da Instituição em Rio Pomba, elencado pela Congregação Religiosa como uma das funções a serem desempenhadas pelo educandário.

Encontramos, no *Colégio Regina Coeli* de Rio Pomba, um documento no qual consta a transcrição do texto redigido por Madre Rosário Marchesi (considerada a mãe fundadora da instituição no município) que, ao relatar o início do processo de fundação do Colégio e a chegada da Congregação na cidade, afirma:

Estava iniciada a nova missão de formar e educar gerações e mais gerações de jovens riopombenses. Sentíamos felizes e esperançosas de que o Coração de Jesus fosse glorificado com a fundação do Colégio, onde educaríamos jovens para a glória da Pátria, e seríamos formadoras de corações juvenis, na **grande missão de professoras primárias**.<sup>307</sup> (grifo nosso)

<sup>306</sup> Discurso de Odilon Braga. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

<sup>307</sup> Documento escrito constante dos arquivos da secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG, intitulado: “Fundação do Colégio Regina Coeli – Rio Pomba – 1928.”

Para além do explícito objetivo de formação profissional presente na proposta de trabalho da Congregação, a citação permite perceber alguns dos propósitos educativos da Instituição, considerando a intenção de ir além da formação puramente profissional das alunas. Mais do que formar profissionalmente, a Escola esperava atuar como **formadora de corações juvenis**, tendo como matriz filosófica os postulados da igreja católica. Portanto, tratava-se de um processo educativo que extrapolava a formação puramente intelectual, científica.

Anunciada a proposta político-filosófica da Instituição Educativa na localidade, ainda em fevereiro de 1928, mês que antecedia o início das atividades do Colégio, chegaram a Rio Pomba as primeiras integrantes da Congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus.

A 3 de fevereiro as pioneiras são recebidas ao som da Banda que executa o Hino Nacional. São elas: Me. Rita Coppaloni, italiana; Me. Gertrudes Piery, norteamericana; Me. Gabriela Castelengo, francesa; Me. Rosario Arguello, nicaragüense; Sr. Colomba Morel, yugoslava; Sr. Vitoria Ferro, italiana; às quais, pouco depois se juntavam: Me. Juliana Santangelo, brasileira; Me. Zita Hardiller, francesa; Madre Irinéa Colavin, italiana; Me. Gaudência Colombo, italiana. Era realmente uma comunidade cosmopolita, mas unida no mesmo ardor missionário. Acolhidas na Praça Pública, pelas autoridades e pela população exultante, são saudadas oficialmente pelo Dr. Odilon Braga e levadas em procissão, com a imagem do Sagrado Coração de Jesus, para tomar posse do prédio do Colégio.<sup>308</sup>

Outro texto, escrito por Madre Rosário Marchesi, que relata o início do processo de fundação do Colégio e a chegada da Congregação na cidade, permite-nos adentrar um pouco mais no acontecimento.

No ano de 1927, Dr. Odilon Braga, Deputado Estadual, cuja a irmã era nossa aluna no Colégio Regina Coeli na Tijuca – RJ, solicitava a fundação de um educandário em Rio Pomba, sua terra natal. Fizemos uma visita a cidade, apreciamos a hospitalidade mineira, o clima, enfim consideramos lugar bom, agradável e promissor. Decidimos, então, fundar o colégio. Tudo começou no dia 3 de fevereiro de 1928, quando viajamos seis Irmãs, em direção à cidade querida: Rio Pomba, que naquele tempo se chamava Pomba. Fomos muito bem recebidas pelo povo com banda musical, fogos e saudadas pelo Deputado Estadual Dr. Odilon Braga, acompanhado pela esposa Irene Braga. Estavam presentes o Sr. Juiz de Direito Dr. Tito Avelar, Dr. Dermeval Sarmiento, Coronel Mendonça e outras

<sup>308</sup> RODRIGUES, Ir. Lucia Victor. **Ligeiros traços da vida da província do Brasil (1903-1984)**. Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo, Edições Loyola, 1989, p.23.

autoridades, famílias e o povo que em massa acompanhava as irmãs, dando vivas.<sup>309</sup>

A calorosa e organizada recepção, digna da presença de pessoas consideradas ilustres na localidade, que rendeu um agradecimento no Jornal *O Imparcial* por parte das freiras, emprestava-lhe a honra requerida e contribuía com o inicial e necessário processo de afirmação do estabelecimento de ensino no município.

A data da chegada das primeiras freiras em Rio Pomba é considerado o marco de fundação da escola. Confirma-nos a entrevista concedida por uma religiosa, membro do Conselho Provincial da Congregação: “O Colégio foi fundado em 03 de fevereiro de 1928 pela Madre Rosário Marchesi.”<sup>310</sup>

A inauguração da escola, que aconteceu no dia 19 de março de 1928, fez-se mais uma oportunidade de a instituição “desenhar” e apresentar, para a comunidade municipal, sua proposta de trabalho. A cerimônia se fez revestida de seriedade, organização e religiosidade: bênção do edifício e de imagens pertencentes ao Colégio, discurso proferido por Odilon Braga e um lanche para encerrar o evento.

A reportagem publicada pelo *O Imparcial* deixa transparecer que as freiras recém-chegadas já eram estimadas pela população e que a abertura do Colégio, por ser considerado “um dos sonhos mais ardentemente acariciados da família pombense”, foi motivo de entusiasmo e orgulho por parte da população.

A educação de cunho religioso não encontrou em Rio Pomba a mesma resistência conferida à educação laica e metodologicamente inovada, implantada no município na década anterior, com a criação do Grupo Escolar. Tal fato reforça a tese de que a igreja católica permanecia forte e atuante no seio da sociedade brasileira. De certo modo, a racionalidade pura, requerida pela educação “moderna”, necessitou se adequar aos legados culturais/religiosos brasileiros, visto que os significados que aquela comportava não foram suficientes para mudar radicalmente os paradigmas sociais/culturais vigentes, no que se refere à questão educação/religião.

Para além da força da igreja católica na educação escolar brasileira como um todo,

<sup>309</sup> Documento escrito constante dos arquivos da secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG, intitulado: “Fundação do Colégio Regina Coeli – Rio Pomba – 1928.”

<sup>310</sup> Entrevista escrita, constante dos arquivos da Secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG. Entrevistada: Irmã Maria Eliane Azevedo da Silva, em 1992.

a formação moral da mulher não poderia ser concebida sem uma sólida instrução cristã, chave principal de qualquer projeto de socialização dentro da cultura escolar católica. Visava-se a busca da perfeição moral, a adoção de comportamentos de recato e pudor, a aceitação de sacrifícios que poderiam contribuir à sua ação educadora enquanto mães.<sup>311</sup>

De acordo com as memórias escritas por Madre Rosário Marchesi, o Colégio recebeu 25 alunas internas em 20/03/1928 e no dia 25, do mesmo mês, entraram 50 alunas externas.

Com base nesse documento, somavam, portanto, um total de 75 alunas as quais o Colégio ministraria o curso elementar (primário) e o curso normal de 1º grau, composto de 5 anos, sendo os dois primeiros preparatórios, denominados de “adaptação”<sup>312</sup>.

Consta também das memórias escritas por Madre Rosário que o programa desse curso seguiria os mesmos das escolas do governo. Foi oportuno perceber que estar adimplente com as orientações e legislações governamentais fazia-se necessário para os futuros processos de reconhecimento legal do estabelecimento e, por isso, era notícia constantemente propalada pela Instituição. Assim confirmava o discurso proferido na Escola e publicado na revista por ela editada:

Mais do que minhas palavras, proclamam a rara excelência de seus métodos e o pontilioso rigor com que observa os programas e regulamentos do Estado, o calor dos elogios por via dos quais as cultas e severas autoridades que o visitam, o recomendam à abalada confiança do Governo nos demais institutos da mesma índole.<sup>313</sup>

Documentos pertencentes ao arquivo da escola, em especial o *Livro de Atas das Sessões da Congregação (1933-1952)*, revelam que mudanças nas práticas educativas eram propostas com o fim de se adequarem aos novos métodos e às novas orientações teórico-educacionais.

<sup>311</sup>GARCIA, Leticia Cortellazzi. **Sobre mulheres distintas e disciplinadas:** práticas escolares e relações de gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945). IN: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (orgs). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX, meados do século XX). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; Santa Catarina: UDESC, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2007, p. 129.

<sup>312</sup>Contabilizando as listas de matrículas publicadas na Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, verificamos, no ano de 1931, perfazia um total de 108 alunas. Já no ano de 1936, último ano de publicação desse impresso, era 124 o número de alunas na Instituição.

<sup>313</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1. Dezembro de 1931. Trecho do discurso proferido pelo político Odilon Braga, enquanto paraninfo da turma de formandas daquele ano.

As discussões empreendidas durante as reuniões da congregação e das reuniões de professores retratam essa realidade:

Lido e comentado o ofício no qual o Sr. Inspetor Geral do Ensino toca alguns pontos de elevada importância sobre o método a adotar-se visando especialmente o abolimento do ensino decorado e a atividade da mestra em fazer dominar a espontaneidade do espírito das alunas especialmente nos exercícios de redação, o Sr. Inspetor permanente dirigiu as professoras algumas palavras sobre o valor do método intuitivo e dos processos de ensino segundo a Escola Nova.<sup>314</sup>

O ideário escolanovista, que já no fim do século XIX povoava o imaginário das escolas, de um modo geral,<sup>315</sup> ganha corpo e movimento na década de 20 (século XX). A criação e atuação de uma sociedade, a Associação Brasileira de Educação (ABE)<sup>316</sup>, no Rio de Janeiro, em 1924, que, no início de suas atividades destinou-se a congregar os interessados na causa da educação, contribuiu para intensificar o movimento, para que os preceitos inerentes à “Escola Nova” influenciassem as várias reformas efetivadas no final dessa década<sup>317</sup>.

A substituição do exercício de memorização (repetitivo e mecânico) por atividades que possibilitassem a compreensão do conteúdo e maior participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, bem como a adoção do método intuitivo e o estímulo à espontaneidade da criança, mencionadas pelo Inspetor de Ensino do *Collegio Regina Coeli*, foram questões de realce da “Escola Nova”.

Mantendo-se sintonizada com as orientações governamentais e mostrando-se eficiente no cumprimento das obrigações para com o estado, o *Colégio Regina Coeli* de Rio Pomba passou por uma rigorosa e intensa fiscalização no ano de 1929, que resultou na concessão de sua equiparação à “Escola Normal de 1º grau”.

A Escola estava sob inspeção prévia do professor Raymundo Tavares, assistente técnico. Aos 26-10-1928 apresentou ele o relatório, e, de acordo com esse documento oficial, foi a Escola julgada em condições de ser reconhecida, sendo para esse fim

<sup>314</sup> Ata das reuniões das professoras da *Escola Normal Regina Coeli*, do dia 14/09/1933, constante do Livro de Atas da Congregação, lavrada em 20/03/1933. Arquivo da secretaria do *Colégio Regina Coeli* de Rio Pomba/MG

<sup>315</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. **Escola Nova e Processo Educativo**. IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000, p.497.

<sup>316</sup> Sobre a criação e atuação da Associação Brasileira de Educação ver: SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 229.

<sup>317</sup> SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.140.

nomeado o fiscal, Dr. Artur Furtado. A 18 de maio de 1929, iniciou Dr. Artur Furtado, minucioso exame, e atenta inspeção no prédio, aparelhamento, funcionamento e vida interna. Contava a escola com 57 alunas do curso primário e 21 do curso de adaptação e, no primeiro ano do curso Normal, 6 alunas. Após os trabalhos de fim de ano, Dr. Artur Furtado apresentou o relatório à Secretaria em Belo Horizonte. [...] O decreto de reconhecimento foi publicado em Diário de Minas de 05/12/1929.<sup>318</sup>

Esse reconhecimento legal, concebido como grande conquista, fez com que o estabelecimento de ensino passasse a gozar de ainda maior prestígio e credibilidade na cidade e na região, visto que esse processo significava a certificação da seriedade e do comprometimento de seu trabalho educativo.

Com a equiparação do Regina Coeli a Escola Normal, mais solido e eficiente se torna o pedestal onde se assenta essa grandiosa obra; mais reforçados ficam os alicerces que sustentam esse templo, cujas portas estão abertas aos mais grandiosos ideais: o bem, o belo, o verdadeiro: a ilustração, a educação, a religião.<sup>319</sup>

O reconhecimento do *Colégio Regina Coeli* como “Escola Normal de 1º grau” foi concedido no dia 04 de dezembro de 1929, pelo decreto nº. 9.250, do Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais. Pela legislação, o ato de equiparação deveria estar de acordo com o Regulamento do Ensino Normal, aprovado pelo Decreto nº. 8.162 de 20 de janeiro de 1928.

Analisando o Regulamento do Ensino Normal (1928), fica perceptível que o reconhecimento legal, para além de autorizar a Escola a “expedir diplomas de normalistas de 1º grau”, contribuía para legitimá-la socialmente, tendo em vista que, para que uma Instituição fosse reconhecida pelo governo do estado de Minas Gerais, deveria se submeter a um criterioso processo de inspeção, que atestasse condições satisfatórias (pedagógicas, administrativas e físicas) para funcionamento.<sup>320</sup>

<sup>318</sup> Trecho do *Histórico Institucional (manuscrito)* arquivado na Secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG, p.3 e 4.

<sup>319</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/12/ 1929, p.1.

<sup>320</sup> Decreto nº 8.162 de 20 de janeiro de 1928, do Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais (*Regulamento do Ensino nas Escolas Normais*) / Título IV – Capítulo I. (Documento constante do arquivo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Belo Horizonte)

### 3.5.2 *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*: uma mensageira extra-muros escolares

A Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, organizada e publicada pela Instituição Escolar anualmente, no período de 1931 a 1936, constituía-se como uma coletânea de textos escritos pelas alunas, professoras, congregação religiosa e autoridades locais.

Já em seu primeiro número, datado de dezembro de 1931, o impresso deixava explícito, em seu texto de apresentação, a principal função a desempenhar: ser veículo de informações sobre o trabalho educativo da Instituição no seio da sociedade local.

Assim como o éco repete as palavras daquele que as pronuncia, e dá testemunho do seu procedimento, - os Ecos da Escola Normal “Regina Coeli” – serão, fora deste recinto, os testemunhos da capacidade intelectual e dos sentimentos de moral pelas alunas cultivados na Escola durante o seu aprendizado. Possam eles realmente atestar ao povo pombense, em cujo meio vive a Escola Normal “Regina Coeli” que o objetivo da escola é educar cristãmente as suas alunas, para que possa elas mais tarde no meio da sociedade exercer o benéfico influxo de que é capaz a mulher cristã: influxo de patriotismo viril, que se baseia não só nas manifestações patrióticas das festas cívicas, mas no verdadeiro sentimento de Pátria que tem as suas bases na pedra fundamental da Igreja.<sup>321</sup>

Pelas informações constantes do editorial do quinto exemplar da revista, no ano de 1935, constatamos que o impresso circulava não somente no município, mas também em outras cidades mineiras como “Guarany, São João Nepomuceno, Descoberto, S. Pedro Pequeri, Bicas, Alto Rio Doce, Taboleiro, Mercês, Ubá, Rio Branco, Guyricema, Juiz de Fora, Belo Horizonte”. A revista circulava, ainda, nos estados do “Rio de Janeiro e São Paulo”, tendo em vista a existência das demais instituições dirigidas pela congregação religiosa nessas localidades e na “Europa”, provavelmente na Itália, onde estava localizada a sede da Congregação.<sup>322</sup>

Pelas mensagens passadas por meio dos textos literários escritos pelas alunas e pelos discursos e demais artigos publicados na revista, a sociedade podia perceber a matriz de pensamento do educandário. Nesses escritos destaca-se uma educação de forte teor moral, por meio da qual se procurava infundir como virtudes a

<sup>321</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº. 1, Dezembro de 1931. Parte do texto intitulado “Apresentação”, escrito pela Madre Superiora da Congregação.

<sup>322</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano V, Nº 5, 1935. Editorial.

obediência, a humildade, a resignação, a caridade, a prudência, a polidez, a paciência, a fé, valores sintonizados com o perfil da mulher nos diversos papéis sociais a ela reservados.

A supremacia da religião católica era “bandeira” defendida nos artigos da revista. A Escola deixava patente para a sociedade sua proposta de trabalho. Assim ditava o texto, que se apresentava destacado no impresso, por meio de uma borda decorada e pelo considerável espaço que ocupava na página: “A *Escola Normal Regina Coeli*, funcionando com diversos cursos<sup>323</sup>, oferece às jovens, sob a direção das Missionárias do S. C. de Jesus, a instrução mais esmerada, a par de uma educação sadia ministrada sob as bases sólidas e puras da Religião Católica”<sup>324</sup>.

A descrição dos eventos escolares, as redações das alunas, os discursos e as atividades cotidianas publicados na revista permitem-nos perceber que o teor religioso católico mantinha constante presença no dia-a-dia escolar. E a ideia de que a verdadeira educação, propalada pelo impresso como sendo a “argamassa solidificadora do edifício da nacionalidade”<sup>325</sup> só se realizaria se encontrasse âncora nos dogmas católicos, era mensagem acentuada nas diversas páginas da revista.

A ciência, a instrução, a renovação pedagógica também se faziam como questões tratadas e apropriadas pela escola, porém, sempre apoiadas nos preceitos religiosos. A ideia de adesão à renovação teórico-metodológica da educação, em evidência no cenário educacional dos anos 20 (século XX), no Brasil, fez-se visível em todos os exemplares da revista. Estava presente, de modo mais evidente, nos discursos proferidos durante os eventos escolares, que luziam os pensamentos de intelectuais escolanovistas e nos textos das seções pedagógicas do impresso, que publicavam as aulas preparadas pelas alunas nas quais ganha destaque a utilização do *Método Intuitivo* e dos *Centros de Interesse*.<sup>326</sup>

A ideia que a Instituição religiosa tentava difundir era de que a pedagogia moderna representava uma evolução da atualidade e que portar-se alheio a ela significava não somente ir contra o progresso, mas, para além, constituía sinal de “verdadeiro retrocesso”.

<sup>323</sup> *Primário, Adaptação e Normal* são os cursos aos quais se refere a citação da revista.

<sup>324</sup> *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. , Ano IV, Nº 4, 1934, p.17.

<sup>325</sup> *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. , Ano III, Nº 3, 1933, p.134. Trecho do discurso da aluna Marina de Souza, proferido pela oradora da turma de formandas, Regina Moraes Prata.

<sup>326</sup> O *Método Intuitivo* e os *Centros de Interesses* foram, respectivamente, o método de ensino e um dos “programas” didáticos de grande difusão no movimento escolanovista brasileiro. Ver: FILHO, Lourenço M. B.. Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. Edições Melhoramentos, 1974.



Há de se salientar, porém, que um olhar, de certa forma crítico, era lançado sobre a proposta renovadora da educação. Em especial, um discurso proferido por um eclesiástico, na qualidade de paraninfo da turma de formandas do ano de 1933, proporciona clarividência das restrições lançadas sobre a novidade pedagógica.

O discursista, ao abordar o tema *Escola Nova*, orienta às alunas para que fiquem a par do movimento educacional, do “tema palpitante da hora que passa”. Elege a abolição da palmatória como “nota predominante” e “conspiração vitoriosa” do escolanovismo, mas atenta para algumas questões propostas e questiona o distintivo de “nova” atribuído à proposta educativa do movimento em voga.

O sacerdote advoga a ideia de que a *Escola Nova* não pode ser tratada como um sistema educativo, já que, na sua concepção, não existia “uma expressão sintética do que seja esta educação nova”, ela compunha-se por “tendências, agrupações, escolas novas, mas não uma teoria, uma elaboração sistemática dessa educação”.<sup>327</sup>

Outro ponto posto em xeque, pelo palestrante, foi a ênfase dada ao culto do físico em detrimento do espírito. Nas palavras do sacerdote,

A orientação vitalista da escola nova é uma manifestação da mentalidade do século. A admiração exagerada da força ou da beleza, o furor mundial pela dança e diversões congêneres, tudo revela uma certa rebelião contra a espiritualidade.<sup>328</sup>

A orientação, registrada no discurso, era para que se primasse o cuidado com as forças espirituais, visto que a alma era entendida como a “parte mais nobre do ser humano”, devendo, portanto, “receber um trato mais cuidadoso”.

Por fim, a fala do paraninfo destaca várias ideias enfatizadas no conjunto da proposta renovadora e questiona sua característica “inovadora”, apresentando em seguida intelectuais, católicos em sua maioria, que em tempos passados já teriam preconizado tais pensamentos e práticas educativas.

Na aurora da existência de nossa Pátria, o *método intuitivo*, geralmente usado agora, era empregado pelos Jesuítas na catequese dos silvícolas, com surpreendente proveito. [...] De S. Thomaz de Aquino sabemos que o processo de exposição didática condiz perfeitamente com o ideal da pedagogia contemporânea. Propõe cada tese de modo negativo para despertar a curiosidade do

<sup>327</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano III, Nº3, 1933, p.142. Trechos do discurso proferido pelo Pe. Mário Quintão.

<sup>328</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano III, p.142.

estudante. [...] Destas idéas pedagógicas vemos impregnado o cap. V da Vida de Madre Cabrini”, escrita por uma de suas filhas: Na escola deve reinar sempre a mansidão, a caridade, a paciência. Jamais castigos penosos e humilhantes.

O clima de adesão, entremeado com um tom de resistência ao movimento renovador educacional da época é indicativo de que o novo modelo, embora já se fizesse entranhado no imaginário da social, entrava em choque com algumas questões que contrariavam a igreja católica e que, de certa forma, retiravam-na do papel de protagonista da educação escolar brasileira.

A resistência ao movimento, percebido por meio da revista, é também demonstrativo de que, como entidade confessional católica e privada, a *Escola Normal Regina Coeli* se sentia dotada de autonomia para avaliar, aderir, resistir, criticar e/ou relativizar, de acordo com seus propósitos educativos, o “novo modelo” educacional. Confirmava, mais uma vez, a ideia de que a escola não é uma receptora passiva das regras e orientações do sistema social e/ou educativo, a forma como se apropria dos elementos a ela (im)postos faz com que estes sejam (re)significados e com que o “consumo” desses “produtos” constitua uma “nova produção”.

A maneira como era tratada a renovação pedagógica pela revista remete-nos, ainda, para a situação educacional brasileira, tratada por Saviani (2008), quando ele afirma que “a difusão da Escola Nova irá encontrar resistência na tendência tradicional representada, na década de 1930, hegemonicamente pela Igreja Católica”.<sup>329</sup>

Em síntese, podemos inferir que a Instituição procurou equilibrar a educação tradicional, criticada pela Escola Nova e os novos aportes teórico-metodológicos por ela propostos. Percebemos também que, em se tratando do contexto nacional, a *Escola Normal Regina Coeli* mostrou-se adepta e atuou como difusora dos ideais republicanos, procurando infundi-los na população.

Mas, apesar da presença constante dos ideais de ordem, progresso, civilidade, nacionalismo/patriotismo nas atividades educativas da escola, bem como a execução das atividades escolares que visavam à valorização dos elementos nacionais (a língua, os símbolos, os vultos e fatos), fica claramente perceptível que a Instituição defendia, com veemência, a tese de que a verdadeira construção da

<sup>329</sup> SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2ª Ed ver e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p. 140.

sociedade e o genuíno sentimento de amor à pátria estariam necessariamente vinculados aos preceitos da religião católica. Os dogmas religiosos seriam o aporte do projeto educativo que teria como fim maior a “lapidação pessoal” de cada membro da sociedade.

Lançai mão das armas da instrução, da verdade sã bebida no seio da Igreja, das lições do evangelho e convencei-vos que bem podeis e deveis trabalhar para a Pátria educando a juventude e preparando para o futuro filhos dedicados dessa terra tão rica, tão grande, tão fértil e boa, filhos que saibam amar, desejar engrandecer o que é brasileiro. Caras meninas, recordai-vos ainda que **para bem amar a Pátria é necessário muito amar a Deus**. Como é impossível amar a Deus e não ser dedicado à Pátria, assim é raro encontrar um homem que desconheça a Deus e ame à Pátria. [...] Então sereis verdadeiras professoras que ensinareis não somente a ler e a escrever, mas ensinareis a amar a Deus e a Pátria, sereis verdadeiramente patriotas.<sup>330</sup>

Utilizando-se da concepção educativa que unia ideários republicanos e dogmas católicos, a escola seguia cumprindo um outro propósito: multiplicar a legião de docentes que promoveriam, por meio da educação, a manutenção e a força da religião por ela professada e, de maneira mais particular, atuaria como difusora do trabalho – e da filosofia – da Congregação das Missionárias do Coração de Jesus, propalando e infundindo as ideias da fundadora, Madre Cabrini, considerada o eixo norteador do trabalho da Instituição. Trechos de discursos publicados na *Revista Ecos da Escola Normal Regina Coeli* ilustram nossas inferências.

Sejamos professoras católicas, então faremos grande a Pátria, tornando grande o nosso caro e rico torrão mineiro, e unindo num só laço os dois sublimes nomes – Deus e Pátria!<sup>331</sup>

Minhas queridas graduadas, - confiante despacha-vos, neste ato, missionárias para os lares, para as escolas, para o amável comércio das relações mundanas, para os próprios salões festivos, mães sem *Hábito* e sem *Regra*. [...] Parti, pois, para os lares e para as escolas, missionárias joviais de Madre Cabrini. Firmai bem os propósitos com que vos separais do vosso estremecido “Regina Coeli”. [...] Sai para o trabalho, normalistas de Madre Cabrini!<sup>332</sup>

<sup>330</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1, Dezembro de 1931. Trechos do texto intitulado “Patriotismo”, escrito por Madre Rosário Marchesi, dirigido às alunas do 3º ano do curso de magistério.

<sup>331</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1, Dezembro de 1931. Trecho final do discurso da aluna Cecília Marini, pronunciado por ocasião das festividades de formatura.

<sup>332</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1, Dezembro de 1931. Trechos do discurso do paraninfo da turma Odilon Braga, pronunciado por ocasião das festividades de formatura.

Coerentes com seu projeto educacional e com seu modo de pensar, a Congregação Religiosa, dotada de prestígio e gozando de autoridade no município, orientava as alunas – e difundia na comunidade - sobre o papel que deveriam desempenhar como diplomadas pela *Escola Normal Regina Coeli*.

O silêncio observado no discurso dos idealizadores, sobre a criação da escola no município, como formadora de docentes para educação da infância, é, mais uma vez, quebrado pela Instituição. A formação das alunas, para atuação na educação escolarizada, como professoras habilitadas, é posta como função inerente à Instituição Escolar.

Foi oportuno entrever que o brilho atribuído à atuação da mulher como educadora no lar foi paulatinamente se ofuscando e cedendo lugar à sua função como professora nas instituições escolares.

Por meio dos textos redigidos pelas alunas, publicados na revista, é possível inferir que a ideia de ser professora e atuar nas escolas após a formação na *Escola Normal Regina Coeli*, ganhava sustentação no imaginário local. Discursos e artigos informativos procuravam demonstrar que a escola já exercia uma considerável influência na sociedade, em se tratando da atuação profissional das alunas. Como exemplo, podemos citar a publicação que informava que, no ano de 1935, estariam atuando em escolas do município e da região, como docentes e como estagiárias, 40,6% das alunas egressas da Instituição.<sup>333</sup>

Pensando a educação ministrada pela Escola, de uma forma mais abrangente, a revista era veículo difusor de uma concepção que atribuía ao educandário a missão de “lapidar” o coração das jovens.

Outra ideia que se destaca, entre aquelas propaladas pelos exemplares da *Revista Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, diz respeito à concepção de “ser professor”. A função era pensada não como uma profissão, mas como uma “missão” na qual a abnegação, os sacrifícios, a dedicação e a resignação eram imprescindíveis.

O magistério, encarado seriamente, é a mais difícil das carreiras, semeada de escolhos, e que exige sacrifício e abnegação, desprendimento de si próprio, e desinteresse; portanto quem a abraça, toma sobre si todas essas responsabilidades, ou antes o peso grandíssimo do mais alto e sublime sacrifício, vivendo para outrem, pois é essa a única profissão altruística. Não há mais belo

<sup>333</sup> Dados retirados da Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. , Ano V, nº5, 1935, p.111 e 112.

nem mais honroso **sacerdício social** do que aquele que faz do indivíduo o vanguardeiro da civilização, dando-lhe a tarefa nobilitante e aparentemente modesta, de iluminador dos espíritos e das consciências.<sup>334</sup>

As religiosas, por meio da revista, procuravam também orientar as jovens da sociedade, em seu conjunto, e as alunas, em particular, sobre as formas de comportamentos no ambiente extra-escolar. Artigos enfatizavam os valores morais e as maneiras de se portar e alertavam para as situações “nocivas” da vida social. Nesse intento, certas posturas e ambientes eram considerados e explicitados pelas freiras como difamadores da moral e deformadores do caráter das jovens e, por isso, deveriam ser evitados.

“uma reunião onde se vai para satisfazer a vaidade, à ambição de se mostrar, de ostentar dotes naturais para atrair os olhares, sempre é de prejuízo à virtude, sempre se terá como resultado a depressão moral, as ansiedades e, portanto, o desassocego do espírito, o remorso. Enfim, por um prazer momentâneo, um cúmulo de decepções. E quanta coisa vos poderia dizer sobre esse ponto, mas vou resumir em duas palavras: fugi os cinemas, os teatros, os bailes como da peste, pois são peste para o corpo e para a alma.”<sup>335</sup>

A preocupação com o comportamento das alunas, não somente no ambiente interno, como também nos demais espaços sociais, permite-nos perceber que o ambiente externo era concebido como local de expressão da Instituição Escolar. Nesse sentido as atitudes das alunas e ex-alunas nesses locais funcionavam como meio de “avaliação social” do trabalho educativo desenvolvido pelo educandário, traduzindo, assim, os sentidos existentes na preocupação com o comportamento das jovens extra-muros escolares e apontando para a intrínseca interdependência existente entre escola e sociedade.

<sup>334</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano IV, Nº4, 1934, p. 127. Palestra intitulada “O professor: sua norma e conducta”, de autoria da aluna Lourdes de Paula Pires.

<sup>335</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano II, Nº2, 1932, p.116. Trecho do discurso proferido por Me. Rosário Marchesi, dirigido às alunas.

### 3.5.3 Os eventos escolares: expressão do trabalho educativo na comunidade local

Outro elemento que se destaca na questão do elo entre a *Escola Normal Regina Coeli* e a comunidade municipal - e regional - são os eventos escolares. A Instituição fazia das festividades um momento – e uma estratégia – para, entre outros objetivos, promover uma maior interação entre o interno e o externo. Percebemos que os eventos promovidos, nos quais a comunidade de Rio Pomba se fazia representar pelas famílias das alunas, pelas autoridades locais (políticas e religiosas) e demais convidados, eram organizados de tal forma que expressassem os valores e propósitos que participavam do trabalho da Congregação e expusessem os resultados alcançados por meio das atividades educacionais ali desenvolvidas.

Nos cerimoniais de formatura a formalidade da ocasião, a organização das programações, os símbolos cívicos que adornavam os espaços, os discursos proferidos durante o evento e, de maneira especial, o diploma conferido às alunas constituíam-se os interlocutores da Escola.

Demonstrando a peculiaridade existente nos fins atribuídos à educação ministrada às alunas daquele estabelecimento, o diploma a elas conferido, que legalmente as habilitava para o exercício do magistério, era antes concebido como o “fiador” que atestava a idoneidade moral e o refinamento da educação. O valor primeiro do diploma estava na sua capacidade de conferir às alunas um atestado de educação diferenciada. E, assim concebido, a moça diplomada pela *Escola Normal Regina Coeli* teria, por obrigação, agir de tal forma que honrasse os ensinamentos por ele recebidos. Odilon Braga, em discurso dirigido às formandas, atentava:

Agora, jovens diplomandas, é a vossa hora de partir que bate, é a vossa oportunidade que chega. É este, o momento de investidura solenne para a vida. Concedendo-vos o seu diploma, o Regina Coeli vos dá por educadas e vos afiança idôneas para o cumprimento dos deveres distribuídos à mulher, no estado actual da sociedade. Lembrae-vos sempre disto: elle vos fica por fiador. [...] Não falteis jamais com os compromissos que assumis ao receber vosso diploma. Se o fizerdes, vosso fiador será chamado a contas...<sup>336</sup>

<sup>336</sup> Trecho do discurso proferido pelo Chefe Executivo de Rio Pomba, Odilon Braga, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1927, no Colégio Regina Coeli do Rio de Janeiro. Publicado em *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

Em outro discurso, este proferido pela Madre Superiora, durante as festividades de encerramento do ano letivo, na Instituição do município de Rio Pomba, no ano de 1931, fica revelado que os significados do título recebido pelas discentes mantinham uma unidade de sentido nas distintas escolas da “Rede Cabriniana”. A religiosa, complementando a ideia aqui analisada, orienta:

Lembra-vos caras alunas, que saindo da escola com o vosso diploma, levais um atestado do vosso saber, um passaporte que vos dá entrada na sociedade. É necessário porém que saibais corresponder, mostrando com os vossos conhecimentos, com a vossa moral, com a vossa religiosidade, que realmente sois dignas da confiança que em vós deposita a escola, e com ela o Governo deste Estado.<sup>337</sup>

O título conferido pela Escola às alunas era entendido como um “pacto” de fidelidade. O diploma representava a visível responsabilidade imputada às moças formadas, sendo, ainda, concebido como um voto de confiança dado às mesmas.

Por detrás desse “pacto” de confiança e responsabilidade firmado entre o educandário e as alunas que ora terminavam o curso, percebemos, mais uma vez, a existência de uma dinâmica que objetivava estender a filosofia da escola à vida social, difundindo e perpetuando, nos espaços extra-muros escolares, os dogmas, os valores e os ensinamentos recebidos no interior da Instituição Educativa.

Com a vossa turma, expõe-se o Regina Coeli a uma outra delicada prova. Por vós, por vossas maneiras, por vossas palestras, por vossos sentimentos e actos, será ainda uma vez graduada a reputação pedagógica das Madres que aqui trabalham. [...] Dentre em pouco estareis livres, mas – apercebei-vos – vigiadas pela opinião do meio em que ides viver.<sup>338</sup>

A citação do discurso mostra ainda que uma dinâmica de vigilância constante participava da formação das alunas daquela Instituição. Dentro do educandário estariam sob os olhares das mestras e demais responsáveis pela educação das discentes; fora dele, mediante o título de “formada na *Escola Normal Regina Coeli*”, a sociedade se incumbiria dessa tarefa.

Tal fato nos remete à ideia de que “nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância. [...] Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos

<sup>337</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. Ano I, Nº1, 1931. Trecho do discurso proferido pela Madre Superiora, durante a cerimônia de encerramento do ano letivo de 1931.

<sup>338</sup> Trecho do discurso proferido por Odilon Braga. *O Imparcial* no dia 18 de março de 1928, p.1.

renovamos, pois somos suas engrenagens”<sup>339</sup>. Tomando como base essa ideia, percebemos que nessa dinâmica social, que faz com que a sensação de vigilância constante assegure o comportamento desejado, a escola, como elemento desse sistema, fazia-se diretamente envolvida.

Visto por esse ponto, o fato de viver em sociedade após educação no *Regina Coeli* constituía-se um mecanismo disciplinador, já que esse processo era constituído por estratégias de direcionamento e de conformação dos comportamentos aos padrões culturalmente requeridos à mulher – de um modo particular àquelas pertencentes à elite econômica - naquele tempo e lugar.

A reportagem sobre as festividades de encerramento do ano letivo de 1928 do então *Collegio Regina Coeli de Rio Pomba* confirma a dinâmica educativa da Instituição, reafirmando a função social esperada da escola, pela comunidade local. Além disso, deixa transparecer a centralidade do papel conferido à disciplina no processo de formação das jovens.

Assim puderam as religiosas a quem foi confiada a educação das futuras mães de família do Pomba provar o quanto tem em si de competência intelectual, moral e educativa. Da maneira porque recompensam o esforço das jovens educandas, estimulando-as a mais e mais trabalho, fallam os prêmios conferidos a mancheias – de estudos, de comportamentos, de pontualidade, etc; de como deleitam o espírito da creança ao mesmo tempo em que o preparam para a lucta pela vida, inculcando o estudo, o patriotismo, etc. atestam os números literários levados a effeito; como formam artistas e donas de casa, indicam os numeros de musicas executados e a bellissima exposição de trabalhos, digna dos maiores salões de pintura e bordado.<sup>340</sup>

Para além dos significados já mencionados, os cerimoniais de formatura eram momentos que serviam para cientificar a sociedade riopombense do trabalho desenvolvido pela Escola. Era a hora de “prestar contas” à sociedade, apresentando-lhe o dever cumprido.

Em seu conjunto, os eventos promovidos pela Instituição atuavam como forma de aproximação entre a escola e a cidade e como oportunidade de reafirmar a especificidade de seu trabalho: a indissociabilidade entre religião e educação. Assim, a *Escola Normal Regina Coeli* fazia-se notar na cidade também por meio da divulgação e efetivação dos eventos religiosos por ela empreendidos

<sup>339</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 37ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.205.

<sup>340</sup>Jornal *O Imparcial*. Exemplar do dia 23/12/1928, p.1. Acervo da imprensa local.



frequentemente, quais sejam: catequese e 1ª comunhão das alunas, recepção das autoridades religiosas que visitavam a cidade, celebração de missas abertas à comunidade nas dependências do educandário.

De modo especial, nas ocasiões festivas, que envolviam a comunidade municipal e/ou regional e que atuavam como uma mostra do trabalho desenvolvido pela Congregação, havia a preocupação em se atentar para o aparente, para o visível, a fim de que o evento anunciasse, por si só, a organização e o requinte do educandário, fosse por meio da ornamentação dos espaços, dos símbolos pátrios e religiosos ostentados, da programação escolhida para a festividade e até mesmo da apresentação pessoal das alunas.

Quanta saudade e lembrança eu guardo de nossa vida cotidiana de estudante dentro daquele uniforme listrado de azul, laço de fita preto nos cabelos partidos de um só lado. Meias pretas compridas e sapatos pretos. Para os dias festivos usávamos o uniforme de gala. Saia azul marinho pregueada, blusa branca, abotoada, mangas compridas, cós na cintura, um cabeção no decote, meias compridas e sapatos de verniz pretos. Como complemento, chapéu de palhinha branca de aba larga e luvas brancas.<sup>341</sup>

O uso de um uniforme específico para os eventos escolares, composto por peças não habituais no dia a dia escolar, participava das estratégias que objetivavam conferir importância ao acontecimento.

Os princípios filosóficos da fundadora da Congregação, Madre Francisca Xavier Cabrini que, como já mencionado, atuavam como o eixo norteador do trabalho da Escola, também se faziam propalados naquelas ocasiões. Assim, para a comunidade presente nos eventos, o ideal educativo que procuravam incutir colocava Deus como centro do processo e, portanto, a “Educação do Coração”, baseadas nos princípios evangélicos, como o fim maior da Instituição.

Uma oração que, por certo, fazia parte da “educação do coração”, constante do caderno manuscrito de Madre Margarida, permite-nos perceber como se processava essa ligação entre religião e educação.

---

<sup>341</sup>Trecho transcrito da carta da ex-aluna Gení do Carmo, enviada ao Colégio, na ocasião da comemoração dos 60 anos de sua fundação. A carta, escrita por uma das alunas da primeira turma formada na *Escola Normal Regina Coeli* de Rio Pomba, datada de 08/11/1988, está arquivada da biblioteca da Instituição.

Por amor da Ss. Virgem beberei pouca água hoje.  
 Por amor de Maria rezarei muitas vezes hoje, a Ave Maria com muita atenção.  
 Para honrar, hoje, a minha celeste Mãe, **tratarei às minhas mestras com muito respeito.**  
 Por amor de Nossa Senhora **deixarei um pouquinho daquilo que mais gosto.**

Em honra da pureza de Maria Ss. **mortificarei os meus olhos** hoje.  
 Por amor de Nossa Senhora **obedecerei com mais prontidão.**  
 Por amor de Maria **farei uma hora de silêncio.**  
 Por amor de Maria não direi nenhuma mentira hoje.  
 Por amor de Maria **serei menos vaidosa.**  
 Por amor de Maria **mortificarei a minha curiosidade.**  
 Por amor de Maria ficarei bem em posição.  
 Por amor de Maria **deixarei hoje a sobremesa.**  
 Por amor de Maria **prestarei mais atenção às aulas.**  
 Para agradar a minha Mãe do Céu **não vadiarei no estudo.**  
 Por amor de Nossa Senhora **suportarei com paciência as ofensas recebidas.**  
 Por amor de Maria **serei mais dócil** aos avisos recebidos.  
 Por amor de Nossa Senhora **mortificarei minha gula.**  
 Para agradar a Maria Ss. comerei hoje aquilo que menos gosto.  
 Por amor à Maria **não me queixarei de nada.**

Para agradar hoje a N. Senhora serei caridosa principalmente com aquelas meninas que me são pouco simpáticas.  
 Por amor de Nossa Senhora **não olharei para atrás.**  
 Por amor a N. Senhora **não falarei fora da hora.**  
 Por amor a Maria **assistirei com mais devoção a Santa Missa.**  
 Em honra da pureza de Maria **tereí durante os recreios conversas santas.**  
 Por amor à Maria praticarei hoje a caridade.  
 Por amor de Nossa senhora não beberei água logo que chegar ao refeitório, mas sim depois da sopa.  
 Por amor à Maria **não responderei quando for repreendida.**  
 Por amor de Maria **serei mais pontual** durante seu mês.  
 Por amor à Maria **ficarei sentada direito.**  
 Por amor de N. senhora **não darei minha opinião hoje.**  
 Por amor de N. Senhora **vencerei meu amor próprio.**  
 Por amor à Maria não procurarei no recreio aquela colega que me é tão simpática.  
 Por amor de Maria cantarei com fervor.  
 Por amor de N. Senhora rezarei uma Ave Maria pela conversão dos pecadores.

Por amor a Maria farei uma comunhão bem fervorosa.  
 Por amor à Maria **estudarei bem as minhas lições.**  
 Por amor a Maria **farei hoje duas horas de perfeito silêncio.**  
 Por amor de N. Senhora vencerei a minha vontade.  
 Por amor de N. Senhora direi três Ave Maria em honra da sua Im. Conceição.

Por amor de N. Senhora me **levantarei da cama logo ao primeiro sinal da campainha.**

Por amor de Maria não serei tão teimosa hoje.

Por amor de Maria serei mais paciente.<sup>342</sup> (grifos nossos)

A oração desvela faces do cotidiano escolar, como também deixa transparecer a dinâmica disciplinar diretamente conectada à prática da religião. E, nesse processo educativo disciplinar, procurava-se incutir nas alunas o respeito à hierarquia escolar, intentava-se promover atitudes de resignação diante de situações de adversidade, objetivava-se infundir a ideia de que situações prazerosas eram nocivas ao espírito e que sacrifícios eram atitudes engrandecedoras. Instituíam, dessa forma, a obediência, a submissão, a passividade, a renúncia e a docilidade, como valores a serem praticados e exercitados.

O poder de moldar e dirigir as ações das educandas, atribuído ao amor a Deus e à crença nos preceitos católicos, era utilizado, de modo particular, para disciplinar as atitudes dentro do ambiente escolar, definindo e frisando os comportamentos esperados das alunas, pela Escola Normal, nos distintos espaços e momentos educativos.

É oportuno luzir que as estratégias utilizadas pela Instituição, para formatar o comportamento das alunas, dispensavam os castigos físicos, tendo em mente que a Congregação, fundamentada no pensamento da fundadora, Madre Cabrini que - como nos reporta o impresso publicado pela Instituição -, entendia como mais eficazes as estratégias disciplinadoras mais sutis.

Observa – diz a Grande Madre – observa a doçura nas palavras, nas repreensões, no trabalho, ganha tudo e todos. Na escola deve reinar sempre a mansidão, a caridade, a paciência. Jamais castigos penosos e humilhantes. Nunca palavras pungentes e cheias de asperezas. Nunca bofetadas, nem fortes, nem leves. Cuida ter boas maneiras para com as meninas. Repreende quando se faz mistér, mas com paciência, **lembrando que se apanham mais moscas com uma colher de mel que com um barril de vinagre.**<sup>343</sup>

Coadunado com essa perspectiva, outro evento empreendido anualmente pela Escola era a “premiação” das alunas. Formalmente organizada, a solenidade de

<sup>342</sup> Caderno de textos manuscritos, pertencente à Madre Margarida. Texto intitulado: Flores espirituais para o mês de maio. Páginas 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Acervo dos documentos históricos do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba, localizado na biblioteca da Instituição. O documento (caderno) não está datado. A religiosa foi ex-aluna da Instituição e, em meados do século XX, atuava como docente em Rio Pomba/MG.

<sup>343</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano III, Nº3, 1933, p. 143. Trecho do discurso proferido pelo paraninfo da turma de formandas, Pe. Mário Quintão.

distribuição de prêmios às jovens alunas que mais se haviam destacado constituía parte do programa das festividades de encerramento de cada ano letivo.

O discurso escrito e proferido por uma aluna, no ano de 1936, durante a festividade de entrega dos prêmios referentes a esse ano, permite-nos perceber o papel e significado daquela prática escolar.

E esse ato que tanto nos comove – não apenas pelo valor material do prêmio que recebemos, mas, sobretudo, pelo alto significado moral que ele encerra como testemunho eloquente dos esforços que dispendemos durante o ano, e que fizeram jus ao seu mérito – representa justamente o atestado mais expressivo que levamos para a alegria dos nossos caros pais e irmãos que nele vislumbrarão o bom aproveitamento das nossas atividades escolares. [...] E no fim da jornada, como os heróis que mais se assinalaram, recebendo condecorações, aqui também merecem o **elogio mudo do prêmio**, aquelas que se destacaram no bom combate da instrução, pelo **esforço** proveitoso, pela **dedicação** demonstrada e pela **disciplina** revelada.<sup>344</sup>

O ato explicitava as qualidades discentes valorizadas pela Escola: a aluna deveria ser esforçada, dedicada e disciplinada. O evento trazia, também, talvez de modo menos visível, a proposta de utilização das estratégias mais sutis no sistema disciplinar da Instituição.

Percebemos, nesse caso, uma fina dinâmica disciplinar, que envolvia a gratificação enlaçada à competição. Vale aqui lembrar Foucault, quando observa que a presença da gratificação, no sistema disciplinar de uma instituição, permite a “qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal” e se torna um mecanismo disciplinar complexo uma vez que vai além da “simples separação do proibido”<sup>345</sup>.

Outro ponto merecedor de ênfase era o lugar conferido ao teor cívico-patriótico da educação. A execução de hinos e a utilização de bandeiras oficiais são relatadas como sendo parte integrante das atividades escolares. Os eventos promovidos pela instituição procuravam constantemente evidenciar o entrelaçamento dos aspectos religiosos e cívicos, existentes em seu trabalho educativo.

<sup>344</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano VI, Nº6, 1936, p. 135. Trecho do discurso escrito e proferido pela aluna Cecília de Assis Vieira.

<sup>345</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 37ª edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2009, p.173.

O jornal local *O Progressista*<sup>346</sup> relatava:

Revestiu-se de singular realce, a festa cívico-religiosa que no acatado educandário *Escola Normal Regina Coeli*, foi celebrado pelas Revmas. Missionárias e alumnas no dia 21 de abril. Commemorando o acontecimento empolgante da nossa Santa Religião Catholica, e ao mesmo tempo, cultuando a memória de Tiradentes, o grande martyr da Independência, a Revdma Madre Superiora e Revdmas Madres suas digníssimas auxiliares, organizaram magnífico programma cívico-religioso, que foi primorosamente executado pelas suas inteligentes e preparadas alumnas.<sup>347</sup>

O evento empreendido na escola demonstra, assim, ser uma fase na qual a congregação procurava sintonizar a educação religiosa tradicional com a proposta republicana de recriar o Brasil, tendo a escola como um dos meios mais eficientes de difusão dos ideais de civismo, nacionalismo e patriotismo necessários à concretização de seus propósitos.

Dessa forma, a *Escola Normal Regina Coeli* mostrava-se a par das novas propostas educacionais e, a um só tempo, cumpria também o seu papel enquanto instituição educativa/religiosa de atuar como espaço e como elemento de resistência à educação laica.

Para além do equilíbrio entre o “velho” e o “novo”, ou seja, entre a educação tradicional (religiosa e católica) e a republicana (laica e inovada), a educação cívica e religiosa demonstrava conter elementos propícios ao desenvolvimento e manutenção da disciplina escolar, tão requerida naquele educandário.

---

<sup>346</sup>Esse impresso foi fundado em 1935, pelos representantes locais do partido político de mesmo nome (Partido Progressista) e, portanto, constituía-se um órgão político partidário. De acordo com as informações constantes da Edição Extraordinária de *O Imparcial* (janeiro de 1958, p. 15), o jornal *O Progressista* foi dirigido por Artur Eugênio Furtado, teve o político Último de Carvalho como redator principal e, posteriormente, circulou sob a direção do jornalista Ruy Batista Santiago.

<sup>347</sup>Jornal *O Progressista*. Exemplar do mês de abril de 1935. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

### 3.6 Regina Coeli: um patrimônio cultural de Rio Pomba

*Pela sua ascendência moral e intelectual, pela fecunda emanção dos seus sábios conselhos, pela autoridade de que elas, as piedosíssimas e esclarecidas Irmãs, exercem no Pomba, e pelo muito que já fizeram pela educação da juventude neste Município, incorporou-se o Regina Coeli ao patrimônio mental e moral do Pomba. Pelo que, perdê-lo (e a hipótese é per absurdum) seria desfaltar-se, desvalorizar-se o nosso Município, diminuí-lo lamentavelmente.*<sup>348</sup>

Por meio dos eventos, da revista, da convivência na localidade, enfim, de todo trabalho desenvolvido, a Instituição educativa foi se afirmando no município e na região. A Escola passou a representar o progresso na localidade. Era entendida como elemento que “elevava” o nome do município.

Foi possível entrever que esse processo de aceitação da Escola esteve imbricado com sua proposta educativa católica que sintonizava com a cultura religiosa local. Dessa forma, a educação ministrada pela Escola comportava traços de continuidade com os valores socioculturais do município e região.

Aqui na harmonia de vossa vida e de vossas seivas, entre uma prece e uma lição, sentimos o enlevo de uma ação meritória aos olhos de Jesus, e o conforto de um dever cumprido com a sociedade, a quem levaremos a nossa colaboração. Moldada na religião sublime, fez a nossa educação desde o lar e, neste ambiente ela se aperfeiçoa.<sup>349</sup>

Além disso, Rio Pomba comportava uma Escola pertencente a uma rede de instituições sociais com expressão no cenário mundial. Naquela situação, o pequeno município mineiro participava do conjunto das únicas três cidades brasileiras dotadas de uma Instituição Escolar coordenada pela Congregação Italiana, ao lado das principais metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo).

Mais do que aceitação, a Escola Normal, dia após dia, ganhava credibilidade e prestígio na localidade, o que contribuía para aumentar a procura por vagas para matrícula não somente por parte das famílias riopombenses, como também daquelas dos municípios circunvizinhos. “As jovens mineiras acorriam numerosas das vilas e cidades vizinhas: Ubá, Rio Branco, Tocantins, Mercês e Silverânia,

<sup>348</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. , Ano II, Nº2, 1932. Trecho do discurso proferido pelo paraninfo da turma de formandas, José Maria Burnier Pessoa de Melo.

<sup>349</sup>Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*. , Ano III, Nº3, 1933, p. 131. Trecho do discurso da aluna Marina de Souza, proferido pela oradora da turma de formandas, Regina Moraes Prata.

Guarani, para aprimorar seus dotes artísticos e intelectuais e receber a sólida formação cristã que as preparava para a luta da vida e o bem estar da sociedade.<sup>350</sup>

A Instituição era tida como aquela que cumpria um nobre papel social: oferecia à nação brasileira a “pedra lapidada”, ou seja, a mulher civilizada, a educadora preparada intelectual e moralmente.

O nosso Regina Coeli, caríssimas colegas, erguido nessa colina, entre o círculo de montanhas que emolduram a cidade do Pomba nos vai oferecer ao país, às escolas do Brasil, aos lares da Pátria, onde milhões de crianças, na margem da vida, com sorriso de esperança, esperam as luzes do ensino.<sup>351</sup>

No interior da Escola as relações entre as freiras da congregação e as alunas tornavam-se cada vez mais estreitas. Em especial, as relações estabelecidas entre estas e Me. Rosário Marchesi, considerada a fundadora do *Collegio Regina Coeli* em Rio Pomba, por quem as discentes revelavam uma verdadeira veneração.

O espaço físico da escola passou a ser utilizado como um dos “cartões de visita” de Rio Pomba. Era local que recebia as autoridades políticas, religiosas e demais pessoas consideradas “ilustres” pela sociedade riopombense, que visitavam aquela localidade.

Por se tratar de uma escola privada e, portanto, destinada a um grupo social restrito, a Instituição, a quem cabia a educação refinada das jovens de famílias mais abastadas do município e região, desempenhava também a função de distinção social das pessoas que dela participavam.

Por tudo que representava no município – e na região – a Escola passou a fazer parte dos patrimônios culturais do local, admirada e vangloriada pelos membros da comunidade. Era entendida como um bem (material e moral) pertencente a Rio Pomba.

Encontramos, no livro escrito por uma das freiras, o relato de um acontecimento que confirma, de certa forma, as inferências apresentadas neste tópico.

O novo Colégio, no entanto, não obstante a satisfação dos pombenses, luta com a falta d’água, a escassês de terreno. É

<sup>350</sup> RODRIGUES, Ir. Lucia Victor. **Ligeiros traços da vida da província do Brasil (1903-1984)**. Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo, Edições Loyola, 1989, p.23.

<sup>351</sup> Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli*, Ano III, Nº3, 1933, p. 137. Trecho do discurso da aluna Marina de Souza, proferido pela oradora da turma de formandas, Regina Moraes Prata.

quando, em 1930, o governador de Minas, Dr. Israel Pinheiro, casado com nossa ex-aluna Corací Uchoa, nos oferece a transferência, com todos os direitos, para Belo Horizonte e põe à nossa disposição o antigo prédio do quartel militar, em boas condições, com uma grande área livre. A oferta é tentadora – Belo Horizonte, capital do Estado, é um grande centro, com condições muito mais favoráveis à obra educacional. Madre Rosário se alegra e prepara, em sigilo, a mudança... mas, a publicação no Diário Oficial revela o plano. **A cidade em peso protesta e impede a transferência oferecendo um vasto terreno e todas as melhorias necessárias.**<sup>352</sup> Não era vontade de Deus e o Regina Coeli continuou na modesta cidade de Rio Pomba que dele tinha mais necessidade. Os planos de Deus não são os nossos.<sup>353</sup>

O movimento de resistência, por parte da população, visando à manutenção da Escola em Rio Pomba, reafirma a importância atribuída àquele educandário no cenário - e na cena - do município. Sua existência enobrecia o nome a cidade, seu trabalho reafirmava e promovia o aperfeiçoamento e a continuidade da educação projetada para as moças, pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo daquele tempo e lugar. Cultura escolar e cultura local mostravam-se em sintonia e promoviam, dia a dia, a incorporação da escola na localidade.

A ameaça de saída da *Escola Normal Regina Coeli* de Rio Pomba - acontecimento que marcou a vida citadina na década de 30 (século XX) - e a forma como foi conduzido o processo que visou sua permanência, dinamizado e difundido pelo jornal *O Imparcial*, possibilita-nos perceber o lugar que a escola – em especial essa Instituição – ocupava no imaginário social local. Pela dimensão e representação desse acontecimento, optamos por verticalizar o tema.

---

<sup>352</sup> Grifo nosso.

<sup>353</sup> RODRIGUES, Ir. Lucia Victor. **Ligeiros traços da vida da província do Brasil (1903-1984).** Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo, Edições Loyola, 1989, p.23 e 24.



3.6.1 - A notícia do adeus ao Regina Coeli de Rio Pomba: “um tiro de canhão desfechado sobre uma população”<sup>354</sup>

Um despacho do então Secretário da Educação e da Saúde Pública do estado, Noraldino Lima, constante do impresso oficial, publicado na capital mineira, o jornal *Minas Gerais*, no dia 21 de dezembro de 1933, assim definia:

Diretora da Escola Normal de Pomba, pedindo autorização para transferir a sede do estabelecimento para esta Capital. – Atenda-se.<sup>355</sup>

A notícia publicada - cujo conhecimento gerou desolação e foi descrito como uma grande decepção, pela forma silenciosa como foi dinamizado o processo de transferência e pelo que representava a saída da *Escola Normal Regina Coeli* de Rio Pomba - foi ferrenhamente recriminada e rebatida no jornal local *O Imparcial* que, entre críticas à forma pela qual foi conduzida a decisão, procurou demonstrar a necessidade da união e colaboração de todos os riopombenses na luta em prol da revogação da decisão do governo frente à solicitação da Direção da Escola.

O artigo que informava a população sobre a “súbita” e “calamitosa” notícia, no exemplar de *O Imparcial* do dia 31 de dezembro de 1933, intitulado “Desilusão”, lamentava o acontecido, discordando da forma sigilosa como fora articulado o processo de transferência da Escola, embora aceitassem a existência de razões que justificavam o desejo da Congregação Religiosa de instalar a instituição em uma cidade dotada de melhor infra-estrutura.

O sentimento era de traição à confiança de um grupo que trabalhara para a implantação da Escola Normal, das alunas ali matriculadas e de uma população que a acolhera, que já a considerava como um patrimônio cultural local e que acreditava nos constantes pronunciamentos da congregação religiosa sobre sua satisfação com o município e sua comunidade. Assim sendo, o jornal protestava:

Em que pese à muita estima e maior consideração que votamos à digníssima Directora da Escola Normal “Regina Coeli”, chamaremos a isso uma “cilada” que se não envolveu no todo uma população, apanhou de surpresa uma centena de moças, já agora prejudicadas,

<sup>354</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 31/12/1933.

<sup>355</sup> Jornal Minas Gerais. Exemplar do dia 21/12/1933, p. 03.

porque talvez nem vinte por cento dellas, poderá ir para fora, a procura de outro estabelecimento, para concluir seus estudos. Porque se é verdade que as Reverendíssimas Madres exigiam, para o conforto e a estabilidade da Escola Normal no Pomba uns tantos favores que não receberam, talvez, pelas circunstancias do momento, é bem certo que ellas, aqui vivendo há seis annos, deveriam antes ter avisado que a sua permanencia aqui seria breve, marcando o término para o governo das partes interessadas. Também é verdade que em cada uma dellas deveria existir a dose de coherencia bastante para não desmentirem hoje, com tal e tanta facilidade, o que hontem diziam de nós.<sup>356</sup>

As alegações pronunciadas pelo Instituto das Missionárias como sendo os motivos que levaram à decisão de transferência da Escola, fundamentadas na falta de infra-estrutura do município para comportar e atender uma Instituição Escolar daquele porte, ao mesmo tempo que estavam acordadas pela sociedade riopombese, eram consideradas uma situação de humilhação para a população local.

O acontecimento e a consequente desolação por ele gerada serviram como elementos desencadeadores de inúmeras outras reclamações e movimentos em prol da tomada de providências governamentais em relação a outras questões pendentes do município. A percepção que tivemos, ao adentrarmos nesse fenômeno histórico, foi de que a notícia da saída da Escola da cidade atuou como elemento desencadeador de uma verdadeira revolução social local. A sensação de retrocesso do município, trazida com a notícia da possível perda da Escola Normal, fez com que as questões-problemas da cidade, relacionadas à atuação do governo, fossem ressaltadas e que tomadas de atitudes fossem exigidas.

Ao lado do movimento a favor da revogação da decisão do governo de transferir a Escola Normal para a capital mineira, a comunidade riopombense iniciou uma organizada manifestação e campanha a favor de melhoramentos de infra-estrutura da cidade. Encabeçada e dinamizada pelo jornal *O Imparcial*, o movimento reivindicava a conclusão de obras públicas iniciadas; a reforma da ponte que proporcionava o acesso à cidade e que há anos vinha sendo solicitada; o apoio à Usina Açucareira do município que se encontrava em declínio; o calçamento das ruas de parte da cidade e a reestruturação de sua rede de água e esgoto.

A posterior notícia de que a decisão sobre a saída da Escola Normal da cidade havia sido reconsiderada e que a Instituição, naquele ano, ainda

---

<sup>356</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 31 de dezembro de 1933, p.1.

permaneceria na cidade, publicada no *O Imparcial*, no dia 10 de janeiro de 1934, para além do contentamento proporcionado, trouxe consigo a ideia da força de que era portador o movimento social organizado. O jornal propalava:

Quem como nós se acostumou a gritar com todas as forças que dispõe, em prol da grandeza da terra opulenta e dadivosa do Pomba, vinculados por grandes laços a esse torrão bemdito, parte integrante das cristas e cordilheiras gigantescas de Minas Geraes, sente-se feliz, inteiramente feliz, sempre que o nosso eco, transpondo fronteiras, é ouvido lá longe e respondido com a mesma vibratilidade que nos anima – o bem estar da nossa terra. [...] Mas precisamos gritar bem alto para sermos ouvidos. Afastemos os pulsos de ferro que nos suffocam a garganta e brademos com força: Oh! Senhores do poder, attendei-nos!!!<sup>357</sup>

A agitação social, ocasionada pelo movimento desencadeado com a notícia da transferência da Escola Normal, foi se intensificando ao longo dos meses e chegou a tal ponto que, demonstrando a ira da população pelo considerado descaso das autoridades com o município, um grupo organizado incendiou, na madrugada do dia 1º de abril de 1934, a “velha ponte” que dava acesso à cidade, com vistas a manifestar seu protesto e obrigar sua reconstrução. O tom de apoio ao ato, que pode ser percebido no texto do exemplar do jornal que o noticiou, é demonstrativo de que a comunidade riopombense estava disposta a lutar pela defesa e pelos melhoramentos dos elementos considerados importantes em seu território. O registro do acontecimento assim se fazia:

Registramos com viva emoção os sucessos da madrugada do dia 1º de abril corrente, quando, segundo se presume, pessoas dessa cidade, em movimento unanime, lançaram fogo na chamada ponte da Várzea da Estação. Qualquer medíocre observador dos factos comprehende e explica, embora não justifique, este acto de ira popular, esta explosão, que só se manifesta depois de seis anos de espera paciente de várias promessas descumpridas. [...] O pensamento popular da gente pombense, desde o homem humilde à mulher mais virtuosa, considera favoravelmente os acontecimentos que vieram pôr em relevo as velhas virtudes moraes de brio e pundonor dos pombenses.<sup>358</sup>

A destruição da ponte significava mais do que a impaciência da população quanto à falta de providências em relação à sua restauração. O ato representava o grito de desolação da cidade pelas causas coletivas, bem como o não cumprimento

<sup>357</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 21 de janeiro de 1934, p.1.

<sup>358</sup> *O Imparcial*, 08/04/1934, p.1.

das demais promessas governamentais em relação às questões do município. Foi um meio encontrado para demonstrar a força e a disposição da população em lutar pelas causas que defendiam e, em certa perspectiva, foi também uma ameaça àqueles que pretendessem agir em desacordo com as expectativas da população.

A destruição da “velha ponte” - elencada e destacada pelo *O Imparcial*, no exemplar que reportava a notícia de transferência da Escola Normal, como um dos elementos que colocavam a cidade aquém do que a Instituição Escolar esperava e necessitava – foi também uma manifestação do inconformismo com a decisão de transferência da Escola e, de um modo especial, com a maneira sigilosa pela qual se processou, bem como se fez também uma forma de intimidação daqueles que pretendiam manter a decisão de transferência da Escola Normal.

Esse ato foi, ainda, a forma de a população chamar a atenção do então diretor político de Rio Pomba, Odilon Braga, em quem o povo depositava confiança nos trabalhos públicos e que, naquele momento, encontrava-se afastado do município. A ausência do político de Rio Pomba era considerada a causa dos retrocessos locais.<sup>359</sup>

A ainda instável situação da Escola no ano de 1934 foi causadora de uma relativa desconfiança por parte daqueles que eram atendidos diretamente por ela. Ao nosso ver, a publicação que informava a prorrogação do período de matrículas em março do mesmo ano, em uma instituição que, até então, noticiava ter rapidamente suas vagas preenchidas nos anos anteriores, é indício do reflexo negativo que a situação causara.

Com vistas a garantir a definitiva permanência da Escola Normal na cidade, uma série de providências foram tomadas nos períodos subsequentes. Um movimento de doação das ações do imóvel à Congregação foi deflagrado. A compra de dois imóveis anexos ao terreno onde estava instalada a Escola foi empreendida pelo governo municipal e a doação dos mesmos foi efetivada, no ano de 1936, à Instituição. Antônio Anastácio, um dos idealizadores e fundadores da Instituição em Rio Pomba e que a todo tempo se mostrou fiel ao propósito e disposto em lutar pela manutenção do Regina Coeli, proprietário de um imóvel próximo ao Colégio, também efetuou a doação do mesmo à Congregação.

---

<sup>359</sup> A ausência do político no município está ligada ao fato de ter sido eleito – e participado – para representar o estado nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1934 e de ter assumido, no mesmo ano da promulgação dessa legislação, o cargo de Ministro da Agricultura.

As iniciativas encontravam razão no que a existência do educandário na cidade representava. Ele emprestava a Rio Pomba a possibilidade de estar à altura de “competir”<sup>360</sup>, com os municípios vizinhos, na batalha da civilização e do progresso.

Pode-se afirmar sem receio que o Collegio “Regina Coeli” se tornou aqui de utilidade pública, erigindo-se em amparo a inúmeras famílias. Assim é das mais justas uma proteção eficiente e material do município, de modo a se firmar com segurança a permanência daquele educandário entre nós. Assim, entre os outros problemas em estudo pelo Dr, Arthur Eugenio Furtado, prefeito municipal, se enfileira este, tornando palpitante a acção de S. Excia., que deverá se orientar no sentido do **progresso e da civilização**<sup>361</sup> mais alta do Pomba.<sup>362</sup>

No final da década de 30 (século XX) já era anunciada a ampliação de sua estrutura física. Tal notícia representava, de certa forma, um atestado de permanência da *Escola Normal Regina Coeli* em Rio Pomba.

---

<sup>360</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 18 de março de 1934, p.1.

<sup>361</sup> Grifo nosso.

<sup>362</sup> *O Imparcial*, 07/04/1935, p.1.

## CAPÍTULO IV

### 4. UMA ESCOLA SECUNDÁRIA PARA RAPAZES: A CRIAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL POMBENSE

A parte do trabalho que ora apresentamos trata-se do estudo sobre o processo de criação e implantação de uma escola secundária, que ocorreu no entorno da década de 30 (século XX), em Rio Pomba/MG: o *Ginásio Municipal Pombense*.

Assim como empreedido nos capítulos anteriores, abordaremos, em um primeiro momento, fatos que participaram do contexto municipal em seu conjunto, por meio da exposições e de conexões entre os acontecimentos locais e globais para, a partir de então, adentrar de forma mais direcionada no processo de criação e implantação da Instituição Escolar.

#### 4.1 O contexto municipal no entorno da criação da Instituição (década de 30 / século XX)

O *Ginásio Municipal Pombense* tem sua gênese em um período marcado por lutas locais em prol de melhorias de infra-estrutura do município e por um efervescente clima de participação na vida política do país.

Consta do relatório apresentado pelo prefeito do município, Arthur Eugênio Furtado, referente ao exercício do ano de 1935 que, na época, Rio Pomba comportava uma população de 50.667 habitantes, distribuída nos distritos da seguinte forma: “districto da cidade com 17.978 habitantes; districto de Taboleiro com 13.905; districto de Piraúba com 12.493 e districto de Silveiras com 6.311

habitantes”, sendo que na zona urbana da sede do município a população era de 3.000 habitantes.<sup>363</sup>

No que tange às questões de ordem política, Rio Pomba mostrou-se, nesse período, marcado por uma efusiva dinâmica de apoio e participação no movimento armado que acontecia no Brasil, liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que culminou com a deposição do então presidente da República, Washington Luís e impediu que o presidente eleito, Júlio Prestes tomasse posse<sup>364</sup>.

O acontecimento de abrangência nacional, entendido como o fim da “República Velha” e que instituiu Getúlio Vargas na chefia do “Governo Provisório”, em 03 de novembro de 1930, contou com a participação direta do município de Rio Pomba.

O apoio quase que unânime da sociedade riopombense ao movimento pôde ser confirmado nos resultados do processo eleitoral para presidente da República, em março de 1930, no qual Getúlio Vargas obteve 98,7% dos votos<sup>365</sup>.

A participação do município no movimento armado que seguiu à eleição e o objetivo alcançado foram intensamente comemorados na localidade e significou, para a comunidade riopombense, uma importante vitória nacional, para a qual o município havia contribuído obstinadamente.

Odilon Braga, o político que estivera envolvido na criação da Escola Normal na década anterior e que fora considerado o responsável pela reorganização e pacificação política de Rio Pomba, era evidenciado nesse período como sendo o “director da política municipal”<sup>366</sup>. Sua participação na organização do movimento revolucionário de 1930 pode ser apontado como um dos principais fatores que levaram o município a adentrar de forma incisiva nesse acontecimento. A localidade se sentia representada, em nível nacional, na figura do estadista e, portanto, investida da motivação de apoiá-lo nas decisões e ações políticas por ele empreendidas.

---

<sup>363</sup>Relatório referente ao exercício de 1935, apresentado pelo prefeito Arthur Eugênio Furtado ao governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valladares Ribeiro, no ano de 1936, p.12. Documento constante do acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

<sup>364</sup>Sobre a Revolução de 1930, no Brasil, ver FAUSTO, Boris: A Revolução de 1930: historiografia e história, São Paulo, Brasiliense, 1972.

<sup>365</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 09/03/1930, p.1.

<sup>366</sup>*O Imparcial*, 15/03/1931, p. 1.

Nunca Rio Pomba esteve tão bem representado num movimento revolucionário como nesse de 1930. É que o Dr. Odilon Duarte Braga, nosso conterrâneo, no exercício do cargo de Secretário do Interior e, ipso-facto, Comandante Geral da Força Pública de Minas Gerais foi quem preparou nos bastidores toda a trama revolucionária em Minas, no que, aliás, foi muito bem sucedido.<sup>367</sup>

Percebemos que, se a entrada do político Odilon Braga, na década anterior, contribuiu com o intento de acabar com a rivalidade entre os grupos partidários de Rio Pomba, o acontecimento do ano de 1930, no qual representantes dos grupos opositores locais achavam-se aliados, uma vez que estavam enfrontados na mesma causa e objetivos de abrangência nacional, foi fundamental para unificar e consolidar a pacificação política local no início dessa década.

Em relatório apresentado pelo então prefeito do município, Oscavo Gonzaga Prata, ao Secretário do Interior de Minas, Gustavo Capanema, a situação política é assim descrita:

É de completa calma e paz a situação política municipal, julgando inoportuno e desnecessário cogitações partidárias no momento. Não tenho me preocupado com política, dedicando o tempo que me é disponível em atender à administração, trabalhando pelos interesses e desenvolvimento do município. [...] Devo assignalar que os elementos de maior destaque e representação do município, estão preocupados no seu trabalho profícuo e cotidiano, irmanados no espírito de harmonia e conagração da família pombense, tendo em vista os interesses regionais do município, do Estado e do Brasil.<sup>368</sup>

O clima de apaziguamento pode ser notado pela mudança dos assuntos tratados nas páginas dos impressos locais. A perturbadora situação da rivalidade política local e a campanha em prol de seu extermínio foram substituídas por textos que noticiavam a união dos representantes locais para o apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. A política nacional era a “bola da vez”.

Um outro fato considerado de grande importância na cidade foi a nomeação de Odilon Braga, em 1934, para o cargo de Ministro da Agricultura. A entrada e atuação do representante local, no governo federal, rendeu ao município a criação e instalação de dois significativos órgãos públicos para uma localidade

<sup>367</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 231.

<sup>368</sup> Relatório transcrito pelo jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 13/03/1932, p.2.



economicamente estruturada nas atividades agropecuárias: o Posto de Criação Animal e a Estação Experimental do Fumo.<sup>369</sup>

A situação do município, no que se refere aos aspectos políticos, foi propícia para que uma fase na qual os serviços desempenhados pelo poder executivo local também se tornassem mais evidenciados e para que os problemas sociais, dos mais diversos gêneros, passassem a ser discutidos na localidade.

Assim, a situação política favorável, somada a uma sede de civilização facilmente detectada, fazia com que a necessidade de melhoria da iluminação pública, da rede de esgoto e do abastecimento de água potável, assim como a construções de pontes e estradas que facilitassem o acesso às outras cidades e às demais localidades, o incremento do calçamento das ruas, a construção de um hospital e de mais escolas e a instalação de indústrias fossem elementos ansiados pela população riopombense. Porém, a calma pode ser percebida até meados da década de 30 (século XX), quando opiniões e grupos se (re) dividem e rivalidades políticas voltam a reacender.

No que tange propriamente à situação econômica, assim a descreve um relatório do ano de 1935:

A produção agrícola é ainda a base da economia municipal e certamente o será por longos annos, tem crescido ultimamente de modo animador com a adopção dos modernos processos de cultura do solo, que vão sendo introduzidos lenta mas continuamente.<sup>370</sup>

O documento afirmava também que a criação de gado ocupava lugar de destaque na economia e apresentava, inclusive, um crescimento desproporcional e preocupante em relação à agricultura.

---

<sup>369</sup>A Estação Experimental do Fumo, conhecida na comunidade municipal como “Fazenda Experimental”, era subordinada ao Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, com sede no Rio de Janeiro. Tinha a finalidade precípua de realizar experimentos e pesquisas voltadas para a agricultura. As atividades dessa repartição se desdobravam em experimentos com fumo, adubação e milho. Além dos trabalhos experimentais, a Estação mantinha um serviço de extensão aos agricultores da região, através do fornecimento de sementes e de difusão de técnicas agrícolas (conferências, palestras, cursos, consultorias). Estava instalada em uma área de, aproximadamente, 127 hectares e contava com estruturas físicas apropriadas para suas atividades. O Posto de Criação da Divisão de Fomento da Produção Animal era subordinado ao Departamento Nacional de Produção Animal. Tal “Posto”, anexo à Fazenda Experimental, instalava-se em uma área de 91 hectares, aproximadamente e tinha a finalidade de desenvolver experimentos e pesquisas visando melhorar o perfil genético do plantel da região.

<sup>370</sup>Relatório referente ao exercício de 1935, apresentado pelo prefeito Arthur Eugenio Furtado ao governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valladares Ribeiro, no ano de 1936. Documento constante do acervo do Museu Histórico de Rio Pomba, p.12.

A economia do município, sustentada pela produção agropecuária que, por sua vez, provinha dos trabalhos dos lavradores e pecuaristas das propriedades rurais de pequeno porte é observada, no documento, em uma perspectiva que nos permite perceber, de certa forma, uma concepção de homem, bem como a intrínseca relação entre educação e qualidade de vida presentes na visão do governo municipal.

Já se observou que aos grandes latifúndios se alliam o mandonismo, a subserviência e o analfabetismo. Onde predomina a pequena propriedade há mais liberdade e mais cultura. O latifúndio é a monocultura; a pequena propriedade é a policultura. A pequena propriedade espiritualiza a riqueza, porque esta é como alguém já definiu, o que serve à vida humana. A economia retoma o seu sentido humano...<sup>371</sup>

A dinâmica da realidade econômica de Rio Pomba, estruturada em pequenas e médias propriedades rurais, é posta como sendo uma situação rara e benéfica à população, como uma condição humanizadora. A educação – de um modo especial o domínio da leitura e escrita – proporcionaria a liberdade e transformaria a mentalidade e a realidade de submissão servil que, na ótica do documento, era característica dos latifúndios.

O comércio mostrava-se dinâmico também na vida econômica da cidade. A industrialização era propósito almejado, mas que, até então, não se efetivara. A Usina Açucareira, considerada uma das principais atividades industriais da localidade, fora vendida e transportada para a vizinha cidade de Ponte Nova/MG no ano de 1935. Fato lamentado pela comunidade e descrito pelo *O Imparcial* como o esvair “da esperança dourada dos pombenses”.

Esse fato somado à euforia com que a cidade recebeu a notícia da instalação de uma fábrica de tecidos no ano posterior são indicativos de que o processo de industrialização era ainda acontecimento veementemente almejado na localidade, mas que ainda não se havia deflagrado.

Quanto aos aspectos religiosos, o catolicismo mantinha-se declaradamente como religião oficial. Forte e atuante, a igreja católica em Rio Pomba criou, no ano de 1931, um impresso, de circulação semanária, denominado *Santuário do Coração de Jesus*. O semanário, de feições religiosas, dirigido pelo pároco da cidade, Padre

---

<sup>371</sup>Relatório referente ao exercício de 1935, apresentado pelo prefeito Arthur Eugenio Furtado ao governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valladares Ribeiro, no ano de 1936. Documento constante do acervo do Museu Histórico de Rio Pomba, p.11.

João Chrysostomo Campos, cumpria a função de interação com a população e de propagação dos valores e dogmas religiosos católicos, promovendo, assim, mais fortalecimento e afirmação do catolicismo na localidade.

Os eventos socioculturais continuavam a movimentar a vida citadina e revelavam certos valores e conceitos que participavam do imaginário social da localidade. A valorização das atividades musicais e teatrais ganharam destaque nos inúmeros artigos dos impressos locais que anunciavam eventos desses gêneros no período em voga.

Uma sociedade existente em Rio Pomba, a *Associação Operária*, fundada no ano de 1923; O Club dos Trinta, reorganizado no ano de 1931 e o Cine-Theatro Mineiro, instalado na cidade na década anterior, apresentavam-se, nos anos 30 (século XX), como sendo as instituições locais mais dinâmicas, no que se refere à organização e realização de eventos e empreendimentos socioculturais. Estes giravam em torno das apresentações de peças teatrais, de recitais de piano e da orquestra local, organizada no ano de 1932.

Ganha ainda destaque, no início dessa década (1931), a comemoração do Centenário da emancipação do Município, quando da elevação da então Freguesia à Vila, em 1831. As efemérides que vangloriavam a história de Rio Pomba eram frequentemente comemoradas na localidade. Sua história, marcada por conquistas e glórias, seguia no tempo, concebida em Rio Pomba, como sendo um importante patrimônio.

## 4.2 A Educação em Rio Pomba: escolas como representação do processo educativo no município

*“... o desenvolvimento e a civilização de um povo estão na semente benéfica da instrução, estrada larga do progresso”*  
Leoncio Luiz de Oliveira<sup>372</sup>

O período aqui em foco, a década de 30 do século XX, pode ser dividida, no que se refere à educação brasileira em seu conjunto, em dois momentos. O primeiro, que abrange o período entre os anos de 1930 a 1937, é marcado pelas reformas empreendidas por Francisco Campos, estadista que assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e pelas lutas ideológicas irrompidas entre os pioneiros da educação nova e os conservadores.

Em se tratando da primeira fase, podemos ressaltar, como acontecimentos que a caracterizam, a intensificação dos debates do “movimento renovador da educação que teve, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – sua carta de princípios.”<sup>373</sup> O manifesto, movimento de um segmento da elite intelectual, que, embora com diferentes posições ideológicas, consolidava uma visão de educação e vislumbrava interferir nos rumos da sociedade pelas vias educacionais, foi um acontecimento que mostrou a vivacidade do tema “educação escolar” como questão social merecedora de atenção naquele momento.

O início dessa década foi também palco da promulgação de legislações que criaram o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930,<sup>374</sup> e o Conselho Nacional da Educação, em 1931<sup>375</sup>. Esse decreto participou da reforma educacional empreendida no mesmo ano e no ano subsequente, que ficou conhecida pelo nome

---

<sup>372</sup>Retirado do texto publicado no jornal *O Imparcial*, do dia 20/08/1933, no qual o autor justifica e promete providências para reestabelecer o funcionamento de uma escola que havia sido suprimida em “Silveiras”, então distrito de Rio Pomba e atual município de Silveirânia.

<sup>373</sup>ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007, p.128.

<sup>374</sup>Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930.

<sup>375</sup>Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931.

do então ministro da educação e saúde pública, *Reforma Francisco Campos* e que abrangeu o ensino superior, o secundário e o comercial.<sup>376</sup>

O segundo momento, que se sucede a partir de 1937, é marcado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, ou seja, pela instituição do regime totalitário que ocasionou uma “espécie de hibernação”<sup>377</sup> das lutas ideológicas e pela reorganização do ensino que culminou com a promulgação de decretos, no início da década seguinte, que ficaram conhecidos como *Leis Orgânicas do Ensino*.

Ainda no que toca à educação, as duas Constituições brasileiras, respectivamente promulgada e outorgada na década de 30 (século XX), marcam também a história da educação no país, visto que, “as lutas ideológicas encetadas, no período, entre o movimento renovador e os representantes da escola tradicional, como quer Fernando Azevedo, tiveram consequências práticas na elaboração do texto das Constituições de 1934 e 1937.”<sup>378</sup>

Fosse em uma ou em outra fase, no contexto nacional ou local, os anos de 1930, em seu conjunto, mostravam-se crédulos no ideal de regeneração da sociedade por meio da educação escolarizada. Ribeiro (2003) refere-se a esse período como contendo uma relativa expansão das unidades educativas, com base em dados do INEP<sup>379</sup>: “O crescimento real foi mais que duplicado em relação ao decênio anterior.”<sup>380</sup> Nesse contexto, as escolas passavam a ocupar também um lugar de maior relevância no imaginário social.

Em sintonia com o ideário educacional brasileiro da década de 30 (século XX), as escolas existentes na sede do município de Rio Pomba, o então *Grupo Escolar São José* e a *Escola Normal Regina Coeli*, bem como aquelas situadas na zona rural e nos distritos, passam a ser assunto frequentemente tratado pelo jornal *O Imparcial*, como também pelo impresso local *O Progressista*. No *O Imparcial*, jornal ao qual tivemos acesso à série completa das publicações empreendidas a

<sup>376</sup>Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 (Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário); Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931 (Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro); Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 (Dispõe sobre a organização do ensino secundário); Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 (Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências); Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932 (Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário).

<sup>377</sup>ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.153.

<sup>378</sup>ROMANELLI, 2007, p.151.

<sup>379</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>380</sup>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003, p.118.

partir de 1918, as instituições escolares se fizeram presentes na grande maioria dos exemplares dos anos de 1930<sup>381</sup>.

Percebemos que a existência de tais instituições no município contribuía para conferir-lhe um caráter de moderno, civilizado e em ritmo de desenvolvimento. Um artigo publicado pelo jornal *O Imparcial*, intitulado "Nosso Progresso", ao enumerar os elementos que proporcionavam essa visão otimista da situação do município, citava, em primeiro lugar, como um dos elementos que certificavam o progresso local, sua educação escolarizada.

O Pomba progride. Nossa vida acompanha o evoluir do progresso, em todos os ramos da atividade humana. Temos bons estabelecimentos de ensino. Bôas e sólidas casas comerciaes. Florescente industria, com ótimos estabelecimentos fabris. Lavoura e pecuária desenvolvidas. E o nosso povo, sempre amigo do progresso, vae, à medida de suas possibilidades, contribuindo com seus esforços, pela grandeza de nossa terra, integrando-a na comunhão das mais formosas cidades de Minas.<sup>382</sup>

Além de símbolos de progresso local, as escolas eram concebidas como meio de civilizar os povos, visando aprimorar o convívio coletivo. Assim dizia o artigo que abria o exemplar de *O Imparcial* no dia 31 de janeiro de 1932: "Sendo a sociedade uma instituição de máxima importância para a vida dos povos, devemos aprimorá-la o mais possível, elevando ao mais alto grau a intelectualidade de seus membros, fundando estabelecimentos de ensino e educação". Por meio desse texto, o autor traça uma intrínseca relação de interdependência entre a sociedade e a educação escolarizada, dando mostras dos significados das escolas na cidade e apontando para a necessidade de se incrementar sempre mais o "sistema educativo" do município.

Nesse ínterim, decretos municipais criavam escolas rurais e nomeavam professoras para as já existentes em Rio Pomba (sede e distritos). Os representantes do governo municipal mostravam-se, nessa década, investidos do propósito de uma expansão escolar. Os distritos e os representantes dos povoados da zona rural também clamavam por implantação e/ou incremento de unidades escolares nas respectivas localidades.

<sup>381</sup>No município, na zona rural de Rio Pomba bem como nos distritos, existiam também escolas primárias mantidas pela prefeitura e outras particulares, que funcionavam nas residências dos professores. (Dados retirados do Relatório apresentado pelo prefeito Oscavo Gonzaga Prata, referente ao exercício de 1934 e do texto intitulado "O que é o Pomba", impresso e publicado no ano de 1937. Ambos encontrados no Museu Histórico de Rio Pomba.

<sup>382</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 06/09/1931, p.1.

Artigos publicados no jornal *O Imparcial*, escritos por habitantes da sede do município e por moradores dos distritos a ele pertencentes, advertiam para a necessidade de criação de escolas visando ao progresso do local e nacional.

Crear escolas por toda parte, por todos os recantos de nosso paiz, é uma necessidade imperiosa que tem os governos municipaes, estaduaes e federaes auxiliados pelos particulares. É de magno interesse nacional lançar-se mão de todos os meios possíveis para o desenvolvimento da instrução em nosso adorável paiz, para que elle se integre, no menor tempo possível, no honroso conceito das nações civilisadas.<sup>383</sup>

O lugar que as escolas ocupavam no imaginário social local fez com que o governo municipal, no ano de 1932, tomasse medidas visando ao restabelecimento de escolas rurais, suprimidas pelo governo do estado. O relatório dos serviços públicos, empreendidos pela Prefeitura de Rio Pomba, nesse mesmo ano, assim registrava as ações educativas/escolares do município.

A fim de atender a instrução primária do município, com a suspensão das escolas mantidas pelo Estado, foram creadas e estão sendo mantidas pela Prefeitura 9 escolas ruraes mixtas, sendo ministrada com grande proveito a instrução a cerca de 500 alumnos. Essas escolas foram installadas nas zonas ruraes do município de maiores núcleos de habitantes. Para direção das mesmas foram aproveitadas as professoras mais operosas entre as quaes se achavam em disponibilidade. Para o exercício de 1933, consignei o augmento de mais três (3) escolas que já se acham em pleno funcçionamento.<sup>384</sup>

A proposta de escolarização da educação expandiu-se também às crianças de menor idade. Um “Jardim da Infância” foi fundado na cidade no ano de 1938, pela professora Alice Borges de Moraes, visando atender às crianças de 4 a 6 anos de idade.

A educação das crianças de idade inferior ao ensino primário era pertinente em uma cidade que via na escola uma oportunidade de mudança de mentalidade da população e de regeneração da sociedade como um todo. A ideia de que essa educação deveria iniciar-se nos primeiros anos de vida, visando corrigir, orientar e disciplinar os instintos naturais das crianças menores, esteve declarada em artigos publicados nos jornais locais, que protestavam contra a “vadiagem infantil”, em datas que antecedem à criação do “Jardim de Infância”.

<sup>383</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 27/12/1936, p.1.

<sup>384</sup> Relatório apresentado pelo Prefeito Oscavo Gonzaga Prata, ao Presidente do Estado de Minas Gerais, referente ao exercício do ano de 1932. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

Essa crença na escola como promotora do progresso e regeneradora da sociedade não era fato isolado em Rio Pomba/MG. Ribeiro (2003) nos informa de que a educação escolarizada em finais da década de 20 e início de 30 (século XX), passou a ser questão tratada e discutida no Brasil, não somente pelos políticos, como também pelos educadores “de profissão”, tendo em mente a ideia de que pela multiplicação de escolas, seria possível incorporar as várias camadas da população na senda do progresso e colocar o Brasil nos mesmos trilhos das nações por ele admiradas.<sup>385</sup>

A realização de um evento promovido em Rio Pomba, pelos dirigentes das escolas do município, em conjunto com a prefeitura e com as autoridades educacionais, a “Semana da Educação”, permite-nos perceber que as instituições escolares deveriam ser instrumentos de propagação dos valores e ideais que objetivavam civilizar os povos e melhorar as condições socioeconômicas do país. Para tanto, fazia-se necessário que o trabalho por elas desenvolvido extrapolasse os muros das escolas e atingisse o maior número possível de membros da sociedade.

Segundo Simonini (2006), a “Semana da Educação” compreendeu um programa de comemorações, organizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), para ser realizado nas escolas do Distrito Federal e das capitais dos Estados do Brasil, que ocorreu nos anos de 1928, 1929, 1930, 1931, 1933 e 1935. Inspirada na Semana Americana de Educação, dos Estados Unidos, esse evento, no Brasil, procurou, além de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela ABE, mobilizar as escolas para o desenvolvimento de trabalhos em sua sede e em outros espaços urbanos. Os temas comemorados estavam, entre outros, relacionados à higiene e saúde, à educação física, doméstica, intelectual, profissional, artística, cívica e ambiental.<sup>386</sup>

Em Rio Pomba, assim como nas demais localidades brasileiras onde o evento foi empreendido, a sexta Semana da Educação aconteceu no período de 6 a 12 de outubro de 1935. A programação, que envolveu a participação de escolas do município (sede e distritos), autoridades, jornalistas, intelectuais e a população local, promoveu o intercâmbio e a interação entre escolas e comunidade, visto que

---

<sup>385</sup>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003, p. 98.

<sup>386</sup>SIMONINI, Luciene de Almeida. **Para o brilhantismo das Semanas de Educação (1928-1935)**: o apoio concedido à iniciativa na correspondência da Associação Brasileira de Educação. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006, p.5590 a 5598.



constou de atividades que levaram as escolas para os diferentes espaços urbanos (ruas, praças, salões de cinema e teatro) e que também possibilitaram a entrada da população nos espaços escolares. Para além desses fatos, os discursos realçaram a preponderância da instrução, propiciada pelas escolas, “nos destinos da nacionalidade e na base do patrimônio intelectual e moral da Pátria”,<sup>387</sup> incutindo, assim, na população, a ideia de escola como solução para os problemas sociais brasileiros.

A participação e a forma como foi conduzida, no município, a sexta “Semana da Educação” revela a importância atribuída à educação escolarizada pela comunidade local e a necessidade de interação entre esta e as instituições escolares.

Nesse processo de aproximação e de afirmação das escolas pela sociedade, o Jornal *O Imparcial* fez-se o porta-voz das instituições escolares, das autoridades, dos representantes dos distritos e dos povoados da zona rural. Quando o assunto era educação, o impresso demonstrava esmerar-se para cumprir seu papel de divulgador dos acontecimentos e fomentador da participação popular.

A *Escola Normal Regina Coeli* utilizava-se desse jornal para publicar os períodos de matrículas e divulgar os cursos oferecidos, bem como para convidar as famílias das alunas para as festividades escolares.

Os auditórios e demais eventos, realizados pelo *Grupo Escolar*, eram também reportados pelo jornal. Essa instituição, que passara por um alongado processo de aceitação pela cidade, mostrava-se, nessa época, já participar da dinâmica social do município. Sua atuação extra-muros escolares, ou seja, em outros ambientes sociais que não o espaço escolar propriamente dito, revelavam que seu trabalho se fazia propalado e aceito pela comunidade municipal. O *Cine-Theatro Mineiro* era local frequentemente ocupado pelo *Grupo Escolar* para as apresentações de teatro e festivais infantis por ele preparados.

Assumidamente defensora e propagadora da religião católica, essa Instituição, tratada até então por *Grupo Escolar do Pomba* e *Grupo Escolar Francico Peixoto*, passa a ser referido, pela comunidade local, como *Grupo Escolar São José*, no ano de 1931. A mudança de nome da Instituição que, de acordo com o Regimento Interno da Escola, ainda não havia sido oficializada no ano de 1974, bem

---

<sup>387</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 13/10/1935, p.1.

como a entronização da imagem de São José no ambiente escolar, feita com festividade que envolveu convite “ao povo catholico”<sup>388</sup>, bênção da imagem na Igreja Matriz e procissão pela cidade até a escola, são demonstrativos de que os sujeitos escolares prosseguiram utilizando-se de mecanismos de resistência que visavam atribuir àquela escola, legalmente laica, elementos que a tornassem significativa para as pessoas que dela participavam, ou seja, mantiveram uma dinâmica constante de ressignificação da Instituição Escolar.

Esse acontecimento revela também que o catolicismo mantivera-se forte e atuante no seio social durante a Primeira República e que o período político marcado pela Revolução - que a Igreja Católica apoiara e da qual participara - e pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, era propício para o fortalecimento do movimento de resistência contra a educação escolar laica, proposta e instituída legalmente em décadas anteriores.

A participação do clero, nos movimentos sociopolíticos brasileiros dos anos 30 (século XX) fica evidenciada nos jornais. Colocando a Igreja Católica como elemento participante dos fenômenos históricos sociais do Brasil, desde seus primórdios, um artigo informa-nos:

Não é de agora que este precioso elemento vem de contribuir com seu indispensável esforço para a vitória dos sublimes ideaes que empolgam a nacionalidade brasileira. Já na época de ferir-se o pleito presidencial, vimos em muitas parochias mineiras, a palavra autorizada desta plêiade de brasileiros, concitando os eleitores ao comparecimento às urnas. Muitos iam mais além – esclarecendo ao povo os luminosos princípios cívicos em que norteavam os próceres alliancistas. Forçoso é confessar: si a revolução triumphou, como é certo, para o bem geral, o clero brasileiro, especialmente o mineiro, tem uma parte considerável nas glórias deste triumpho.<sup>389</sup>

Ribeiro (2003) esclarece que, nesse período de agitação social e contestação de ideias propiciadas pelos movimentos sociopolíticos brasileiros, constantes foram os debates, em nível nacional, sobre o “modelo” ideal de escolarização. E nesse contexto, duas “orientações” destacaram-se como conflitantes.

Uma era já tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto diferenciada para os sexos masculino e feminino, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc. Outra representada pelos

<sup>388</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 19/04/1931, p.1.

<sup>389</sup> *O Imparcial*, 16/11/1930, p.1.

educadores influenciados pelas “ideias novas” e que defendiam a laicidade, a co-educação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação, etc.<sup>390</sup>

Foi oportuno e interessante perceber que, mesmo tendo o mentor político e fiel escudeiro de Rio Pomba, Odilon Braga, como um estadista ligado ao grupo dos renovadores da educação<sup>391</sup> e, portanto, defensor de suas ideias em nível local e nacional, a sociedade riopombense seguiu a década de 30 (século XX) advogando uma educação cristã e tradicional, que concebia os dogmas da Igreja Católica como os fundamentos da formação ideal e que, portanto, parecia estar mais voltada para as orientações do grupo católico, que tinha como propósito a manutenção de uma educação tradicional/religiosa.<sup>392</sup>

Tais fatos faziam com que a *Escola Normal Regina Coeli* prosseguisse concebida como uma Instituição Escolar em sintonia com a cultura local. Seu trabalho na cidade implicaria mudanças de mentalidades das alunas que, disseminadas, ocasionariam transformações sociais e econômicas benéficas na cidade por meio da intensificação de uma educação moral/religiosa, da valorização da família e da intelectualidade. Assim ditava um dos artigos do jornal que enalteciam a Instituição:

Eu olho com um carinho especial aquelle vulto magestoso do Regina Coeli. Sinto ali alguma coisa de imenso que enche o vazio deste Pomba. Porque ele representa um conjunto admirável de fé e de trabalho. E nos leva forçosamente a uma segura perspectiva sobre o plano do futuro. Porque não é precisa uma vocação prophetica para que duma realidade dinâmica nos lancemos seguramente sobre a soma de consequências que elle, por força, desencadeará. [...] Mas o que me parece indiscutível é que não está longe o tempo em que dados positivos de ordem moral e intellectual, para não dizer também econômica, terão como determinantes rigorosas as realidades parciaes dessa augusta realidade local, que é, entre nós, o Collegio Regina Coeli. [...] Porque formará um núcleo de mentalidade sadia e fortemente christã, que, propagada, há-de, insensivelmente, por

<sup>390</sup>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003, p. 110 e 111.

<sup>391</sup>ROCHA, Marlos Mendes Bessa da. **Matrizes da modernidade republicana**: Cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, DF: Editora Plano, 2004, p. 177.

<sup>392</sup>Estamos cientes da necessidade de relativizar as inferências desse parágrafo, visto que, apesar da classificação dos grupos imbuídos na luta ideológica da educação, nesse período, em “renovadores” e “católicos”, a história tem nos mostrado que as “matrizes” de pensamento eram múltiplas e que, ao tentar enquadrar os participantes em dois grupos distintos, corremos o risco de nos distanciar de uma visão mais aproximada desse fenômeno histórico.

methodo evolutivo, constituir um conjunto realmente uniforme de unidade de vontade.<sup>393</sup>

Essa instituição, já firmada na cidade como um importante patrimônio cultural, foi alvo de um decreto, no ano de 1931, que a eximiu dos impostos municipais por um período de cinco anos. O ato legal era um comprovativo do interesse pela manutenção do educandário no município.

A falta de uma instituição de ensino secundário para os alunos do sexo masculino e de escolas de ensino superior em Rio Pomba fazia com que as notícias sobre os estudantes riopombenses, matriculados e/ou formados em instituições escolares de outras localidades, continuassem recorrentes nos jornais.

É oportuno perceber, por meio de uma das publicações do jornal *O Imparcial* que divulgava as conclusões de cursos secundários e superiores dos “filhos do Pomba”, o papel e o lugar que esses níveis de ensino, tratados na comunidade como “Ensino Superior”, representavam e ocupavam no imaginário social. A posição da escola como prestadora de um nobre serviço à nação também fica patente no impresso. Nesse entendimento, um município que fomentasse, incentivasse e promovesse a formação educativa escolarizada, pós-primária, estaria contribuindo para a grandeza e o progresso da nação. Em tom de orgulho e satisfação, propalava-se a notícia:

**O Pomba deu à Pátria**<sup>394</sup> este anno, uma plêiade de moços e moças que caldearam seu espírito na forja intellectual de vários collegios e academias de ensino superior. Do nosso “Regina Coeli”, às Capitaes do Estado e do Paiz, apontaram este anno, intelligencias novas, preparadas para o trabalho espirital em prol da Pátria, numa demonstração flagrante da nossa cultura e afirmação confortadora da tradicional civilização que tem sido justo orgulho da terra pombense, na sequência dos decênios, que passam desde os primórdios da nossa existência.<sup>395</sup>

E, no bojo dessas representações sociais da escola na localidade, a população era convidada a tomar parte, de forma direta, como colaboradora das atividades escolares e mostrava-se receptiva em atender aos convites.

Percebemos que a participação da comunidade municipal era maciça e efetiva, fosse por meio de doações financeiras e/ou pela participação direta nos eventos promovidos. As festividades por ela organizadas, destinadas à arrecadação

<sup>393</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 15/02/1931, p.1.

<sup>394</sup> Grifo nosso.

<sup>395</sup> *O Imparcial*, 17/12/1933, p.1.

de fundos para seu trabalho assistencial, estiveram em voga nas diversas primeiras páginas do Jornal *O Imparcial*, na década de 30 (século XX).

O envolvimento da comunidade, não somente no que toca à presença nos eventos, como também no subsídio das atividades escolares, fazia-se notar por meio da dinâmica de trabalho da *Caixa Escolar* anexa ao então *Grupo Escolar São José*, voltada para o financiamento de materiais didáticos, uniformes e merenda para os alunos economicamente carentes. Os feitos dos colaboradores eram passíveis de elogios e evidenciados como sendo uma causa nobre em favor daqueles que necessitavam dessa assistência social.

Assim explicitava a matéria que informava sobre o recebimento de uma doação de material didático que, por sua vez, seria repassada para o Grupo Escolar.

Nós, que admiramos a generosidade dos que agradam a Deus lembrando-se dos pobres, applaudimos com sympathia, esses gestos que são bem dignos de ser imitados e revelam a grandeza d'alma dos que os praticam. **“Quem dá aos pobres empresta a Deus”**.<sup>396</sup>

Pelos significados dos trabalhos realizados, a *Caixa Escolar* da cidade de Rio Pomba era considerada “o factor mais eficiente de movimentação social”. Seus eventos contavam com a presença “dos melhores elementos da sociedade pombense e o concurso de muitos convidados de fóra”. Assim, o trabalho realizado pela *Caixa Escolar* na cidade, que movimentava a comunidade e fomentava sua participação na educação escolarizada, era entendido como fator que permitia “unir mais, num esforço conjugado, a família pombense”<sup>397</sup>.

As iniciativas da sociedade local, no que diz respeito à educação/instrução, extrapolaram os ambientes escolares. Uma biblioteca instalada na *Sociedade Beneficente Operária*, após longa campanha em prol da mesma, leva-nos a percepção de que a instrução, de um modo especial a cultura letrada, permanecia, na localidade, entendida como uma valiosa componente social e, por isso, digna da fomentação de atividades e órgãos que a promovessem.

A biblioteca, inaugurada em 15 de novembro de 1933, comportava um significado peculiar na localidade, considerando que, em finais do século XIX, ela representava em Rio Pomba um de seus principais instrumentos de instrução. Sua extinção fora considerada como ponto de retrocesso do município. Assim

<sup>396</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 07/06/1931, p.1.

<sup>397</sup> *O Imparcial*, 12/07/1931, p.1.

proclamava o primeiro artigo publicado no Jornal local *O Imparcial* referente à campanha pela instalação de uma biblioteca na sede da *Sociedade Beneficente Operária*: “...nessa parte o Pomba está sob um regime retroactivo. Em época bem remota, quando o ensino das letras não era difundido entre nós, possuímos uma excelente bibliotheca, que ótimos serviços prestou a mentalidade de então”.<sup>398</sup>

Esse elemento cultural fazia-se valioso em uma comunidade que, de há muito, demonstrava um apreço, de certa forma exacerbado, pelas práticas ligadas à intelectualidade. Era, portanto, outro elemento que estava em sintonia com a cultural local, uma forma de “ocupação condigna”<sup>399</sup> ao meio social riopombense.

O anseio pela instalação da biblioteca fundava-se, ainda, no que esse elemento representava para um município interiorano de Minas Gerais.

É comum ouvir-se dizer: somos um povo analphabeto; que em todas as localidades do interior ninguém tem gosto pela leitura. [...]É uma necessidade portanto a organização de uma bibliothecas publicas em todas as cidades do interior. Para nós, uma necessidade que se impõe se quizermos que a nossa cidade gose merecidamente dos foros de civilisada.<sup>400</sup>

Essa associação, “fundada em 13 de outubro de 1927, com o objetivo de prestar assistência médica e farmacêutica e difundir instrução entre os sócios” (operariado e a classe média riopombense), tinha sua sede localizada na avenida central da cidade<sup>401</sup> e foi palco de diferentes eventos culturais<sup>402</sup>.

Em 1932, portanto cinco anos após sua criação, a Associação já se declarava e se assumia como uma entidade empenhada em participar da “instrução” de seus associados, estes referenciados nas fontes<sup>403</sup> como sendo a classe média do município. Colocando-se parceira das escolas e enfatizando a sua importância um dos idealizadores da biblioteca, Olympio Moreira, afirma:

As finalidades importantíssimas dessa benemérita Sociedade que a actual Diretoria está cuidando com especial carinho, são as que dizem respeito a instrução de seus associados, para o que, além de seções semanais, realiza-se uma festa cívica em todas as datas

<sup>398</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 27/09/1931, p.1.

<sup>399</sup> *O Imparcial*, 27/09/1931, p.1.

<sup>400</sup> *O Imparcial*, 27/09/1931, p.1.

<sup>401</sup> Atual Avenida Dr. José Neves.

<sup>402</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 429.

<sup>403</sup> SANTIAGO, 1991 e Jornal local *O Imparcial*.

nacionais, nas quais muitos associados tem oportunidade de revelarem-se oradores e estudiosos.<sup>404</sup>

Segundo Nagle (1990), as instituições auxiliares da escola faziam-se também presentes nos planos educacionais brasileiros em seu conjunto, visando fazer com que esta “desempenhasse cada vez mais sua função formativa”. O autor informa-nos que, nesse contexto e com esse intento, já multiplicavam-se, nos anos de 1920, “as bibliotecas e museus escolares, os clubes de leitura e pelotões de saúde, o escoteirismo, o cinema e o rádio educativos, as excursões”.<sup>405</sup>

Como podemos constatar, a educação cívica, de presença marcante nos trabalhos escolares, era também elemento participante, quiçá central, dos trabalhos educativos das instituições sociais não escolares.

Percebemos que, dia após dia, as escolas e a cidade tornavam-se mais íntimas e parceiras. O panorama educacional dos anos 30 (século XX), em Rio Pomba, é marcado, em especial, pela visibilidade e pela valorização das instituições escolares no município. O momento era de reconhecimento do lugar da escola na vida da sociedade. Sua suposta capacidade de mudar a mentalidade dos povos e, assim, mudar a realidade das nações, era bandeira defendida e entendida não somente pela comunidade municipal, como também pela sociedade brasileira em geral.

Desse modo, as instituições escolares passaram a ser concebidas em Rio Pomba como patrimônios culturais da localidade. Seus eventos eram prestigiados pela população, as iniciativas filantrópicas em prol do ensino escolarizado eram merecedoras do apoio e da participação da comunidade, as ameaças de extinção de instituições escolares eram protestadas visando garantir sua manutenção, fosse por meio de manifestações e atuações das respectivas comunidades escolares, dos representantes do governo municipal e até mesmo da população riopombense em geral.

<sup>404</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 10/07/1932, p.1.

<sup>405</sup> NAGLE, Jorge. **A Educação na Primeira República**. In Fausto Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1899 – 1930). Ed Bertran S/A. 1990. p. 271.

### 4.3 Um ginásio para os rapazes: o significado da Instituição na localidade e do ensino secundário no entorno da década de 30 (século XX)

*O progredir de uma localidade obedece sensivelmente ao grau de intellectualidade de seus habitantes*<sup>406</sup>.

Um ano após a fundação da Escola Normal em Rio Pomba/MG, ou seja, em 1929, já se cogitava a criação de uma instituição escolar voltada para a formação dos rapazes que, até então, necessitavam afastar-se do município para o prosseguimento dos estudos. O jornal local *O Imparcial* assim propalava a “alvissareira” notícia:

Para o fim de assentar as bases da fundação, nesta cidade, de um externato masculino, reunir-se-ão, hoje, às 3 horas da tarde, no edifício do Forum, vários elementos representativos da nossa sociedade. Esta alvissareira notícia por certo agradará a todos quantos se interessam pelo progresso local, vindo, como vem a criação de um estabelecimento de educação, masculino, trazer vantagens inestimáveis a formação dos pequeninos pombenses que até hoje têm tido necessidade de deixar a família e o lar, afim de preparar o futuro em cidades visinhas.<sup>407</sup>

Destacando a educação masculina e associando a sua existência como elemento de progresso em uma determinada localidade, a informação do impresso nos leva a crer que se tratava de um educandário de ensino secundário, já que alegava a necessidade da saída dos alunos do município, tendo em vista sua formação em outras cidades, certamente dotadas de um nível de ensino inexistente em Rio Pomba, para os alunos do sexo masculino.

Já no início da década de 30 (século XX), mais precisamente no ano de 1932, iniciou-se a campanha em prol da fundação de uma escola nesses moldes (secundária e masculina). As operações iniciaram por uma convocatória dirigida a toda a população do local para que contribuíssem financeiramente visando à efetivação de tal intento.

<sup>406</sup>Prólogo do texto que abria o exemplar do Jornal local *O Imparcial*, do dia 24 de janeiro de 1932, assinado por “Olympio Moreira”, comerciante em Rio Pomba e colaborador do jornal.

<sup>407</sup>A notícia caracterizada como uma informação da redação do jornal, está publicada na primeira página do exemplar de *O Imparcial*, do dia 14 de abril de 1929.



Sentimos que a aceitação de tal projeto deparava-se com uma outra necessidade coletiva local que, há tempos, fazia-se presente em Rio Pomba: a construção de um hospital. Percebemos que, sapientes da necessidade e da urgência de um estabelecimento voltado para a saúde no município, que há muito era reclamado pela comunidade, dividiria opiniões e, conseqüentemente, implicaria dificuldades para a aceitação da criação de uma escola secundária para rapazes como proposta prioritária, os idealizadores optaram por iniciar a campanha advogando a fundação dos dois estabelecimentos em Rio Pomba: a escola e o hospital<sup>408</sup>.

Discursos procuravam incutir a ideia de que a participação popular em ambas as causas era imprescindível e constituía-se demonstração de mentalidade avançada, culta e de horizontes alargados. Imbuído desse objetivo, assim argumentava o texto assinado por Olympio Moreira:

Os brasileiros no interior – exceptuando-se poucos e devido infelizmente à deficiência de instrução – apegam-se demasiadamente aos seus haveres, tornando-se indiferentes ou mesmo contrários a todas iniciativas e empreendimentos sociaes. Dahi vem a nossa pobreza e a nossa inferioridade perante outros povos mais instruídos e mais educados, os quais não se cansam de nos alcunhar de indolentes.<sup>409</sup>

A advertência, a nosso ver, utilizada como estratégia de persuasão - já que o artigo objetivava convocar a população riopombense para uma participação direta na proposta de criação da escola e do hospital -, enfatizava a falta de instrução como elemento causador da limitação de perspectiva de uma população.

O mesmo texto expunha ainda uma concepção sobre as implicações positivas da educação escolarizada no seio de uma comunidade, bem como as funções e papéis esperados pela sociedade daqueles que auferiam a formação escolar, de um modo especial em nível pós-primário.

Essa plêiade de moços, filhos desta terra, uns já formados, outros em vésperas de formatura e muitos outros já iniciados das letras; pelos seus requisitos Moraes e intellectuaes; dedicação e amor ao berço natal, é penhor seguro de um futuro de conceitos e prosperidades para este pedaço de Minas. Será portanto essa geração nova de mentalidade culta e educada que manobrará, em

<sup>408</sup> O hospital foi inaugurado no dia 08/06/1939.

<sup>409</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 24/01/1932, p.1.

breve os recursos que temos de grandes possibilidades e que, por certo, levará Rio Pomba à altura que desejamos.<sup>410</sup>

Interessante perceber, na citação, a relação estabelecida entre a formação escolar (pós-primária) dos homens da sociedade e a função a eles reservada como sendo a de dirigi-la. A concepção de ensino secundário como formador de uma elite dirigente, exposta no jornal do município, remete-nos para a história do ensino secundário nos tempos do Império no Brasil, quando esse nível de ensino, de forte caráter humanista, era encarado com esse fim precípua. [...] “para os propugnadores do ensino literário, uma educação geral desinteressada era o que mais convinha à **formação das elites dirigentes**”.<sup>411</sup>

O intento de fundação do Ginásio em Rio Pomba era entendido e divulgado como sendo um exemplo vivo das concepções expostas sobre a rentabilidade e o retorno da educação escolarizada como investimento social, já que à frente da campanha em prol de sua criação estava, em 1932, um jovem, nascido em Rio Pomba, em outubro de 1906<sup>412</sup>, que havia cursado Faculdade de Direito noutra localidade e voltado à sua terra natal para ali aplicar os ensinamentos recebidos na escola. José Simões de Araújo Campos (Dr. J. Campos) fazia-se símbolo do retorno que o investimento na educação escolarizada poderia proporcionar à localidade.

O artigo de Olympio Moreira destacava:

Já um dos moços alludidos, o Dr. J. Campos, cogita de lançar os planos da fundação de um colégio para rapazes. Nada mais necessário que um estabelecimento de ensino secundário nesta cidade, onde tantas inteligências se perdem por falta de cultivo. O alvitre merece as maiores sympathias. Oriundo de um cérebro culto e moço, forçosamente será uma realidade.<sup>413</sup>

Em entrevista concedida pelo Dr. J. Campos, ao jornal local *O Imparcial*, publicada no exemplar do dia 1º de julho de 1934, teve-se a notícia de que o considerado “idealizador” da escola teria comprado uma chácara para que nela se instalasse o Ginásio.

<sup>410</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 24/01/1932, p.1.

<sup>411</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p. 97.

<sup>412</sup> Data informada pelo *Ofício de Registro Civil das pessoas naturais de Rio Pomba/MG* em 09/03/2011.

<sup>413</sup> *O Imparcial*, 24/01/1932, p.1.

Na mesma entrevista, José Simões de Araújo Campos deixa patente sua concepção sobre a relação entre a fundação de escolas no município e a constatação de seu progresso, quando pronuncia: “O que eleva uma terra são os seus homens; a ilustração destes é um índice do progresso daquela.”<sup>414</sup>

Para além do vínculo entre educação escolar e progresso municipal, o entrevistado reitera a ideia de que a criação de um estabelecimento de ensino secundário, para rapazes, em Rio Pomba, estava coadunada com a concepção desse nível de ensino no país como um todo.

O ensino secundário “era dirigido às elites e partes das classes médias,”<sup>415</sup> portanto seletivo e restrito a determinados grupos sociais. A escola a ser criada no município deveria, na visão de seu idealizador, cumprir um determinado papel, servir a uma determinada função. Assim manifestava Dr. J. Campos: “E o gymnasio será por todos os motivos, o ponto de reunião das elites pombenses e um bello campo onde empregarmos as nossas actividades”.<sup>416</sup>

É necessário compreender que, no ano de 1934, quando escrito o texto citado, o ensino secundário estava estruturado em dois ciclos: o primeiro ciclo, chamado *Fundamental*, com duração de cinco anos, era destinado à formação do adolescente. A segunda fase, denominada *Ciclo Complementar*, com dois anos de duração, previa certo grau de especialização e estava dividida em três seções, organizadas em conformidade com a orientação profissional, constituindo-se numa adaptação e preparação dos candidatos aos cursos superiores.

A nomenclatura “Ginásio” só seria instituída na legislação educacional brasileira, para se referir ao “tipo” de estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o primeiro ciclo, no ano de 1942, quando da promulgação da *Lei Orgânica do Ensino Secundário*, no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Porém, nos anos de 1930 já era utilizada na localidade para se referir à etapa sequente ao curso primário e à instituição que seria criada.

Pela legislação de 1932, o Decreto 21.241 de 04 de abril, é possível perceber que o termo já era utilizado no estrangeiro para designar etapa escolar de ensino

<sup>414</sup>Depoimento de José Simões de Araújo Campos, em entrevista concedida ao Jornal Local *O Imparcial*, publicada na primeira página do exemplar do dia 1º de julho de 1934.

<sup>415</sup>DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009, p. 186.

<sup>416</sup>Depoimento de José Simões de Araújo Campos. (*O Imparcial* - 01/07/1934)

pós-primário. Assim sendo, podemos inferir que o uso e a posterior adoção do termo, no Brasil, estão atrelados a uma história educacional de outros países.

Somente em maio do ano seguinte, ou seja, em 1935, é que o jornal volta a cogitar a criação do estabelecimento de ensino secundário para rapazes e, a partir do exemplar de 19 de maio desse ano, é aberta pelo diretor do jornal uma sistemática campanha em prol da sua fundação.

Um arrefecimento da campanha que teve como consequência a pausa nas publicações e nos movimentos de criação da Instituição no período de julho de 1934 a maio de 1935 é percebida e justificada posteriormente em função do falecimento de um dos idealizadores da escola, Antônio Sampaio Ayres<sup>417</sup>.

Uma série de sete entrevistas, publicadas entre 19 de maio a 30 de junho de 1935, realizadas pelo jornal com pessoas consideradas influentes na localidade constituíram-se, assim entendemos, a primeira ação da sistemática “Campanha pró-Gymnasio”<sup>418</sup>.

Por meio das informações advindas desses depoimentos, foi possível compreender que o intuito era de que um maior número possível de pessoas da comunidade participasse da concretização do projeto e, para que isso acontecesse, sugeriam a adoção do sistema de quotas com valores de várias ordens, para que o processo envolvesse pessoas de diferentes níveis socioeconômicos.

Contavam, também, com a participação e o apoio do político local Odilon Braga que, nesse momento, ocupava o cargo de Ministro da Agricultura; do então prefeito do município, Arthur Furtado, e de outro mineiro que ocupava o cargo de Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

A alegação constante das entrevistas, em seu conjunto, era de que causava surpresa um município como Rio Pomba ainda não estar dotado de um educandário naqueles moldes.

---

<sup>417</sup> Antônio Sampaio Ayres (22/05/1897) era advogado, natural de Cristina/MG. Em 1931 casou-se no município de Rio Pomba e faleceu em 28/04/1934. (Dados informados pelo *Ofício de Registro Civil das pessoas naturais de Rio Pomba/MG* em 12/08/2010).

<sup>418</sup> Os entrevistados, por ordem cronológica das publicações, foram os seguintes: José Simões de Araújo Campos, um jovem da elite intelectual da localidade, considerado o principal “idealizador” da instituição escolar; José Marini Souza, inspetor escolar do município; Antônio Anastácio, empresário na cidade e personalidade envolvida diretamente na criação da *Escola Normal Regina Coeli*; Ramiro Rocha, colaborador do Jornal *O Imparcial*, major e escrivão da Coletoria Federal; Dnar Mendes de Oliveira, membro da elite intelectual, advogado, jornalista e inspetor federal do ensino; José Tostes de Alvarenga, médico e professor de francês; José Maria Burnier Pessoa de Mello, juiz da comarca de Rio Pomba.

E, no nosso perceber, havia um certo incômodo pelo fato de as moças da localidade serem beneficiadas com o ensino pós-primário, em um contexto no qual se concebia a elite masculina como grupo dirigente da sociedade e, portanto, mais necessitada e merecedora de uma formação condizente aos papéis a ela incumbidos.

Para além dessa questão, fazia-se incoerente, de certa forma, um município priorizar a educação das moças, idealizadas para as funções domésticas, conjugais e maternais, em detrimento da educação dos rapazes, grupo que futuramente teria nas mãos as rédeas da sociedade.

A última entrevista da série assim relembrava,

O Pomba já possui um modelar educandário para as meninas, que é o Collegio “Regina Coeli”, superiormente dirigido pela competência e dedicação inexcusáveis das beneméritas Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, a quem a cidade e o município devem o acréscimo intelectual e moral de seu patrimônio. Que possua, também, um instituto para meninos, gymnasio com a grande vantagem de situado em um clima optimo, mais próximo aos corações dos paes, e, certo menos dispendioso a eles.<sup>419</sup>

Porém, no período que circunda a fundação do Ginásio, essa questão foi levantada de forma sutil. Só anos depois, quando a escola já se havia firmado no seio social, é que os discursos traziam patente essa “incoerente desigualdade” entre a educação da moças e dos rapazes que existira outrora.

Assim confirmava o artigo publicado no ano de 1952:

Reporto-me ao tempo, que não vai longe ainda, quando nossa terra não contava com um educandário para seus varões, ficando os mundos luminosos das ciências apenas ao alcance daqueles que se apoiavam no pedestal da riqueza. [...] Tal fato ocasionava uma disparidade flagrante entre o espírito burilado das normalistas pombenses e o intelecto obscuro do rapaz, distante de uma fonte de conhecimentos. Enquanto estas desfrutavam de um educandário modelo como o “Regina Coeli” facultando-lhes educação eficiente e acessível a todas as bolsas, sem arrebatá-las do aconchego dos lares, aqueles teriam que transportar-se a terras longínquas, à mercê de colégios que lhes exigiriam grossa quantia de metal sonante, raramente possível às condições financeiras de seus pais.<sup>420</sup>

<sup>419</sup>Entrevista concedida ao jornal local *O Imparcial*, por José Maria Burnier Pessoa de Mello, o então juiz da comarca de Rio Pomba, publicada no exemplar do dia 30 de junho de 1935.

<sup>420</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 31/08/1952, p.1 (Artigo intitulado: *O Ginásio Municipal Pombense*, assinado por André Francisco B. da Costa, ex-aluno da Instituição).

Entre os motivos expostos para a fundação de uma escola de ensino secundário para rapazes, estava patente também a questão do significado de uma instituição escolar, naqueles moldes, para o município como um todo. Assim sendo, o jornal *O Imparcial* prosseguia a campanha procurando incutir a ideia de que aqueles que apoiassem o propósito e participassem de sua concretização estariam desempenhando um nobre papel como cidadãos riopombenses.

No início de julho daquele mesmo ano tem-se a notícia de que o diretor do jornal local, José de Assis Vieira, acompanhado pelo idealizador do Ginásio, José Simões de Araújo Campos, teria saído pela cidade e arrecadado uma significativa quantia em dinheiro para os fins propostos.

O jornal assim reportou a notícia do arrecadamento e doações auferidas:

Sirva-nos mais de exemplo este gesto viril do povo pombense que se levanta de ímpeto, subitamente, como um soldado ao toque de avançar – e se enfileira entre os que buscam colocar a nossa terra pequenina, ingênua e boa, no lugar que lhe marcou no seio do Minas, a beleza do seu progresso, a riqueza dourada de seu solo, o esforço titânico de seus homens. (7 de julho de 1935) – editorial do jornal.<sup>421</sup>

O texto associava a criação do Ginásio à elevação do nome da cidade no território mineiro e, para além, concebia a criação da Instituição como meio de recuperar o passado de glória, tendo em vista a representatividade do município em Minas Gerais em períodos precedentes, já que fora, no início do século XIX, o primeiro município da Zona da Mata e uma das seis comarcas existentes na Província de Minas Gerais, constituindo-se, portanto, local de referência perante o estado.

Um documento constante do arquivo da escola, datado de 1938, confirma nossas inferências. Nele o prefeito do município, em tom de sutil protesto, lamenta a inexistência de uma escola secundária masculina e, mais do que retratá-la como elemento de progresso, afirma ser essa carência um fator que colocava Rio Pomba aquém de outras localidades que outrora eram a ele “subordinadas”, ou seja, tentava defender a ideia da disparidade e incoerência existentes no processo de escolarização da região e descrevia as escolas como sendo as unidades de medida do grau de progresso de um município.

---

<sup>421</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 07/07/1935, p.1.

O velho e tradicional município do Pomba, foi sede de grande comarca do Estado de Minas a qual pertenceram vários e importantes municípios de hoje, como sejam Ubá, Rio Branco, Carongola, Cataguazes, Guarany, Mar de Espanha, Rio Novo, parte de Juiz de Fôra, Mercês e parte de Rio Doce. Ora, quasi todos estes municípios têm os seus estabelecimentos de ensino secundário e alguns com vários, ao passo que esta velha sede não possui ainda um estabelecimento de ensino secundário para rapazes, como ora pretende a Sociedade Pombense de Cultura e Ensino, em colaboração com a Prefeitura. Ora, V. Excia sabe que um povo vale pela cultura que possui e **um município se mede**<sup>422</sup> pelos seus estabelecimentos de ensino.<sup>423</sup>

Outro motivo que salta na história do processo de criação do Ginásio em Rio Pomba é a necessidade de deslocamento dos rapazes, residentes na cidade, para outras localidades com vistas a cursar o ensino secundário. A possibilidade de manter os filhos no município, tornando o investimento no ensino menos dispendioso para os pais e facilitando a sua “fiscalização” foi frequentemente apontada como um dos itens que levavam a proposição da fundação da escola.

Os discursos procuravam convencer – e incitar o apoio e a participação pecuniária – não somente dos pais com filhos em idade escolar, mas também da sociedade como um todo. Aos comerciantes era difundida a ideia de que a instalação da escola traria o aumento do movimento de pessoas na localidade e, conseqüentemente, aqueceria o setor comercial, já que a proposta incluía a vinda de alunos de vários locais da região e não somente o atendimento aos moradores da cidade de Rio Pomba.

A “Campanha pró-Gymnasio”, promovida pelo jornal *O Imparcial*, de iniciativa de seu diretor, José de Assis Vieira, prosseguia convicta de seu êxito. Em agosto de 1935 o impresso publicava uma listagem com os nomes dos membros da “sociedade” que havia sido incorporada para a fundação do Ginásio.<sup>424</sup>

A concitação da participação da comunidade riopombense é fato que se destaca no processo de fundação da escola secundária para rapazes em Rio Pomba. Os vários artigos e entrevistas publicadas no jornal frisavam a importância

<sup>422</sup>Grifo nosso.

<sup>423</sup>Cópia da carta que apresentava como remetente o então prefeito de Rio Pomba, José Simões de Araújo Campos, endereçada ao Diretor do Departamento de Assistência dos Municípios, Firmino Salles Botelho, datada de 18 de maio de 1938. (*Acervo da Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*)

<sup>424</sup>A listagem continha 52 nomes e estava encabeçada, respectivamente, pelos seguintes membros: Odilon Braga (Ministro da Agricultura), Arthur Furtado (Prefeito do Município), José Simões de Araújo Campos (Juiz Municipal e considerado o idealizador da Instituição).

da população “abraçar” a causa, já que o intento caracterizava-se como um bem coletivo.

[...] e é preciso que cada pombense de qualquer categoria dê sua contribuição. Desde o mais humilde operário até o mais abastado patrício. Cada um dê seu apoio incondicional: apoio moral, apoio material e apoio intelectual. Precisamos do brado geral do povo do Pomba.<sup>425</sup>

Nesse ínterim de planejamentos e incipientes concretizações visando à criação do Ginásio, é divulgada a notícia de que o considerado idealizador da Instituição estaria mantendo contatos com Madre Rosário Marchesi, pertencente à Congregação Religiosa que dirigia a *Escola Normal Regina Coeli*, com vistas a interceder, junto a uma congregação de padres, para que a nova Instituição também se fizesse confessional/católica.

A intermediação da religiosa trouxe a Rio Pomba “Irmão Damaso Cerquetti”, membro da Congregação dos Irmãos de Nossa Senhora da Misericórdia “com sede na Bélgica e com casas filiais na Holanda, na Inglaterra, na Itália, no Canadá, na Argentina, no Uruguai, etc”<sup>426</sup>, que veio avaliar *in loco* as condições da cidade e a proposta do grupo empenhado diretamente na criação do Ginásio.

A recepção do padre – feita por políticos e autoridades locais - e as propostas apresentadas à Congregação são reveladoras de que havia interesse em que a escola para rapazes se fizesse católica e tivesse à frente de sua direção o grupo de religiosos que o visitante representava.

O município oferecia à Congregação as seguintes condições:

- 1º) O Governo Municipal doará terrenos de cerca de oito hectares mais ou menos, dentro da cidade, no lugar denominado Rosário.
- 2º) O Governo Municipal doará duas casas de construção antiga, sitas à rua Dr. Queiroz, no mesmo local, próxima à Igreja do Rosário, com um terreno de dois hectares mais ou menos, ou, caso não haja interesse para estas duas casas, doará então o Governo Municipal a importância de quinze contos de reis (15.000\$000) paga em anuidades de cinco contos de réis.
- 3º) O Governo Municipal isentará o gymnasio de todos os impostos e taxas municipais.
- 4º) O Exmo. Sr. Arcebispo de Mariana doará à Igreja de Nossa Senhora do Rosario e seu respectivo terreno, sita no local

<sup>425</sup> Trecho do texto assinado por J. Fagundes, publicado no jornal *O Imparcial* na primeira página do exemplar do dia 11 de agosto de 1935.

<sup>426</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 10/11/1935, p.1.



denominado Rosario, próximo as duas casas que doará o Governo Municipal e contiguas aos terrenos que doará o Governo Municipal.

5º) O povo do município do Pomba emprestará a importância mínima de 50 contos de réis à Congregação, para que esta quantia seja paga em prestações anuais de cinco contos de réis no mínimo, depois que o Gymnasio tiver um mínimo de 50 alunos internos e 50 ditos externos. Esta importância de 50 contos de réis será entregue no correr do ano de 1936 e não vencerão juros contra a Congregação.<sup>427</sup>

O interesse pelo caráter católico da Instituição, que pode ser percebido na proposta apresentada pelo município à congregação dos padres, é ratificador da ideia de que a educação tradicional, representada no momento pela igreja católica, era concebida, na localidade, como um modelo ideal de formação.

Para além, a proposta nos remete ao fato de que a intenção era fundar uma escola particular, visando atender àqueles que detinham as condições econômicas necessárias para frequentá-la. Não se tratava de uma escola voltada para a comunidade como um todo, seria seleta, elitizada e em sintonia com a tradição histórica do ensino secundário no Brasil. Fazendo uso das palavras de Souza(2008),

Tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana, cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores.<sup>428</sup>

A contraproposta, ou seja, as condições designadas à Congregação, constante da negociação entre esta e o município descortina, ainda mais, o propósito de se fundar uma escola para o que podemos chamar de “elite econômica” da localidade e da região.

Constava das obrigações esperadas da Congregação:

1º) Manter um estabelecimento de ensino secundário nesta cidade, com internato, semi-internato e externato, de acordo com as leis de instrução do país.

2º) As suas taxas e matrículas não excederão as de idênticos estabelecimentos do Estado de Minas.

<sup>427</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 10/11/1935, p.1.

<sup>428</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p. 89.

3º) Conceder um abatimento de 10% a um filho, neto ou pupilo de cada um dos cotizadores apenas enquanto o pretendente não for reembolsado de sua quota.

4º) A manter gratuitamente cinco alunos pobres externos por indicação do Governo Municipal, mediante concurso.<sup>429</sup>

Podemos perceber que, apesar da intenção em expandir o ensino que seria ministrado a alunos economicamente carentes, a escola tinha caráter seletivo no que tange ao perfil de seu alunado, já que atenderia, em sua maioria, àqueles que detivessem os recursos financeiros necessários que seriam por ela estipulados.

No início do ano seguinte já se tinha a notícia de que estava descartada a possibilidade de a escola ser religiosa e dirigida por padres e a justificativa para o fracasso da tentativa fundamentava-se no argumento de que o número de padres da Congregação era insuficiente para tal.

Porém, a resposta negativa da Congregação não causou desânimo nos propositores da criação da escola. Em março de 1936, com o propósito de aproveitar ainda aquele ano letivo, o considerado principal idealizador “Dr. José Simões de Araújo Campos” e Antônio Anastácio, que esteve envolvido nos movimentos em prol da educação escolarizada em Rio Pomba, de um modo especial na criação da *Escola Normal Regina Coeli*, iniciaram a “fase material”<sup>430</sup> da campanha recolhendo parte da quantia que havia sido subscrita pelos acionistas.

Por toda a campanha publicada, ficou patente o significado do qual a existência de uma escola secundária, em uma determinada localidade, era portadora e, tendo em vista essa representação, fazia-se explícito o papel esperado por cada membro da comunidade, já que se tratava de um bem coletivo. Assim sendo, a todo o momento, a comunidade era concitada – e, de certa forma, intimada - a participar moral e financeiramente do processo de fundação do Ginásio.

E que nenhum pombense digno desse nome fuja ao dever patriótico de trabalhar pela vitória de uma iniciativa que vem  
**honrar, elevar e engrandecer**<sup>431</sup> a velha e nobre terra de seu berço.  
Todos unidos!<sup>432</sup>

Em meados do ano de 1936 os idealizadores envolvidos na fundação da Instituição ainda não haviam auferido o desejado propósito. Porém, um

<sup>429</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 10/11/1935, p.1.

<sup>430</sup> *O Imparcial*, 08/03/1936, p.1.

<sup>431</sup> Grifo nosso.

<sup>432</sup> *O Imparcial*, 19/04/1936, p.1.

acontecimento de cunho político veio, no nosso entender, acelerar o processo: José Simões de Araújo Campos, a quem foi atribuído o título de “o idealizador” do Ginásio, assume, no dia 18 de agosto do mesmo ano, o cargo de prefeito do município.

A nomeação do então juiz municipal para administrador de Rio Pomba gerou, de acordo com Santiago (1991, p. 243), certo tumulto político, tendo em vista a divisão de opiniões sobre quem deveria ser indicado para o cargo,<sup>433</sup> fato que desencadeou uma “oposição moderada, porém contínua e latente no âmbito Municipal.”<sup>434</sup>

Se, por um lado, dividiu opiniões e reacendeu a rivalidade política na localidade, em outra perspectiva foi fator decisivo para acelerar o processo de criação do Ginásio. “Dr. J. Campos”, logo que assumiu o cargo, tratou de, pessoalmente, tomar as providências necessárias para que, no início do ano seguinte (1937), a escola já estivesse em funcionamento. Percebemos, também, que o prefeito utilizou-se do prestígio político que passara a gozar para auferir mais adeptos a quotistas e para estreitar a rede de relações com autoridades dos distritos e dos municípios vizinhos, visando ao seu apoio moral e financeiro.

Já no início do ano de 1937 estava noticiada a definição do diretor da nova instituição, Prof. José Borges de Moraes; a data de instalação do *Ginásio Pombense*, que iniciaria suas atividades com o curso preparatório para o exame de admissão ao curso ginásial<sup>435</sup>; a data de início das matrículas (1º de fevereiro); a data de início das aulas (1º de março); como também estava definido o local que serviria de

<sup>433</sup> Segundo Santiago (1991, p. 243), Último de Carvalho, político que teve seu nome envolvido na história das escolas do município e que desempenhará importante representação na criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* na década de 50 (séc. XX), sentindo-se preterido no acontecimento, chegou a esboçar reação à nomeação de Dr. J Campos para prefeito, apoiado por seus correligionários. No entanto, o nome foi mantido e no ano seguinte o novo prefeito contou ainda com o apoio do grupo que esteve à frente do golpe de estado, que instaurou o “Estado Novo”.

<sup>434</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 243.

<sup>435</sup> Os “exames de admissão” constavam de provas escritas, de português (redação e ditado), de aritmética (cálculo elementar) e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e sobre Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais. Eram uma exigência legal (Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932 / Reforma Francisco Campos) aos candidatos à matrícula no 1º ano em estabelecimentos de ensino secundário. Além da estrutura das provas, a legislação definia os períodos de inscrição e de realização dos exames, respectivamente primeira e segunda quinzenas de fevereiro; a idade mínima dos candidatos, 11 anos completados até 30 de junho do ano corrente; bem como a composição da banca avaliadora que nas instituições que estavam sob o regime de inspeção deveria ser composta por três professores do respectivo quadro docente sob a fiscalização do inspetor do estabelecimento. (Fonte: Decreto 21.241 de 04 de abril de 1932 / Reforma Francisco Campos – Ensino Secundário).

“berço” para as primeiras atividades escolares, a biblioteca da *Sociedade Beneficente Operária de Rio Pomba*.

#### 4.3.1 O espaço escolar: delineando o percurso da instalação e o processo de reconhecimento legal do *Ginásio Municipal Pombense*

Fundar na cidade uma escola secundária para rapazes constituía-se um propósito que há anos um determinado grupo local tentava concretizar. A questão do espaço físico, destinado aos trabalhos escolares, perpassa todo o processo dessa fundação apresentando-se como motivo de preocupação, sendo a inexistência do mesmo um dos principais entraves para sua realização.

Um imóvel, adquirido pelo considerado idealizador da escola, José Simões de Araújo Campos, foi o primeiro espaço pensado para sua instalação.

O jornal anunciava: “Novos Horizontes para o Pomba! O Pomba vai ter, afinal, o seu Gymnasio! O esboço do notável empreendimento, na palavra do seu idealizador Dr. J. Campos”<sup>436</sup>.

Essa matéria, que abria o exemplar de 01/07/1934, tratava-se de uma entrevista com o jovem advogado da cidade, José Simões de Araújo Campos, na qual o entrevistado confirmava o propósito de instalar, em uma chácara por ele adquirida, a Instituição Escolar.

Porém, o imóvel anunciado parecia estar aquém do almejado pelos proponentes da criação da Escola. Um espaço que comportasse os alunos e permitisse a realização das atividades não era o suficiente para satisfazer aos anseios dos idealizadores, que apelavam para os poderes públicos na tentativa de que encontrassem neles o apoio necessário para a edificação à altura do projeto que ora propunham. Mantinham uma concepção fundada na ideia de que a simbologia da qual revestia um espaço suntuoso, de localização central, bem equipado, pudesse imprimir maior credibilidade ao projeto e atrair maior apoio da população regional.

---

<sup>436</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 01/07/1934, p.1.

Assim, o porta-voz da “Campanha Pró-Gymnasio”, o jornal local *O Imparcial* publicava, em maio de 1935, um texto intitulado “Pelos interesses do Pomba: uma sugestão do *O IMPARCIAL* ao Sr. Prefeito Municipal – Pela concretização de um velho sonho pombense”, que evocava a participação da administração municipal no que se referia à estrutura física da escola.

O prefeito Arthur Furtado, que tem uma vocação irresistível para o ensino e se emociona vivamente diante dos problemas educacionais – como já o tem provado por um passado de trabalho eficaz e sincero, bem poderia erguer no coração do Pomba, como abrindo caminho para o coração dos nossos pombenses – o edifício do nosso Collegio para rapazes. Certamente novos influxos sacudiriam o espírito do povo pombense, arrancando-o a um marasmo doentio e evitando, quiçá – um futuro e doloroso choque social em nossa cara terra.<sup>437</sup>

Na concepção dos idealizadores, a visibilidade do prédio instalado no “coração da cidade” atuaria como estímulo para a população e provocaria uma mudança na dinâmica da localidade, promovendo a agitação e movimento necessários para que a coletividade almejasse participar da Instituição e esta, ao fornecer instrução para um maior número de jovens pombenses, diminuísse, cada vez mais, as desigualdades sociais em se tratando da oportunidade de acesso à educação secundária e dos benefícios que poderiam advir desse “tipo” de formação escolar.

A possibilidade de a Instituição ser dirigida por uma Congregação de Padres, no ano de 1935, alterou, porém, o plano de uma localização central. Os objetivos passaram a girar em torno do que melhor atenderia aos anseios dos religiosos. Para tanto, chegaram a propor, como já descrito em páginas anteriores, que a escola fosse instalada em local mais calmo, silencioso, afastado do centro, próximo a uma das duas igrejas católicas existentes na cidade. Tal lugar seria, certamente, mais propício à rotina de uma escola religiosa masculina, que envolveria momentos de orações e demais atividades voltadas para o culto do espírito.

O insucesso da tentativa da vinda dos religiosos fez, contudo, com que as pretensões retornassem e que a monumentalidade e centralidade do edifício fossem requeridas pelo grupo responsável pela dinâmica de fundação do Ginásio.

A estrutura física deveria ditar, de certa forma, a dimensão do projeto proposto e seria não apenas elemento de certificação de seu sucesso, como

<sup>437</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 05/05/1935, p.1.

também emprestaria maior credibilidade à Instituição. Assim sendo, o edifício fora sonhado para ser símbolo de bom resultado dos esforços empreendidos.

A indicação e posse de Dr. José Simões de Araújo Campos, para o cargo de prefeito municipal, no ano de 1936, fizeram com que esperanças e projetos mais ousados passassem a participar do imaginário dos membros do grupo que estavam à frente do projeto.

Já se precisam com quase nitidez os delineamentos da **obra monumental**, já quase se observa sua estrutura grandioza e quase se ouve já o vozear da mocidade em estudos, nas **amplas salas**. É que nas últimas semanas vem o Prefeito J. Campos numa actividade abençoada ultimando as *démarches* para a fundação do Gymnasio Pombense. Podemos aliás adiantar aos nossos leitores, que **o Gymnasio Pombense não será uma obra incompleta**, ou antes uma cópia de collegio. Antes **será um modelo**, lançado **com todos os requisitos determinados pela lei e pelas exigências do ensino moderno**. Occupará um **vasto prédio** que soffrerá reformas radicaes de adaptação. Possuirá **ampos pateos** e localizará **em terreno magnífico, acessível e central**<sup>438, 439</sup>.

Ao mesmo passo em que sonhavam com uma estrutura física monumental, os fundadores entendiam que já era tempo de a escola efetivamente “nascer” e, assim, ao lado da proposta de uma estrutura física à altura do que o Ginásio deveria simbolizar, optaram por dar início às atividades educativas em um espaço provisório: o salão da biblioteca da Sociedade Beneficente Operária de Rio Pomba.

Essa instituição, que se caracterizava como auxiliar da instrução no município, passou a ser, em 1º de março de 1937, o local onde se lançava a “semente” do *Ginásio Pombense*. Iniciou-se nessa data o curso preparatório para o exame de admissão ao primeiro ciclo do ensino secundário, mantendo à frente dos trabalhos o diretor escolhido para administrar a nova Instituição Escolar que surgia, Prof. José Borges de Moraes.<sup>440</sup>

<sup>438</sup>Grifos nossos.

<sup>439</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 06/12/1936, p.1.

<sup>440</sup>José Borges de Moraes (22/08/1886), Prof. Borges, como era conhecido na cidade, chegou a Rio Pomba em abril de 1936, quando assumiu o cargo de diretor do Grupo Escolar local. O diretor iniciou sua carreira como educador aos 20 anos de idade. Em 1913 fundou o Colégio São Luiz em Alvinópolis. Em 1921 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de São João Nepomuceno e em 1929 foi transferido para Guarani designado para o cargo de diretor do Grupo Escolar daquela localidade. Acumulou, desde 1924 a função de inspetor escolar das escolas normais de São João Nepomuceno, Ubá, Viçosa, Ponte Nova e Jequitibá. (SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 353).

A existência de um diretor, a exigência do uso de uniforme pelos alunos, a maneira de se referir aos 30 alunos<sup>441</sup> matriculados como sendo os “alunos fundadores”<sup>442</sup> e a solenidade de abertura do curso preparatório, eram mecanismos que induziam à ideia de que o *Ginásio Pombense* já estava criado. No dia 21 de março do mesmo ano, o artigo que abria o jornal *O Imparcial* trazia, de forma explícita, a notícia de que o “Gymnasio Pombense” estava instalado desde o dia 1º do mês.

Em julho de 1937 seu nome estava elencado junto às outras instituições escolares, quando o objetivo era retratar o ensino na sede do município. Um folheto publicado na imprensa local, intitulado *O que é o Pomba*, datado de julho de 1937 informava no tópico sobre o *Ensino no Pomba*:

Ensino Público: **Grupo Escolar São José**, sob a direção do Prof. José Borges de Moraes, com 740 alunos e 24 professores, uma **escola nocturna**; vinte **escolas ruraes**.

Ensino Particular: **Escola Normal Regina Coeli**: fundada em março de 1928 pelas Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, equiparado em novembro de 1930. Está sobre a prudente direção de Madre Rita Coppaloni. Está com 130 alumnas e as Revmas. Irmãs projetam construir em breve um prédio mais espaçoso para que possam attender às numerosas candidatas á matricula. **Gymnasio Pombense**: Fundado e mantido pela Sociedade Pombense de Cultura e Ensino, está funcionando sob a direção do Prof. José Borges de Moraes, o Gymnasio Pombense que pleteia fiscalização permanente. O Sr.prefeito José Simões de Araújo Campos está disposto a amparar efficientemente o Gymnasio – que está com 35 alumnos matriculados. **Escolas Particulares**: existem diversas escolas particulares.<sup>443</sup>

O trecho supracitado, além de possibilitar uma visão do que poderíamos chamar de “sistema escolar” do município, permite-nos constatar que, embora se caracterizando como um curso preparatório aos exames de admissão no ensino secundário, ministrado para uma única turma de alunos, em espaço provisório, no imaginário local, o Ginásio estava criado e já integrava o conjunto de escolas existentes no município.

<sup>441</sup> Encontramos divergências em relação ao número de alunos matriculados em 1937. Porém, pelos documentos analisados, podemos inferir que a turma era composta por um mínimo de 30 e um máximo de 35 alunos.

<sup>442</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/03/1937, p.1.

<sup>443</sup> Folheto avulso encontrado no acervo da imprensa local *O Imparcial*, intitulado “O que é o Pomba”, publicado em julho de 1937.

Na concepção dos idealizadores, o empecilho maior à confirmação dessa ideia encontrava-se nas questões de estrutura física. A falta do imóvel para o funcionamento da escola foi apontado como o principal problema para que a instituição pudesse cumprir seu papel de educar a juventude masculina da cidade e servir de referência educativa para os distritos e municípios circunvizinhos.

É com justificado orgulho que registramos a notícia de instalação do curso de admissão, porque temos também nos esforçado quanto possível para que o **Pomba se colloque à altura das outras cidades**<sup>444</sup> aparelhadas de casas de educação e ensino. É por isso que consentimo-nos em pedir que a Sociedade Pombense de Cultura e Ensino não demore a resolver o problema da casa própria para o Gymnasio, mesmo porque, segundo estamos seguramente informados, são muitos os moços de Guarany, Mercês, Bonfim, Taboleiro, Silveiras e Piraúba, que desejam se matricular no Gymnasio, e que espera tão só esteja em condições de manter o internato.<sup>445</sup>

A citação, que corrobora a ideia da concepção de escola como elemento possibilitador da comparação e equiparação do município com aqueles considerados prósperos no estado, ilustra também a situação da falta de espaço físico como entrave para a implantação definitiva da escola.

O almejado espaço, além de retratar a competência daqueles que estavam à frente do projeto de fundação da escola, deveria também conter o “aparelhamento material e didactico”. As instalações deveriam ser edificadas “obedecendo as normas da pedagogia moderna”.<sup>446</sup>

Para a concretização do intento, ou seja, para que a materialidade física se fizesse em consonância com os ideais e os propósitos legais, foi instituída, para fins de criação e manutenção da escola, em 1935, uma associação que foi registrada em cartório, sob o nome de “Sociedade Pombense de Cultura e Ensino”, no dia 11 de janeiro de 1938. A associação ficou constituída por sócios-quotistas que, a convite daqueles que estavam à frente da fundação da escola, adquiriam ações que ficariam garantidas com a compra de bens móveis e imóveis e que seriam resgatadas,

---

<sup>444</sup> Grifo nosso.

<sup>445</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 07/03/1937, p.1.

<sup>446</sup> *O Imparcial*, 14/03/1937, p.1.



anualmente, por meio de sorteio, logo que a Instituição estivesse em funcionamento.<sup>447</sup>

Assim pronunciava o documento:

A Sociedade Pombense de Cultura e Ensino montará em prédio próprio e de acordo com as leis e exigências do ensino no Brasil e em Minas Gerais um Gymnasio completo com capacidade para 200 alumnos, com mobiliário completo e adequado, com camas, carteiras, mappas, quadros negros, mesas, globos, gabinete de physica, chimica e história natural, enfim, todos os objetos e utensílios necessários ao bom aparelhamento do gymnasio.<sup>448</sup>

Visando implantar o curso secundário no mesmo ano de registro da associação, o local definido para o funcionamento da escola, também mencionado como provisório, foi uma chácara alugada, situada em local relativamente afastado do centro da cidade, de propriedade do Cel. Alcibíades Mendes Ferreira.

Figura 6

Ao fundo, o imóvel alugado pelo *Ginásio Municipal Pombense*



Fonte: *Museu Histórico de Rio Pomba*

<sup>447</sup> Consta da lista dos sócios fundadores, que supostamente participaram da primeira arrecadação em março de 1936, o nome de 55 pessoas, porém em outros documentos posteriores esse número sofre um incremento e apresenta algumas variações entre as listas, mas mantém uma média de, aproximadamente, 100 sócios. Acervo da Escola Estadual Prof. José Borges (Coletânea de documentos intitulada: Papéis Referentes ao Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*, 1941)

<sup>448</sup> Documento intitulado: Sociedade Pombense de Cultura e Ensino - e o - Professor João Loyola (p.1), constante do acervo da Escola Estadual Prof. José Borges (Coletânea de documentos denominada: Papéis Referentes ao Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*, 1941).

Figura 7

*Ginásio Municipal Pombense - Fachada do prédio*



Fonte: Museu Histórico de Rio Pomba

Figura 8

*Fundos do edifício escolar (Ginásio Municipal Pombense)*



Fonte: Museu Histórico de Rio Pomba

Apesar do caráter provisório imputado ao espaço onde se instalaria o Ginásio, nele foram empreendidas as reformas consideradas necessárias e seu perfil foi definido como apropriado às atividades escolares. Assim reportava o jornal:

Já está recebendo as últimas demãos o campo de foot ball dos alumnos, ligado ao estabelecimento, que será instalado provisoriamente na chácara de Cel. Alcibiades Mendes Ferreira, que se adapta perfeitamente às necessidades do ensino, com salas amplas, arejadas, claridade normal, terrenos para recreio, com área coberta, terreno para campo de foot ball e ainda uma área regular para plantações.<sup>449</sup>

A intenção de fazer do Ginásio uma escola confessional/católica, de iniciativa privada, ainda se fazia viva em janeiro de 1938, e estava explícita no mesmo texto do qual extraímos o trecho supracitado.

Em fevereiro de 1938 o espaço já estava adaptado. As questões da estrutura física que se relacionavam com a higiene e com as “exigências da pedagogia moderna” (materiais didáticos diversos e espaços destinados à aulas práticas), eram frequentemente reafirmadas, em uma tentativa de demonstrar para a sociedade o compromisso dos fundadores com a qualidade e “modernidade” do ensino que a instituição ministraria.

O prédio reservado à escola deveria também estar apto à avaliação que seria realizada por um fiscal do governo, tendo como base os critérios estipulados pelo Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932.

Essa legislação que participou da “Reforma Francisco Campos” “ajustava” e “consolidava” o ensino secundário, que fora oficializado pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931<sup>450</sup>.

Quanto à estrutura física das escolas, o Decreto nº 21.241 de 04/04/1932, em seu artigo 51 instituía uma avaliação, que seria realizada mediante solicitação junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, como um dos requisitos necessários à obtenção de seu reconhecimento oficial. Esse reconhecimento era necessário para que as escolas pudessem expedir certificados de habilitação legalmente válidos. Assim rezava o artigo:

<sup>449</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 28/01/1938, p.1 (texto editorial)

<sup>450</sup> DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009, p. 186.

**Art. 51.** A concessão de que trata o artigo anterior será requerida ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que fará examinar em verificação prévia pelo Departamento Nacional do Ensino, as condições do estabelecimento, o qual deverá satisfazer os seguintes requisitos essenciais:

I. Dispor de edifício, instalações e material, didático em acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública<sup>451</sup>

Portanto, a preocupação com o espaço escolar estava também atrelada aos trâmites legais necessários para o reconhecimento da instituição como uma escola secundária legalmente autorizada para funcionamento e expedição de certificados.

Em março de 1938, com prédio arrendado e adaptado especificamente para esse fim, a escola foi festiva e efetivamente instalada, dessa vez com todas as pompas requeridas à inauguração de um estabelecimento de ensino secundário. A festividade representava o “marco definitivo” do “esforço, dedicação patriótica e desprendimento de um punhado de homens” em prol do progresso do município de Rio Pomba.<sup>452</sup>

A solenidade de instalação, realizada no dia 15 de março de 1938, constituiu-se de apresentação de banda de música, bênção do prédio, execução dos hinos pátrios, discursos de autoridades e aula inaugural. A presença de um considerável número de pessoas, somada à formalidade da programação do evento, emprestava prestígio e credibilidade ao novo educandário.

Percebemos que a (re) instalação da escola esteve diretamente relacionada à mudança de espaço. A “nova” estrutura física, adaptada especificamente para o funcionamento do Ginásio, era a representação da concretização do projeto de sua criação.

Apesar da conquista que representava o novo espaço, a chácara adaptada para o funcionamento da escola, no relatório apresentado sobre a primeira inspeção federal, realizada no ano de 1938, foi elemento que se fez empecilho para que o estabelecimento obtivesse o reconhecimento legal.

O parecer desfavorável, baseado na pontuação insatisfatória obtida por meio da avaliação da escola, empreendida pelo inspetor federal, Dr. Elpidio Costa, resultou em uma determinação do Ministro da Educação que “mandou fosse

---

<sup>451</sup> Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932. (Reforma Francisco Campos/ Ensino Secundário)

<sup>452</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 13/03/1938, p.1.

entregue todo o arquivo ao Sr. Dnár Mendes Ferreira, Inspetor Federal de Ensino, e ordenou ao Diretor expedisse guia de transferência aos alunos”.<sup>453</sup>

Na avaliação do inspetor, o espaço estava aquém do esperado para o funcionamento de uma escola secundária e, nas disposições das políticas públicas educacionais, ele era entendido como elemento que deveria estar rigorosamente adequado para o desenvolvimento das diversas atividades que participavam da proposta do ensino secundário, instituída no início da década de 30, século XX.

Movidos pela necessidade de “salvar” a escola recém-fundada de um provável fechamento, aqueles que estiveram à frente de sua criação - e nesse momento destacam-se o prefeito do município e o diretor do Ginásio – travaram uma nova batalha visando à manutenção da escola, que envolveu até mesmo um apelo direto - e feito pessoalmente - ao Ministro da Educação para que nova avaliação fosse realizada.

Assim, com o capital arrecadado pela Sociedade Pombense de Cultura e Ensino e com a ajuda financeira do governo municipal, foi efetuada a compra de um outro espaço: uma nova chácara com localização mais central.

A aquisição do novo imóvel foi conquista de um persistente trabalho em conjunto (associação, prefeitura, autoridades políticas locais) efetuado durante o ano de 1938. Por meio das inúmeras correspondências escritas (cartas, pareceres, solicitações), constantes da coletânea de documentos referentes à criação da escola, existentes no acervo documental da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, é possível perceber que a compra do imóvel envolveu uma rede de relações políticas e que esse processo se fez complexo, uma vez que o governo estadual alegava que o município não detinha condições financeiras para a aquisição pretendida e que, além desse empecilho, o ensino secundário não era um serviço que competia àquela esfera de governo.

Assim pronunciava o parecer emitido pelo órgão do governo estadual, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior / Departamento de Assistência aos Municípios, em resposta à solicitação feita pelo prefeito de Rio Pomba, por meio de ofício datado de 18 de maio de 1938, no qual José Simões de Araújo Campos pedia

---

<sup>453</sup> Livro de Atas e termos relativos aos trabalhos do Diretório Municipal de Geografia, datado de 30 de junho de 1938 que, em 01 de janeiro de 1945, passou a servir para registrar o Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*. Documento constante do acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

autorização para “adquirir por 50 contos um prédio e terrenos adjacentes, para ser doado ao *Ginásio Municipal Pombense*”<sup>454</sup>:

São razoáveis e justas as ponderações do Senhor Prefeito em ofício de 18 de maio, mas outras mais ponderáveis e de maior interesse publico lhes poderão ser antepostas. Aos municípios compete, em primeiro lugar, assistir à coletividade em tudo que possa redundar para seu conforto moral e material, e quando nos referimos à coletividade queremos nos referir a parte que constitue a sua maioria e a que mais necessita da assistência e da administração pública. O serviço da educação pública é, inegavelmente, um dos mais relevantes serviços municipais; mas em primeiro lugar deve a administração municipal incentivar e facilitar por todos os meios o ensino primário rural, pois é a população rural ordinariamente a que mais necessita e a menos assistida pelos poderes públicos quanto a esse serviço.<sup>455</sup>

[...] Não sabemos quantas escolas primárias, rurais, mantem a Prefeitura. O orçamento para 1938 consigna uma verba de 15:000\$000 “para magistério e material das escolas rurais”. Pela relação dos bens e valores pertencentes ao município, em 31-12-1937, verifica-se que a Prefeitura não possui um só prédio escolar ou quaisquer moveis escolares. Não seria mais aproveitável e não interessaria mais à coletividade que a Prefeitura empregasse maiores recursos em instalações de escolas primárias, dotando-as de prédios e móveis apropriados?<sup>456</sup>

O trecho citado remete-nos para uma análise de vários aspectos relacionados à história da educação brasileira. Em um primeiro momento, chama-nos a atenção para a permanência da proposta instituída pelo Ato Adicional de 1934, no que se referia à descentralização do ensino e atribuição de competência de cada esfera governamental pelos diferentes níveis educacionais.

Na concepção do governo mineiro, a educação secundária não era de responsabilidade do município. A ele, estava reservada a educação primária rural. Portanto, o investimento do recurso financeiro público, em uma escola secundária privada, era vista como desvio de competência e fator de comprometimento da assistência ao ensino primário rural na localidade.

<sup>454</sup> Informação prestada ao prefeito municipal de Rio Pomba, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, datado de 20 de junho de 1938. Documento constante no acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

<sup>455</sup> Informação prestada ao prefeito municipal de Rio Pomba, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (20/06/1938), p.1.

<sup>456</sup> Informação prestada ao prefeito municipal de Rio Pomba, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior (20/06/1938), p.2.



Além disso, o ensino secundário era concebido, de modo geral, como sendo uma educação restrita a um grupo e que, por isso, não deveria fazer-se prioridade da ação governamental pública, que estaria a serviço de uma maioria populacional.

Em contexto mais abrangente, a situação era congênere. No Brasil, o ensino secundário (regular) fazia-se um nível educacional restrito a uma parcela da população, sendo a maioria das escolas de iniciativas privadas.

O caráter seletivo do ensino secundário foi marcante no Brasil, no início do século XX. A atuação do governo federal limitou-se à manutenção do Colégio Pedro II, estabelecimento padrão, e à normatização centralizada da organização pedagógica das escolas públicas e privadas do país. Os estados por sua vez, dedicaram-se prioritariamente ao desenvolvimento da educação popular (escolas primárias e normais). A maioria dos estados da federação manteve em funcionamento até 1930 um único ginásio público instalado nas suas capitais, com exceção de Minas Gerais e São Paulo. Consequentemente, o crescimento do número de matrículas nesse nível de ensino deveu-se quase exclusivamente à iniciativa privada.<sup>457</sup>

A obstinação pela manutenção da escola pôde ser percebida pela persistência do representante do governo municipal, José Simões de Araújo Campos, em priorizar o financiamento da escola secundária. Tal fato pôde ser confirmado pelas correspondências posteriores, por meio das quais percebemos que o político não esmoreceu com o parecer desfavorável do governo do estado, nem mesmo se abateu com as críticas em relação à incoerência de sua solicitação: a compra do imóvel foi efetivada.

A transferência para a nova estrutura física fez-se acelerada tendo em vista a orientação dos fiscais do governo, em setembro de 1938, que pronunciaram a necessidade de mudança da escola.<sup>458</sup>

Visando à revisão da “Ficha de Classificação do Ginásio”, avaliada como insatisfatória, o grupo à frente da fundação da Instituição, providenciou, em curto período de tempo, a transferência da escola para o novo espaço. Assim narra o documento pertencente à Escola:

<sup>457</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p. 107.

<sup>458</sup> Nessa época, ano de 1938, a Escola mantinha os seguintes cursos: “Curso de Admissão ao 1º ano ginásial; Curso ginásial; Curso de datilografia; Curso de Instrução Militar; Curso de Madureza (para maiores de 18 anos); Educação Religiosa e Curso de Educação Física (ginástica sueca diária, volley-ball, basket-ball e foot-ball.” (Estatuto do *Ginásio Municipal Pombense*, 1938). Arquivo do Museu Histórico de Rio Pomba.

À vista disto, prof. José Borges de Moraes e Dr. José Simões de Araújo Campos foram ao ministro e obtendo prorrogação da fiscalização prévia, comprometeram-se a adquirir novo prédio, bem como adaptá-lo convenientemente.<sup>459</sup>

Já em fins de 1938<sup>460</sup> a Escola foi transferida para o novo endereço e esteve sob nova fiscalização, visando à reavaliação para a obtenção do reconhecimento legal.<sup>461</sup> O espaço adquirido, após sofrer as necessárias reformas, passou a ser objeto de exposição quando o intuito era retratar a boa qualidade da instituição.

Assim, na edição especial do *O Imparcial*, datada de janeiro de 1939, a apresentação do *Ginásio Municipal Pombense*, intitulada “Uma obra que é alto índice de civilização!”, ocupou mais de uma página do impresso e expôs cinco fotografias que apresentavam a estrutura física da escola.

Figura 9

Gabinete de Phisyca e Chimica e História Natural (título que consta da fonte)



Fonte: Jornal local *O Imparcial*. Edição Especial de janeiro de 1939

<sup>459</sup> Livro de Atas e termos relativos aos trabalhos do Diretório Municipal de Geografia, datado de 30 de junho de 1938 que, em 01 de janeiro de 1945, passou a servir para registrar o Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*. Documento constante do acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*

<sup>460</sup> De acordo com o artigo publicado no *O Imparcial* do dia 30 de outubro de 1938, p.1, sobre o *Ginásio Municipal Pombense*, a transferência foi feita no dia 24 de outubro de 1938.

<sup>461</sup> O *Ginásio Municipal Pombense* somente obteve reconhecimento legal no ano de 1944. De acordo com o histórico da escola, constante do Livro de Atas do Diretório Municipal de Geografia, arquivado da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, o período de inspeção preliminar se estendeu por mais de cinco anos, e esteve marcado por constantes indeferimentos emitidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e, em função da necessidade de obter o reconhecimento legal, foram paralelamente realizados constantes “melhoramentos no seu aparelhamento material”.



Figura 10

Secretaria e gabinete de leitura (título que consta da fonte)



Fonte: Jornal local *O Imparcial*. Edição Especial de janeiro de 1939

Figura 11

Fachada do “amplo predio” (título que consta da fonte)



Fonte: Jornal local *O Imparcial*. Edição Especial de janeiro de 1939

Figura 12

Varanda que circundava as salas de aula – ventilação (título que consta da fonte)



Fonte: Jornal local *O Imparcial*. Edição Especial de janeiro de 1939

Figura 13

Praça de desporto (título que consta da fonte)



Fonte: Jornal local *O Imparcial*. Edição Especial de janeiro de 1939

A intenção de dar visibilidade à organização do espaço escolar, por meio das imagens publicadas no jornal e a importância atribuída à destinação de locais específicos para as diferentes atividades, bem como as prioridades que permearam sua estruturação e a disposição dos espaços físicos destinados ao trabalho educativo revela, de certa forma, sua dinâmica de trabalho, atestando que o espaço era concebido como elemento de expressão da Escola na comunidade.

Os espaços reservados às atividades físicas se justificavam pelo que essas práticas representavam no processo de formação dos alunos.

A educação física, sobretudo os esportes coordenados, concientemente executados, sobre impõem hábitos sociais de destacada relevância, fomentam o interesse, estimulam a iniciativa e buscam uma cooperação de importância ao educador. Não era lícito relegar para plano secundário tão destacado elemento da educação moderna.<sup>462</sup>

Percebemos que a educação física era elemento que permitia afirmar que a escola tinha como meta uma formação integral do alunos. Souza (2008) complementa nossa análise quando afirma que a educação física além de visar ao desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, contribuindo para formar o homem física e moralmente sadio, conciso de seus valores e de suas responsabilidades, era objeto de destaque e instituída como obrigatória pela *Reforma Francisco Campos* “pelo seu elevado alcance educativo possibilitando a prática da higiene corporal, o desenvolvimento de hábitos morais, bem como, do espírito de disciplina.”<sup>463</sup> Assim, um espaço a ela reservado seria imprescindível para seu desenvolvimento e possibilitaria a visibilidade dessa concepção pela Instituição.

A preocupação e prioridades que foram conferidas ao aparelhamento dos laboratórios das ciências naturais, com equipamentos e materiais específicos, também retratam, de certa forma, a adequação da escola à proposta teórico-metodológica instituída pela *Reforma Francisco Campos*, por meio da qual as disciplinas de cunho científico foram ressaltadas e indicadas para “o aprendizado do conhecimento científico, a importância da experimentação e do uso de laboratórios,

<sup>462</sup> Descrição do Departamento de Educação Física. Documento constante do acervo da Escola Estadual Prof. José Borges (Coletânea de documentos intitulada: Papéis Referentes ao Histórico do Ginásio Municipal Pombense, 1941).

<sup>463</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p.160.

a aplicação na vida cotidiana e procedimentos metodológicos que evitassem a memorização e favorecessem a participação dos alunos”.<sup>464</sup>

O ensino secundário tradicional, ou seja, o ensino de base literária que privilegiava a arte da expressão, a erudição linguística, a retórica, o domínio das línguas estrangeiras, desvinculado de uma utilidade imediata com o mundo do trabalho, mostrava-se posto em xeque naquele momento.

Criticado por não atender aos anseios de uma sociedade moderna, o ensino secundário de ideal humanista começava a dividir espaço com uma proposta de estudos científicos, que era entendida como sendo a mais apropriada com o processo de modernização da sociedade. A respeito desse tema somos escudados por Souza (2008) quando a historiadora afirma que:

No âmbito da educação, enquanto a cultura literária se espelhava, a seu modo, os vínculos de uma longa tradição instituída, ou seja, a formação desinteressada da elite, a cultura científica apresentava-se como vetor das mudanças e da modernidade. A ciência era concebida como conhecimento útil capaz de preparar os cidadãos para as diversas ocupações do mundo do trabalho.<sup>465</sup>

É importante salvaguardar que, apesar do propósito de emprestar ao ensino secundário um caráter mais científico, que pode ser percebido, de um modo especial, na reforma educacional empreendida no governo de Francisco Campos, percebemos também que o traço clássico (literário) desse ensino não deveria ser sucumbido, visando evitar um possível estranhamento cultural em uma sociedade que tinha os valores humanistas presentes na formação de seus intelectuais, como também intentando preservar o *status* social desse nível de ensino, mantendo a diferenciação entre ele (o ensino secundário de caráter humanista e voltado para as elites) e o ensino técnico profissional (preponderantemente científico/prático e destinado à formação dos trabalhadores e das camadas populares).<sup>466</sup>

Assim, apoiados nas análises empreendidas, podemos inferir que, em seu conjunto, o espaço físico destinado à Instituição, além de representar o visível progresso que emprestava à localidade, simbolizava uma conquista de um grupo e

<sup>464</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p. 158.

<sup>465</sup> SOUZA, 2008, p. 96.

<sup>466</sup> Em relação ao embate referente ao perfil do ensino secundário no Brasil (científico X clássico), que se processou ao longo do século XX, ver SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2.

uma vitória coletiva pela concretização de um projeto local. Retratava a força interna do município, a capacidade de realização de seus habitantes, bem como a proposta educacional de uma época, em uma perspectiva local e global.

#### 4.3.2 A relação escola X comunidade

*“Quereis vós o progresso e a glória de Rio Pomba? Ajudai com a vossa propaganda o Ginásio”<sup>467</sup>*

O *Ginásio Municipal Pombense* parece ter sido, desde seus primórdios, não somente aceito, como também desejado pela comunidade local. As fontes (impressos, documentos do acervo da escola, obra de Santiago (1991) passam-nos a ideia de que, à medida que a campanha em prol da fundação da escola caminhava - no período de 1932 a 1938, se considerarmos a data de sua instalação em prédio próprio e o início do curso secundário –, a comunidade seguia agregando-se ao intento, constituindo uma “legião” cada vez maior de colaboradores e defensores da causa.

A forma como era difundida a dinâmica financeira da Instituição parecia contribuir para que a escola privada fosse concebida como pública. As notícias propaladas eram de que a Associação, criada para sua implantação, não detinha fins lucrativos, o Diretor desenvolvia um trabalho voluntário<sup>468</sup>, sem recebimento de proventos e a prefeitura subvencionava a *Sociedade Pombense de Cultura e Ensino* que, por sua vez, ficaria responsável em manter gratuitamente os alunos, financeiramente carentes, indicados pelo prefeito<sup>469</sup>.

---

<sup>467</sup> Frase constante do esboço de um jornal que, supostamente, seria publicado pelo Grêmio Literário da Instituição Escolar, datado de 15 de agosto de 1939. Acervo de documentos da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes* (Rio Pomba / MG).

<sup>468</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 21/08/1938, p.2.

<sup>469</sup> De acordo com a Resolução nº 110, datada de 30 de janeiro de 1937, assinada pelo prefeito José Simões de Araújo Campos, a Sociedade, entidade mantenedora da Instituição Escolar, ficava isenta de impostos, era considerada como sendo de utilidade e necessidade pública, receberia, anualmente, “quatro contos de réis” e tinha por dever manter gratuitamente no estabelecimento de educação 10 (dez) “alunos pobres, externos, à escolha do prefeito”. (Documento constante no acervo da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*).

Um documento, datado de 26/12/1945, permite-nos perceber que os responsáveis por sua fundação procuravam concretizar os discursos propalados no que se referia à proposta de facilitar o acesso dos jovens riopombenses, de diferentes classes socioeconômicas, à escola de ensino secundário.

Tenho subida honra de, respondendo ao telegrama de V. Excia. Datado de 5 deste mez, informar que o *GINÁSIO MUNICIPAL POMBENSE*, fiel à determinação que se traçou de facilitar quanto possível a formação espiritual e moral da mocidade pombense, sem visar lucro, concedeu no corrente ano 34 lugares gratuitos e 8 de contribuição reduzida. [...] Posso afirmar que os números citados representam cerca de 20% da matrícula.<sup>470</sup>

O percurso, o processo, a forma como foi posta a criação da escola, foram elementos que contribuíram para que se atribuísse a ideia de “pública” a uma instituição escolar “privada”. A concepção que se difundia era de que o Ginásio pertencia ao município de Rio Pomba e, assim sendo, serviria a todos os habitantes, do sexo masculino que almejassem cursar esse nível de ensino. Rio Pomba não contrariava a ideia de elitização que o ensino secundário transmitia, mas procurava incorporar meios de incluir alunos de distintas classes socioeconômicas. Assim propalavam os discursos:

Façamos todos um esforço pelo Gymnasio que não é de ninguém porque é do povo e para o povo, tanto que a Prefeitura o auxilia mas reserva uns tantos lugares que serão cedidos aos meninos pobres que se querem educar. É o povo pagando pelo povo.<sup>471</sup>

O próprio nome dado à Instituição, *Ginásio Municipal Pombense*, trazia subtendida a ideia de que a nova escola estava sob a responsabilidade de uma das esferas do governo brasileiro: a esfera municipal.

Esse fenômeno de acolhimento da escola, mesmo em épocas que antecedem sua fundação, está ligado, no nosso perceber, a diferentes componentes que, mesmo não sendo estrategicamente pensados para esse fim, promoveram uma aproximação entre a escola e a comunidade.

O jornal local *O Imparcial* foi, certamente, um elemento de considerável influência no processo de criação e acolhimento do Ginásio pela comunidade. Foi

<sup>470</sup>Ofício endereçado ao Diretor da Divisão de Educação Extra Escolar, Antônio Figueira de Almeida, escrito pelo diretor do Ginásio, José Borges de Moraes, datado de 26/12/1945. Documento constante da coletânea de correspondências escolares, dos arquivos da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

<sup>471</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 21/08/1938, p.2.

ele que, por meio de seu diretor, José de Assis Vieira, deu visibilidade à campanha em prol da fundação da escola durante os, aproximadamente, seis anos nos quais esse processo transcorreu. Mostrou-se imbuído à causa e orgulhoso por participar de um propósito considerado nobre pelos significados que ele comportava: projeto coletivo, progresso para Rio Pomba, instrução secundária para a juventude, expressão do município na região.

Podemos afirmar que a participação do impresso no intento de estreitar as relações entre a escola e a comunidade - por meio de entrevistas com pessoas de representatividade local, pelos artigos que por inúmeras vezes abriram os exemplares que procuravam conscientizar a população sobre a grandiosidade da proposta e das curtas chamadas publicadas que visavam ao recrutamento de novos adeptos à concretização do “projeto”- foi fator de considerável importância nesse processo.

As mensagens pronunciavam:

Façamos todos um esforço pelo *Gymnasio* que não é de ninguém, porque é do povo e para o povo, tanto que a prefeitura o auxilia e reserva uns tantos logares que serão cedidos aos meninos pobres que se queiram educar.<sup>472</sup>

Cada um de nós deve ser, em consciência, um propagandista apaixonado do *Gymnasio Municipal Pombense* seja aconselhando a mocidade a estudar, seja concorrendo de qualquer forma para o triunfo cada vez maior da nova casa de ensino e educação.<sup>473</sup>

Seu amigo tem filho para educar? Indique-lhe o *Gymnasio Municipal Pombense*, que ministra ensino bom e barato, e educa cristãmente a mocidade.<sup>474</sup>

Trabalhar pelo *Gymnasio Municipal Pombense* é contribuir para o progresso de Rio Pomba.<sup>475</sup>

Mesmo depois da fundação da Instituição, *O Imparcial* prosseguiu abraçando a causa da manutenção e expansão do estabelecimento de ensino, atuou como porta-voz e como escudeiro da escola, informando a comunidade sobre os eventos, as conquistas escolares e sobre a abrangência de atuação nas outras localidades.

<sup>472</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 21/08/1938, p. 2.

<sup>473</sup> *O Imparcial*, 18/09/1938, p.1.

<sup>474</sup> Texto que se constituía uma das chamadas avulsas que *frequentemente* ocuparam pequenos espaços dos exemplares de *O Imparcial*. Edição Especial, janeiro de 1939, p.10.

<sup>475</sup> Texto que compôs o cabeçalho do jornal *O Imparcial* dos exemplares do período de 22/01/1939 a 07/01/1940.

Em síntese, o impresso, ao se mostrar firme no propósito de incutir na população a ideia da importância da Escola, ao colocar sua criação como uma conquista coletiva, ao procurar difundir a ideia de que a Instituição não pertencia a um indivíduo em particular, mas sim à população riopombense em seu conjunto, agia como elemento de valorização da Instituição e, conseqüentemente, de integração entre a comunidade e a escola.

O próprio significado de educação secundária colaborava para que a população concebesse a escola como elemento de valor no município e almejasse dela participar. Cursar o ensino secundário significava uma distinção social, fosse pelo caráter seletivo desse nível de ensino, pela função a ele imputada como formador de uma elite condutora da sociedade ou pela concepção de uma formação intelectual fina e distinta.

Souza (2008), ao se referir à identidade dos alunos do ensino secundário no Brasil, auxilia-nos na compreensão da representação social desse nível de ensino. Segundo a historiadora,

[...] a identidade estudantil dos ginásianos no início do século XX, se forjou nesse clima social de distinção e prestígio. O título de Bacharel em Ciências e Letras era o coroamento de uma formação longa e metódica que somente os mais aplicados e capazes logravam alcançar.<sup>476</sup> Portanto, os bacharéis em ciências e letras, concluintes do ensino secundário em escolas públicas ou privadas, nas primeiras décadas do século XX, faziam parte de uma plêiade intelectual versada em letras.<sup>477</sup>

O crescimento do número de alunos matriculados no *Ginásio Municipal Pombense*, que retrata a adesão à escola, permite-nos perceber o prestígio social do qual o ensino secundário era portador naquele momento, bem como o significado da Instituição naquela localidade.<sup>478</sup>

<sup>476</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p.124.

<sup>477</sup> SOUZA, 2008, p.127.

<sup>478</sup> No período em voga, ou seja, nos primeiros anos de atividades da escola, a quase totalidade dos alunos era do sexo masculino, porém constam também das listas de matrículas, referentes ao período de 1937 a 1942, nomes de alunas (do sexo feminino). A Escola funcionava em regime de internato, externato e semi-internato.



Tabela 1

Demonstrativo do crescimento do número de matrículas do *Ginásio Municipal Pombense*

| Quadro de matrículas do <i>Ginásio Municipal Pombense</i> |      |      |      |      |      |      |
|---|------|------|------|------|------|------|
| Ano   | 1937 | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 |
| Nº de alunos matriculados                                 | 39   | 46   | 60   | 73   | 108  | 123  |

Fonte: Dados retirados do gráfico de matrícula do *Ginásio Municipal Pombense* (*Acervo da Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*)<sup>479</sup>

Os propósitos educativos da nova Instituição, constantemente propalados nos discursos de seu diretor, Prof. Borges de Moraes, mostravam-se estar em sintonia com a cultura local, contribuindo também no processo de apropriação da escola pela comunidade.

Na vida do estabelecimento guardar-se-ão com carinho o maior respeito pela disciplina consciente, grande interesse pela eficácia do ensino, educação moral perfeita, cultura cívica capaz de plantar e fortalecer o verdadeiro espírito de brasilidade pelo conhecimento exato dos homens e das coisas brasileiras, assegurando-se ainda que o *Ginásio Municipal Pombense* viverá alheio aos movimentos políticos do município.<sup>480</sup>

A educação proposta se assemelhava àquela difundida pela Escola Normal existente na cidade, aceita e prestigiada pela população. Disciplina, educação moral e cívica de teor nacionalista e atividades religiosas católicas eram componentes imprescindíveis de uma educação considerada eficaz pelo *Ginásio Municipal Pombense*.

Analisando a proposta educativa da Escola, que se fazia visível nas diversas fontes, fosse no jornal local *O Imparcial* ou nas atas de reuniões, no estatuto, nas correspondências e demais documentos pertencentes ao arquivo da Escola, é pertinente afirmar que a Instituição procurou adequar os preceitos legais e os discursos educacionais em voga a um “tipo” de ensino que coadunava com a cultura local, e, assim, utilizava-se também da proposta educativa como instrumento

<sup>479</sup> Documento anexo à “Ficha de Classificação da Ginásio”, referente à Inspeção realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 1942. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

<sup>480</sup> Teor do discurso proferido pelo Prof. José Borges de Moraes durante a solenidade de instalação do *Ginásio Municipal Pombense*. (Ata de instalação solene do *Ginásio Municipal Pombense* lavrada no dia 15 de março de 1938 – Documento pertencente ao acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*).

estratégico para conquistar a confiança e promover uma identificação da Escola pela comunidade riopombense.

A proposta de isenção política partidária local, ou seja, o propósito de distanciamento da escola das questões políticas do município, que outrora fora considerado o fator responsável pelo insucesso dos projetos coletivos, era fator que, no nosso entender, também contribuía para despertar a simpatia dos habitantes de Rio Pomba pelo *Ginásio Municipal Pombense*.

Uma agremiação, fundada “desde os primeiros dias do Ginásio”<sup>481</sup>, também foi, no nosso perceber, um elo entre ele e a comunidade. Denominado *Grêmio Literário Martins de Oliveira*<sup>482</sup>, a corporação, constituída por todos os discentes, declarava, como sendo sua finalidade, aprimorar nos alunos o gosto pelas letras e pelas artes.

Para além dessa finalidade, as atividades realizadas pelo Grêmio possibilitavam um contato mais próximo com a população do município nas sessões cívicas e atividades literárias por ele promovidas, bem como nas apresentações das peças teatrais que organizavam e apresentavam para a comunidade municipal. Assim informava o documento: “O espírito social é desenvolvido no estabelecimento e fóra dele já em exercícios literários e teatrais promovidos pelo Grêmio.”<sup>483</sup>

Souza (2008) confirma a ideia de que a agremiação – bem como a imprensa - promovia a interação entre a escola e a comunidade quando de sua análise das escolas secundárias públicas e particulares brasileiras do início do século XX. Nas palavras da autora, “As agremiações e a imprensa lançavam os jovens estudantes na vida pública, divulgando a vida escolar para a sociedade e debatendo na escola fatos e problemas sociais.”<sup>484</sup>

Além das atividades realizadas pela agremiação escolar, outros eventos eram empreendidos pela Instituição visando à expressão da escola extra-muros escolares,

<sup>481</sup> Documento de número 25, que integra a “Ficha de Classificação do Ginásio” referente à inspeção realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 1942. Arquivo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

<sup>482</sup> O nome da agremiação foi uma homenagem feita a Cândido Martins de Oliveira, docente da Instituição, juiz de direito e membro da Academia Mineira de Letras e Ciências. (Dados retirados do Estatuto do *Ginásio Municipal Pombense* do ano de 1938 – Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba).

<sup>483</sup> Relatório feito para reavaliação da “Ficha de Classificação do Ginásio” no ano de 1946 (Documento nº 9), pertencente ao acervo da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

<sup>484</sup> SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p. 130.

bem como sua interação social. Entre eles, ficam ressaltados, nos documentos encontrados na escola, a participação do educandário nas “competições desportivas” e a “assistência às missas dominicais por todos os alunos”.<sup>485</sup>

Percebemos que a direção da escola, representada pelo Prof. José Borges de Moraes, concebia o estreitamento dessas relações como fator relevante do trabalho escolar. Nesse contexto, a constante comunicação com os pais dos alunos também se destaca nos documentos do acervo escolar, tanto nos relatórios e regimentos que frisaram a importância desse contato, como nas inúmeras correspondências escritas pelo diretor aos pais e deles recebidas.

De modo particular, os sujeitos que participaram diretamente da história da gênese da escola prestaram contribuição no processo de acolhimento da instituição pela comunidade. A adesão a quotistas da *Sociedade Pombense de Cultura e Ensino*, empreendida por pessoas dotadas de prestígio social em Rio Pomba (políticos locais, comerciantes, fazendeiros, etc), passava a ideia de que o empreendimento estava amparado por um forte sustentáculo, já que estava nas mãos daqueles que, de uma forma ou de outra, exerciam algum tipo de poder na comunidade.

O corpo docente da Escola, composto seletivamente por pessoas consideradas cultas e detentoras de prestígio na localidade, julgamos também ter desempenhado papel relevante no processo de aceitação e admiração da escola pela comunidade. As referências feitas sobre os professores da Instituição, fosse pelo jornal local *O Imparcial*, bem como pelos documentos da própria Instituição, enfatizavam, com veemência, a qualidade do corpo docente cujos nomes e a formação eram utilizados, como elemento de publicidade da Instituição.

O estatuto do *Ginásio Municipal Pombense*, datado de 1938, assim se referia aos professores:

O corpo docente do ginásio reúne elementos de reconhecida competência e de proclamada idoneidade moral, como se vê:  
 Dr. Cândido Martins de Oliveira: Juiz de Direito, membro das Acadêmias Mineira de Letras e Ciências.  
 Dr. Edmundo Souzalima: Advogado.  
 Dr. Camilo Severino de Oliveira: Engenheiro, professor nas Escolas de Engenharia e Farmácia.

<sup>485</sup>Relatório feito para reavaliação da “Ficha de Classificação do Ginásio” no ano de 1946 (Documento nº 9), pertencente ao acervo da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

Juvêncio de Vasconcelos Moreira: Farmacêutico, fiscal de farmácias com largo tirocínio no magistério.

Geraldo Marini de Souza: Farmacêutico com longa prática de ensino.

Dr. João Borges de Moraes: Advogado, ex-professor da Faculdade de Comércio de Belo Horizonte.

José Sérgio Ferreira: Tem o curso complementar; ex- professor do Ginásio São José, do Rio de Janeiro e de outros estabelecimentos equiparados.

Luiz Carvalho Tavares: Ex-professor do Ginásio Evangélico de Alto Jequitibá e do Instituto Propedêutico de Carangola.

Nelson Soares da Silva: Com largo tirocinio em diversos colégios de Belo Horizonte e ex-professor do Ginásio São Salvador, de São João Nepomuceno.

José Borges de Moraes: Diretor do estabelecimento.

Hélio Mendes Ferreira: Advogado.<sup>486</sup>

A ocupação do cargo de diretor do estabelecimento pelo Prof. José Borges de Moraes<sup>487</sup> foi outro fator que julgamos ter contribuído com o processo de acolhimento da Instituição pela comunidade. O educador era símbolo de eficiência e compromisso com a causa da educação escolar na localidade.

Percebemos que, desde sua chegada a Rio Pomba, em 1936, quando designado para assumir o cargo de diretor do Grupo Escolar da cidade, Prof. Borges – como era conhecido – foi merecedor de prestígio por parte da população e das autoridades locais. Sua dinâmica de trabalho já era conhecida e admirada na localidade, visto que atuava como diretor da escola primária e como professor na *Escola Normal Regina Coeli*.

Os festejos empreendidos em razão da comemoração do aniversário natalício do diretor são demonstrativos de sua representatividade junto à comunidade riopombense. Um convite no qual se destacava no alto a frase “**Salve, 22 de agosto!**”, feito pela agremiação da escola às famílias de Rio Pomba, ilustra nossas inferências.

O Ginásio Pombense, representado pelo corpo docente e alunos, unidos aos ex-alunos, exmas famílias rio-pombenses e demais pessoas amigas, seguindo uma tradição que vem dos primórdios da fundação do Ginásio, todos unidos num só coração festejarão com grande pompa e entusiasmo, no dia 22 do corrente mês o aniversário

<sup>486</sup> Estatuto do *Ginásio Municipal Pombense*, 1938. Arquivo do Museu Histórico de Rio Pomba.

<sup>487</sup> Prof. José Borges de Moraes foi, de acordo com a Ata de Instalação do Curso de Admissão redigida em 1º de março de 1937, convidado pelo então prefeito municipal, José Simões de Araújo Campos e pela Sociedade Pombense de Cultura em Ensino para assumir a “direção técnica” do estabelecimento. (Ata de Instalação / Acervo da atual *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*).

natalício do Diretor do Ginásio Pombense, **Exmo. Sr. Prof. José Borges de Moraes**<sup>488</sup>. Assim sendo, a diretoria do Grêmio tem a honra de convidar todas as famílias rio-pombenses para assistirem, no Club dos Trinta, às 20 horas do dia 22 de agosto, as solenidades em **honra à pessoa que tanto bem vem fazendo à nossa cidade** (grifo nosso).<sup>489</sup>

Pensando nos documentos analisados, em seu conjunto, é possível inferir que José Borges de Moraes, tratado na comunidade por Prof. Borges, foi um elemento que emprestou credibilidade à Instituição, constituindo-se como um elo entre a escola e a comunidade. Nas diversas situações e atividades escolares ele utilizava-se de instrumentos e estratégias que visavam a um maior intercâmbio entre ambas (escola e comunidade).

O diretor procurava passar a ideia de que o Ginásio mantinha uma interdependência constante com a comunidade local e, por essa razão, seus trabalhos necessitariam contar com o apoio e a adesão social.

A figura 14 permite-nos visualizar, de certa forma, essa ideia de interdependência social entre a escola e a comunidade, bem como o propósito de propalá-la no seio social.

Na fotografia - que retrata a sala de recepção da Escola, no ano de 1941, ocupada (da esquerda para a direita) pelo Prof. Mário Anastácio; pelo diretor da Instituição, Prof. José Borges de Moraes e pela secretária, Alice de Moraes, podemos visualizar, na parede, ao fundo, a seguinte frase nela grafada: “O GINASIO MUNICIPAL POMBENSE precisa e quer estar sob a proteção da ativa e nobre família pombense”.<sup>490</sup>

<sup>488</sup> Grifo do documento.

<sup>489</sup> Convite impresso constante do acervo de documentos da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*. O convite não está datado (ano), porém pela utilização do termo *Ginásio Pombense* para se referir à Instituição, podemos inferir que ele foi confeccionado entre os anos de 1937 a 1955, quando da publicação da Lei 1237 de 14 de fevereiro que estadualiza a Instituição e passa a tratá-la por *Ginásio Estadual de Rio Pomba*. (Publicação: *Minas Gerais*, Diário do Executivo – 15/02/1955, p. 1, col. 2).

<sup>490</sup> Os dados sobre a fotografia foram retirados do Livro intitulado *Acervo de Doadores* (nº 1), p. 49 e p. 50. Acervo de documentos do *Museu Histórico de Rio Pomba/MG*.

Figura 14

Sala de recepção do *Ginásio Municipal Pombense*

Fonte: Museu Histórico de Rio Pomba

A imagem, para além de transmitir a mensagem de que a escola pretendia se mostrar preparada para receber a comunidade, retrata também sua concepção sobre a importância da participação e do apoio da comunidade local em suas atividades educativas. A Instituição mostrava-se adepta à ideia de que a escola estava a serviço da sociedade da qual dependia para que pudesse desenvolver seu trabalho em sintonia com seus propósitos.

Em outra direção, a imagem confirma a utilização de estratégias por parte de sua gestão que visavam estreitar os vínculos entre a escola e a comunidade.

Paulatinamente, as atividades empreendidas pelo Ginásio passaram a dividir, com as outras instituições escolares do município, o espaço da primeira página do *O Imparcial*. A divulgação dos eventos promovidos, em especial, pelo *Grupo Escolar São José*, pela *Escola Normal Regina Coeli* e pelo *Ginásio Municipal Pombense* passaram a ser frequentes e a divulgação da participação da escola secundária,

juntamente com as outras instituições escolares já existentes no município, era fator que também contribuía para que a comunidade a concebesse como um patrimônio local. Percebemos que, aos poucos, foi se estabelecendo uma relação de cumplicidade entre a escola e a comunidade.

Por esses diversos fatores que levaram ao acolhimento da Escola pela comunidade e promoveram sua credibilidade como instituição educativa não somente no município, mas em diferentes municípios mineiros, de um modo especial aqueles localizados em regiões circunvizinhas, o *Ginásio Municipal Pombense* passou a receber, como alunos matriculados, jovens residentes em diferentes localidades. Transpôs-se de referência educativa do município à referência educativa da região.

Com base no “Croqui Esquemático” que acompanha a descrição sobre o recrutamento de alunos do *Ginásio Municipal Pombense*, datado de 1942, constante do acervo de documentos pertencentes à Instituição, podemos afirmar que a Escola, nos primeiros anos de atividades, recebeu alunos residentes em diversas localidades circunvizinhas, quais sejam: Alto Rio Doce, Mercês, Capivari, Formoso, Silveirânia, Dolores do Turvo, Tabuleiro, Coronel Pacheco, Senador Firmino, Ubá, Tocantins, Piraúba, Descoberto, Rio Novo, São João Nepomuceno, Bicas, Rochedo de Minas e Guarani.

A adesão dos jovens da região à escola secundária criada em Rio Pomba imprimia-lhe a ideia de prestígio e credibilidade e fazia com que a comunidade local se orgulhasse ainda mais do estabelecimento educativo nela implantado e com que o grupo envolvido em sua fundação e direção se sentisse motivado e esperançoso em relação à expansão da Instituição.

Presentemente o prestígio do *Ginásio Municipal Pombense* deixou as fronteiras do município de sua sede para irradiar-se pelos municípios vizinhos, fazendo convergir um número bem considerável de educandos. Essas circunstâncias permitem assegurar que as condições asseguradas do futuro do *Ginásio Municipal Pombense* se avolumam cada vez mais, proporcionando motivos para a realização dos propósitos da sua Administração: transformar o *Ginásio Municipal Pombense* em um centro de instrução de primeiro plano.<sup>491</sup>

---

<sup>491</sup> Documento nº2, intitulado: *Zona de Recrutamento de Alunos*, que integra a “Ficha de Classificação do Ginásio” referente à inspeção realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 1942. Acervo de documentos da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*.

Acreditamos, assim, que a aceitação e acolhimento da Instituição estão relacionados, em seu conjunto, a um fator que se refere aos vários fenômenos que envolvem a criação da Instituição: a característica endógena desse processo.

A criação do *Ginásio Municipal Pombense* significava a vitória de uma luta interna, local, comunitária, uma luta composta por inúmeras batalhas das quais os elementos externos (legislações estaduais e federais, perspectivas governamentais, dificuldades financeiras) constituíam-se as adversidades.

Pela forma como se processou sua “gestação” e seu “nascimento”, a manutenção e o êxito da Instituição constituíam-se méritos de uma coletividade. Suas atividades e seus eventos eram constantemente divulgados na localidade em tom de conquista coletiva e motivo de orgulho para os riopombenses.

Perante uma assistência numerosa, realizou-se dia 25 a solenidade de reabertura das aulas do Gymnasio Municipal Pombense. Instituição de ensino com uma reputação já firmada nos meios educacionais do Estado, o Gymnasio Municipal Pombense, sob a direção competente do Prof. Borges de Moraes, está fadado para a fama e o prestígio, que já o perseguem. Os votos de “O Labor” são para que o Gymnasio Municipal Pombense continue “para frente e para cima” e que o anno que se inicia lhe seja prodigo.<sup>492</sup>

Em síntese, a criação da Instituição pode ser considerada o resultado de luta interna do município, constituída por “batalhas” que foram paulatinamente agregando maior número de adeptos à causa, promovendo maior sentido e atribuindo uma identidade local à Escola.

---

<sup>492</sup> Jornal local *O Labor* (Órgão da Associação Comercial do município). Exemplar do dia 03/04/1940. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.



## CAPÍTULO V

### 5. A CRIAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA DE RIO POMBA/MG: ENTRE PROJETOS NACIONAIS E PERSPECTIVAS LOCAIS

Nos capítulos anteriores apresentamos os resultados das investigações sobre três escolas implantadas do município de Rio Pomba/MG: o *Grupo Escolar São José*, uma escola pública de ensino primário; a *Escola Normal Regina Coeli*, voltada para a formação de professoras primárias, e o *Ginásio Municipal Pombense*, uma escola de ensino secundário para rapazes.

Perseguindo uma proposta de análise congênere aos capítulos anteriores, voltar-nos-emos, nesta parte, para a análise do processo de criação e implantação da Instituição Escolar que se constitui a última unidade de análise elencada para este trabalho investigativo: a *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG*, uma instituição profissionalizante/agrícola, criada no município de Rio Pomba, no ano de 1956.

#### 5.1 O contexto municipal (1937 a 1956)

Aproximadamente duas décadas separam a criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* (1956) da instituição escolar em estudo no capítulo anterior, ou seja, do *Ginásio Municipal Pombense* (1937).

Foi um período politicamente caracterizado pela volta do clima de agitação e rivalidades que marcou a história de Rio Pomba em fins do século XIX e início do XX e que encontrou trégua em fins da década de 1920 e início dos anos de 1930.

Odilon Braga, o representante político do município nas esferas estadual e federal e pacificador da política local, havia renunciado ao cargo de Ministro da

Agricultura, no momento do golpe que instituiu Getúlio Vargas no governo ditatorial brasileiro, alegando repudiar o *Estado Novo* e negando-se assinar a Carta Constitucional de 1937. Assim, Rio Pomba, governado naquele momento por um prefeito apoiado pela política do novo governo ditatorial (José Simões de Araújo Campos), encontrava-se, de certa forma, desamparado no que diz respeito à atuação do ex-ministro no trabalho de (re)integração de seus grupos políticos.

O clima de agitação política, em efervecência nos anos finais do *Estado Novo*<sup>493</sup>, na localidade, implicou uma desestruturação da administração municipal e, conseqüentemente, uma relativa estagnação dos trabalhos empreendidos pelo poder público do município.

Segundo Santiago (1991), “houve um verdadeiro recorde de nomeações de prefeitos em Rio Pomba, cujas administrações transformaram-se em verdadeiros fogos-fátuos. Nada menos de (7) sete Prefeitos se revezaram no exercício do cargo no curto espaço de tempo compreendido entre março de 1945 até dezembro de 1947.”<sup>494</sup>

Essa instabilidade político-administrativa, advinda de discordâncias entre os grupos influentes na política local, era entendida e apontada como a principal causa do estado de inércia que passou, novamente, a caracterizar a vida político-administrativa do município. Assim afirmava o memorialista local: “mas esses prefeitos ocasionais, nomeados de acordo com os cambalachos dos chefes locais em Belo Horizonte, não tinham tempo sequer de traçar um plano de governo para o Município e nem tão pouco administrá-lo convenientemente.”<sup>495</sup>

As divergências políticas influenciavam nos diversos aspectos sociais, inclusive no campo educacional. Projetos educativos eram abortados em função das discordâncias. Como exemplo desse fenômeno, podemos citar o caso da Escola Vocacional Industrial, que fora criada legalmente em Rio Pomba, por meio da Lei nº 121 de 26/12/1947, sancionada pelo então governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, mas que nunca chegara a se materializar.

A não efetivação da instalação da escola está ligada a uma disputa, que se tornou explícita por meio de artigos publicados no jornal local *O Imparcial*, na qual

<sup>493</sup> Até o ano de 1945, Dr. José Simões de Araújo Campos, que contava com o apoio do governo ditatorial de Getúlio Vargas, manteve-se no cargo de prefeito do município.

<sup>494</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p.247.

<sup>495</sup> SANTIAGO, 1991, p. 247.

membros de distintos grupos políticos do município tentavam relacionar a conquista auferida pelo município aos feitos de um de seus correligionários.

Economicamente a Rio Pomba das décadas de 40 e 50 (século XX) manteve-se estruturada nas mesmas bases nas quais vinha se ancorando desde há muito. A agricultura mantinha-se ao lado da pecuária como sendo as bases da economia local. No entanto, percebemos, nesse período, um relativo crescimento da pecuária (criação de gado) em relação aos cultivos dos produtos vegetais e uma crença em que o processo de industrialização se iniciava na localidade.

A manutenção das pequenas fábricas instaladas em décadas anteriores, somada a criação de indústrias de maior porte no município, nos anos de 1940, eram os fatores responsáveis por esse clima de esperanças que se acentuou na localidade.<sup>496</sup>

No que se refere aos hábitos e valores locais, a vida sociocultural da população, na sede do município, parecia girar entorno dos eventos esportivos e religiosos (católicos); das peças teatrais promovidas, geralmente, pelas escolas locais; das festividades organizadas pela *Caixa Escolar* anexa à escola pública primária (*Grupo Escolar São José*); das programações das casas cinematográficas; do Clube dos Trinta; da Sociedade Beneficente Operária e, de um modo especial, dos eventos empreendidos pelas escolas.

A valorização das atividades ligadas à intelectualidade se mantinha viva em Rio Pomba. No ano de 1951 foi fundada a Academia Riopombense de Letras, nas palavras do jornal local, “destinada a congregar em seu seio intelectuais de nossa terra, possuídos do objetivo precípua da difusão da cultura e das letras.”<sup>497</sup>

A campanha de alfabetização de adultos, desenvolvida pelo Ministério da Educação, na década de 40 (século XX), também era evento que encontrava considerável acolhida e repercussão na localidade. A imprensa local publicava, frequentemente, suas manifestações de apoio à iniciativa governamental.

---

<sup>496</sup> Entre as fábricas existentes no município ganhavam destaque: a fábrica de manteiga “Uirapuru”, assim como as demais indústrias de laticínios; as serrarias e marcenarias, a fábrica de vassouras “Inconfidência”; a fábrica de sombrinhas “Kutuka”; a fábrica de macarrão “Santa Lúcia”; o estabelecimento de torrefação de café Bocaiú; Indústria e Comércio de Fumo e, em especial, a Fábrica de Tecidos “São Roque”, um estabelecimento considerado de grande porte para o município, instalada em 1944, que chegou a trabalhar com 340 operários (Edição Extraordinária de *O Imparcial*, janeiro de 1958, p. 73 a 83).

<sup>497</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/10/1951, p.1.

A política pública educacional, denominada Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)<sup>498</sup>, de repercussão nacional e que teve à frente de seus trabalhos o educador Lourenço Filho, “foi consequência da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que aparece no Decreto nº. 19.513 de 1945 – que destinava a importância de 25% por cento dos recursos à educação elementar de adolescentes e adultos analfabetos.”<sup>499</sup>

## 5.2 As escolas no município: “Rio Pomba, Parque de Educação”<sup>500</sup>

No período em foco neste capítulo, percebemos que as escolas, de um modo especial as três existentes na sede do município de Rio Pomba, passaram a ser notícia recorrente nos exemplares do jornal local *O Imparcial*. Fosse para divulgar os períodos de matrícula, os eventos por elas promovidos, bem como para noticiá-las como “salas de recepção” das pessoas consideradas “ilustres” (empresários, autoridades políticas e religiosas) que visitavam Rio Pomba.

O Grupo Escolar da cidade, que sofrera um complexo processo de acolhimento pela comunidade, quando comparado às outras escolas do município, encontrava-se, em 1939, assim referenciado:

No grande e bem conceituado educandário que é o *Grupo Escolar São José* desta cidade, estão abertas as matrículas para o corrente ano. [...] os paes, tutores e patrões que deixarem de matricular as crianças que estão sob sua guarda incorrerão nas penalidades que estão sendo postas em prática nestes últimos anos. Felizmente, nesta cidade, poucos são aqueles que ainda não compreendem o alcance da medida e as senhoras professoras encontram a melhor vontade por parte das exmas. famílias e distintos cavalheiros, todos interessados em colaborar no grande serviço público que é a instrução primária.<sup>501</sup>

<sup>498</sup> Sobre a CEAA ver PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, Loyola, 1983.

<sup>499</sup> COSTA, Deane Monteiro Vieira. **Lourenço Filho e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no estado do Espírito Santo em 1947**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT05-6921--Int.pdf> (acesso em 08/10/2010)

<sup>500</sup> Título do editorial do jornal local *O Imparcial*, publicado em 19 de janeiro de 1941.

<sup>501</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 08/01/1939, p.1.

É possível constatar que a Instituição que, nos primeiros anos após sua instalação enfrentara dificuldades em relação à sua aceitação pela comunidade, já se fazia acolhida no município. A citação também nos passa a ideia de que o ensino primário, público, misto e de feições modernas, instituído pelos Grupos Escolares, já se havia entranhado na localidade, fazendo com que a população a ele aderisse sem maiores restrições.

A *Escola Normal Regina Coeli*, desde o início aceita pela comunidade, concebida como instrumento de proteção dos valores e princípios católicos e que se transformou em objeto de luta e manifestação social no início da década de 30 (século XX), afirmou-se na cidade como impulsionadora de progresso e como elemento atestador da identidade do município.

Realmente ao observar a evolução do nosso meio, ficamos sem saber si é o Rio Pomba que puxa os passos do Collegio “Regina Coeli” ou se é este educandário que orienta a marcha, puxando com elle, para mais altos horizontes, a nobre terra rio-pombense. Rio Pomba marcha e a sua marcha, que era pouco hesitante, vai adquirindo agora, personalidade, firmeza – forças características que se accentuaram desde que aqui plantou raízes, educando, o Collegio “Regina Coeli”.<sup>502</sup>

A ampliação da estrutura física da Instituição e a abertura do Curso de Comércio para moças, criado em 1940, passavam a mensagem de que a congregação religiosa decidira por se firmar na localidade, desfazendo, assim, a apreensão em relação à mudança da escola para a capital mineira.

Por meio de um jornal publicado pela Instituição<sup>503</sup>, que tinha à frente da organização suas ex-alunas, foi possível perceber que a relação desta com a comunidade já se fazia com um grau de interferência mais acentuado. A Instituição Escolar, confessional / católica, já afirmada na localidade, utilizava-se do argumento de autoridade do qual já era portadora para difundir, na comunidade, valores e atitudes que coadunavam com a filosofia da escola.

Assim, a o *Colégio Regina Coeli* prosseguia, também, influenciando o cotidiano citadino, na maneira de ser e estar de seus habitantes, fosse procurando intervir nos modos de se comportar nos distintos locais públicos e/ou delatando os ambientes e eventos considerados inconvenientes para as pessoas que se queriam idôneas. O trecho a seguir ilustra nossas inferências.

<sup>502</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/05/1939. (Texto editorial)

<sup>503</sup> O jornal era denominado *Escrínio do Sagrado Coração de Jesus* e foi fundado em agosto de 1953.

As senhoras, inconvenientemente trajadas constituem pedras de escândalo para muitos homens que, por elas, se tornam seus réus do pecado impuro alojado na alma pela vista. Ora, Nosso Senhor disse: Ai daquele por quem vem o escândalo. Nem se diga que o calor as obriga a isso. A desculpa é fraca. O calor também é um meio de fazer mortificação. E sem mortificação não há salvação. Guardem-se, pois, de comparecer à igreja com veste imodestas, principalmente, à mesa de comunhão ou ao tribunal de confissão onde deveria também existir o cartaz: “Proibido veste inconveniente.”<sup>504</sup>

Quanto ao *Ginásio Municipal Pombense*, a recém-fundada instituição escolar da sede do município, fazia-se o educandário em foco naquele momento. Em poucos anos de funcionamento a Escola já se mostrava incorporada no seio da sociedade: aceita e prestigiada.

Seus fundadores prosseguiram difundindo a ideia de que ela se fazia um patrimônio do povo, da comunidade. Tanto seus êxitos, quanto suas dificuldades eram postos à população, visando fazer com que os riopombenses participassem das decisões e assim se sentissem envolvidos nos rumos da Escola.

Mesmo com a abertura de escolas congêneres em cidades circunvizinhas, o *Ginásio Municipal Pombense* continuou recebendo alunos residentes em outras localidades e atuando como instrumento de expressão do município na região e, até mesmo, no estado de Minas Gerais.

Percebemos que, de um modo especial, outro fator que influenciou a relação da escola com a comunidade, permitindo que ela fosse rapidamente concebida como “O grande e acreditado estabelecimento de ensino”<sup>505</sup> de Rio Pomba, foi o fato de ela ser uma instituição de ensino secundário, voltada para alunos do sexo masculino, ou seja, ser uma formadora do grupo que supostamente teria participação direta na gestão da nação – a elite dirigente.

Em meados da década de 50 (século XX), os bens móveis e imóveis do educandário foram doados ao governo do estado, criando assim o *Ginásio Estadual de Rio Pomba*<sup>506</sup>. Logo a seguir à sua estadualização, a instituição foi autorizada a

<sup>504</sup> Jornal *Esgrínio do Sagrado Coração de Jesus*. Exemplar de janeiro de 1954, Ano I, Número 5, p. 2 e p. 7.

<sup>505</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/12/1947, p.1.

<sup>506</sup> Lei 1.237 de 14/02/1955. Publicação no impresso oficial do estado, (*Jornal Minas Gerais*), Diário do Executivo – 15/02/1955, p. 1, col. 2.

ministrar o curso científico (2º ciclo do ensino secundário), transformando-se, posteriormente, em *Colégio Estadual Prof. José Borges de Moraes*.<sup>507</sup>

Essas transformações fizeram com que a instituição escolar passasse a gozar cada vez mais de maior prestígio por parte da população e fosse pensada como um elemento capaz de transformar a “fisionomia” da cidade pela sua capacidade de trazer novos moradores, elevar a habilidade intelectual dos cidadãos riopombenses, intensificar o movimento do comércio local, assim como também proporcionar maiores lucros para as demais atividades que participavam da economia do município.

Podemos inferir, baseados nas análises empreendidas até então, que as escolas, de um modo especial, passaram a representar o progresso do município e promoviam seu destaque perante os municípios circunvizinhos, principalmente diante daqueles que não eram dotados de instituições escolares congêneres. As escolas transformaram Rio Pomba em um local de referência educacional e de atendimento a estudantes que residiam em outras localidades. As instituições escolares imprimiam poder ao município.

É sobretudo grato ao nosso espírito, observar a marcha do nosso município, puxado pela corrente vigorosa do seu aparelhamento educacional. De facto, o que conduz Rio Pomba neste momento, sobrepondo-se mesmo aos seus homens públicos, é o seu **parque de educação**<sup>508</sup> – si assim nos é permitido dizer.<sup>509</sup>

As instituições escolares do município passaram também a servir de peças do mecanismo que visava promover a ideia da eficiência do poder público local e estadual. Em relatório, encaminhado ao prefeito Dr. José Simões de Araújo Campos pelo inspetor escolar do município, José Baptista Amoroso Anastácio, no dia 15 de janeiro de 1941, assim se pronunciava:

Não posso silenciar o entusiasmo, ao referir-me ao problema magno do Brasil – o da educação do povo – problema este que V. Excia. vem resolvendo de maneira tão eficiente, patriótica e fecunda. O Grupo Escolar “São José”, a Escola Normal “Regina Coeli” e o “Ginasio Municipal Pombense”, foram uma corrente educativa de alto significado no seio da vida do município do Pomba, corrente essa a que se acham ligadas mais 24 escolas rurais disseminadas por todas

<sup>507</sup> Lei nº 2.970 de 16/11/1963. Publicação no impresso oficial do estado, (*Jornal Minas Gerais*), Diário do Executivo – 20/11/1963, p. 1, col. 1.

<sup>508</sup> Grifo nosso.

<sup>509</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar de 19/01/ de 1941, p1.

as regiões do nosso município, todas trabalhando pelo Brasil. Apresentando ao Governo de Minas Gerais e ao ilustre Prefeito do Município do Pomba as saudações de todo o professorado do Pomba e as minhas saudações pessoais, sou, de V. Excia, patrício e admirador.<sup>510</sup>

Juntamente com as demais instituições e com os estabelecimentos industriais do município, as escolas emprestavam a ele a ideia da marcha do progresso. Dermeval Vieira de Rezende, inspetor federal de ensino, ao visitar as dependências do *Ginásio Municipal Pombense*, em fevereiro de 1942, transmitiu a seguinte mensagem para os pais e professores que ali se faziam presentes: “Quando se quer informação sobre qualquer localidade, as perguntas forçadas são estas: tem Ginásio e Escola Normal? Tem estrada de ferro, luz e hospital?”<sup>511</sup> Nessa dinâmica, o Inspetor propalava para a comunidade a ideia de que as escolas eram peças fundamentais – ao lado de outros elementos – e atuavam como instrumento de expressão do município em outras localidades. Nesse sentido, a presença das instituições educacionais colocava o município como estando no almejado caminho do progresso e da civilidade.

### 5.3 A criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba*: estratégia de recuperação do valor da vida campesina

A *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG*, atual Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba que, de acordo com a legislação à qual estava subordinada,<sup>512</sup> era uma instituição destinada a ministrar o curso de *Mestria Agrícola* e o curso de *Iniciação Agrícola*<sup>513</sup>, tem sua materialidade

<sup>510</sup>Relatório encaminhado ao prefeito do município de Rio Pomba, José Simões de Araújo Campos, pelo inspetor escolar municipal, José Baptista Amoroso Anastácio, datado de 15 de janeiro de 1941, publicado no jornal local *O Imparcial* no dia 26/01/1941.

<sup>511</sup>Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 8 de março de 1942, p.1

<sup>512</sup>Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

<sup>513</sup>De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola o Curso de Iniciação Agrícola, articulado com o Ensino Primário, teria a duração de dois anos, e era destinado a dar a preparação profissional necessária para a execução do trabalho de operário agrícola qualificado. O Curso de Mestria Agrícola, com a duração de dois anos, e sequente ao Curso de Iniciação Agrícola, teria por finalidade dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola.



jurídica<sup>514</sup> concretizada na segunda metade da década de 50 (século XX), ou seja, nos “anos dourados” do Brasil.

Os chamados “anos dourados” foram de otimismo, de crença do progresso brasileiro, cujo melhor intérprete foi o governo de Juscelino Kubitschek. Foi um período de renovação estética influenciada pelo movimento concretista, de euforia pelo futebol e pela seleção brasileira e revitalização e modernização da imprensa periódica, com a atuação efusiva dos jornais na vida política e a popularização das revistas ilustradas como *O Cruzeiro* e *Manchete*.<sup>515</sup>

É possível afirmar que esse clima de esperanças e otimismo que se instaurava no país encontrava fundamento, de modo especial, nas promessas do então presidente da república, Juscelino Kubitschek (JK) que em seus pronunciamentos mostrava-se contrário à ideia de que o Brasil era um país condenado ao atraso. O presidente injetava confiança na população brasileira, afirmando que iria industrializar e modernizar a nação. Com seu mote de campanha declarava que promoveria “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, o “Nono”, ou simplesmente JK, recebeu a faixa presidencial no dia 31 de janeiro de 1956. Era o início de um período governamental que até hoje confunde o imaginário dos brasileiros, despontando como uma espécie de “sonho dourado” em meio ao pesadelo da história republicana. Inteligente e versátil, Juscelino de fato encarnou uma imagem rara, agindo como um burguês democrata, em um país onde o patronato político se caracterizou, basicamente pela repulsa à democracia. Levando ao extremo a eficácia pessedista em fazer grandes transformações sem mudar nada de essencial, foi perfeito na capacidade de facilitar, na chefia do Estado, a reprodução e a ampliação das relações capitalistas, sem ampliar o uso da violência. Acima de tudo, foi o hábil negociador, que soube canalizar as massas para seu projeto desenvolvimentista, espalhando otimismo e dourando o caráter de dominação e exploração do Estado brasileiro. Apesar das inevitáveis tensões políticas e militares, seu governo adquiriu uma lendária estabilidade, realmente singular em nossa trajetória institucional.<sup>516</sup>

No aspecto econômico, O Brasil dos anos de 1950 prosseguia tentando fortalecer o modelo urbano-industrial, iniciado nos anos 30 (século XX).

<sup>514</sup>Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956, publicada no Diário Oficial da União no dia 02 de janeiro de 1957. (Lei de criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* / MG)

<sup>515</sup>SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008 – Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2, p.187.

<sup>516</sup>BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1994, p. 43.

A literatura econômica aponta que, para o Brasil, a passagem do modelo agro-exportador para a economia industrial, iniciada na década de 30 e que, na década de 50 se consolida, traz o marco da elevação da indústria ao centro dinâmico da economia e do aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, transformando essa década em um dos períodos mais representativos da investida nesse modelo econômico.<sup>517</sup>

Entretanto, nos anos de 1950, o Brasil ainda se caracterizava como um país essencialmente agrícola. Segundo Faro & Silva (1991), “dos 51.944.397 brasileiros recenseados em 1950, 33.161.506 habitavam as zonas rurais. Na mesma data, de uma população economicamente ativa de 17.117,4 milhares de pessoas, 10.369,9 milhares trabalhavam no setor agropecuário.”<sup>518</sup>

Em 1955, o setor agrícola nacional era essencialmente cafeeiro. “O café respondia por 30% do valor da produção vegetal, que por sua vez contribuía com mais de 70% do valor da produção agropecuária”.<sup>519</sup> Nas exportações o café mostrava o seu “indicador mais cintilante de soberania”. Neste mesmo ano, ainda segundo os autores supracitados, o país exportou o equivalente a 1.419 milhões de dólares em mercadorias, sendo que 60% desse total era proveniente da venda do café.

O investimento no modelo urbano-industrial ao lado de um relativo abandono do setor agrícola, em um país de economia amparada preponderantemente pelas atividades agropecuárias, trouxe consigo diversas consequências para a sociedade brasileira.

O êxodo rural aparece como sendo um considerável problema causado pela desvalorização da vida rural. Rodrigues (1999) confirma a existência dessa questão quando nos fala de uma preocupação governamental, em relação à utilização de estratégias, com vistas a evitar a migração do homem do campo para a cidade e, conseqüentemente, os problemas sociais causados pelos inchaços dos centros urbanos. Segundo ele, “as políticas públicas voltadas para o meio rural, que se

<sup>517</sup>IGNÁCIO, Paulo César de Souza. **Da educação tecnológica a formação profissional: a reforma do ensino técnico em questão**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p.63.

<sup>518</sup>FARO, Clóvis; SILVA, Salomão. L. Quadros da. **A década de 50 e o Programa de Metas**. In: GOMES, A. C. (org). O Brasil de JK. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p.45.

<sup>519</sup>FARO e SILVA, 1991, p. 45.

deram a partir dos anos 40, preocuparam-se, em maior ou menor grau, em eliminar o êxodo rural e alterar as condições de vida da população por diversos artifícios.”<sup>520</sup>

No período de 1930 a 1950 os progressos referentes ao setor agrícola foram tímidos. Ficava cada vez maior o descompasso entre a economia rural e a urbana.

A vida nas cidades se tornava mais atrativa e estimulava os moradores do campo a abandonarem a zona rural e migrarem para os centros urbanos. Os alimentos produzidos no campo tornavam-se cada vez mais escassos e, conseqüentemente, menos acessíveis a população.

Diante de tal situação o governo adotou algumas medidas visando à recuperação do setor agrícola. No que toca a essas medidas, ganham destaque a proposição de políticas de reforma agrária e a criação de órgãos governamentais que objetivavam prestar assistência ao homem do campo.

Nesse ínterim, surgem também, como propostas, projetos que visavam à criação de escolas profissionalizantes, voltadas para a área agrícola. O governo demonstrava conceber a educação escolarizada também como uma possibilidade de intervenção social. A ideia que fica explícita era de que a escola atuaria como instrumento capaz de revolver o interesse dos moradores da zona rural pela vida campesina, amenizando, assim, os problemas causados pelo êxodo rural e pela baixa produtividade agrícola.

Encontramos, no impresso do órgão legislativo do país, o “Diário do Congresso Nacional”, a proposta de criação de uma Escola de Iniciação Agrícola no estado de Goiás. Nela, fazem-se visíveis as expectativas depositadas na educação profissionalizante como solucionadora dos problemas agrícolas brasileiro. O texto afirmava:

Ao oferecermos este projeto à consideração da Câmara, estamos certos de que ela o examinará com interesse visto que nele se procura resolver uma situação dolorosa da economia agropastoril do Brasil, digna do amparo dos poderes públicos. [...] É conveniente salientar-se que a preparação de profissionais para as atividades agrícolas não tem merecido a atenção necessária reclamado pelo progresso nacional. Comparado ao número sempre crescente de escolas para a formação do operariado para a indústria, verifica-se esta triste verdade.<sup>521</sup>

<sup>520</sup> RODRIGUES, Ângelo Constâncio. **A Educação Profissional Agrícola de Nível Médio: O sistema Escola-fazenda na Gestão Nacional do Ensino Agropecuário-COAGRI (1973 – 1986).** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 112.

<sup>521</sup> Diário do Congresso Nacional, 04/05/1956, p.2939 e p. 2940. Disponível em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp) (acesso em outubro de 2010)

A criação de escolas que instruísem os produtores rurais e seus filhos constituía-se também uma estratégia com vistas ao crescimento da produção agrícola, tendo em vista que a escassez de produtos alimentícios no mercado gerava a alta dos preços e o conseqüente encarecimento do custo de vida.

O problema de produção agrícola é, antes de tudo, um problema de instrução profissional de todos aqueles que se interessam nas atividades rurais. Evidentemente, só através do ensino agrícola será possível levar às populações dos campos os conhecimentos e práticas que a evolução dos processos técnicos aconselham pôr em execução, nas diferentes regiões do país. Daí se conclui, em fase de reduzida rede de escolas desse gênero ser imprescindível dotar o Ministério da Agricultura dos elementos necessários ao desempenho eficiente de sua tarefa, no setor de ensino.<sup>522</sup>

Em nível local, a situação se assemelhava. A preocupação com uma educação sistematizada que preparasse o homem do campo para as atividades rurais já se mostrava, desde décadas anteriores, ser uma realidade em Rio Pomba. O texto que tratava do ensino, constante do relatório apresentado ao governador do estado de Minas Gerais, em 1936, era firme em defender a educação agrícola não somente na localidade, mas como solução para a economia brasileira, que, apesar do movimento em prol da industrialização, iniciado em 1930, ainda se fazia essencialmente agrícola.

O documento apontava a deficiência do ensino ministrado nas escolas primárias rurais, no que se referia à preparação para o trabalho no campo. Mais do que luzir essa deficiência, o relatório afirmava que a existência das escolas primárias rurais, no molde em que estavam estruturadas, era a responsável pelo abandono do campo, já que o processo educativo ali desenvolvido, baseado na alfabetização e nas operações matemáticas básicas, incitava os alunos pelo interesse na vida urbana.

Está no animo de todo mundo que o ensino agrícola entre nós te sido, por um condenável preconceito, atirado para um plano secundário e entregue à sua própria sorte, ministrado quasi sempre de modo insuficiente e contraditório. No nosso Estado, a não ser o modelar instituto de ensino superior de Viçosa, nenhum estabelecimento de ensino propriamente rural existe que satisfaça as nossas condições sociais e econômicas e ao nosso meio ambiente. O ensino rudimentar das nossas escolas ruraes – ler, escrever e

<sup>522</sup>Diário do Congresso Nacional, 04/05/1956, p.2939.

contar – não resolve de modo algum o magno problema do – rumo aos campos -. Ao contrário, os alunos semi-letrados diplomados por essas escolas, atingida a idade da adolescência, desertam dos campos, e, atraídos pela vida fugaz e enganadora dos centros urbanos, procuram enganjar-se nos empregos públicos ou, se fracassam nessa tentativa, permanecem perambulando a esmo pelos centros de perdição e ociosidade.<sup>523</sup>

A necessidade de modernização dos métodos agrícolas, via educação escolarizada, bem como a responsabilidade financeira e administrativa dessas instituições por parte do poder público são também enfatizadas no documento supracitado que, entre considerações e comentários, deixava clara a sua visão na qual o objetivo maior da escolarização da profissão agrícola fundamentava-se no fortalecimento da economia brasileira e na resolução dos problemas sociais causados pelo êxodo rural.

A sociedade sentia diretamente os efeitos causados pela transição da economia primária para a economia industrial. A falta de políticas públicas e de investimentos voltados para as questões agrárias e a consequente desvalorização da vida rural estavam então refletidos na situação de crise em que o país se encontrava. São inúmeros os artigos do jornal local, nesse período, que abordavam a difícil situação da nação em relação ao alto custo de vida, aos preços inacessíveis dos gêneros alimentícios básicos e da insatisfação do povo em relação a essa situação. “Era visível o contraste entre o surto industrial e o agrícola, entre o urbano e o rural. O sacrifício exigido do povo, em nome do progresso, estaria, no final da década de 1950, encontrando seu limite”.<sup>524</sup>

Em um artigo de *O Imparcial* de junho de 1959, que se referia aos problemas socioeconômicos causados pela queda na produção agrícola e à necessidade de assistência ao produtor rural, o autor afirmava: “... porque o momento é de crise, de alarme, de pânico, de fome, de escassez de gêneros de primeira necessidade, cuja falta, não há dúvidas, todos sentem. Só se fala de greves, quebra-quebra, passeatas de fome, associação das donas de casa, reclamações, queixas, choradeiras e apreensões generalizadas.”

<sup>523</sup>Relatório apresentado ao Governador de Minas Gerais, Benedicto Valladares Ribeiro, pelo prefeito de Rio Pomba, Arthur Eugenio Furtado, referente ao exercício do ano de 1935. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

<sup>524</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 73.

Pelos exemplares do jornal local *O Imparcial*, do ano de 1959, pode-se observar que foram tomadas algumas iniciativas por parte do governo estadual e federal, com vistas a resolver - ou amenizar - essa situação de dificuldades que o país atravessava, ocasionada pelo incremento das indústrias em detrimento da agricultura. Artigos afirmavam: “O ministério deve assumir a liderança da vida rural”; “O governo JK acaba de assinar o decreto que permitirá aos agricultores ampliar suas culturas para que, em 1960, as safras sejam maiores que as anteriores”; “O Minas Gerais publica um projeto de amparo ao trabalhador rural”.

Em se tratando especificamente do município de Rio Pomba, é possível inferir que também havia na localidade interesses econômicos que fomentavam a criação de uma escola profissional agrícola.

A economia municipal girava em torno da agricultura e da pecuária. A principal produção era a de café, iniciada em 1845. O fumo era o segundo produto agrícola que colaborava com a economia do município desde 1850, cabendo à cana-de-açúcar o terceiro lugar. Para o processamento desses produtos agrícolas, Rio Pomba contava com indústrias de fumo desfiado e engenhos rapadureiros, além da considerável produção de aguardente. O cultivo de milho, arroz, feijão, batata e frutas também contribuía com sua economia.<sup>525</sup>

Para além dos interesses peculiares do município, a criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* constituiu parte integrante de uma política nacional empreendida no governo presidencial de Juscelino Kubitschek. JK, que ocupou o cargo de presidente do Brasil no período de 31/01/1956 a 31/01/1961, organizou seu plano de ações instituindo o *Conselho de Desenvolvimento* que elaborou o *Programa de Metas*. Este era composto por trinta objetivos distribuídos em cinco setores, quais sejam: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação.

Constava do planejamento reservado para o setor educacional, neste *Programa de Metas*, a intensificação de formação de pessoal técnico e a orientação para o desenvolvimento. No entorno da proposta de formação técnica, a criação de escolas profissionalizantes fazia-se um caminho de materialização dessa meta.

<sup>525</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 44.

Essas escolas atuavam de forma direta nesse processo de recuperação, instruindo o trabalhador rural e incutindo-lhe a importância de seu papel na sociedade. As escolas seriam formadoras de profissionais que dominassem as mais modernas técnicas agrícolas, conhecimento considerado necessário a um país moderno e industrializado.<sup>526</sup>

Pensando particularmente na criação de escolas profissionais “agrícolas”, a meta constante para o setor de educação (intensificar a formação pessoal técnico), unida às propostas eleitas para o setor de alimentação (crescimento da produção agrícola, mecanização da agricultura, aumento de produção de adubos químicos e construção de instalações físicas destinados ao armazenamento da produção), permitem-nos inferir que a criação das escolas desse gênero, empreendidas no governo JK, participaram do plano político-econômico instituído durante seu mandato presidencial.<sup>527</sup>

Tratando-se especificamente da *Escola Agrícola de Rio Pomba*, percebemos que, para além das questões até então postas como sendo os motivos que envolveram o processo de sua criação, as questões políticas locais figuraram-se como sendo o fator ocasionador da instalação da escola profissionalizante no município.

Cappelle (2006) esclarece que tanto nas fontes orais, como nas escritas e iconográficas consultadas, quando da elaboração do seu trabalho, a questão política apresentou-se como o fator que se sobressaiu como sendo o responsável pela fundação da Escola Agrícola em Rio Pomba, principalmente no que se refere à escolha do município.<sup>528</sup>

A criação da Escola está diretamente relacionada aos feitos de um político local, Último de Carvalho, que, no período, ocupava o cargo de deputado federal e mostrava gozar de prestígio e força junto ao presidente Juscelino Kubitschek. Assim nos confirma Ferreira (1996): “No dia 19 de dezembro chega a Rio Pomba o Governador Juscelino Kubitschek, para paraninfar a turma de 1951 do Ginásio

<sup>526</sup> CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 46.

<sup>527</sup> Encontramos no Decreto nº 53.774 de 20/03/1964 (Ministério da Agricultura), o registro da existência de 24 escolas de ensino agrícola a ele subordinadas. Tal informação nos permite afirmar que, em um período de aproximadamente 8 anos, o número dessas escolas dobrou, considerando que por volta de 1955 existiam 12 instituições profissionalizantes agrícolas subordinadas ao Ministério da Agricultura.

<sup>528</sup> CAPPELLE, 2006, p. 48.

Pombense. [...] Logo a seguir falou o Governador que não mediu palavras de elogio ao Deputado Último de Carvalho.”<sup>529</sup>

Último de Carvalho, nascido no município vizinho (Juiz de Fora/MG), era médico veterinário e engenheiro agrônomo. Radicou-se aos vinte e três anos em Rio Pomba onde iniciou sua carreira política. Nesse município foi vereador e prefeito. Prosseguiu sua trajetória como deputado estadual e, a seguir, como deputado federal.

Nessa caminhada política, Último de Carvalho teve a oportunidade de se relacionar diretamente com JK. A relação entre os dois políticos mostrava-se estreita já na década de 40 (século XX), momento em que o então presidente candidatava-se ao governo do estado de Minas Gerais.

Em suas três visitas a Rio Pomba, em momentos que antecedem a instalação da Escola Agrícola - a primeira como candidato a governador (1950), a segunda como paraninfo de uma turma de formandos de um curso ginasial (1951) e a terceira para inauguração de obras públicas (1953) - JK esteve acompanhado do deputado Último de Carvalho que, trabalhando para a eleição do político ao governo de Minas Gerais, em 1950, apresentou-o à comunidade municipal.<sup>530</sup>

De modo geral, a situação política do município, nessa década, favorecia a manutenção da rede de contatos entre o político local e o presidente Juscelino Kubitschek. O Partido Social Democrático (PSD), do qual participavam os políticos em questão, fora majoritário em todas as eleições efetivadas nos anos de 1950, em Rio Pomba. Portanto, os prefeitos eleitos e que atuaram nesse período comungavam do mesmo grupo político.

O período de forte atuação de Último de Carvalho, na localidade, coincide com o momento de criação da Escola Agrícola no município. Por meio das publicações do jornal local *O Imparcial*, é oportuno perceber que os anos de 1950 foram um momento auspicioso para Rio Pomba em se tratando de destinação de verbas federais e execução de obras públicas.

O jornal propalava:

<sup>529</sup> FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! O Imparcial: 1896 – 1996**. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996, p.198.

<sup>530</sup> CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 50.



É realmente confortador o balanço que mostra a grande diferença entre o passado de Rio Pomba e o seu presente verdadeiramente promissor. Parece que Rio Pomba despertou do longo e doentio sono em que esteve mergulhado. Dezenas de anos foram testemunho irrefutável da inércia que reinou, do desânimo que a todos envolveu e da descrença que se generalizara e fez ninho nos mais afastados rincões do município.<sup>531</sup>

Há, no entanto, outro fator que julgamos ter influenciado a escolha de Rio Pomba para a instalação da Instituição Educativa: a existência de um local que, se adaptado, tornar-se-ia adequado ao desenvolvimento dos trabalhos inerentes a uma escola profissionalizante agrícola. Tratava-se do *Posto de Criação Animal*, uma repartição do Ministério da Agricultura – órgão governamental que também seria responsável pelo estabelecimento de ensino agrícola – instalado em Rio Pomba na década de 1930.

Essa repartição pública, situada a, aproximadamente, 4km (quatro quilômetros) da zona urbana do município, era composta por instalações físicas apropriadas para as atividades relativas à pecuária, espaços livres para as práticas agrícolas e encontrava-se, na época, em paulatina decadência.

Assim, essa soma de fatores e situações fez com que, em 26 de fevereiro de 1956, início do ano em que foi promulgada a lei de criação da escola, o jornal *O Imparcial* noticiasse que, em entrevista, Último de Carvalho afirmava instalar a *Escola Agrícola* em Rio Pomba. O entrevistado esclarecia o papel da nova instituição: “dar desenvolvimento à agricultura de nossa ubérrima terra com o preparo técnico dos filhos dos agricultores”.<sup>532</sup>

O projeto de lei nº. 1.401, que propunha a criação da instituição, foi encaminhado para o Congresso Nacional no dia 06 de junho de 1956. As notícias sobre o processo jurídico de criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* incitavam a população e passavam a mensagem de que a fundação do estabelecimento era acontecimento que beneficiaria o município. Elas traziam a esperança de novos empregos e incremento das atividades econômicas locais.

Além disso, a instituição de ensino profissionalizante agrícola seria elemento que promoveria o município frente às localidades circunvizinhas, permitindo maior expressão de Rio Pomba na região da Zona da Mata Mineira.

<sup>531</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 30/08/1953. p.1.

<sup>532</sup> *O Imparcial*, 26/02/1956, p.1.

O projeto, transformado na Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956 e publicada no Diário Oficial da União no dia 02 de janeiro do ano seguinte, representou também, na localidade, o cumprimento de uma promessa feita pelo presidente JK quando de suas passagens por Rio Pomba enquanto candidato ao governo. Em junho de 1956 o jornal local *O Imparcial* confirmava essa ideia ao atribuir à matéria que informava sobre o encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional, feito por Juscelino Kubitschek, o seguinte título: “O presidente cumpre o que o candidato prometeu”.

A Escola, que passou por reformas e construções de novas instalações, em sua estrutura física, no período de 1958 a 1962, foi inaugurada no dia 16 de agosto deste ano.

O aspecto político, que marca fortemente a criação dessa Instituição Escolar, sobressai-se, ainda mais, quando de suas festividades de instalação. As solenidades de inauguração podem ser entendidas como o momento de consagração do feito político no município.

O evento, cuidadosamente preparado, típico das solenidades de inauguração de importantes obras públicas, contou com a presença de JK. Cappelle (2006) comenta que “o comparecimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek nas solenidades de inauguração é lembrado nos diversos relatos dos ex-servidores como sendo o fato que mais marcou a cerimônia de inauguração da Escola. A presença de um político como JK, símbolo de entusiasmo, confiança e progresso, conferia às solenidades - e, conseqüentemente, à instituição – um prestígio social ainda maior.”<sup>533</sup>

As fotos que ilustram a reportagem do evento, constantes do exemplar do jornal local *O Imparcial*, do dia 19 de agosto de 1962, confirmam a proposta de atribuir os méritos da criação da Escola à atuação política. Não foi a imagem de sua estrutura física, tampouco da festividade de inauguração do estabelecimento que compuseram a matéria publicada, mas sim as fotos do então senador Juscelino Kubitschek e do deputado Último de Carvalho.

---

<sup>533</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p.77.

Figura 15

Matéria sobre as solenidades de inauguração da Instituição publicada no jornal *O Imparcial* do dia 19 de agosto de 1962



Fonte: Acervo da imprensa local.

Outra questão referente à inauguração da Escola, que julgamos merecedora de uma reflexão é sua categorização. A *Escola Agrícola de Rio Pomba* é apresentada à comunidade como *Ginásio Agrícola*. Percebemos, portanto, a intenção de conferir maior *status* ao estabelecimento recém-inaugurado, dinamizando para que a sociedade riopombense concebesse a Escola como uma Instituição não somente de ensino profissionalizante, mas também de ensino secundário. No entanto, legalmente, ela só passou a ser denominada *Ginásio Agrícola de Rio Pomba* em 1964.

A data de sua inauguração, o ano de 1962, colaborava com essa questão do *status* social que a vinculação com o ensino secundário proporcionava à Escola, na medida em que possibilitou que a Instituição contasse, logo no início de suas

atividades, com as prescrições e inovações da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961 (Lei nº 4.024/61).<sup>534</sup>

A nova legislação equiparou o ensino profissional ao propedêutico, quanto à questão da equivalência e da continuidade de estudos. De acordo com seu artigo 49, o ensino profissional continuou estruturado em três ramos (industrial, agrícola e comercial), porém, passou a compor, juntamente com o ensino secundário, a educação de grau médio.

Nunes (1992) tece o seguinte comentário sobre a situação da Educação Profissional na Lei nº 4.024/61:

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024/61), o ensino de grau médio poderia ser definido como aquele ensino intermediário, entre o curso primário e o curso superior, destinado aos adolescentes. Subdividia-se em dois ciclos: o ginásial e o colegial. Distinguia-se pelos seus vários ramos: o secundário, o comercial, o normal, o industrial e o agrícola. O direito de equivalência para fins de transferência garantiu, pelo menos a nível legal, a articulação desses cursos atenuando o isolamento do secundário em relação aos demais.<sup>535</sup>

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1961, de certa forma, amenizava a dualidade existente entre o ensino secundário, formador das elites e o ensino profissional, “destinado às classes menos favorecidas”<sup>536</sup> que historicamente participou da educação brasileira. Assim, do ponto de vista formal, o sistema dual estaria sepultado, mas, na prática, “a equivalência estabelecida pela Lei nº 4.024/61 não conseguiu superar a dualidade, tendo em vista a permanência de duas redes de ensino no sistema educacional brasileiro, sendo que o ensino secundário continuou mantendo o privilégio de ser reconhecido socialmente.”<sup>537</sup>

<sup>534</sup> Com a promulgação da Lei nº 4024/61, a *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG* teve seus cursos estruturados por duas legislações: a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), que prescrevia sobre a organização do curso de Mestria Agrícola e a LDB de 1961, que reorganizou a educação de grau médio. De acordo com as prescrições da Lei nº 4.024/61, o curso de Mestria Agrícola, que seria oferecido pela Instituição concomitantemente com o curso ginásial, passou a ser denominado Curso Ginásial Agrícola. O aluno que concluísse tal curso receberia o título de “Mestre Agrícola”.

<sup>535</sup> NUNES, Clarice. **O ensino de grau médio entre a Lei 4.024/61 e a Lei 5.692/71: (des) venturas de uma trajetória**. Seminário sobre a relação educação, sociedade, estado pela mediação jurídico-institucional. Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Departamentos de Fundamentos Pedagógicos, 1992, p.01.

<sup>536</sup> Constituição Brasileira, outorgada em 1937, art. 129.

<sup>537</sup> SANTOS, Jailson Alves. **A Trajetória da Educação Profissional**. In 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E., Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000. p. 219.

### 5.3.1 A estrutura física da Escola Agrícola: esperanças de progresso na localidade

Constava da lei de criação da Escola<sup>538</sup> a prescrição que sua instalação seria efetivada “em cooperação com o Posto de Criação da Divisão de Fomento da Produção Animal, subordinado ao Departamento Nacional de Produção Animal e com a Estação Experimental de Fumo, subordinada ao Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantidos pelo ministério da Agricultura no município de Rio Pomba, utilizando para isso as terras e as benfeitorias que se fizerem necessárias”.

O local determinado para a instalação da Instituição Escolar, o antigo *Posto de Criação Animal*, pertencente ao Ministério da Agricultura, fora fundado em Rio Pomba na década de 1930 e era anexo a outro órgão, subordinado ao mesmo Ministério: a *Fazenda Experimental do Fumo*. Embora fossem vizinhos e mantidos pelo Ministério da Agricultura, configuravam-se administrativamente como autônomos, já que cada repartição possuía seu gestor.

O *Posto de Criação da Divisão de Fomento da Produção Animal*, tratado na comunidade como *Posto de Criação*, local onde foi instalada a Escola, compreendia uma área de, aproximadamente, 91 hectares e tinha a finalidade de desenvolver experimentos e pesquisas visando à melhoria do perfil genético do plantel da região.<sup>539</sup>

O local era considerado propício às atividades inerentes a uma escola agrícola profissionalizante. Constituíam-se de áreas livres que poderiam ser destinadas às atividades agrícolas, de instalações físicas específicas para as atividades relacionadas à pecuária e terreno disponível para a construção de outras edificações.

A localização rural melhor atendia a sua peculiaridade agrícola, assim como também coadunava com os discursos médico-higienistas difundidos no Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX que apontavam os espaços afastados dos centros urbanos como sendo os ideais para a instalação de escolas.

---

<sup>538</sup> Artigo 2º da Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956.

<sup>539</sup> A Fazenda Experimental do Fumo era um órgão de pesquisas e experimentos voltados para a agricultura. Estava instalada em uma área de, aproximadamente, 127 hectares. Quando do encerramento de suas atividades, suas terras e suas edificações também foram doadas para a *Escola Agrícola de Rio Pomba*. No entanto, essa expansão física da Instituição Escolar não será aqui abordada, visto que ocorreu em décadas posteriores às abarcadas neste trabalho.

Assim, os médicos indicavam a edificação dos prédios escolares fora da área urbana, considerada insalubre e pouco saudável, com construções iluminadas e ventiladas, onde estivessem presentes não só as salas de aulas e estudos, mas também refeitórios, dormitórios, enfermaria, áreas de higiene e espaço livre ao entorno, com árvores que pudessem purificar o ar.<sup>540</sup>

Nessa perspectiva, o espaço designado para a instalação da *Escola Agrícola de Rio Pomba* começou a sofrer transformações por volta dos anos de 1958 e 1959. As reformas e expansões físicas eram constantemente noticiadas pelo jornal local e mostravam-se ansiosamente aguardadas pela comunidade riopombense.

No artigo intitulado “Escola Agrícola – uma visita às importantes obras em execução nesta cidade”, um exemplar do jornal, de julho de 1959, informava que trabalhavam nas construções cerca de oitenta operários, que três pavilhões já se encontravam em fase de acabamento e que seriam construídos mais cinco, bem como seriam edificadas casas residenciais destinadas a funcionários da escola, além de campos de esportes e piscina.

Pela descrição feita sobre a estrutura física, é possível inferir que se tratava de um ousado projeto. Percebemos que, à medida em que iam erguendo-se os prédios, as expectativas da comunidade local aumentavam e a escola funcionava como uma fábrica de esperanças em relação ao crescimento econômico e ao progresso do município.

Esse era o teor das notícias sobre a estrutura física da *Escola Agrícola de Rio Pomba*:

Estive examinando, *in loco*, as obras em construção da Escola, distante três quilômetros da cidade de Rio Pomba. Tal empreendimento que teve a dinamização do deputado Último de Carvalho, que tantos benefícios tem carreado para sua terra de adoção, irá, sem dúvida, **imprimir rumos novos na vida do município**<sup>541</sup> e da cidade que muito se beneficiarão com o volume de compra e venda que se verificará forçosamente em todos os setores da atividade humana. E para exemplo frisante temos Viçosa, cuja cidade vive quase exclusivamente em função da Escola Superior lá existente. Seja no setor econômico, como no social a

<sup>540</sup> LOPES, Jader Janer Moreira. **Reminiscências na paisagem**: vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro. IN: LOPES, Jader Janer Moreira; CLARETO, Sônia Maria. Espaço e Educação: travessias e atravessamentos. Araraquara, São Paulo: Junqueira&Marin, 2007, p.81.

<sup>541</sup> Grifo nosso.

ESA (Escola Superior de Agricultura)<sup>542</sup> muito tem contribuído com a vida urbana. E é justamente o que vai ocorrer com a cidade de Rio Pomba quando estiver em pleno funcionamento a futura Escola de Iniciação Agrícola.<sup>543</sup>

O artigo, de autoria de um dos colaboradores do jornal, Dulcídio Monteiro da Fonseca, é demonstrativo dos significados que aquele espaço passava a comportar na localidade. Por meio da comparação feita pelo autor entre Rio Pomba e o município de Viçosa/MG, que teve sua dinâmica citadina transformada em função da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)<sup>544</sup>, podemos concluir que havia uma grande expectativa em relação aos papéis que a Instituição desempenharia.

Para além das questões locais, os vultosos prédios deveriam atestar o discurso de progresso que naquele momento se procurava difundir. O significado daquele espaço não estava apenas vinculado aos processos educacionais que ali se desenvolveriam. As edificações construídas foram comparadas com o maior símbolo de empreendedorismo, de modernidade e de progresso que se podia conceber naquele momento: a nova capital do Brasil.

Brasília era a materialização dos simbólicos “50 anos em 5” presentes no discurso do presidente Juscelino Kubitschek. Ela imprimia o tom de “dinamismo, coragem, tenacidade, pioneirismo desbravador e audácia, fruto da vontade política associada ao espírito de aventura”.<sup>545</sup>

A ideia se fazia explícita no jornal local:

Estão em fase de construção, já em fase de acabamento 3 pavilhões vastíssimos e confortáveis, **fazendo lembrar Brasília**<sup>546</sup>, seja pelo tipo de serviço, amplitude das instalações, conforto e higiene. Mais cinco pavilhões serão construídos, bem como dezenas de casas residenciais destinadas a professores e serventuários da Escola. O Centro Social da Escola será o maior até agora conhecido neste, como nos outros municípios vizinhos, com amplo auditório, cinema, biblioteca, salão, salas de leituras e de experimentação.<sup>547</sup>

<sup>542</sup> A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) foi criada em 1922. Em 1948 foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e em 1969 foi transformada em Universidade Federal de Viçosa.

<sup>543</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 09/08/1959, p.1.

<sup>544</sup> Atual Universidade Federal de Viçosa/MG.

<sup>545</sup> BOMENY, Helena. **Utopias de cidade**: as capitais do modernismo. IN: GOMES, A. C. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 144.

<sup>546</sup> Grifo nosso

<sup>547</sup> *O Imparcial*, 08/07/1962, p.1.

Tais fatos nos remetem para a concepção de que “A função simbólica de um edifício escolar, contando com sua aparência e localização, está intimamente ligada a um momento político e a uma mensagem que se deseja passar para quem o vê.”<sup>548</sup>

Assim como a construção da sede do governo brasileiro em Brasília representava muito mais do que a transferência do centro político para o interior do Brasil, a construção da Instituição simbolizava para a comunidade municipal a materialização de um discurso político preponderantemente marcado pelas promessas de crescimento econômico e modernização.

Nesse entendimento, comungamos da ideia exposta por Escolano (2001), quando afirma que “a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas.”<sup>549</sup>

Pelos significados que comportava, o local transformou-se em “atração turística” e passou a ser visitado pela comunidade riopombense por meio de excursões organizadas por empresas de transportes coletivos, que divulgavam no jornal local, *O Imparcial*, as informações sobre os passeios.

Quando da inauguração, no ano de 1962, no espaço de, aproximadamente, 91 hectares, que outrora pertencera ao *Posto de Criação Animal*, estavam erguidas as três principais edificações da Escola: os pavilhões destinados aos dormitórios, o pavilhão administrativo/pedagógico e o pavilhão social.

A *Fazenda Experimental do Fumo* que, como já abordado, era anexa ao *Posto de Criação* e ocupava uma área de 127 hectares, continuou desenvolvendo suas atividades de pesquisa até o início da década de 1970, quando foi extinta e seus bens móveis e imóveis foram doados para a Escola.

Na figura número 16 é possível visualizar o espaço escolar, bem como as edificações existentes quando de sua inauguração.<sup>550</sup> A linha identificada pela letra

<sup>548</sup> COLOMBO, Irineu. **Escola para Menores Queiroz Filho**: entre a escola e a prisão (1965 – 1992). IN: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005, p. 269.

<sup>549</sup> ESCOLANO, Augustin. **Arquitetura como programa**. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. & ESCOLANO, Augustin. Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p. 47.

<sup>550</sup> A imagem mostra a vista aérea da Escola na década de 1990. A fotografia foi digitalizada e alterada, considerando a intenção de manter apenas os elementos que compunham o espaço escolar quando de sua inauguração (1962). Para tanto, foram utilizados recursos digitais que cobriram as edificações construídas posteriormente ao ano de 1962. A foto na íntegra encontra-se no anexo F.



“A” marca a divisa territorial da *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG*, que está localizada abaixo desse marco divisório e da Fazenda Experimental, identificada na mesma figura pela letra “B”.

Figura 16  
Vista aérea da *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG*



Fonte: Acervo do IFET – Campus Rio Pomba<sup>551</sup>

O espaço escolar, cortado verticalmente por uma estrada, traduzia uma concepção de educação. Anunciava à comunidade o “tipo” de ensino que ali seria ministrado e, para além, deixava explícito seu caráter assistencialista. Entre os prédios adaptados e aqueles construídos, o espaço ditava a relação entre educação profissional e assistência social, bem como a relação trabalho e educação, teoria e prática.

<sup>551</sup> CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p.142.

Tanto os espaços livres como aqueles construídos e adaptados não eram estruturas neutras, vazias de sentido, eles anunciavam o tipo de Instituição que fora instalada no município de Rio Pomba/MG, atribuíam-lhe um significado e, de certa forma, traduziam a concepção de educação que seria desenvolvida pela Escola.<sup>552</sup>

Do lado direito da estrada estavam os prédios construídos, aqueles que se destinariam as aulas teóricas, bem como as edificações destinadas à assistência cotidiana dos alunos (refeitório, lavanderia, dormitórios). Assim, podemos inferir que o lado direito da estrada estava ocupado com prédios que visavam à formação intelectual e à assistência social.

Do outro lado da estrada, ou seja, à sua esquerda, encontrava-se a parte adaptada, as instalações que já existiam anteriormente, construídas na década de 1930, quando da inauguração do *Posto de Criação Animal* e que foram reformadas visando à sua utilização pela *Escola Agrícola de Rio Pomba*. Essa parte, destinada, preponderantemente, às atividades práticas de campo (aulas práticas e trabalhos agropecuários), composta por aviário<sup>553</sup>, estábulo, galpão para o processamento dos produtos advindos da agricultura e pecuária e áreas livres para plantio, descortinavam a relação educação e trabalho, que participava da educação profissional.<sup>554</sup>

Em seu conjunto, o espaço escolar, para além de representar a concretização do discurso de progresso que se propagava naquele momento, anunciava à comunidade que uma nova dinâmica educativa ali se instalaria, uma educação escolarizada diferente das outras que, até o momento, eram empreendidas no município.

Os dormitórios, as primeiras edificações avistadas por aqueles que vinham da zona urbana de Rio Pomba em direção à Instituição, propalavam o regime de internato que seria adotado pela Escola. E, atrelada a essa ideia, permitia que a comunidade visualizasse a cidade, num futuro próximo, sendo frequentada por novos habitantes, já que a instituição atrairia alunos de outras localidades.<sup>555</sup>

<sup>552</sup> CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 143.

<sup>553</sup> Edificação construída na década de 1950.

<sup>554</sup> Além das instalações para as atividades agropecuárias e aulas práticas, nessa mesma área (ao lado esquerdo da estrada), foram mantidas casas residenciais destinadas aos funcionários da Escola e uma edificação onde funcionou, inicialmente, o posto médico e odontológico do educandário.

<sup>555</sup> Na figura 16 são os prédios identificados pela letra "E".

O pavilhão pedagógico/administrativo, conhecido como “Prédio Central”, foi edificado entre os alojamentos dos alunos e o pavilhão social. Sua fachada, de traços arquitetônicos marcados por linhas retas, pilares e amplas janelas simbolizava funcionalidade e modernidade. Ali se instalariam as salas de aula, o gabinete do diretor, a sala dos professores, os setores dos serviços administrativos/pedagógicos da Escola, a biblioteca e os laboratórios.<sup>556</sup>

O “Prédio Central” era um espaço que, por todas as funções que desempenharia, bem como pelas pessoas que o frequentariam cotidianamente, simbolizava poder, cultura, conhecimento e intelectualidade. Era, por todos esses fatores, considerado o prédio principal da Escola.

O pavilhão social, um edifício de dois pavimentos, foi instalado próximo à lateral esquerda do pavilhão administrativo/pedagógico. Era composto pelo refeitório, lavanderia, anfiteatro, salas e um pátio coberto. Quando do início das atividades da Escola, esse local foi utilizado para as mais diversas funções. Missas, projeções de filmes, refeições, execução dos ensaios de grupos musicais dos alunos são algumas das atividades que passaram a acontecer naquele espaço.<sup>557</sup>

A área onde se achavam as instalações físicas destinadas às atividades práticas de pecuária e agricultura, ou seja, a área localizada ao lado esquerdo da estrada, apontava para a importância das atividades práticas no processo de profissionalização dos alunos.

Em seu conjunto, o espaço destinado ao funcionamento da Escola Agrícola, materializado nos prédios construídos e naqueles adaptados, nas áreas livres e nos elementos naturais que o compunham, bem como sua localização rural, não somente constituía um produto, mas passava a produzir uma nova cultura, na medida em que promovia novas formas de pensamento, instituía novos conceitos e permitia diferentes imagens sobre a educação escolarizada e sua relação com a cidade.

---

<sup>556</sup> Na figura 16 é o prédio identificado pela letra “D”.

<sup>557</sup> Na figura 16 é o prédio identificado pela letra “C”.

### 5.3.2 A *Escola Agrícola de Rio Pomba* e a comunidade local: as resistências e suas implicações nas relações externas e internas

Paradoxalmente aos significados atribuídos à Escola quando de sua criação e edificação, como sendo um grande feito para o município e, por isso, um motivo de orgulho para a população local, a Instituição Escolar, logo no início de suas atividades, deparou-se com relativo estranhamento por parte da comunidade local, o que gerou um certo grau de resistência da população em relação a ela.

Analisando os fenômenos históricos envolvidos nessa questão, podemos inferir que a falta de interesse da comunidade municipal pela Instituição Escolar recém-implantada em Rio Pomba, relaciona-se, mais diretamente, a dois fatores: o perfil do corpo discente e o estigma que as instituições educacionais agrícolas carregaram, durante décadas, no Brasil.

No que tange aos alunos e sua ligação com a resistência da comunidade em relação à Escola, pareceu-nos que o corpo discente, constituído em sua maioria por alunos oriundos de outros municípios, passava a ideia de que a Instituição estava implantada “no” município, mas não era uma Escola “do” ou “para o” município.

Além da vinda de alunos de diversas localidades, o primeiro diretor designado para administrar a Instituição, em 1962, Carlos Martins Bastos, provinha de outro estado brasileiro (Rio de Janeiro). Professores e servidores técnico-administrativos, oriundos de outras cidades, também compuseram o “quadro de pessoal” da Escola Agrícola de Rio Pomba no ano de sua inauguração.

Pela Tabela 2 podemos observar que dos 565 alunos matriculados no *Curso Ginásial Agrícola* 80,6% provinham de outros municípios. O corpo discente da Escola se mostrava também heterogêneo, quando se tratava da faixa etária dos alunos<sup>558</sup>

---

<sup>558</sup> A maioria dos alunos que iniciava o curso Ginásial Agrícola pertencia a uma faixa que variava entre 11 a 13 anos, embora houvesse também matriculados na mesma turma alunos com idade em torno dos 20 anos.

Tabela 2  
Demonstrativo dos dez primeiros municípios de maior incidência do número de  
alunos matriculados no Curso Ginásial Agrícola

| MUNICÍPIOS        | ESTADOS           | Nº DE ALUNOS | %     |
|-------------------|-------------------|--------------|-------|
| 1. Ubá            | MG                | 113          | 20%   |
| 2. Rio Pomba      | MG                | 110          | 19,4% |
| 3. Rio de Janeiro | RJ                | 33           | 5,8%  |
| 4. Tocantins      | MG                | 24           | 4,2%  |
| 5. Juiz de Fora   | MG                | 22           | 3,8%  |
| 6. Barbacena      | MG                | 19           | 3,3%  |
| 7. Guarani        | MG                | 18           | 3,1%  |
| 8. Piraúba        | MG                | 18           | 3,1%  |
| 9. Mercês         | MG                | 16           | 2,8%  |
| 10. Viçosa        | MG                | 13           | 2,3%  |
| 11. Outros        | MG / RJ / BA / MT | 179          | 32,2% |
| TOTAL             |                   | 565          | 100%  |

Fonte: Cappelle, 2006, p.90<sup>559</sup>

Percebemos que, no entender da comunidade, houve uma espécie de desvio de propósitos em relação à “seleção” dos alunos. De acordo com as fontes consultadas, a Instituição fora criada para atender aos filhos dos agricultores do município e da região, “principalmente os filhos dos pequenos agricultores”.<sup>560</sup> A prioridade dada aos produtores agrícolas de menor porte era condizente com a realidade da região da Zona da Mata Mineira, composta por pequenas e médias propriedades rurais.

Acreditamos que o perfil heterogêneo, associado à vinda de alunos da cidade do Rio de Janeiro (RJ), supostamente oriundos de uma instituição educacional

<sup>559</sup> CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p.90.

<sup>560</sup> *Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba/MG, 1991*. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba.

voltada para o atendimento de menores delinquentes, tenha sido um dos motivos geradores do estranhamento da *Escola Agrícola* pela comunidade local.<sup>561</sup>

A vinda desses alunos, aliada às características assistenciais da Instituição Escolar, induzia a comunidade a concebê-la como sendo uma instituição de assistência social para menores infratores.

A localização no campo também contribuía para que a comunidade riopombense associasse a *Escola Agrícola* a uma instituição de assistência social para menores carentes, abandonados e infratores, uma vez que essas características eram comuns em tais instituições.

Quanto a este aspecto de centro correccional, as escolas agrícolas, em geral instaladas em áreas rurais, ainda que próximas às cidades, podem ter sido percebidas, por técnicos ligados a órgãos de governo, como um local privilegiado para que menores delinquentes pudessem ser recuperados - via afastamento e aprendizagem de uma profissão.<sup>562</sup>

Outro fator que concorreu para que a comunidade concebesse a escola como uma instituição de assistência social, voltada para o atendimento correccional de menores infratores foi o fato de, em tempos passados, não longínquos, já se cogitar, no município, a pertinência da fundação de um “patronato agrícola”, instituição “voltada ao atendimento de crianças e adolescentes abandonados ou infratores, tendo como objetivo precípua o ensino de noções de agricultura e alfabetização.”<sup>563</sup>

Os exemplares do jornal local, *O Imparcial*, de 28 de fevereiro e de 07 de março de 1937, propalavam a notícia à comunidade. Como sendo um “plano de amparo à criança pobre”, que tinha como propositores o governo municipal em conjunto com o governo estadual e com um grupo de cidadãos riopombenses, o jornal pronunciava: “Resultou dos trabalhos a idéa da criação, aqui, de um

<sup>561</sup> Nos dois primeiros anos de atividades da Instituição todos os alunos foram matriculados em regime de internato, até mesmo aqueles que residiam nas zonas rurais próximas à Escola e na cidade de Rio Pomba. Nos anos posteriores a Instituição passou a admitir alunos (sexo masculino) em regime de semi-internato, embora estes fossem uma pequena minoria.

<sup>562</sup> MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia; GARINICA, Antônio Vicente Marafioti. **Escolas técnicas agrícolas:** um estudo sobre o ensino da matemática e formação de professores. *Ciência e Educação (Bauru)* [online]. 2010, vol.16, n.1, p. 244 (texto em PDF). Disponível em: [HTTP://www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/viewarticle.php?id=607&layout=abstract](http://www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/viewarticle.php?id=607&layout=abstract) Acesso em 05/11/2010.

<sup>563</sup> MARTINS-SALANDIM e GARINICA, 2010, p.239.

Patronato. [...] O Patronato servirá não somente à infância pombense, mas a todas as crianças necessitadas dos municípios vizinhos.”<sup>564</sup>

Para além desses motivos, o preconceito em relação à educação profissional e a concepção de ensino secundário e educação superior como sendo aquelas merecedoras de maior prestígio na sociedade brasileira - educação da elite - fazia com que muitos membros da comunidade municipal não se interessassem pelo curso ministrado pela *Escola Agrícola de Rio Pomba*.

Assim, esses elementos promotores da resistência, unidos à existência de uma outra instituição escolar na cidade (zona urbana), que também oferecia o curso ginásial, apresentam-se como fatores que contribuíram para tal situação.

Percebemos que, por meio de eventos e práticas escolares, a Instituição buscou uma aproximação entre a escola e a cidade, bem como entre a escola e as demais localidades vizinhas.

Como sendo uma dessas atividades, podemos luzir o *Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica*, criado pela *Escola Agrícola de Rio Pomba*, no ano de 1964. De acordo com o certificado de conclusão, expedido ao final deste mesmo ano, o Curso estava estruturado pelo Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola) e atendia ao disposto no art. 49 dessa legislação.

Analisando o artigo, foi possível concluir que se tratava de um curso categorizado pela legislação como “curso de continuação”<sup>565</sup> que, de acordo com a lei, referia-se a um curso prático de agricultura que deveria ser estruturado em um período máximo de doze meses.

Criado explicitamente com o objetivo de preparar as moças da cidade para a vida conjugal, seu programa estava composto por diversas “disciplinas” consideradas, naquele momento, de grande relevância na formação da mulher. Os conteúdos eram predominantemente práticos, destinados à aplicação imediata na vida cotidiana.

Uma delas se voltava para os ensinamentos de técnicas sobre o “aproveitamento racional de produtos agrícolas” visando à utilização, com o mínimo

<sup>564</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 28/02/1937, p.1.

<sup>565</sup> Os “cursos de continuação”, uma das três categorias dos cursos de ensino agrícola determinadas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de 1946, deveriam ser organizados de acordo com as possibilidades das instituições e deveriam atender a jovens e adultos maiores de 16 anos que tivessem o interesse em aprender um ofício ou uma técnica relacionada à aplicação agrícola. Aos concluintes dos cursos de “continuação” deveria ser expedido um certificado de conclusão.

de desperdícios, dos produtos advindos da lavoura e da pecuária. As demais “disciplinas” voltavam-se para as atividades consideradas concernentes a vida da mulher (esposa e mãe) no lar e na sociedade como um todo.

Assim, “corte, costura e bordados”, “culinária”, “noções de penteados, cortes de cabelo e manicura”, “educação da criança, noções básicas de puericultura e higiene”, “noções de desenho e pintura” e “regras de etiqueta” eram disciplinas que também constavam do currículo do curso.

Pela *Escola Agrícola de Rio Pomba*, o curso foi oferecido a quatro turmas de alunas, em regime de externato, no período de 1963 a 1967. A primeira e a segunda turma eram formadas por 20 e 15 alunas, respectivamente. Eram compostas por moças (mulheres solteiras) da comunidade de Rio Pomba, maiores de 16 anos, convidadas pela coordenadora e pelos demais professores do curso. A terceira e a quarta turma foram formadas por 19 e 17 alunas, respectivamente, que também foram admitidas através de convite. Porém, essas duas últimas turmas foram compostas por alunas solteiras e casadas.

Acreditamos que a entrada e circulação das moças da cidade no ambiente escolar foi, por certo, fator que promoveu maior intercâmbio entre Rio Pomba e a Escola, considerando preponderantemente dois fatores: a forma como se processava os eventos relacionados ao curso e a mensagem compatível com a cultura local, sobre a educação da mulher, de que o mesmo era portador.

Sobre os eventos promotores da pretendida interação entre a escola e a comunidade, podemos destacar as solenidades de formatura das alunas. Esta se fazia revestida de pompa e promovia a entrada de diversas pessoas da cidade no ambiente escolar, em momentos que representavam, de certa forma, o sucesso, a vitória, o bom desempenho da Instituição, permitindo, assim, que a comunidade não somente se aproximasse fisicamente da Escola Agrícola, mas também levasse dali impressões que lhe atribuíam credibilidade social.

A figura 17, que retrata parte do público presente na solenidade de entrega de certificados, no anfiteatro (Salão Nobre) da Instituição Escolar e foca, em primeiro plano, as formandas acompanhadas pelos pais, permite-nos visualizar as festividades de encerramento do curso como promotoras de um intercâmbio entre a Escola e a comunidade municipal, de um modo especial, entre aquela e a população citadina.



Figura 17  
Solenidade de entrega dos certificados de conclusão do curso (formandas  
acompanhadas pelos pais)



Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Conceição Aparecida Rodrigues

No que diz respeito ao segundo fator supracitado, como sendo promotor de aproximação da escola com a cidade, ou seja, o conceito de educação feminina que o curso comportava, percebemos que a comunidade o acolheu por se tratar de ideais que se harmonizavam com aqueles difundidos e aceitos no espaço urbano riopombense.

Rio Pomba, um município atado às suas tradições, pensava a educação de suas moças de forma congênere àquela difundida e defendida pelos responsáveis do curso e que, em meados do século XX, ainda se fazia preponderante na sociedade brasileira como um todo.

Por meio do discurso, comentado pelo jornal local *O Imparcial*, que fora proferido pela coordenadora do curso, esposa do Diretor Geral da Instituição - D. Aline Guilhermina Bastos - durante as festividades de sua implantação, é possível

perceber a concepção sobre os papéis e as funções sociais reservados à mulher que a Escola propalava na comunidade.

Ainda lembrando a interessante explicação da Orientadora do curso recém-fundado, meditamos bastante quando ela declarou que o valor da mulher não reside na beleza física ou na elegância com que se apresenta. Disse que toda mulher deve se orgulhar, em primeiro lugar, de **ser capaz de transformar seu lar no melhor recanto do mundo para o esposo e para os filhos.**<sup>566</sup> (grifo nosso)

É possível, assim, percebermos os objetivos que estavam explícitos e que eram propostos para tal curso: formar as boas donas-de-casa. Tais objetivos também sintonizavam-se com os ideais por meio dos quais a educação da mulher fora projetada durante o Estado Novo (1937-1945) – momento em que fora elaborada a lei que estruturava e organizava tal curso – e que, como já mencionado, harmonizava-se com a realidade do universo feminino da década de 1960 em Rio Pomba e também no país como um todo.

A educação feminina proposta durante o governo totalitário de Getúlio Vargas que fora aceita e acreditada pela sociedade brasileira, fazia parte de um projeto mais amplo, que buscava combinar duas ideias consideradas, pelos seus idealizadores, como sendo indissociáveis: “a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional.”<sup>567</sup>

Para a proteção e manutenção de um modelo tradicional de família, ficou reservado às mulheres um ensino dito “doméstico”, capaz de proporcionar-lhes uma preparação adequada ao desempenho de seu papel familiar. À mulher era atribuído o mérito pela conservação da família, como também o fracasso no caso de sua dissolução.

Oliveira(2005) nos alerta que a família-padrão, na qual a mulher era dona de casa em tempo integral e o marido, o único provedor, vigorou com mais intensidade até os anos de 1950. Apesar da segunda metade do século XX ser considerada o período de entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho e por uma consequente transformação no modelo estrutural da família, na década de 1960, o

<sup>566</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar do dia 14/07/1963, p.1.

<sup>567</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 111.

modelo familiar predominante ainda era aquele composto pelo pai-provedor e pela mulher esposa, mãe e responsável pelos afazeres do lar<sup>568</sup>.

A autora complementa essa ideia ao comentar que esse modelo familiar, no qual a mulher cumpria o papel de dona-de-casa em tempo integral e o homem (pai) era o responsável pela provisão da família – por isso considerado chefe e detentor do poder de controle e de decisão sobre seus membros - foi bastante valorizado em meados do século XX e significava, inclusive, uma posição de *status* na sociedade urbano-industrial.

Caberia ao homem o exercício das atividades de natureza instrumental de provisão e de intermediação do espaço público... Já a mulher cômputo caberia o desempenho das atividades expressivas e afetivas, que estão voltadas para o espaço privado da família. Essas atividades se relacionam com o cuidado dos filhos e do marido, bem como com o trabalho doméstico... A realização desse modelo familiar impôs educar as mulheres para o desempenho das tarefas domésticas<sup>569</sup>. A nova domesticidade visou transformar as mulheres em “esposas afetuosas e mães racionais.”<sup>570</sup>

Assim, fundamentado em uma visão tradicional do universo feminino, presente no imaginário social ainda na década de 1960, em nível local e global, o curso implantado na *Escola Agrícola de Rio Pomba*, que procurava proporcionar às alunas uma formação calcada em tradições e propostas educativas de décadas anteriores, era compatível com o conceito de educação da mulher, no seio social local. Assim sendo, acabava por se constituir um mecanismo de promoção da aproximação entre a escola e a comunidade riopombense.<sup>571</sup>

Para além do *Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica*, outras atividades empreendidas pela Escola também podem ser pensadas como mecanismos que visavam, entre outros objetivos, promover o intercâmbio e, conseqüentemente, uma aproximação da Instituição com a população municipal e regional.

Algumas iniciativas eram tomadas tentando uma maior aproximação – festas juninas, bailes da primavera, concurso da rainha dos

---

<sup>568</sup> OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?** IN: SCALON, Clara Araújo Celi (org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>569</sup> Grifo nosso.

<sup>570</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 125.

<sup>571</sup> O Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica formou sua última turma em 1967, quando foi extinto. Não encontramos dados que permitam uma análise sobre o porquê de sua extinção.

estudantes, jogos esportivos - mas o conflituoso relacionamento entre os alunos da Escola e os adolescentes da cidade, já anteriormente estabelecido, fazia com que tais eventos nem sempre fossem bem sucedidos.<sup>572</sup>

Outros fatores que tornavam a situação mais complexa era a localização rural da Escola. Fora da área urbana, o espaço escolar por si só já promovia um certo isolamento entre a Instituição e a cidade. Esse distanciamento físico era agravado pelo fato de os alunos não manterem contato diário com a comunidade citadina, tendo em vista o regime de internato ao qual estavam submetidos.

Somado a esses dois fatores (localização rural e regime de internato), as características do corpo discente eram outra questão complicadora da situação. Os alunos eram, em sua grande maioria, do sexo masculino, vindos de outras localidades e adolescentes.<sup>573</sup>

Cappelle (2006) explica que o desentendimento maior ocorria entre os alunos da *Escola Agrícola de Rio Pomba* e os adolescentes da cidade, de modo especial aqueles matriculados no Ginásio ali existente – *Ginásio Municipal Pombense*.

Agressões verbais e físicas passaram a participar da relação entre os alunos da Escola e os adolescentes da cidade, fazendo com que até mesmo os eventos que envolviam o contato entre ambos os grupos fossem evitados.

A “Escola” e a “cidade” tornaram-se áreas distintas e passaram a ser concebidas não somente como espaços físicos diferenciados, mas também como espaços mediados “pelas representações construídas por um determinado grupo ao estabelecer seu poder frente a outro e que apropria-se do espaço como forma de sua expressão e projeção”.<sup>574</sup>

Percebemos que os conflitos fizeram com que, paulatinamente Escola e cidade fossem se distanciando e com que a Instituição Escolar acabasse por ceder às pressões e fosse se isolando no seu espaço. Alguns dos eventos que envolviam

<sup>572</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p.182.

<sup>573</sup>Dos 565 alunos que se matricularam no Curso Ginasial Agrícola, primeiro curso regular oferecido pela Escola, apenas 19 eram meninas. Dos 408 alunos que concluíram tal curso, apenas 10 eram do sexo feminino. As meninas que ali estudaram eram filhas de funcionários da Instituição e/ou de pessoas que moravam nas proximidades da Escola.

<sup>574</sup>LOPES, Jader Janer Moreira. **Reminiscências na paisagem**: vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro. IN: LOPES, Jader Janer Moreira; CLARETO, Sônia Maria. **Espaço e Educação: travessias e atravessamentos**. Araraquara, São Paulo: Junqueira&Marin, 2007, p.79.

Escola e cidade – de um modo especial os jogos esportivos entre times da Escola e times da cidade – passaram a acontecer com menor frequência.

No entanto, outras práticas, que também objetivavam o intercâmbio entre o interno e o externo foram instituídas e algumas delas perduraram por vários anos.

No denominado “Salão Nobre”, anfiteatro da Escola, passou a ser celebrada, aos domingos, uma cerimônia religiosa católica (missa) que contava com a presença de pessoas residentes nas zonas rurais e dos moradores de uma vila, também localizada nas proximidades da Escola.

Figura 18  
Celebração da missa no Salão Nobre da *Escola Agrícola de Rio Pomba/MG*



*Fonte:* Arquivo do IFET - Campus Rio Pomba.

Essa atividade escolar, para além de ocupar o tempo dos alunos nos finais de semana, de forma considerada oportuna - já que estariam em contato com valores e conceitos que coadunavam com os ideais educativos da Instituição e da sociedade brasileira, católica em sua maioria - promovia o intercâmbio dos discentes com os

habitantes dos arredores da Instituição, amenizando a questão da falta de contato entre a comunidade escolar e a municipal.

Um evento cívico, empreendido todos os anos na data em que se festeja a *Independência do Brasil*, ou seja, as festividades em comemoração ao dia 7 de setembro, era outro momento no qual a Instituição utilizava-se da atividade escolar como forma de sua expressão na cidade de Rio Pomba.

Ao lado das demais escolas do município, a Escola Agrícola participava das comemorações e aqueles pareciam se fazer os momentos nos quais o educandário, afastado do centro urbano, auferia destaque na cidade, colocando-se, inclusive, em nível mais elevado em relação às demais instituições escolares que participavam dos festejos. Assim, o evento municipal promovia dois fenômenos relativamente paradoxais: ao mesmo tempo em que atribuía credibilidade ao estabelecimento de ensino, incitava um clima de disputa e adversidade entre a Escola Agrícola e as demais Instituições Escolares da cidade, em especial, do então *Colégio Estadual de Rio Pomba*, antigo *Ginásio Municipal Pombense*.

Era o momento de consagração da Escola na comunidade municipal. As comemorações dessa data aconteciam na avenida e na praça principal da cidade e compreendiam a apresentação dos diversos estabelecimentos de ensino do município, por meio de desfiles. Ao mesmo tempo em que exaltava a Escola, o clima de disputa existente em tais comemorações era um fator que concorria para aguçar ainda mais a rivalidade existente entre os alunos do *Curso Ginásial Agrícola* e os alunos do *Colégio Estadual de Rio Pomba*.<sup>575</sup>

Era um contato entre Escola e cidade mediado pela possibilidade de apresentar para a comunidade municipal os conceitos e princípios que participavam do processo educativo da instituição profissionalizante ali existente. Uma oportunidade de procurar mudar os “preconceitos” existentes na cidade em relação a ela.

... para além da dimensão ideológica de exaltação da pátria e incorporação de conceitos considerados fundamentais como a disciplina, a ordem e a hierarquia, era um momento de exibição dos diversos elementos (alunos, professores, uniformes, maquinários, implementos agrícolas, animais, símbolos nacionais, banda de música, entre outros) que faziam parte do trabalho educativo

<sup>575</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 183.

desenvolvido pela Instituição. Era o momento oportuno de apresentar para a comunidade municipal (zona urbana) as atividades que eram realizadas na Escola. A instituição apropriava-se daquele espaço urbano, no tempo determinado para o desfile, como forma de sua “expressão” e “projeção” na comunidade municipal.<sup>576</sup>

Uma outra forma de expressão, em espaços extra-muros escolares, da qual a Escola se apropriou, foram as apresentações de um conjunto musical, organizado pelos alunos. Denominado *The happy boys*, o grupo, incentivado e apoiado pela Instituição, passou a se fazer presente nas mais diversas festividades.

Por meio do conjunto musical composto pelos alunos, a Escola se fazia presente na comunidade local e regional e, ao mesmo tempo, mostrava-se para a sociedade como um educandário que ia além das atividades meramente educativo-profissionalizantes. Passava a mensagem de que era uma Instituição que estava sintonizada com a necessidade de “formação” do aluno e não somente de sua “profissionalização”.

Apresentações orais, empreendidas por professores da Escola Agrícola em outros estabelecimentos de ensino e demais instituições, bem como as reportagens feitas pelo jornal local, *O Imparcial*, sobre os eventos escolares e a presença de servidores e automóveis pertencentes à Escola na cidade, também podem ser considerados fatores que permitiam que a Instituição se fizesse presente em locais externos a ela.

No entanto, apesar das tentativas de aproximação, em seu cotidiano, a Escola permaneceu afastada da cidade, no período em questão (década de 1960). Esse distanciamento promoveu, em outra direção, a aproximação entre os membros pertencentes à comunidade Escolar (interna), fazendo com que a Escola se fechasse em “seu mundo” e propiciando o estreitamento de relações entre as pessoas que participavam cotidianamente da vida escolar (alunos, servidores técnico-administrativos e professores).

Nessa perspectiva, os mesmos fatores que dificultaram as relações da Escola com o exterior facilitaram a intensificação das relações internas. O regime de internato é um dos elementos que se destacam nesse processo, considerando que, como registra Gariglio (1997), uma escola que trabalha em tempo integral cria

---

<sup>576</sup>CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1968)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2006, p. 186.

algumas especificidades que a tornam distintas das outras. A questão do tempo de permanência na escola modifica “radicalmente” o uso que se faz do e no espaço escolar. A escola passa a ser o lugar central de vivências, de relações sociais, afetivas, de trabalho, de estudo, descanso, lazer e cultura na vida dos alunos.<sup>577</sup>

Percebemos que, principalmente em função do regime de internato, alunos e servidores tornavam-se cada vez mais próximos. As relações pareciam fundamentar-se internamente em autoridade e respeito, mas também em cumplicidade e defesa uns dos outros perante o externo.

A criação de uma associação dos servidores da Escola, no ano de 1963, é um indício de que o afastamento com a cidade promoveu a necessidade de uma aproximação interna.

Denominada *Associação de Desportos e Recreativa dos Funcionários da Escola Agrícola de Rio Pomba* (A.F.E.A.R.P.), a agremiação tinha como objetivo “proporcionar a seus associados o mais franco convívio, mediante a efetivação de reuniões culturais, cívicas, desportivas e sociais”.<sup>578</sup>

Anos após sua fundação, a associação efetuou a compra de um veículo (ônibus) para o transporte coletivo dos associados, que o utilizavam cotidianamente em suas atividades laborais. Essa utilização diária do transporte também contribuía para estreitar as relações entre os servidores, tendo em mente as situações cotidianas de aproximação promovidas por esse convívio durante o trajeto para o trabalho.

Do fenômeno estudado, em seu conjunto, podemos inferir que a Instituição, fruto de um processo relativamente exógeno, em se tratando de sua criação, teve sua história na década de 1960 marcada, no que toca às relações estabelecidas com a cidade, por certa resistência, como também por circunstâncias que promoveram um distanciamento em relação à vida citadina. Situação essa que incitou, por outro lado, a solidificação e a intensificação das relações estabelecidas entre os sujeitos que participaram diretamente da história da Escola.

---

<sup>577</sup> GARIGLIO, José Ângelo. **O ensino de Educação Física nas engrenagens de uma escola profissionalizante**. IN: SOUZA, Eustáquio Salvador & VAGO, Tarcísio Mauro. *Trilhas e Partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. UFMG / Belo Horizonte, 1997.

<sup>578</sup> Estatuto da A.F.E.A.R.P / Capítulo I / art. 2º - In: Livro de Atas da A.F.E.A.R.P. (Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba/MG).



## CONCLUSÃO

Ao longo dos capítulos constantes deste trabalho, procuramos compreender como se efetivou o processo de escolarização de um município mineiro (Rio Pomba), no período de 1912 a 1956, tendo como unidades centrais de análise as escolas criadas e implantadas em sua sede, no período proposto.

Em termos de materialização, este fenômeno concretizou-se em quatro instituições educativas. Todas elas foram objeto de um processo político-pedagógico assinalado por tomadas de decisões jurídico/administrativas e cumpriram um determinado programa educativo, de acordo com as condições de instalação e em conformidade com os processos de (re)significação que participaram da trajetória dessas escolas.

O fenômeno social foi analisado a partir de um enfoque que privilegiou a ação dos agentes sociais e também as apropriações e representações que estes fizeram dos vários acontecimentos que compuseram o processo de escolarização em estudo.

Nosso esforço, nesse tópico, centra-se em apresentar as ideias-chave que o estudo produziu; captar e articular as informações dispostas sobre cada uma das instituições escolares, no intento de perceber os traços de continuidade existentes entre a criação de uma e outra escola, como também detectar os vestígios de rupturas inerentes a esse processo e, por fim, apontar as possibilidades de novos estudos sobre a história da educação no município que foram vislumbradas durante a efetivação desta pesquisa.

Ao que se refere às ideias gerais que se salientam, no que podemos considerar como resultados da pesquisa, os estudos realizados nos levaram a ratificação da concepção de que a história local não é oposta, tampouco uma visão mutilada da história global, mas, sim, possibilitadora de um olhar delimitado, minucioso, particularizado, uma vez que permite adentrar nas especificidades e singularidades dos fenômenos, ao mesmo tempo em que induz a uma constante articulação com os acontecimentos macroestruturais.

Outra reflexão possibilitada pelo estudo tem a ver com o reconhecimento da complexidade e multifatoriedade que comporta a história das distintas escolas, bem como do processo de escolarização de uma determinada localidade. A história de uma dada instituição escolar ou do processo de escolarização de um local delimitado (nesse trabalho, o município), não é marcado por uma lógica unívoca, por uma sequência linear de fatos que “caminham” em uma única direção. Os sujeitos envolvidos em sua história, ao estabelecerem relações com o contexto, apropriam-se de modo particularizado dos acontecimentos e elementos que dela participam, alterando os desígnios definidos por seus idealizadores, bem como resistindo aos preceitos legais e as ordenações superiores que “desautorizam” suas “verdades” socioculturais.

Dessa forma, o estudo contribui com o reconhecimento de que as unidades escolares, assim como também os processos educativos locais, existem de forma própria e que em seu cotidiano os sujeitos neles envolvidos produzem e desenvolvem formas particulares de apropriações, de representações, de (re)significações, de estruturações e de relacionamentos. Essas ações constituem os fatores que atribuem a esses fenômenos sociais uma distinção e uma identidade.

No entanto, a pesquisa permite-nos perceber, também, que essas ações, essas culturas produzidas pela escola não se fazem independentemente de um contexto sociocultural. Elas estão inseridas em conjunturas geográficas delimitadas, em situações históricas específicas, ou sejam, elas participam de um arcabouço social de um determinado tempo e lugar que nos levam a conceber esses fenômenos escolares – e mais especificamente as escolas - como consumidores e produtores de culturas.

Nessa perspectiva, a relação escola e sociedade é construída por meio de ação/reflexão, ou seja, a escola influencia a vida em sociedade ao mesmo passo que é por ela influenciada. Assim, a escola faz-se produtora, mas também produto da sociedade como um todo e das distintas comunidades locais, em particular.

Outra questão ressaltada durante a pesquisa, e que atrai nosso interesse por uma reflexão, diz respeito às características endógenas e exógenas de um determinado acontecimento social, bem como sua relação com a forma de apropriação e representação desse acontecimento pela coletividade.

Percebemos, por meio deste trabalho, que os fenômenos educativos analisados cujo processo de implantação se fez endógeno, isto é, cuja origem teve

como ponto germinador o ambiente interno e envolveu a participação dos sujeitos locais em seu surgimento, foram concebidos como um feito coletivo e foram não só acolhidos, mas defendidos como causa própria de uma coletividade.

Assim, transpondo nossa reflexão para o fenômeno aqui estudado, notamos que, quanto mais endógeno se fazia o processo de criação das instituições escolares, mais significados ele comportava para a comunidade local e, portanto, maior era a adesão desta em relação àquelas. A causa tornava-se fator de identidade local e, dessa forma, parecia que a população se sentia chamada a participar, a aderir e a defendê-la.

Em outra direção, percebemos que, quanto mais exógeno era o processo de “nascimento” das instituições escolares, ou seja, quanto menos participação da população local em sua gênese (na proposição, criação e implantação da escola), mais complexa era sua aceitação pela comunidade. Parecia ser entendida como um “corpo estranho” no ambiente, algo que não sintonizava com a realidade local, como uma espécie de imposição, uma escolha de um “produto” feita por alguns que seria consumido por outrem.

Em um quadro comparativo, o estudo nos mostrou que, em se tratando da *Escola Normal Regina Coeli* e do *Ginásio Municipal Pombense*, instituições que envolveram um movimento popular local para sua criação e implantação, inclusive com a criação de associações compostas por quotistas com intento de levar a efeito o processo de materialização das escolas, o acolhimento se processou de forma harmoniosa, quando comparado às outras duas instituições: *O Grupo Escolar* e a *Escola Agrícola de Rio Pomba*.

Em que pesem as relatividades que participam das análises aqui expostas, voltando nossos olhares para o processo de criação da instituição escolar de ensino público/primário, *O Grupo Escolar do Pomba*, defendemos a ideia de que o surgimento da escola no município se tratou de um processo no qual os eventos globais apresentam-se como sendo portadores de uma força maior do que os locais. A criação da escola em Rio Pomba constitui-se um processo mais exógeno, um acontecimento efetivado a partir de um movimento de fora para dentro, mais ligado a um planejamento nacional do que local. Ela fez parte de um projeto de maior abrangência que foi se efetivando em vários locais do território brasileiro naquele momento.

Voltando nossas atenções mais diretamente para a criação do *Grupo Escolar* no município, foi possível perceber que os motivos que estiveram na cena desse acontecimento, apesar de conterem diversos elementos particulares daquele lugar – de modo especial os fatores políticos -, estão mais atrelados a fatores que extrapolam a dinâmica da sociedade local.

A criação do *Grupo Escolar* em Rio Pomba, assim como os demais Grupos Escolares fundados naquele período, significava a intenção de se efetivar uma ruptura entre o modelo educacional vigente no Império brasileiro, identificado com o atraso do passado, que precisava ser substituído por um sistema que representasse os ideais de modernidade, ordem e progresso, que se procurava concretizar com a nascente República.

Por outro lado, quando voltamos o olhar para o processo de implantação dessa Instituição, ou seja, para a forma de conduzir o cotidiano escolar, é perceptível a característica endógena que passa a participar desse processo, no qual os aspectos locais sobressaltam-se com mais visibilidade. Momento em que o *Grupo Escolar* ganha espaço e acolhimento no município.

De modo semelhante ocorreu o processo de criação e implantação da *Escola Agrícola de Rio Pomba*. A fundação da escola fez parte de um plano de metas do governo brasileiro, portanto de uma política de abrangência nacional e não de um projeto local propriamente dito.

No entanto, há que se ressaltar que o processo de implantação dessa Escola configurou-se como sendo de maior complexidade do que sua criação, tendo em vista que, apesar de se constituir um plano de abrangência nacional, a criação de uma instituição profissionalizante agrícola já participava dos propósitos locais em tempos que antecederam a sua criação e tendo em mente também que os ideais propagados nacionalmente de “progresso” e “modernidade” estavam em sintonia com o imaginário social local.

A dinâmica de implantação desse educandário mostrou-se, nesse processo, mais exógena do que a de sua criação, tendo em vista que envolveu elementos externos ao município de Rio Pomba (alunos, servidores e direção) e foi concebida, no início de suas atividades, como uma instituição que não sintonizava com os propósitos educacionais almejados para localidade: um centro correccional para menores infratores.

Já a gênese do *Colégio Regina Coeli* aparece imbricada a um projeto educativo municipal, voltado para manutenção dos valores e ideários da sociedade local, no qual a educação das moças da elite, a formação refinada das futuras mães de família, ministrada nos preceitos cristãos/católicos, tinham visível prioridade no seio social.

Tão evidente quanto a questão da educação das alunas, nos moldes concebidos pela comunidade local como sendo o ideal, estava o propósito de dotar a cidade de uma instituição que representaria um grande progresso, uma forma de expressão do município na região, fazendo com que a criação da Instituição constituísse objeto de desejo e projeção do coletivo.

No imaginário social local a existência dessa instituição no município, mesmo atendendo a um grupo restrito e específico, emprestaria prestígio à comunidade como um todo. Fato este que nos remete ao exposto por Anderson (2008), quando pronuncia que, independentemente das hierarquias e desigualdades, bem como da exploração efetivamente existentes, as comunidades se concebem como estruturas de “camaradagem horizontal”. Estabelece-se a ideia de um “nós” coletivo.<sup>579</sup>

Ainda na questão do interno/externo e sua relação com a apropriação/representação dos sujeitos aos fenômenos educacionais em pauta, há que se destacar a criação do *Ginásio Municipal Pombense*. O processo de criação dessa Instituição em Rio Pomba se nos apresentou como sendo visivelmente marcado pelo fator endógeno.

Sua dinâmica de criação envolveu propósitos preponderantemente inerentes aos anseios da comunidade local. Dotar o município de uma escola secundária para rapazes constituía-se intento de uma localidade que se encontrava incomodada pela ausência de um educandário nesses moldes, em especial, pelo fato de Rio Pomba já possuir uma escola de ensino pós-primário para as moças.

Os aspectos externos ao município (legislações educacionais, pareceres do governo estadual) foram, nesse processo, fatores adversos da situação, considerando que a alegação era de que aos municípios caberia, em primeiro plano, a responsabilidade pela educação primária rural. Porém, esses fatores desfavoráveis serviram para fortalecer ainda mais o anseio pela concretização do intento e das forças internas que dele participavam.

---

<sup>579</sup>ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34.

Nesse panorama, o *Ginásio Municipal Pombense* foi concebido, desde sua gestação, como patrimônio de uma coletividade. A endogenia inerente ao processo de criação da Instituição possibilitou que, em breve espaço de tempo, a escola fosse socialmente legitimada e entendida como uma “invenção” da população.

Perseguindo nossos propósitos iniciais de perceber os elementos de continuidade/descontinuidade inerentes ao processo de escolarização de Rio Pomba, nossas conclusões relacionam-se à questão da simetria temporal que participou dessa investigação, lembrando que as escolas que aqui se fizeram “unidades de análises” foram criadas em décadas distintas e seguidas umas das outras – atentos para a lacuna existente na década de 40 (século XX).

Constatamos com nossos estudos que a relativa cadência temporal que participou do fenômeno analisado está, de fato, relacionada às peculiaridades que participaram do “projeto educativo” do município de Rio Pomba.

Ao empreendermos a análise sobre a história do processo de criação de cada escola, focando suas origens, a dinâmica de implantação, bem como os significados de sua permanência no seio social, deparamo-nos com informações que nos permitem tecer algumas considerações sobre as articulações existentes entre a criação das Instituições, como também compreender algumas faces e significados próprios dessa história educativa local.

Assim, sentimo-nos autorizados em afirmar que a criação e a implantação de cada escola no município constituíram-se projetos distintos, dotados de objetivos, características e significados específicos, que, no entanto, mantiveram relações entre si.

Se considerarmos a história das instituições seguindo uma linha cronológica, detectamos que, em certos aspectos, a criação e implantação das escolas podem ser entendidas como sendo etapas de um projeto educativo municipal que fora se concretizando ao longo do período estudado. Porém, se olharmos sob a perspectiva de outros aspectos, é possível desvelar os pontos de ruptura que também participam dessa história.

Do ponto de vista político, percebemos que a história apresenta traços de continuidade, já que a participação do governo municipal, bem como de uma rede de contatos entre este e os representantes das esferas político-administrativas mais abrangentes, fazem-se visíveis no fenômeno social estudado.

Porém, se considerarmos os grupos políticos envolvidos nesse processo, ao longo do período em estudo, percebemos que não é possível afirmar que se tratou de um projeto de um só grupo, tendo em vista que os nomes que aparecem na história da gênese de cada instituição ora são postos como sendo do mesmo grupo, ora são tidos como sendo de partidos que se opunham. Há que se considerar ainda as migrações de partidos políticos, ou seja, o fato de um mesmo político se apresentar, em períodos distintos, com sendo integrante de grupos diferentes e até mesmo opositores.

No entanto, podemos assegurar que, embora estivessem relacionadas a outros aspectos, a criação e implantação das escolas aqui analisadas tiveram sua concretização diretamente vinculada a questões e atuações políticas.

Os níveis de ensino de cada instituição também pronunciam um traço de contiguidade, visto que o propósito consistiu-se em dotar o município, nas décadas que se sucederam, de “tipos” de escolas ainda inexistentes naquela localidade: ensino primário, normal, ginasial e profissional. Não surgiram projetos e nem foi mencionada nas fontes que aqui utilizamos a pretensão de se implantar, nesse período, outras instituições congêneres àquelas que já existiam. Essa sucessão de níveis, revela, no nosso entender, uma intenção de complementar o “sistema educativo” de Rio Pomba, configurando-se, portanto, como um traço de continuidade de seu “projeto educativo”.

Entretanto, essa sequencialidade presente na implantação de instituições de diferentes “funções” é, de certa forma, relativizada quando olhamos sob o prisma da intencionalidade de ligação direta entre uma e outra escola.

Tomando como base os níveis educativos e a relação entre a criação da *Escola Normal Regina Coeli* (1928) e o *Grupo Escolar* (1912), a história revela que a implantação da instituição formadora de docentes para atuar no ensino primário não é mencionada, por seus idealizadores, como tendo a finalidade de suprir as necessidades de professores habilitados da escola primária ali implantada na década anterior, ou seja, não brota a existência de uma relação direta entre a criação de uma e outra, em se tratando dos papéis educativos destinados a cada uma delas.

A *Escola Normal* é tida, no imaginário social, quando de sua criação, como uma educadora exímia das moças da localidade. Porém, seu papel é pensado no sentido de formar para a vida em sociedade, dentro dos moldes culturalmente

estabelecidos para a mulher naquele tempo e lugar, ou seja, a domesticidade era o foco central e não a profissionalização das alunas.

Já a criação do *Ginásio Municipal Pombense* (1937) se nos apresenta como tendo ligação mais direta com a criação da instituição educativa anteriormente criada, a *Escola Normal Regina Coeli* (1928). O incômodo existente com o fato de existir na cidade um educandário de ensino pós-primário para as moças, em detrimento de um estabelecimento de ensino secundário para os rapazes, configura-se como sendo fato que nos permite conceber a estreita ligação de uma e outra escola.

Tendo como fundamento as situações até então expostas, podemos inferir que as continuidades existentes nesse fenômeno se mostram mais relacionadas a um “projeto sociopolítico de incremento do município”, do que às questões educativas/escolares propriamente ditas.

Rio Pomba se mostrava marcado por uma certa peculiaridade em relação aos demais municípios e distritos da região quando se tratava da exacerbada valorização dos aspectos socioculturais. O zelo em relação aos eventos artísticos - que envolviam música, cinema e teatro - como também a importância atribuída às atividades intelectuais relacionadas a uma cultura letrada se fazem presentes e marcam fortemente a história do município em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Assim, entendemos que a implantação das instituições deu corpo a um desígnio sociocultural de modernização em que a orgânica municipal e a lógica interna existente nos acontecimentos que compuseram o fenômeno social tiveram um papel decisivo. No imaginário social, na medida em que o município seguia incrementando seu “sistema escolar”, tornava-se símbolo de “desenvolvimento”, fazendo recurso da educação e da instrução como meios de sociabilidade e mobilização social.

As escolas emprestavam à localidade um poderio que permitia estabelecer uma relação comparativa e classificatória em relação às demais circunscrições vizinhas. Era uma maneira de Rio Pomba se mostrar à frente, era a forma de expressão do município na região e, até mesmo, no estado de Minas Gerais.

A existência das quatro instituições na localidade, em meados do século XX, enaltecia o município fazendo com que a ideia de seu progresso passasse a



participar do imaginário da população. Para além, as instituições constituíam peças de um instrumental que visava promover a ideia de eficiência do poder público local.

Os espaços a elas destinados, construídos e/ou adaptados, compunham o cenário pretendido para seu centro urbano, dando visibilidade aos discursos, às atuações políticas e comunitárias. Esses espaços escolares materializavam os ideais propagados de novos signos culturais e dos novos tempos que se aspirava instaurar na localidade.

Em seu conjunto, as escolas autorizavam a difusão da concepção de que o município marchava para o progresso e que essa marcha era conduzida “pela corrente vigorosa do seu aparelhamento educacional”. Rio Pomba era considerado, em meados do século XX, um “Parque de Educação”<sup>580</sup>.

Percebemos, assim, que o propósito primeiro das escolas, ou seja, sua função de “educadora”, de “instrutora” fica em segundo plano quando situadas no contexto municipal como um todo. As escolas desempenhavam mais um papel de “símbolo de progresso, urbanidade e civilidade” da localidade do que de “instituições educativas” propriamente ditas.

Rio Pomba, presa a um passado de glórias, tradições e conquistas, que aos poucos se dissipara, encontrou, em seu “Parque de Educação”, a sustentação para promover a ideia de resgate da posição elevada que outrora ocupara no contexto regional e estadual.

Finalizando nossas considerações, gostaríamos de registrar que, no nosso perceber, o desenvolvimento desta pesquisa abre um leque de novas possibilidades investigativas que muito teriam a contribuir com a história da educação, de um modo geral e com a história educativa do município, em particular.

Como exemplo de novas pesquisas que acreditamos poderem surgir a partir desta, apontamos para os estudos que se voltem para a investigação das práticas escolares empreendidas por cada instituição aqui elencada: aulas, avaliações da aprendizagem, conteúdos ensinados, materiais didáticos utilizados, festas e demais eventos escolares; investigações sobre as origens dos alunos matriculados e sobre os destinos dos egressos; pesquisas que se detenham à análise da estrutura física de forma mais minuciosa (interna e externa) de cada instituição e que permitam perceber não somente a dimensão espacial que essas instituições escolares

---

<sup>580</sup> Jornal local *O Imparcial*. Exemplar de 19/01/1941, p.1.

comportam, como também analisar os significados, os usos e as funções que constituem a dimensão educativa do espaço escolar.

A história de vida, bem como o pensamento educacional de alguns agentes sociais que participaram ativamente da história da educação de Rio Pomba são, ao nosso ver, outros temas merecedores de investigação. E aqui nos permitimos luzir alguns nomes que durante a realização do trabalho ganharam destaque por despertarem novas indagações sobre os fenômenos educacionais locais e nacionais.

Nesse sentido, fica aqui uma sugestão – e chamamento - para um estudo sobre a história de vida de Antonio Anastácio, nome que se apresenta, de certa forma, “esquecido” na história educativa de Rio Pomba, mas que se mostrou, por meio deste trabalho, um fiel defensor da causa na localidade. Antônio Anastácio atuou ativamente no processo de criação e implantação de duas escolas aqui estudadas: a *Escola Normal Regina Coeli* e o *Ginásio Municipal Pombense*. Seu nome aparece na história, inclusive como doador de patrimônios pessoais (bens imóveis) à *Escola Normal*, visando à sua manutenção na localidade.

Um estudo sobre o pensamento educacional de Odilon Duarte Braga também nos chama a atenção. O advogado e político local teve efetiva participação nos assuntos educacionais do município nas décadas de 20 e 30 (século XX). Além de tomar parte da educação em Rio Pomba, Odilon Braga participou do governo de Getúlio Vargas, inicialmente apoiando o movimento revolucionário de 1930 e, posteriormente, assumindo a pasta de Ministro da Agricultura (1934 a 1937). Repudiando o Estado Novo (regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas) e a Constituição outorgada em 1937, demitiu-se do Ministério.

Segundo Rocha (2004), Odilon Braga foi um estadista ligado ao grupo dos renovadores da educação. Em sua obra o autor aponta para a existência de documento no CPDOC/FGV - Rio de Janeiro<sup>581</sup>, relacionados às propostas de educação para a Constituição de 1934, que envolve a participação do então “deputado constituinte”.<sup>582</sup>

---

<sup>581</sup>Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro).

<sup>582</sup>ROCHA, Marlos Mendes Bessa da. **Matrizes da modernidade republicana: Cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, DF: Editora Plano, 2004, p. 177.

Santiago (1991) nos informa que ele foi também signatário do “Manifesto dos Mineiros”, carta aberta publicada em 24 de outubro de 1943 que reivindicava a redemocratização do país e o fim do Estado Novo. De acordo com os escritos desse autor, importantes documentos guardados pelo político sobre a Revolução de 1930 e sobre o movimento mineiro de 1943, foram publicados pela Imprensa da Universidade Federal de Juiz de Fora / MG, sob a coordenação e organização do Professor José Eustáquio Romão (1979), intitulado “Arquivo Odilon Braga”.<sup>583</sup>

A possibilidade de um estudo sobre a vida, o pensamento educacional, bem como sobre as relações estabelecidas entre o Professor José Borges de Moraes e a comunidade riopombense também nos inquieta. Essas questões brotam nas fontes que aqui utilizamos como especial destaque. O educador foi uma figura venerada e respeitada pela população local e teve significativa participação na história educacional em Rio Pomba. Santiago (1991), ao descrever a biografia do mestre, assim expõe: “Foi o Professor Borges o maior destaque na vida educacional em Rio Pomba. Muito dedicado, beneficiou várias gerações da juventude riopombense com seu incansável e edificante trabalho que aqui realizou através de mais de 30 anos de magistério.”<sup>584</sup>

As possibilidades de estudos locais aqui apontadas confirmam, no nosso entender, as riquezas implícitas nos estudos locais. A ideia de se trabalhar com temas ainda inexplorados e delimitados leva-nos a análises mais aprofundadas e que pressupõem novas interpretações. São novos agentes sociais e novos problemas que podem delinear novos caminhos para melhor compreender a História da Educação tanto em uma perspectiva local, quanto em sua macro-estrutura.

Por fim, foi buscando análises complementares e procurando novas maneiras de compreender o processo de “desenvolvimento” da educação em nível local, regional e nacional que optamos por essa perspectiva epistemológica. Apoiados nesses pressupostos empenhamo-nos na realização deste trabalho e é perseguindo essas ideias que nos sentimos motivados a continuar embrenhados nos caminhos da História da Educação.

---

<sup>583</sup>SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 328.

<sup>584</sup>SANTIAGO, 1991, p. 353.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ADÃO, Áurea; MATOS, Sérgio Campos. **A Imprensa Periódica**: memória da educação. IN: TEODORO, Antônio (org.). *Histórias (Re) Construídas*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p.59 – 77.

AGUIAR, José Márcio. **Coletânea da Legislação Federal do Ensino**: Da Reforma Benjamin Constant a Reforma Darcy Ribeiro Volume 1. Belo Horizonte: Lâncer, 1997.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino?** A Feminização do magistério ao longo do século XX. IN: SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea) p. 59 –107.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG**: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Origem da Universidade Federal de Viçosa**: modernidade, agricultura de exportação e importação de modelos (1922 – 1970). *Cadernos de História da Educação*. Nº 02 / janeiro a dezembro de 2003. p.141 – 148.

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek**: a esperança como fator de desenvolvimento. IN: GOMES, A. C. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991 p. 09-22.

BOGDAN R. C. BIKLEN S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto Cordex / Portugal: Porto Editora, 1994.

BOMENY, Helena. **Utopias de cidade:** as capitais do modernismo. IN: GOMES, A. C. (org). O Brasil de JK. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 144 – 161.

BOTO, Carlota. **Nova História e seus Velhos Dilemas.** Revista USP, nº 23 (set/nov). Coordenadoria de Comunicação Social da USP. São Paulo: 1994. p.23 – 33.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas.** Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990. Capítulos 7 (“A escola dos Annales”), p. 119-135, e 8 (“A história nova, herdeira dos Annales”), p. 136-152.

BRANDÃO, Zaia. **A Historiografia da Educação na Encruzilhada.** In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, Claudinei; SANFELICE, José Luís. História e História da Educação. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000 – Coleção Educação Contemporânea. p. 100 – 114.

BUFFA, Éster. **História e Filosofia das Instituições Escolares.** In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (org) Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 25 – 38.

BUFFA, Éster; NOSELLA, Paolo. **A Escola Profissional de São Carlos.** São Carlos: EDUFSCar, 1998.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia:** a Escola dos Annales (1929 – 1989). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Martins, 1952.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª edição, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os arautos do liberalismo :** imprensa paulista 1920 – 1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **A dinâmica do poder no espaço organizacional:** uma análise das práticas de gestão da força de trabalho. Dissertação de Mestrado. Lavras: UFLA, 2002.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras:** um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação / Universidade Federal de Juiz de Fora / Minas Gerais / Brasil, 2006.

CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios.** São Paulo: Pocai, 1916.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento Brasil**: JK-JQ. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **O Município Pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil**: a educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906). Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, UNESP/ SP / Brasil, Vol. 5, Nº 2, 2010, Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3485/3256>. Acesso em 21/02/2011.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905 – 1922 – 2ª. edição ampl. e rev. – Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Impasses e Desafios da Educação na Primeira República**: Liberais e Católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil. Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG/Brasil, 2006, p. 3331.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: entra práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLOMBO, Irineu. **Escola para Menores Queiroz Filho**: entre a escola e a prisão (1965 – 1992). IN: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **Lourenço Filho e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no estado do Espírito Santo em 1947**. <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT05-6921--Int.pdf> (acesso em 08/10/2010)

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/agosto 2009.

DAMAZIO, Márcia da Silva. **A produção dos grupos escolares e as práticas culturais no processo de escolarização em Minas Gerais**. Educação em Revista: UFMG, Belo Horizonte, dezembro de 2007.

DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. **O curso normal em Santa Catarina**. O processo de construção de um projeto de formação de professores coadunado com os ideais de nacionalização e “cientificação” do ensino. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio

de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Algumas Reflexões Sobre a pesquisa Histórico-Sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, Claudinei; SANFELICE, José Luís. *Historia e História da Educação*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000 – Coleção Educação Contemporânea. p. 65 – 78.

ESCOLANO, Augustin. **Arquitetura como programa**. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. & ESCOLANO, Augustin. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise**. In: FONSECA, T. N. L.; VEIGA, C. G. (org). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.77 – 98.

\_\_\_\_\_. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. **República, Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro – 1909/1934**. Dissertação de Mestrado / Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1991.

\_\_\_\_\_. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução**. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (org) *Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

FARO, Clóvis.; SILVA, Salomão. L. Quadros da. **A década de 50 e o Programa de Metas**. In: GOMES, A. C. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p.44-70.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. p.397 – 515.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil Anos 60**. O pacto do silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! “O Imparcial”**: 1896 – 1996. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996.

FRAGO, Antonio Viñao. **Espaços, Usos e Funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada**. IN: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRAGO, Antonio Viñao. ESCOLANO, Augustin. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 37ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GARCIA, Letícia Cortellazzi. **Sobre mulheres distintas e disciplinadas: práticas escolares e relações de gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945)**. IN: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (orgs.). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX, meados do século XX). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; Santa Catarina: UDESC, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2007.

GARIGLIO, José Ângelo. **O ensino de Educação Física nas engrenagens de uma escola profissionalizante**. IN: SOUZA, Eustáquio Salvador & VAGO, Tarcísio Mauro. Trilhas e Partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. UFMG / Belo Horizonte, 1997. p.95 – 112.

GATTI, Bernadete. **Algumas Considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais**. Educação em Foco, Juiz de Fora: volume 07, número 01, 2002.

GATTI, Décio Júnior. **A história das instituições educativas: inovações paradigmáticas e temáticas**. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (org.) Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 3 - 24.

\_\_\_\_\_. Reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições educacionais. In: LOPES, A. A. B. M., et al. História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH / FUMEC, 2002. p. 527 – 531.

GOMES, Ângela de Castro. **Qual a cor dos anos dourados?** IN: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. p.01 – 09.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da história da educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro**. Cadernos de História da Educação - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil**, 2008, (no prelo).

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município pedagógico: proposta de uma nova categoria para a compreensão da história da educação brasileira no final do século XIX**. Anais da V Jornada do HISTEDBR [CD-ROM], Sorocaba/SP, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. **Medicina, Higiene e Educação Escolar**. IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000. p.519 –550.



GUIMARÃES, César. **Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília.** IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p.155 – 175.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Publicação comemorativa ao 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, 1959, vol. 27. *Arquivo Público Mineiro* – Belo Horizonte / MG.

IGNÁCIO, Paulo César de Souza. **Da educação tecnológica a formação profissional: a reforma do ensino técnico em questão.** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República.** São Paulo, Cadernos de Pesquisa, nº 64, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 3ª ed. Campinas / SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEOPOLDI, Maria Antonia P. **Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956 – 1960).** In: GOMES, A. C. (org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas/CPDOC, 1991 p. 71 a 99.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí.** IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Reminiscências na paisagem: vozes, discursos e materialidades na configuração das escolas na produção do espaço brasileiro.** IN: LOPES, Jader Janer Moreira; CLARETO, Sônia Maria. *Espaço e Educação: travessias e atravessamentos*. Araraquara, São Paulo: Junqueira&Marin, 2007.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova.** São Paulo, Edições Melhoramentos, 1974.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O local e a educação: para a história do município pedagógico.** IN: *Revista de Administração Local*. CEDREL / Lisboa – Portugal, nº 215, Setembro-Outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série historiográfica)

\_\_\_\_\_. **Contributo para a História das Instituições Educativas** – entre a memória e o arquivo. IN: MAGALHÃES, Justino & FERNANDES, Rogério. *Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz. (1894 – 1985)*. Universidade do Minho, Braga, 1999. p. 63 – 77.

\_\_\_\_\_. **Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime.** Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. IN: Educação, Sociedade e Culturas, número 5, 1996. p.7 – 33.

\_\_\_\_\_. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas.** IN: CATANI, Denice Bárbara & SOUSA, Cynthia Pereira. (orgs.) Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia; GARINICA, Antônio Vicente Marafioti. **Escolas técnicas agrícolas:** um estudo sobre o ensino da matemática e formação de professores. *Ciência e Educação (Bauru)* [online]. 2010, vol.16, n.1. (texto em PDF). [HTTP://www2.fc.unesp.br/cienciaeeducacao/viewarticle.php?id=607&layout=abstract](http://www2.fc.unesp.br/cienciaeeducacao/viewarticle.php?id=607&layout=abstract) (Acesso em 05/11/2010).

MEC/SEMTEC. **Educação Profissional: Legislação Básica.** 5ª edição. Brasília, DF: 2001.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Escola Normal no Paraná:** instituição formadora de professores e educadora do povo. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República.** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MOSQUEIRA, Roberto. **O Museu Histórico de Rio Pomba/MG.** Disponível em: [http://pt.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil/photo749752.htm](http://pt.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/photo749752.htm) (acesso em 16/11/2010).

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 2ª. edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Primeira República.** In Fausto Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 2º vol. Sociedade e Instituições (1899 – 1930). Ed Bertran S/A. 1990. p. 261 – 291.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Éster. **Schola Mater:** a Antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

NUNES, Clarice. **(Des)encantos da Modernidade Pedagógica.** IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Brasileira:** novas abordagens de velhos objetos. Revista Teoria e Educação, nº.6, 1992a. p 151 – 182.

\_\_\_\_\_. **O ensino de grau médio entre a Lei 4.024/61 e a Lei 5.692/71: (des)venturas de uma trajetória.** Seminário sobre a relação educação, sociedade, estado pela mediação jurídico-institucional. Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Departamentos de Fundamentos Pedagógicos, 1992b.

\_\_\_\_\_. **História da Educação:** Interrogando a prática do ensino e da pesquisa. In: LOPES, A. A. B. M., et al. História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH / FUMEC, 2002. p. 38 – 55.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M. GATTI, Décio Junior. **História das Instituições Educativas: Um Novo Olhar Historiográfico.** In: Cadernos de História da Educação – v. 1 – nº 1 – jan/dez.2002. p.73 – 76.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Civilizar e Modernizar:** o ensino agrícola no Brasil republicano (1889 – 1930). IN: História da Educação / ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação) FAE/UFPeL. N.15 Abril / 2004 – Pelotas:ASPHE – Semestral. p. 129 –142.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. **A provisão da família:** redefinição ou manutenção dos papéis? IN: SCALON, Clara Araújo Celi (org.). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.123 – 148.

PALMA, Anthero. **Reminiscências de minha terra.** Petrópolis, 1918.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental:** seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, nº 114. São Paulo: 2001.

PIRES, Geraldo Santos de. **A Vitoriosa Realidade do Sonho.** IN: FERREIRA, Roberto Nogueira. **Cem Anos Luz! O Imparcial: 1896 – 1996.** Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: R.N.Ferreira, 1996.

REIS, Iris da Silva. **Escolas Agrotécnicas Federais – EAF's.** Objetivo e Novas Funções na Década de 90. Dissertação de Mestrado. Seropédica / RJ: UFRRJ, 2001.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social.** IN: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas : a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROCHA, Marlos Mendes Bessa da. **Matrizes da modernidade republicana:** Cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, DF: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, Ângelo Constâncio. **A Educação Profissional Agrícola de Nível Médio: O sistema Escola-fazenda na Gestão Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI (1973 – 1986).** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

RODRIGUES, Ir. Lucia Victor. **Ligeiros traços da vida da província do Brasil (1903-1984).** Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo, Edições Loyola, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

ROSA, Maria da Glória de. **História do Ensino Agrícola no Brasil República.** UNESP/ Campus de Marília: 1980.

SANTOS, Jailson Alves. **A Trajetória da Educação Profissional.** In 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E., Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000. p. 205 – 224.

SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2ª Ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Instituições Escolares:** conceito, história, historiografia e práticas. Uberlândia/MG: EDUFU, Cadernos de História da Educação, nº4, jan/dez 2005.

\_\_\_\_\_. **O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional.** In: História e história da educação. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEBR, 2000 – (Coleção Educação Contemporânea). p. 7 – 16.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de, **"Escolas de verdade" para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal.** Anais do XIII Encontro de História / ANPUH – Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SEBRAE/MG. **Rio Pomba – Diagnóstico Municipal.** Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: 2001.

SIMOES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo.** IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

SIMONINI, Luciene de Almeida. **Para o brilhantismo das Semanas de Educação (1928-1935):** o apoio concedido à iniciativa na correspondência da Associação Brasileira de Educação. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lições da Escola Primária.** In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria. **Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira.** In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TAMBARA, Elomar. **Problemas Teórico-Metodológicos da História da Educação.** In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, Claudinei; SANFELICE, José Luís. História e História da Educação. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000 – Coleção Educação Contemporânea. p. 79 – 87.

VEIGA, Cynthia Greive. **História Política e História da Educação.** In: FONSECA, T. N. L. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.13 – 48.

VIANNA, Luiz Werneck. **O estado Novo e a Ampliação Autoritária da República.** In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, 180p.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil:** Os Grupos Escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. Grupos Escolares cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Escola Nova e Processo Educativo.** IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo, Campinas, 2005.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A Primeira Escola Normal do Brasil:** concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. IN: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio

de Pádua Carvalho. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas/ São Paulo: Editora Alínea, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Mestre-Escola e a Professora**. IN: IN: 500 anos de educação no Brasil. Org. Lopes, E.; Faria Filho, L; Veiga, Cyntia. Belo Horizonte. Autêntica, 2ª edição, 2000.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo, Ática, 1997.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das instituições escolares: de que se fala?** In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. p.13 – 36.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As Origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF; 1999.

## FONTES PRIMÁRIAS

### Jornais

*A Justiça* (jornal local). Exemplares dos dias 24/05/1903, 06/07/1903, 02/08/1903, 16/08/1903. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*A Lei* (jornal local). Exemplar do dia 11/09/1898. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*A Reforma* (jornal local). Exemplares dos dias 17/07/1938 e 18/09/1938. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*A Tribuna* (jornal local). Exemplares dos dias 30/03/1924, 20/04/1924, 18/05/1924, 25/05/1924, 29/06/1924, 26/10/1924, 02/11/1924, 15/08/1926, 29/08/1926, 28/01/1927, 17/05/1927, 14/06/1934, 21/06/1934, 19/07/1934, 26/07/1934, 09/08/1934, 13/09/1934, 18/10/1934. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Boa Nova* (jornal local). Exemplar do dia 01/10/1922. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Correio da Mata* (jornal local). Exemplares dos dias 10/08/1910, 27/04/1913 e 13/05/1914. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Correio do Pomba* (jornal local). Exemplares dos dias: 03/02/1893, 03/03/1893, 10/03/1893, 28/04/1893, 12/05/1893, 19/05/1893, 09/06/1893, 18/08/1893, 01/09/1893, 08/09/1893, 31/12/1893, 28/01/1894, 04/02/1894, 04/03/1894, 11/03/1894, 18/03/1894, 08/04/1894, 30/09/1894, 13/04/1894, 28/10/1894, 18/11/1894, 06/01/1895, 13/01/1895, 03/03/1895, 18/08/1895, 23/06/1895, 08/11/1895, 24/11/1895 e 08/12/1895. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Diário do Congresso Nacional*. Exemplar do dia 04/05/1956. Disponível em [http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp) (acesso em outubro de 2010).

*Escrínio do Sagrado Coração de Jesus* (jornal local). Exemplares de agosto e outubro de 1953; janeiro, março, abril, junho e julho/agosto de 1954; fevereiro de 1955; abril, maio, junho, outubro e novembro de 1958. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Minas Gerais* (órgão oficial do governo do estado de Minas Gerais). Exemplar do dia 21/12/1933. Arquivo da *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte/MG.

*O Imparcial* (jornal local). Exemplares editados entre 1918 a 1965 e edições extraordinárias publicadas em janeiro de 1939 e de 1958. Arquivo da imprensa *O Imparcial*, Rio Pomba/MG.

*O Labor* (jornal local). Exemplar do dia 03/04/1940. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*O Pomba* (jornal local). Exemplar do dia 05/05/1901. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*O Pombense* (jornal local). Exemplares dos dias 31/08/1884, 14/09/1884, 28/09/1884, 05/10/1884 e 17/10/1884. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*O Progressista* (jornal local). Exemplares dos dias: 18/04/1935, 12/11/1935, 30/04/1936, 12/03/1936, 04/03/1937, 16/05/1937, 04/07/1937 e 12/12/1937. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Opinião* (jornal local). Exemplar de agosto de 1998. Acervo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG.

*Nova Era* (jornal local). Exemplares dos dias 08/08/1920, 15/08/1920, 19/09/1920, 26/09/1920, 03/10/1920, 24/10/1920, 07/11/1920, 14/11/1920, 28/11/1920, 05/12/1920, 19/12/1920, 13/03/1921, 27/07/1923, 13/11/1927, 13/05/1928 e 20/05/1928. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Nova Senda* (jornal local). Exemplares dos dias 08/07/1917 e 29/07/1917. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Santuário do Coração de Jesus* (jornal local). Exemplares dos dias: 22/11/1931, 18/02/1934 e 13/05/1934. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

*Tiro de Guerra* (jornal local). Exemplares dos dias 17/08/1930, 26/10/1930, 09/11/1930, 16/11/1930, e 31/12/1939. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

### Legislações

BRASIL. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.** (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União). Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1, Edição 237, publicação em 12/12/1990.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). IN: AGUIAR, José de Márcio. Coletânea da Legislação Federal



do Ensino: da Reforma Benjamin Constant à Reforma Darcy Ribeiro (1891 a 1996). Belo Horizonte: Lâncer, 1997, Vol. II, p. 01.

BRASIL. **Lei nº 3.092 de 29 de dezembro de 1956.** (Lei de criação da *Escola Agrícola de Rio Pomba*/MG). Publicação no Diário Oficial da União do dia 02 de janeiro de 1957. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Sudeste de Minas Gerais/ Campus Rio Pomba.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946.** (Lei Orgânica do Ensino Agrícola). IN: AGUIAR, José de Márcio. Coletânea da Legislação Federal do Ensino: da Reforma Benjamin Constant à Reforma Darcy Ribeiro (1891 a 1996). Belo Horizonte: Lâncer, 1997, Vol. I, p. 336.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942.** (Lei Orgânica do Ensino Secundário). IN: AGUIAR, José de Márcio. Coletânea da Legislação Federal do Ensino: da Reforma Benjamin Constant à Reforma Darcy Ribeiro (1891 a 1996). Belo Horizonte: Lâncer, 1997, Vol. I, p.281.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm). Acesso em 24/07/2009.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm). Acesso em 24/07/2009.

BRASIL. **Decreto 21.241 de 04 de abril de 1932.** (Reforma Francisco Campos/ Ensino Secundário). IN: AGUIAR, José de Márcio. Coletânea da Legislação Federal do Ensino: da Reforma Benjamin Constant à Reforma Darcy Ribeiro (1891 a 1996). Belo Horizonte: Lâncer, 1997, Vol. I, p.240.

BRASIL. **Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931.** (Cria o Conselho Nacional de Educação). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40246>. Acesso em 11/11/2010.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931.** (Reforma Francisco Campos/ Ensino Superior). IN: AGUIAR, José de Márcio. Coletânea da Legislação Federal do Ensino: da Reforma Benjamin Constant à Reforma Darcy Ribeiro (1891 a 1996). Belo Horizonte: Lâncer, 1997, Vol. I, p. 214.

BRASIL. **Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930.** (Cria uma Secretaria de Estado denominada Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>. Acesso em 23/11/2010.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm). Acesso em 24/07/2009.

MINAS GERAIS. **Lei nº 2.970 de 16 de novembro de 1963.** (Altera a denominação do *Colégio Estadual De Rio Pomba* para *Colégio Estadual Professor José Borges De Moraes*). Publicação: Minas Gerais, Diário do Executivo, 20/11/1963, p.1, col.1. (Arquivo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais).

MINAS GERAIS. **Lei nº 1.237 de 14 de fevereiro de 1955.** (Estadualiza o *Ginásio Municipal Pombense* e passa a tratá-la por *Ginásio Estadual de Rio Pomba*). Publicação: Minas Gerais, Diário do Executivo – 15/02/1955, p. 1, col. 2. (Arquivo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais).

MINAS GERAIS. **Decreto nº 8.162 de 20 de janeiro de 1928.** (Regulamento do Ensino nas Escolas Normais). IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1928), p. 81 / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

MINAS GERAIS. **Decreto N. 6.655 de 19 de agosto de 1924.** (Aprova o Regulamento do Ensino Primário). IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1924) / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 3.598 de 4 de junho de 1912.** (Lei de criação do *Grupo Escolar do Pomba*). IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1912) / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

MINAS GERAIS. **Decreto 3.191 de 09 de junho de 1911.** (Aprova o regulamento geral da instrução do Estado). IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1911), p. 165 / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).

MINAS GERAIS. **Lei N. 439 de 28 de setembro de 1906.** (Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências) IN: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1906), p. 20 / Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. (Arquivo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG)..

RIO POMBA (MINAS GERAIS). **Resolução da Câmara Municipal nº. 54 de 27 de janeiro de 1894,** publicada no jornal local *Correio do Pomba*, no dia 04/02/1894, p.3. Arquivo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

RIO POMBA (MINAS GERAIS). **Resolução da Câmara Municipal, nº 901/1925,** publicada no jornal *O Imparcial* no dia 03 de maio de 1925, p.1. Arquivo da imprensa *O Imparcial*, Rio Pomba/MG.

### **Vária**

Ata de Instalação do Curso de Admissão, lavrada em 1º de março de 1937. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Ata de Instalação do *Ginásio Municipal Pombense*, lavrada no dia 15 de março de 1938. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Caderno de provas da aluna Clotilde Engracia Pereira (1915). Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

Caderno de textos manuscritos, pertencente à Madre Margarida (não datado). Acervo dos documentos históricos do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba, localizado na biblioteca da Instituição.

Caderno de textos manuscritos, pertencente a Madre Ignez F. da Silva, datado de 1930, intitulado: *Biographias de Diversos Autores e Pequenas Dedicatórias*. Acervo dos documentos históricos do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba, localizado na biblioteca da Instituição.

Carta assinada pela ex-aluna (co-fundadora da Instituição) Geni do Carmo Mesquista, endereçada às *Irmãs Cabrinianas*, datada de 08/11/1988. Acervo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG.

Coletânea dos documentos originais referentes ao Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*, datada de 1941. Documento pertencente ao acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Convite impresso para as comemorações do aniversário natalício do Diretor do Ginásio Pombense, Prof. José Borges de Moraes (não datado). Acervo de documentos da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Correspondência emitida pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, datado de 04/10/1918. (Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte / Correspondências do Fundo da Secretaria do Interior / Documento Avulso da Coleção de Código: SI - 3748).

Correspondência endereçada ao Secretário do Interior, datada de 12/07/1918. (Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte / Correspondências do Fundo da Secretaria do Interior / Documento Avulso da Coleção de Código: SI - 3748).

Descrição do Departamento de Educação Física. Documento constante do acervo da Escola Estadual Prof. José Borges, Rio Pomba/MG (Coletânea de documentos intitulada: Papéis Referentes ao Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*, 1941).

Dossiê do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2001.

Entrevista escrita, constante dos arquivos da Secretaria do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG. Entrevistada: Irmã Maria Eliane Azevedo da Silva, em 1992.

Esboço (manuscrito) do jornal do Grêmio Literário do *Ginásio Municipal Pombense*, datado de 15 de agosto de 1939. Acervo de documentos da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Estatuto da *Associação de Desportos e Recreativa dos Funcionários da Escola Agrícola de Rio Pomba* (A.F.E.A.R.P). IN: Livro de Atas da A.F.E.A.R.P. Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba/MG.

Estatuto do *Ginásio Municipal Pombense* do ano de 1938. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG

Ficha de Classificação do *Ginásio Municipal Pombense*, referente à Inspeção realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 1942. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Folheto (impresso e avulso) intitulado *O que é o Pomba*, publicado em julho de 1937. Arquivo da imprensa local *O Imparcial*, Rio Pomba/MG.

Histórico Institucional (manuscrito). Arquivo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG (Secretaria Escolar).

Histórico da Instituição intitulado: *Fundação do Colégio Regina Coeli – Rio Pomba – 1928*. Arquivo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG (Secretaria Escolar).

Livro de Atas da Caixa Escolar (1915 – 1971). Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

Livro de Atas de Auditório (1936 - 1945). Arquivo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba/MG.

Livro de Atas das Sessões da Congregação (1933-1952). Arquivo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG.

Livro de Atas de Resultados Finais (1989). Arquivo do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba/MG.

Livro de Atas de Exame de Admissão à 1ª Série Ginásial Agrícola (1962-1967). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba*.

Livro de Registro de Diplomas Expedidos pelo Ginásio Agrícola de Rio Pomba (1965-1971). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba*.

Livro de Termos de Classificação dos Candidatos a Exames de Admissão à 1ª Série Ginásial Agrícola (1964-2003). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba*.

Livro de Registro de Calendário Letivo (1963-1999), Livro de Registro de Alunos do Curso Ginásial Agrícola (1963 – 1970). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba.

Livro de Atas de Exame de Adaptação (1967-1901). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba.

Livro de Atas da Associação de Desportos e Recreativa dos Funcionários da *Escola Agrícola de Rio Pomba* (1963 – 1968). Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba.

Livro de Atas e Termos Relativos aos trabalhos do Diretório Municipal de Geografia, datado de 30 de junho de 1938 que, em 01 de janeiro de 1945, passou a servir para registrar o Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*. Documento constante do acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Livro intitulado *Acervo de Doadores* (nº 1). Acervo de documentos do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

Ofício emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais, datado de 20 de junho de 1938, que presta informação ao prefeito municipal de Rio Pomba. Documento constante no acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Pastas individuais dos ex-alunos. Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba.

Regimento Interno do Colégio Secundário Estadual Professor José Borges de Moraes de 1968. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Regimento *Escola Estadual São José* do ano de 1974. Acervo da *Escola Municipal São José*, Rio Pomba / MG.

Relação dos acionistas da Sociedade Pombense de Cultura e Ensino. Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Relação Nominal e Quantitativa dos Alunos do Curso de Admissão do *Ginásio Municipal Pombense* (1938 e 1939). Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

Relatório apresentado à Câmara Municipal de Rio Pomba, pelo chefe executivo, no dia 15/01/1924, publicado em suplemento pelo *O Imparcial* no dia 27/01/1924, p.1 (do suplemento). Arquivo da imprensa de *O Imparcial*, Rio Pomba/MG.

Relatório referente ao exercício de 1935, apresentado pelo prefeito Arthur Eugenio Furtado ao governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valladares Ribeiro, no ano de 1936. Documento constante do acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

Relatório apresentado pelo Prefeito Oscavo Gonzaga Prata, ao Presidente do Estado de Minas Gerais, referente ao exercício do ano de 1932. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

Relatório elaborado para reavaliação da *Ficha de Classificação do Ginásio Municipal Pombense* no ano de 1946 (Documento nº 9). Acervo da *Escola Estadual Professor José Borges de Moraes*, Rio Pomba/MG.

*Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba/MG, 1991.* Arquivo do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* – Campus Rio Pomba.

Revista *Ecos da Escola Normal Regina Coeli* (1931 a 1936). Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

Revista *Missão Cabriniana: a serviço da vida e semeando esperanças* (1903 a 2003). Editada pelas Missionárias do Sagrado Coração de Jesus / Província brasileira (2003). Acervo da biblioteca do Colégio Regina Coeli de Rio Pomba /MG.

Revista *Francisca Cabrini: Memória e Caminho (1850-2000)*. Itália/Roma: Éditions Du Signe, 2000. Acervo da biblioteca do Colégio Regina Coeli / Rio Pomba – MG

Texto intitulado: *Sociedade Pombense de Cultura e Ensino - e o - Professor João Loyola*. Acervo da Escola Estadual Prof. José Borges, Rio Pomba/MG (Coletânea de documentos denominada: Papéis Referentes ao Histórico do *Ginásio Municipal Pombense*, 1941).

## **ANEXOS**

**ANEXO A** – Localização do município de Rio Pomba, estado de Minas Gerais, Brasil, em relação às capitais dos estados da região sudeste (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Vitória/ES) e em relação às principais cidades circunvizinhas (Barbacena, Juiz de Fora e Ubá).





# ANEXO B - Fotografia da primeira página de um exemplar de O Imparcial (08/01/1933)





# ANEXO C - Fotografia da segunda página de um exemplar de O Imparcial (08/01/1933)

## O Imparcial

### Sociaes

#### GALERIA DAS NOVISSIMAS

##### A. E. A. M.

Foi na festa do dia 12. A face desta criança no c-d-a-de, toda de branco—um pedacinho de neve em perigo de se deslizar no calor do sol—e as mãos brancas como o leite que cresce no jardim de minha casa—e a normalidade.

Eu a liço aliando. E estudando nos seus traços a serenidade do alma e o encanto sempre novo do espírito, que aprimora os contornos e espiritualiza o corpo.

Até então ela era uma figura de lenda. Desconhecida das que estão cá fora. E portanto, de mim também. E quando a sua voz cadenciada e harmoniosa, enchendo de sonoridades o ambiente e o espírito das que a ouviam, tomou a sala, eu, confesso o meu crime! eu confesso que osseis recitar boatinho para mim aquele verso de Ferand.

—Esta sua boca tem lábios se estalga, bostez em lábios, grita le não.

Pulcherio Barentura.

##### Fizeram annos:

No dia 25 do mez passado, o sr. Sebastião da Motta Couto.

No mesmo dia o sr. José Chica, commerciante na cidade.

No dia 26, o joven Jair P. Barro.

No dia 28, o sr. Arthur de Oliveira, escrivão da Collectoria Estadual.

No dia 29, o joven Francisco Raymundo de Araújo.

No dia 31, a graciosinha Ladimilla do sr. cel. Gervasio G. Prata, dd, prefeito municipal.

No mesmo dia, o sr. Antonio Assis da Rocha.

No dia 1.º do corrente, e exma d. Alice Motta Couto.

No dia 2.º D. Ignacia Vieira, fazendeira em Passa-Cemco.

No dia 3.º o joven Fernando, filho do sr. major Manoel Fernandes, do alto commercio local.

No dia 6.º o sr. dr. Deserval de Moraes Sarmiento.

Fazem amanhã, dia 9.º:

O joven Octavio Marinho Saravia.

A graciosinha Nininha, filha da exma. d. Elvina Cavallotti Casella, proprietária residente na cidade.

A todas, os nossos parabéns.

##### SOCIEDADE OPERARIA

A Sociedade Beneficente Operaria, para o enriquecimento de sua biblioteca recebeu 39 volumes de obras em assumpto variado das segs.:

Dr. José Luiz de Souza Costa, 4 volumes; Mario Bouchardet, de Rio Branco, 2 volumes; Aurelio R. Silva de Pinheiro, 3 v.; Arcangelo D. Helverson, G. Oliveira, 3 v.; Sargento A. Baptista, 2 v.; Arthur Brandão, de Mercês, 6 v.; José Vieira da Costa, Rio Branco, 7 v.; Dr. Aloisio Amorim em Lima, Rio de Janeiro, 2 v.; José Elias da Costa, Rio Branco, 2 v.; Antonio Marcelino Filho, 1 v.; Alvaro Villar, 2 v.; Orlando V. Costa, 2 v.; Helena Vieira Costa, 1 v.; José Gustavo Oliveira, 1 v.; padre Belchior Horacio da Costa, 1 volume.

Para que estas filhas sejam estudadas legittimas, foram as listas encaminhadas a autoridade competente.

### Editais de casamento

**Pretendem casar-se:** José Pedro da Silva e Maria Jovita. Elle, solteiro, lavrador, natural de Mercês e residente neste districto, nascido aos 27 de abril de 1900, filho de Nestor Paulino da Silva e d. Anna Francisca de Jesus, também residente neste districto. Ella, solteira, de profissão doméstica, natural de Tocantina e residente neste districto, nascida no dia 19 de novembro de 1911, filha legítima de João Paulo de Carvalho e d. Maria Ricardina de Jesus, residentes e domiciliados neste districto.

Apresentaram os documentos legaes. Se algum tiver impedimento a oppor, apresente-o em cartório, no prazo da lei. Pomba, 25 de dezembro de 1932. O official do registro civil, Aristides Malitano.

**Pretendem casar-se:** Otton Raymundo de Oliveira e Dolores Rosa de Moura. Elle, solteiro, lavrador, natural e residente neste districto, nascido aos 31 de agosto de 1911, filho legítimo de João Martins de Oliveira e d. Francisca Virgínia de Jesus, domiciliados e residentes no districto desta cidade. Ella, solteira, de profissão doméstica, natural do districto onde reside, nascida nos 14 de abril de 1914, filha legítima do falecido Claudomiro Patricio de Moura e d. Rita Rosa de Jesus, residente neste districto.

Apresentaram os documentos legaes. Se algum tiver impedimento a oppor, apresente-o em cartório, no prazo da lei. Pomba, 29 de dezembro de 1932. O official do registro civil, Aristides Malitano.

**Pretendem casar-se:** João Pereira Alves e Francisca Villela. Elle, natural de Cataguanas, solteiro, com a profissão de electricista, nascido aos 15 de dezembro de 1914, filho legítimo de José Heroldo Alves e d. Alexandrina Candida Alves, residentes naquella cidade. Ella, solteira, de serviços domesticos, natural e residente neste districto, nascida no dia 12 de julho de 1915, filha illegitima de d. Petronilha Petrona de Jesus, residente nesta cidade.

Apresentaram os documentos legaes. Se algum tiver impedimento a oppor, apresente-o em cartório, no prazo da lei. Pomba, 2 de janeiro de 1933. O of. do registro civil, Aristides Malitano.

##### DESPEDIDAS

Relizando-me desta cidade para a capital de S. Paulo, e não tendo tempo necessario para, pessoalmente, despedir-me de todos os meus amigos e conhecidos, faço-o por intermedio destas linhas e peço todos ficem certos de que, lá na Paulista encontrarei sempre as ordens o

Antonio Cavallotti Casella.

Não dispondo, na minha ligeireza, de tempo sufficiente para me despedir, pessoalmente, de innumeráveis amigos a quem deo a honra de prezaradas cartas que não pude attribuir, sei, pelo intermedio das columnas do querido "O Imparcial", trazer o meu adeus a cada um, particularmente, offerecendo, a todos, as minhas limitadas presenças em São Paulo, onde residirá, Pomba, 7 de janeiro de 1933.

Gasão Reis Santos

### A PEDIDOS

Ans meus frequencia e ao publico em geral

Chegando ao meu conhecimento que espiritos malevolos vinham propalando nesta cidade uma falsa e inconcebível molestia contaminada em minha familia, com o fim de prejudicar a prosperidade de minha padaria instalada a rua Domingos Ignacio, venho, de publico, desmentir a inominavel calumnia, pela voz autorizada de medicos que me examinaram e a minha familia.

O dr. P. Oliveira Samuel, conceituado medico aqui residente, pelo exame minucioso que me fez, é testemunha inuspeita para fazer valer o decaimento que ora faço por este jornal.

E, si não bastar a palavra de fê desse illustre medico, vai aqui transcripto o attestado do dr. Almada Horla, outra autoridade medica das mais illustres e destacadas de Juiz de Fora:

##### ATTESTADO

Attesto que examinei cuidadosamente o sr. Francisco de Paula e sua senhora D. Maria Cecilia da Silva, residentes na cidade do Pomba, em nenhum encontrando o menor signal de lepra não colhendo, por isso, material para pesquisa do bacillo da lepra, por não existir esse material.

Attesto ainda a perfeita saúde de ambos.

Juiz de Fora, 3 de maio de 1932.

Dr. Almada Horla.

Pomba, 1.º—1933.

Francisco de Paula

##### DR. SYLVINO P. DE ARAUJO

### Voronoff

#### BRASILEIRO INVENTOR DA

### FLUXO-SEDATINA

##### A mulher está salva

Porque o Dr. Sylvino Pacheco de Araújo, eminente medico brasileiro, como o grande scienista russo, também criou, com o seu maravilhoso preparado "FLUXO-SEDATINA", o rejuvenescimento da mulher, fazendo desaparecer a magreza, em menos de 2 horas, as dores nervosas, acalmando, regularizando e vitalizando os seus orgaos, facilitando os partos, sem dores, cujo perigo tanto aterroriza a mulher.

E um preparado de real valor, que se recomenda aos exmas. srs. medicos e parteiras como agente calmante e regulador das funções femininas.

Esta sendo usado diariamente nos principaes hospitais, notadamente nas maternidades, casas de saúde do Rio de Janeiro e São Paulo.

"FLUXO-SEDATINA" encontra-se em todas as Pharmacias. Consultas carta mandando os sellos. Alf. 105—Rio.

### Faça da Saúde um habito



... Nas doenças das Senhoras, nada adiantam os tratamentos antiquados e os remedios caseiros. O medicamento infallível para esses soffrimentos é

### A Saúde da Mulher

### Quando eu for grande Mamãe



... vou ser doutor para te receitar o melhor remédio do mundo para Tosses e Resfriados

### TOSSE? BROMIL

### SENHORAS PRUDENTES

o unico antiseptico e preventivo que lhes poderá garantir tranquillidade todos os dias, todo o anno e sempre é a

PHILAGNYA WOLFF

(Cacha, acido, sabão)

### Vinho Creosotado

de pharma-cia de

JOÃO DA SILVA SILVEIRA

Poderoso Tônico e Fortificante

### Plantas novas



As creanças são como as plantas novas: precisam de um bom adubo, isto é, de um bom tônico contra as ameaças de

### FRAQUEZA INFANTIL

O "Nutrion" é o melhor fortificante que ha para as creanças: faz engordar e favorece o crescimento.

### Nutrion

##### Dr. Campos de Arango

Medico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro

CAMILLA BERNARDI, MOISTERS DO SENHORAS E PARTOS

Atende chamadas a qualquer hora da dia da noite.

TABOLEIRO DO POMBA







**ANEXO E - Fotografia da quarta página de um exemplar de O Imparcial (08/01/1933)**

**O Imparcial**

### A CAMINHO DO TRABALHO



compra-lhe o corpo bem disposto e a aspirina age. Mas que alegria, que bom humor, que disposição para a vida podem existir se uma dor física nos aflige? Uma simples dor de cabeça rouba ao trabalhador a eficiência da seu esforço.

Contra esta insidiosa inimiga há, felizmente, uma arma irresistível: a **Aspirina**.

Um ou dois comprimidos aliviam prontamente qualquer dor de cabeça, de dentes, de nervos. **Aspirina** é absolutamente inofensiva e não causa a irritação. Não se mistura com certos remédios que se incluem "isto bom como a **Aspirina**"; lembre-se que a **Aspirina** é universalmente considerada a garantia do medicamento puro, preparado com todo o rigor científico e digno da **toda confiança**.



## ASPIRINA

### Moda e Bordado

Tem as modas de sempre para as damas de moda, para as senhoras e para as crianças.

Compre agora o seu vestido de festa, o seu vestido de noite, o seu vestido de dia, o seu vestido de trabalho, o seu vestido de casa, o seu vestido de viagem, o seu vestido de inverno, o seu vestido de verão, o seu vestido de primavera, o seu vestido de outono, o seu vestido de qualquer época.

A **Aspirina** é a moda de sempre.

### V. S. precisa de cura?

O **Aspirina** é o remédio para qualquer doença, para qualquer dor, para qualquer sofrimento, para qualquer cansaço, para qualquer fadiga, para qualquer tristeza, para qualquer alegria, para qualquer vida, para qualquer morte.

### A ALMA DO NEGÓCIO

Anuncie no **O IMPARCIAL** jornal de grande circulação.

### ELIXIR DE NOGUEIRA

Preparado com o melhor dos frutos da natureza, este elixir é o remédio para qualquer doença, para qualquer dor, para qualquer sofrimento, para qualquer cansaço, para qualquer fadiga, para qualquer tristeza, para qualquer alegria, para qualquer vida, para qualquer morte.



**AVARIA**

Medicina da natureza.

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

### BRANCOS CASCA



## JUVENTUDE ALEXANDRE

O segredo da mocidade dos cabelos.

RESISTE ao calor, ao frio, ao vento, ao sol, ao tempo, ao trabalho, ao estudo, ao lazer, ao prazer, ao sofrimento, ao cansaço, ao fadiga, ao tristeza, ao alegria, ao vida, ao morte.

Trinta anos de experiência.

Dr. **ALEXANDRE**

Rua **DOMINGOS** 148 - RIV.

**Dr. Fausto de Freitas**

Partos e moléstias de mulheres.

Formado pela Faculdade de Medicina da Rio de Janeiro.

Atende chamados a qualquer hora do dia ou da noite.

**CIDADE DE GUARANY**

**Dr. J. Tostes Alvares**

MEDICO

Atende chamados a qualquer hora do dia ou da noite.

## BANCO de CREDITO REAL

DE

### Minas Geraes

FUNDADO EM 1889

|                              |                       |
|------------------------------|-----------------------|
| Capital                      | 25.000.000.000        |
| Capital da Defesa do Café    | 9.577.581.559         |
| Capital da Carteira Agrícola | 13.192.984.430        |
| <b>Total</b>                 | <b>47.770.515.989</b> |
| Fundo de Reserva             | 6.600.431.855         |

**MATRIZ: JUIZ DE FORA** Rua Halfeld, 618.

Endereço Telegraphico: "HERCULES"

Cedigos usadas: RIBEIRO e PARTICULAR

**FILIAES**

Bella Horizonte, Cataguases, Laceria, Uberaba, Ponte Nova, Pomba, Curia Fino, Uberabinha, S. João del-Rey, Mozambinho, Diamantina, Viçosa, Marabá, Oliveira, Araxá, Araxá, Barbacena, Carangola, Corvello, Barbacena, Machucado, Monte Santo, Cheluz, S. João Nepomuceno e Theophilo Otoni.

**CORRESPONDENTES EM TODAS AS PRAÇAS DO PAIZ**

**SUCCURSAL: Rio de Janeiro** - RUA VISCONDE DE INHUMA, 38. Caixa 181 - Telefone Norte 2184

## AGENCIA DO POMBA

RUA DOMINGOS IGNACIO - Telefone n. 11

### ESCOLA DE CORTESIA

THEOZINIA

Telefonia e Telegafia

**Laurentina de Oliveira**

Contra mestre diplomado pela Escola de Santa Ifigenia, do Capital do S. Paulo.

Ensina a todos os alunos a ler, a escrever, a calcular, a falar, a ouvir, a pensar, a agir, a viver, a morrer.

Atende a chamados a qualquer hora do dia ou da noite.

**GUARANY - Rua Ribeiro - R. de Minas**



**EMPLASTRO PHENIX**

CURA:

RHEUMATISMO, TOSSA, RESFRIADOS, BRONCHITE, DORES NO PEITO E NAS COSTAS, ETC.

EXISTE NA 50 ANOS



**PASTILHAS RINSY**

CURAM RINS, BEXIGA E ACIDO URICO

ELIMINE OS VENENOS DO ORGANISMO.

UNICAS QUE PRODUZEM A CURA COMPLETA A VENDA EM TODA A PARTE

**ANEXO F** - Vista parcial do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais* / *Campus Rio Pomba* (década de 1990)



*Fonte:* IFET – Campus Rio Pomba/MG